REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678

Ano 30 • Número 30 • pp. 09-238 • 2023

Rio de Janeiro
2023

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Ano 30 • Número 30 – p. 9-238 • 2023

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2022-2023

Presidente: *Lená Medeiros de Menezes*
Vice-Presidente: *Neusa Fernandes*
1º Secretária: *Vera Cabana de Queiroz Andrade*
2ª Secretário: *Marco Aurélio Martins Santos*
1º Tesoureira: *Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo*
2º Tesoureira: *Roselene de Cassia Coelho Martins*

Conselho Fiscal

Efetivos:
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Fania Fridman
Lucia Helena Pereira da Silva

Suplentes:
Alex Nicolaeff
Ana Maria da Silva Moura
Jaime Antunes da Silva

Comissões Especiais

Admissão e Exclusão de Sócios:
Lucia Maria Paschoal Guimaraes
Marcos Cotrim de Barcellos
Rogéria de Ipanema

História, Geografia e Cartografia:
Arno Wehling
Cybelle de Ipanema
Mary Del Priore

Ciências Auxiliares da História:
Margareth da Silva Pereira
Nelson de Castro Senra
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678

Ano 30 • Número 30 – p. 9 -238 • 2023

Rio de Janeiro
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
2023

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 30, número 30, 2023.

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 2015
Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Editores:
Paulo Knauss
Fania Fridman

Conselho Editorial:
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira
Surama Conde Sá Pinto
Miridan Britto Falci
Rogéria de Ipanema

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) – História – Periódicos. 2. Brasil – História – Periódicos. 3. Cultura – Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 6 de dezembro de 1957

ano 30, número 30, 2023.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
Paulo Knauss

DOSSIÊ
HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE

APRESENTAÇÃO: COM A PALAVRA, A BAIXADA FLUMINENSE 13
Fania Fridman

A ESCRAVIDÃO AFRICANA NOS CAMINHOS
E NA HISTORIOGRAFIA DA BAIXADA FLUMINENSE 17
Eliana Laurentino
Nielson Bezerra

HISTÓRIA DO TERRITÓRIO DA FAZENDA DO IGUAÇU 33
Marlucia Santos de Souza

SINGULARIDADES DA ARTE SACRA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: ANÁLISE FORMAL E ESTILÍSTICA DOS BENS INTEGRADOS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO IGUASSU 51
Elaine Gusmão

SANEAMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE
A COMISSÃO DE SANEAMENTO DE 1933 71
Adriana Branco Correia Souto

UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO URBANA
EM DUQUE DE CAXIAS VILA EMA E JARDIM GRAMACHO 89
Lúcia Silva

SÃO JOÃO DE MERITI, O PLANO DA FUNDREM
E O PROGRAMA BAIXADA VIVA/NOVA BAIXADA 105
Fernando Nicholas dos Santos Dias

ENCONTRO COM A HISTÓRIA DA CIDADE:
RELAÇÕES DE PODER NA DINÂMICA POLÍTICA
DE DUQUE DE CAXIAS (1943-1985) 125
ANEXO I – QUADRO DE PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS 136
ANEXO II – PERFIL BIOGRÁFICO DE PREFEITOS DE DUQUE DE CAXIAS 137
Tania Amaro

ARTIGOS

O PLANETÁRIO CRUZEIRO DO SUL NO ALTO
DO PALÁCIO DO SILOGEU 153
Nelson de Castro Senra

DE UM RECANTO PROLETÁRIO AO ELEGANTE JARDIM BOTÂNICO:
MEMÓRIAS VIVIDAS 167
Luciene Carris

TEMAS GERAIS

UMBERTO PEREGRINO 183
Neusa Fernandes

RACHEL SISSON: PEQUENA HOMENAGEM
AOS QUE NOS FAZEM PENSAR 193
Margareth da Silva Pereira

RESENHAS

ANTES QUE SEJA TARDE 205
Paulo Knauss

CABO FRIO REVISITADO 209
Paulo Knauss

CONCEIÇÃO DE MACABU 213
Paulo Knauss

O OFÍCIO DA HISTORIADORA 217
Surama Conde Sá Pinto

O INSTITUTO MÊS A MÊS

O INSTITUTO MÊS A MÊS EM 2023 223

QUADRO SOCIAL

QUADRO SOCIAL 229

APRESENTAÇÃO

A publicação deste novo número da *Revista do Instituto Histórico do Rio de Janeiro* renova o compromisso do IHGRJ em pensar a cidade e o estado do Rio de Janeiro. Os artigos e estudos reunidos indicam o predomínio da abordagem histórica sem perder de vista o interesse em enriquecer o debate sobre temas que desafiam o presente vivido.

Assim, o dossiê temático deste número é dedicado a pensar a história da Baixada Fluminense. Os sete artigos reunidos valorizam a perspectiva da construção do território que conforma a sub-região fluminense, contribuindo, assim, para situar os desafios contemporâneos da gestão urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro. Os autores Eliana Laurentino e Nielson Bezerra, Marlucia Santos de Souza, Elaine Gusmão, Adriana Branco Correia Souto, Lúcia Silva, Fernando Nicholas dos Santos Dias e Tania Amaro apresentam resultados de pesquisa com temas variados que percorrem desde o período colonial até a época recente.

Como aponta Fania Fridman, na apresentação do dossiê, a riqueza dos estudos reunidos serve de retrato da produção acadêmica sobre a Baixada Fluminense, que se intensificou depois da abertura dos cursos de pós-graduação a partir da década de 1970, desdobrando os estudos sobre o processo de periferização urbana, que se constituiu no pensamento social a partir da década de 1940. Vale acompanhar ainda a consideração da coordenadora do dossiê ao salientar a importância da contribuição do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu e do Instituto Histórico de Duque de Caxias para difundir o rico patrimônio cultural e a importância histórica da Baixada Fluminense, o que antecedeu o movimento que foi acompanhado por várias outras instituições locais baseadas na mobilização de professores, assim como pela implantação de cursos e instituições de ensino superior. Esse processo favoreceu a formação de pesquisadores habitantes da Baixada Fluminense, cuja dedicação à pesquisa acadêmica se enraíza na experiência do habitante comum e assume o compromisso com as transformações sociais e a melhoria da qualidade de vida na Baixada Fluminense.

Além disso, o novo número da *Revista do IHGRJ* se completa com artigos de sócios da casa sobre a história da cidade do Rio de Janeiro. Nelson Senra revela a história do projeto de criação do que teria sido o primeiro planetário da cidade do Rio de Janeiro, que deveria fazer parte da nova sede do Silogeu Brasileiro, projetada na década de 1930. Luciene Carris, por sua vez, trata como o processo de instalação das fábricas têxteis Corcovado e Carioca, no final do século

XIX, definiu a transformação da paisagem urbana na região do Jardim Botânico, atraindo uma grande população de trabalhadores, incluindo migrantes e imigrantes, que passaram a habitar vilas operárias e favelas nas proximidades.

A publicação se completa ainda com a reunião de ensaios temáticos relacionados à memória carioca e fluminense. A pretexto do cinquentenário do Instituo Histórico e Geográfico de Niterói (IHGN), Denise G. Porto salienta a importância da realização do Curso de História de Niterói, que acompanha a história da instituição acadêmica local. Ao lado disso, Neusa Fernandes escreve artigo em homenagem a Umberto Peregrino, falecido há 20 anos, que foi professor com ampla atuação, autor de vários livros e fundador da Academia Brasileira de Cordel, resultado de sua dedicação à valorização da cultura popular no Brasil. O conjunto inclui, ainda, artigo de Margareth da Silva Pereira em memória de Rachel Sisson, sócia do IHGRJ falecida neste ano, que apresenta uma trajetória pessoal e profissional notável com uma contribuição intelectual importante como pesquisadora dedicada ao estudo do patrimônio cultural carioca e fluminense e autora de trabalhos marcantes sobre a história da cidade do Rio de Janeiro.

Completa o número a costumeira sessão de resenhas, que busca chamar atenção para livros de interesse para os estudos cariocas e fluminenses e relacionados à vida acadêmica do IHGRJ. Como de costume, o relatório anual de atividades do IHGRJ encerra a organização de cada edição da revista, produzindo um registro inestimável para a memória institucional.

Por fim, cabe uma palavra especial de agradecimento aos autores, que prestigiam a *Revista do IHGRJ*, assim como à dedicação generosa dos membros da comissão editorial, que mantém vivo o projeto editorial.

Paulo Knauss
Editor

DOSSIÊ
HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 30 • Número 30 • 2023

APRESENTAÇÃO
COM A PALAVRA, A BAIXADA FLUMINENSE

Fania Fridman[1]

Antes chamada Recôncavo da Guanabara ou Baixada da Guanabara, da Baixada Fluminense poucas pessoas sabem dizer quais municípios a compõem. No entanto, ninguém desconhece seus estigmas – cenário da pobreza onde vivem pessoas sem as condições mínimas de habitabilidade e imperam as doenças crônicas, o abandono dos poderes públicos, a informalidade, a criminalidade e a extrema violência política.

Sobre tais mazelas a produção acadêmica se intensificou depois da abertura dos cursos de pós-graduação nos anos 1970 com suas pesquisas e dissertações de miradas histórica, sociológica, econômica ou territorial (regional ou urbana). Foram fundamentais os estudos sobre o processo de periferização, temática ingente desde a década de 1940 quando a Igreja, os intelectuais e os profissionais da assistência social procuravam entender os sentidos do deslocamento demográfico em direção às franjas urbanas e os laços existentes entre a cidade carioca e a chamada "invenção" das periferias. Também deveriam ser incluídos neste repertório os muitos escritos literários e as notícias divulgadas pelos jornais da capital sinalizando, ou mesmo enfatizando, os problemas daquela região. Os geógrafos, por sua vez, já se debruçavam sobre a Baixada há muito, sobretudo a partir das contribuições do IBGE ao divulgar os trabalhos de campo assim como as análises voltadas às hinterlândias ou áreas de impacto dos grandes centros que vieram a subsidiar a conformação das Regiões Metropolitanas. É importante assinalar que a Baixada Fluminense se converteu em foco das autoridades públicas quando a pobreza se tornou um impasse para o desenvolvimento econômico e uma ameaça à ordem. Estas constatações implicaram na formulação de planos territoriais, programas e projetos urbanos.

E como os moradores e agentes sociais da Baixada pensavam e se manifestavam sobre seus municípios? Ao contrário das representações depreciativas, o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, desde sua fundação em 1962, e o Instituto Histórico de Duque de Caxias, criado em 1973, passaram a difundir o rico patrimônio cultural e a importância histórica da Baixada Fluminense. Nos

1 Doutora em Economia Política. Professora Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sócia do IHGRJ.

anos 1990, foram organizados o Instituto Histórico e Geográfico de São João de Meriti e o Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), este oferecendo cursos de História da Baixada Fluminense e enfatizando a necessidade de preservação dos bens materiais e imateriais da região. A Associação dos Professores de História da Baixada Fluminense (APPH-Clio), fundada em 1997, até hoje dissemina o conhecimento com a promoção de eventos culturais e científicos.

Na divulgação das falas do pertencimento à Baixada devem ser lembradas as atividades impulsionadas pelos coletivos como os cineclubes, grupos teatrais, de música, de dança e a edição de revistas universitárias. Algumas que ainda são publicadas continuam a desempenhar papel relevante na propagação do(s) pensamento(s) produzido(s) por docentes e estudantes que ali residem. Devem ser citadas a *Hidra de Igoassu* (APPH-Clio); *Revista FEUDUC; Pilares da História* (Instituto Histórico e Câmara Municipal de Duque de Caxias), ***Periferia*** (campus Duque de Caxias da UERJ) e a *Revista Recôncavo* (UNIABEU).

O que pode ser considerado um marco inicial de outra fase na construção das "identidades Baixada" está em 2003 a partir do Programa de Apoio a Planos de Programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do governo federal. Este Programa, com a implantação de novos *campi*, também estimulou o estabelecimento de faculdades estaduais e particulares. Os cursos superiores no Instituto Federal de Nilópolis; no campus Xerém da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) e no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Nova Iguaçu; e no campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em Duque de Caxias os fizeram locais que propiciam o encontro e a mobilização de professores e alunos na geração de novas leituras e questões sobre a Baixada.

Este número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* apresenta aos leitores um dossiê reunindo sete artigos sobre a Baixada Fluminense. São escritos desenvolvidos por estudiosos associados ao Instituto Histórico de Duque de Caxias, à UFRRJ e à UFRJ e que representam a variedade das tendências de estudos sobre a história da Baixada, do período colonial ao republicano.

O artigo que abre o dossiê, de Eliana Laurentino e Nielson Bezerra, recupera as pesquisas sobre a história da escravidão realizadas nos últimos 15 anos para chamar atenção para a importância da resistência ao racismo. O que constitui hoje o município de Duque de Caxias é observado a partir de dois textos, de Marlucia Santos de Souza e de Elaine Gusmão. O primeiro se dedica à Fazenda Iguaçu, propriedade da Ordem de São Bento até 1922 quando passou ao

controle da União, e área que é objeto de levantamentos do Museu Vivo de São Bento. O segundo revê a história do patrimônio da igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar de Iguassu e revela o esplendor daquela obra religiosa.

Os trabalhos que se seguem oferecem variadas temáticas da Baixada nos tempos republicanos. Adriana Branco Correia Souto faz um relato da constituição da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e os impactos na ocupação das localidades que receberam melhoramentos. Lucia Silva também se volta para Duque de Caxias através da análise de dois loteamentos, erigidos a partir das obras de saneamento e que constituem o modelo dominante para a moradia dos trabalhadores e da ocupação do que veio a se transformar na periferia da cidade carioca.

Fernando Nicholas dos Santos Dias olha para dois programas implementados pelo poder público na Baixada, o Plano da FUNDREM e o projeto Baixada Viva/Nova Baixada, detendo-se nas suas proposições para o município de São João do Meriti. O artigo final deste número, de autoria de Tania Amaro, revê a história política de Duque de Caxias no período 1943-1985 evidenciando a falta de participação popular.

Boa leitura!

A ESCRAVIDÃO AFRICANA NOS CAMINHOS E NA HISTORIOGRAFIA DA BAIXADA FLUMINENSE

Eliana Laurentino[1]
Nielson Bezerra[2]

Resumo:

O presente artigo pretende apresentar o avanço das pesquisas históricas sobre a temática da escravidão no território atualmente conhecido como Baixada Fluminense, considerando os diferentes aspectos que essa temática tradicional dos estudos acadêmicos desdobrou na reflexão sobre as variadas realidades em diálogo com a cultura histórica da região. A partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática, apresentaremos duas sessões específicas: a primeira trata as perspectivas das pesquisas sobre a escravidão na Baixada Fluminense nos últimos quinze anos, sendo possível identificar uma multiplicação dos estudos sobre essa temática na historiografia da Baixada Fluminense; e a segunda aborda a importância do debate sobre a historiografia da escravidão para a luta de resistência contra o racismo.

Palavras-chave: Escravidão, Baixada Fluminense, História da Histografia.

Abstract:

This article aims to present the advancement of historiographical research on the theme of slavery in the territory currently known as Baixada Fluminense, considering the different aspects that this traditional theme of academic studies unfolded in reflections on the different realities in dialogue with the actions of the region's historical culture. Based on a bibliographic survey on the topic, we will present two specific sessions: the first, the perspectives of research on slavery in Baixada Fluminense in the last fifteen years, when it is possible to find a multiplication of studies on this topic in the historiography of Baixada Fluminense, and a second, with an overview of the importance of the debate on the historiography of slavery for the struggle of resistance against racism.

Keywords: Slavery, Baixada Fluminense, History of Histography.

A historiografia brasileira sempre se debruçou sobre o estudo da escravidão. Desde os escritos oitocentistas sobre a formação social do Brasil, a escravidão africana ocupou um lugar de importância na obra dos historiadores que se dedicaram a "pensar a nação". Ao longo do último século, diferentes escolas historiográficas brasileiras alargaram as ideias de fontes, metodologias e interpretações sobre a influência das identidades africanas e os impactos do trabalho escravizado na formação da sociedade brasileira. As disputas teóricas e metodológicas da historiografia brasileira, talvez, não tenham sido mais bem

1 Doutora em História (FFP-UERJ); Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação nas Periferias (PPGECC/UERJ); Vice-líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural A Cor da Baixada (CNPq/UERJ).

2 Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação nas Periferias (PPGECC/UERJ); Professor Associado da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ); Diretor de Pesquisa do Museu Vivo do São Bento; Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural A Cor da Baixada (CNPq/UERJ).

protagonizadas por outro tema como foi pela estudos sobre a escravidão no Brasil. Desde a sua fundação, a Associação Nacional de História (Anpuh-Brasil) sempre reservou destaque em simpósios, conferências, mesas de debates, comunicações para o tema da escravidão, uma vez que sua reflexão continuada fundamentou um aprofundamento metodológico para se pensar o Brasil e a sua construção historiográfica. Contudo, desde o XXI Simpósio Nacional de História, realizado em 2001, Niterói -RJ, que visivelmente um gradativo abandono do tema da escravidão entre os historiadores têm se desenhado ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. É interessante verificar que na programação do XXXII Simpósio Nacional de História, realizado em 2023, na cidade de São Luis-MA, é preciso certo malabarismo para encontrar a palavra "escravidão" em sua programação, não ocorrendo qualquer destaque para o tema em mesas, simpósios temáticos, comunicações, entre outras atividades.

Em contraponto aos movimentos de historiadores e sua principal associação, o tema da escravidão ainda tem sido fundamental para se pensar a formação do Brasil, de modo recorrente, no início do século XXI, em novelas, filmes, exposições artísticas, entre outros. Ao contrário do movimento identificado nos simpósios da ANPUH, a escravidão está distante de ser um tema do passado ou já superado pela historiografia. As leis que culminaram na libertação de todos os escravizados do Brasil, em 1888, não significaram a abolição e o fim de todo o trabalho forçado no país. A escravidão está presente nas representações de dominação da sociedade brasileira contemporânea, além de ainda ser um desafio para organismos internacionais, em função da recorrência de diferentes temas da escravidão para o mundo na atualidade. Para se ter uma ideia, de acordo com a Alliance Against Modern Slavery,[3] instituição canadense que se propõe ao combate contra a escravidão contemporânea no mundo, estima-se que 12,3 milhões de pessoas ainda trabalham em regime de escravidão ou em condições análogas na atualidade. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), entre 600 e 800 mil trabalhadores e trabalhadoras ainda são comercializadas a cada ano em todo o mundo. São inúmeros os casos noticiados nos jornais e revistas de denúncias de trabalho escravo no Brasil da atualidade, demonstrando o não isolamento do Brasil dessa triste realidade. Com esses dados, é pertinente destacar a importância desse debate e provocar uma reflexão sobre o significado desse tema para pensar as grandes questões da sociedade brasileira.

É interessante considerar que o aparente abandono do tema da escravidão nos Simpósios Nacionais de História, nas duas últimas décadas, não representam o interesse do grande público, nem tampouco dos movimentos sociais locais e regionais, como é o caso da Baixada Fluminense. Ainda é interessante

3 Ver http://allianceagainstmodernslavery.org/ Acesso (02/10/2023).

assinalar que os estudos sobre a escravidão na Baixada Fluminense ganharam relevância ao longo do século XX de forma muito lenta, ganhando importância na produção historiográfica sobre a região já no início do século XXI.

Em estudos anteriores, já apontamos que o território atualmente conhecido como Baixada Fluminense foi ignorado pelos historiadores da escravidão ao longo de todo o século XX. Do mesmo modo, no mesmo período, o tema também não ganhou muito destaque na historiografia tradicional sobre o território. A historiografia tradicional sobre a Baixada Fluminense encontra em José Matoso Maia Forte (1933) a sua obra fundadora, seguindo-se pelos trabalhos de Rui Afrânio Peixoto (1968) e Waldick Pereira (1970; 1977). Essa tradição ainda hoje pode ser percebida, o que demonstra a pujança e a continuidade dos trabalhos que perpetuam a visão historiográfica sobre a Baixada Fluminense inaugurada por ocasião do centenário da Vila de Iguaçu, com a obra de Matoso Maia. Contudo, se não se deve desprezar o trabalho pioneiro desses estudiosos, preocupados em registrar a história e preservar a memória da Baixada Fluminense. Muito do conhecimento que se tem sobre a Baixada Fluminense pode ser considerado desdobramento desses estudos pioneiros, mesmo considerando as divergências interpretativas e de olhares que se produziu, a partir das muitas pesquisas, que já foram publicadas ou que ainda permanecem inéditas para o grande público.

Na Baixada Fluminense, lugar de população majoritariamente negra, as marcas e as memórias da escravidão ainda são muito presentes, sobretudo no que diz respeito a sua maior herança: o racismo. Este artigo, portanto, também é uma reflexão sobre as desigualdades raciais na região, bem como os processos de resistência que podem ser construídos ao longo das pesquisas acadêmicas. Para isso, apresentaremos duas sessões específicas: a primeira, as perspectivas das pesquisas sobre a escravidão na Baixada Fluminense nos últimos quinze anos, quando é possível encontrar uma multiplicação dos estudos sobre essa temática na historiografia da Baixada Fluminense; já na segunda, um breve panorama da importância do debate sobre a historiografia da escravidão para a luta de resistência contra o racismo.

Perspectivas das pesquisas sobre escravidão na Baixada Fluminense

Os estudos historiográficos sobre a Baixada Fluminense, considerando a escravidão como tema central de análise, podem ser organizados em três fases, a saber: a) a historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão na Baixada Fluminense; b) Baixada Fluminense e escravidão: o tangenciamento historiográfico; c) as confluências da escravidão e as conexões atlânticas no Recôncavo da Guanabara: contribuições recentes. Em trabalhos anteriores (BEZERRA, 2017; LAURENTINO, BEZERRA, 2019) apresentamos como a historiografia tradicional

do território, ou a primeira geração de pesquisadores da Baixada Fluminense (LAURENTINO, 2021), alinhada a uma perspectiva tradicional da historiografia com leituras sobre aspectos econômicos e administrativos, acabaram invisibilizando os escravizados da região. Destaca-se que não foram apenas relações sociais e culturais da região que não foram problematizadas, mas a própria existência dos sujeitos históricos.

A proliferação dos estudos sobre a escravidão, a diáspora africana e a cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense tem se justificado pela grande proporção de negros e pardos na população das cidades da região, bem como os diferentes impulsos que foram criados pela promulgação da Lei 10.639/03 e os diferentes programas de incentivo à preservação do patrimônio cultural realizados pelo Estado brasileiro, que por sua vez, tem sido uma demanda da sociedade civil organizada. Muitos dos estudiosos desses temas são criados no seio dos movimentos sociais da Baixada Fluminense e, alguns outros formados em instituições cujo corpo docente caracterizou-se pela presença de militantes culturais[4].

No caso dos estudos sobre a escravidão, tema ao qual gostaríamos de nos circunscrever daqui para frente, além da "descoberta" do Arquivo Nacional e, posteriormente, de outros arquivos como necessários para o estudo do tema na região, a fundação do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM-UFRRJ), através de seu curso de graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História foi fundamental para o crescimento e o desenvolvimento de novos estudos sobre a região. Além da importância de uma instituição federal para o desenvolvimento da região, a presença de professores e historiadores que tinham grande envolvimento com o tema da escravidão foi fundamental para que diferentes trabalhos da Baixada Fluminense ganhassem folego maior.[5] Contudo, antes disso, os trabalhos sobre

4 Esse seria o caso do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (Feuduc) durante o período entre 1999-2008, sobretudo com a presença dos professores Antonio Jorge Matos, Antonio Augusto Braz, Marlucia dos Santos Souza, Alexandre Marques e Nielson Rosa Bezerra que formavam uma espécie de núcleo duro daquele departamento. Esses professores protagonizaram a formação do novo curso de História (anteriormente era Estudos Sociais), fundaram e administraram o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense. E juntamente com outros historiadores também fundaram a Associação de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (APPH-CLIO), bem como estiveram presentes na fundação da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias (ASAMIH), que entre ouras coisas, representou a revitalização do Instituto Histórico de Duque de Caxias.

5 Roberto Guedes Ferreira é o principal orientador dos trabalhos sobre escravidão na Baixada Fluminense que foram defendidos naquele programa. Entre os trabalhos sobre o tema da escravidão na Baixada Fluminense defendidos naquele programa destacam-se: Nelson Henrique Moreira de Oliveira. *Forros Senhores da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, fins do século XVIII*; Dissertação de Mestrado. Nova Iguaçu: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.; Ana Paula Rodrigues. *Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade de Iguaçu e Jacutinga, séculos XVII-XVIII)*; Dissertação de Mestrado. Nova Iguaçu: Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.; Moisés Soares Peixoto. *Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social, (Piedade de*

a escravidão na Baixada Fluminense já eram defendidos em outros programas de pós-graduação em História, como a Universidade Severino Sombra (USS), em Vassouras,[6] a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na cidade do Rio de Janeiro e, sobretudo, a Universidade Federal Fluminense (UFF)[7], em Niterói, até então, o principal programa que abrigava os estudiosos interessados em estudar a escravidão africana na Baixada Fluminense, como pode ser observado no quadro que segue.

Quadro 1
Tese e Dissertações sobre a escravidão na Baixada Fluminense (2000-2015)

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2000	Ivonete Cristina Campos	As permanências da escravidão nos portos periféricos (1850-1880)	Dissertação	USS
2004	Nielson Rosa Bezerra	As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela 1833-1888	Dissertação	USS
2005	Alinnie Silvestre Moreira	Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica da Estrela, Serra da Estrela - RJ (1831-1870)	Dissertação	UNICAMP
2005	Ubiratan Cruz	Família na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Morobahí: estrutura social e padrão de sociabilidade Capitania do Rio de Janeiro, 1759-1793	Dissertação	USS
2006	Aline Fernandes Pereira	Cultura Material A Fábrica Santo Aleixo: a importância de trabalho manufatureiro livre em uma sociedade escravista (1848-1860)	Dissertação	USS

Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780- 1870); Dissertação de Mestrado. Nova Iguaçu: Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

6 Ivonete Cristina Campos. *As permanências da escravidão: portos periféricos (1850-1880);* Dissertação de Mestrado. Vassouras: Programa de Mestrado em História - Universidade Severino Sombra, 2000; Nielson Rosa Bezerra. *As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela (1833-1888);* Dissertação de Mestrado. Vassouras: Programa de Mestrado em História - Universidade Severino Sombra, 2004.

7 Denise Vieira Demétrio. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII;* Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, 2008.; Nielson Rosa Bezerra. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1780-1840;* Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, 2010.; Denise Veira Demétrio. *Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques;* Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, 2015.

2008	Denise Vieira Demétrio	Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII	Dissertação	UFF
2010	Nelson Henrique Moreira de Oliveira	Forros senhores da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu, fins do século XVIII	Dissertação	UFRRJ
2013	Ana Paula Souza Rodrigues	Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade de Jacutinga - Séculos- XVII-XVIII)	Dissertação	UFRRJ
2010	Nielson Rosa Bezerra	Mosaicos da escravidão: identidades africanas e Conexões Atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)	Tese	UFF
2013	Rubens da Mota Machado	A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila de Iguaçu 1840-1880)	Dissertação	UFRJ
2013	Gilciano Menezes Costa	A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do Rio Macacu (1833-1875)	Dissertação	UFF
2014	Marcelo Inácio de Oliveira Alves	Senhores de Escravos na Banda D'Além: estratégias de construção do poder senhorial (Freguesia de São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII)	Dissertação	UFRRJ
2014	Denise Vieira Demétrio	Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martin Correia Vasques	Tese	UFF
2015	Moises Soares Peixoto	Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social, (Piedade de Iguaçu e Santo Antônio da Jacutinga, RJ 1780-1870)	Dissertação	UFRRJ
2015	Daniela Carvalho Cavalheiro	Africanos Livres no Brasil: tráfico ilegal, vidas tuteladas e experiências coletivas no século XIX	Dissertação	UFRRJ
2015	Vitor Cabral Braga	Lugares para bem morrer no Recôncavo da Guanabara/ RJ: irmandades, ritos e tensões na geografia da morte (1720-1800)	Dissertação	UNIRIO

2015	Ricardo Muniz Ruiz	A Família Escrava no Império do café. Itaguahy, RJ, 1820-1871	Tese	UNIRIO
2015	Julia Ribeiro Aguiar	Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII)	Dissertação	UFRJ

Fonte: Banco de fontes e bibliografias A Cor da Baixada.

A partir de um mapeamento das pesquisas produzidas entre os anos 2000 e 2015, considerando programas de pós-graduação em História, em universidades no estado do Rio de Janeiro, evidencia-se como alguns fatores permitiram investimento em pesquisas sobre a temática, desde a criação de programas, acesso às fontes e a consolidação de grupo de pesquisa. Nesse sentido, identificou-se três (3) teses e quinze (15) dissertações, nas quais três (3) dissertações foram realizadas pela USS; duas (2) teses e duas (2) dissertações pela UFF; duas (2) dissertações pela UFRJ; uma (1) dissertação e uma (1) tese pela UNIRIO; e cinco (5) dissertações pela UFRRJ. Esse banco de fontes e bibliografias sobre a história da Baixada Fluminense está em processo de construção. É preciso esclarecer que esse banco de fontes e de bibliografias é um produto do projeto "Testemunhos de africanos no Brasil: biografias, trajetórias individuais e identidades coletivas (Séculos XVIII-XIX)", financiado pela FAPERJ, e mesmo que algum trabalho tenha sido esquecido no levantamento realizado, em uma perspectiva qualitativa, os dados permitem apontar alguns dados significativos.

Ao perceber a trajetória dos autores dos trabalhos aqui identificados, quase a unanimidade é formada por moradores da Baixada Fluminense e professores da rede pública de ensino. De uma forma geral, o ensino foi prioridade para esses estudiosos, sendo a carreira acadêmica uma possibilidade de atuação profissional. É claro que não se pode generalizar, pois é sempre possível que alguns desses autores tenham uma trajetória oposta. Contudo, a caracterização aqui apresentada está baseada na análise de agradecimentos, comentários e introdução de cada trabalho.

Ao analisar o quadro 1, percebe-se três (3) trabalhos no programa de pós-graduação em História da Universidade Severino Sombra. De acordo com as justificativas daquele programa, seus interesses estavam marcados na formação de pós-graduação *stricto sensu* de professores de escolas públicas e de universidades privadas que desejavam aperfeiçoar e dar continuidade aos seus estudos. Desse modo, é possível traçar um perfil profissional e acadêmico dos autores das dissertações sobre a escravidão na Baixada Fluminense naquele programa, isto é, professores formados em universidades privadas e que atu-

avam em escolas públicas e em cursos de graduação das universidades particulares da região. Embora não possamos categoricamente afirmar, ocorria indícios de resistência dos programas de pós-graduação das universidades públicas para temas da escravidão na Baixada Fluminense propostos por ex--alunos de universidades particulares durante o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Assim, o programa de pós-graduação da Universidade Severino Sombra tornou-se uma espécie de refúgio acadêmico para os profissionais da Educação do estado do Rio de Janeiro dispostos a pesquisar e a desenvolver trabalhos regionais sobre o território fluminense.

Por volta do ano de 2004, a Universidade Federal Fluminense, no âmbito do Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi), sob a coordenação de pesquisa das professoras Hebe Mattos e Mariza Soares, foi a instituição responsável pela parceria internacional, que viabilizou a digitalização da documentação eclesiástica referente às freguesias que formavam o Recôncavo da Guanabara.[8] A aproximação de proeminentes professoras do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) proporcionou inicialmente que alunos da graduação de História da mesma universidade, que moravam na Baixada Fluminense, participassem como bolsistas do projeto.[9] Mais adiante, alguns deles se tornaram alunos do programa de pós-graduação em que as mencionadas professoras atuavam. Desse modo, há uma presença de dissertações e teses sobre a história da Baixada Fluminense que tiveram a Universidade Federal Fluminense como lugar socioinstitucional de produção daqueles trabalhos historiográficos.[10]

Em 2006, o Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, unidade acadêmica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), passou a funcionar em campus próprio inaugurado naquele ano. Contudo, aquela universidade já funcionava na cidade de Nova Iguaçu desde o ano 2000. É fato que com o novo campus, as atividades acadêmicas foram ampliadas e organizadas, dando visibilidade para os estudantes e os profissionais que ali atuavam. No ano de 2008, o programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi criado no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, com atividades no campus central, mas também vinculado ao Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu. Desse modo, as pesquisas sobre a Baixada Flumi-

8 Ver: www.uff.br/curias/ Acesso (01/10/2023)

9 Camila Baptista, Denise Demétrio e Gisele Ribeiro foram bolsistas desse projeto que depois tornaram-se alunas do programa de pós-graduação em História da UFF.

10 Denise Vieira Demétrio. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII;* Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-graduação em História-Universidade Federal Fluminense, 2008.; Nielson Rosa Bezerra. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1780-1840;* Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, 2010.; Denise Veira Demétrio. *Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques;* Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal Fluminense, 2015.

nense encontrariam uma nova referência institucional. No caso das pesquisas sobre a história da Escravidão na Baixada Fluminense, a presença do professor Roberto Guedes Ferreira, e as constantes aprovações de financiamentos de pesquisa sobre "as hierarquias e as mobilidades sociais no Brasil colonial" foram fundamentais para a formação de novos pesquisadores que residiam e trabalhavam na região, mas estavam interessados sobre a temática da escravidão.[11]

A presença de um programa de pós-graduação de uma universidade pública na Baixada Fluminense foi fundamental para a ampliação do número de estudos sobre a região e suas diferentes temáticas. No caso dessa análise, é possível identificar entre os 18 trabalhos que formam o quadro 1, que cinco deles foram produzidos e defendidos no âmbito do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Além disso, os dois primeiros doutores que defenderam teses sobre a Escravidão na Baixada Fluminense foram bolsistas de Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes (PNPD-CAPES), no âmbito do projeto "Testamentos e hierarquias em sociedades escravistas ibero-americanas (Séculos XVI-XVIII)", coordenado pelo professor Roberto Guedes Ferreira, e atuaram no Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu.

Atualmente, a produção historiográfica sobre a Baixada Fluminense, sobretudo aquela que enfatiza as reflexões sobre o seu passado escravista, tem uma recorrência em diferentes programas do Rio de Janeiro, o que já pode ser percebido no final do quadro 1, e seguindo os rastros desses agentes e de um grupo de pesquisa e extensão cultural *A cor da Baixada* que marcou sua trajetória de pesquisas a partir da temática, foi possível mapear os desdobramentos e participação dos historiadores da escravidão na Baixada Fluminense.

Apesar de uma diminuição acentuada das demandas do tema nos Simpósios Nacionais de História, a historiografia da escravidão na Baixada Fluminense ainda mantém um lugar de destaque para os estudos da escravidão, de forma que é interessante pensar certo deslocamento da historiografia em relação às demandas locais e regionais. Os trabalhos identificados são majoritariamente de pesquisadores oriundos da Baixada Fluminense e de agentes atuantes na Educação Básica. Muitos são fruto do investimento em pesquisa realizado pelo grupo de pesquisa e extensão cultural *A cor da Baixada*, tal como se verifica no quadro 1 em que se identificam quatro (4) trabalhos realizados. Essa produção sinaliza o desdobramento de pesquisas a partir do grupo que levanta o debate sobre os impactos da escravidão, suas marcas, memórias e pressentimentos, que reverberam no ensino de História.

11 Entre outros projetos coordenados por Roberto Guedes Ferreira, ver: *Libertos: interações culturais no Brasil escravista. Rio de Janeiro, Minas e Bahia (1750-1850).*

Entre os estudos e as práticas: a historiografia e seus projetos políticos no território

Os agentes da Baixada Fluminense são herdeiros de uma cultura histórica da região. De acordo com Sanchez, a categoria de cultura histórica pode ser definida como *"el conjunto de recursos, discursos y práticas sociales através de los cuales los membros de uma comunidade interpretan, transmitem, objetivan y transformam su passado"* (SANCHES, 2013, p.203). Nesse sentido, os investimentos para os usos do passado são recorrentes entre os agentes da região, com uma preocupação em organizar a relação passado, presente e futuro, na qual destacam-se os laços entre os projetos historiográficos e os vínculos e interesses políticos que foram recorrentes. Desde os escritos de Matoso Maia Forte, em 1933, como já mencionado, bem como com a fundação da Arcádia Iguaçuana, na década de 1950, na qual os intelectuais se organizaram em torno de um projeto histórico para superar as crises das transformações socioeconômicas do período, até a criação dos institutos históricos e a criação dos espaços museais – para caracterizar todos esses casos é pertinente recorrer a noção de cultura histórica.

Além do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), em 1960, do Instituto Histórico em Duque de Caxias (IHGDC), na década de 1970, do Instituto Histórico e Geográfico de São João de Meriti (IHGSJM), na década de 1980, e do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPABH), na década de 1990, podemos também considerar a criação do Museu Vivo do São Bento (MVSB), nos anos 2000, como produto da institucionalização da reflexão e representação do passado conquistada por profissionais dedicados à pesquisa histórica (LAURENTINO, 2016; LAURENTINO, 2021).

O grupo de pesquisa e Extensão Cultural *A Cor da Baixada* é fruto dessa cultura histórica, inicialmente com foco na temática da escravidão, com pesquisadores preocupados com a construção de memórias negras sobre o território, a partir de um esforço em identificar suas historicidades. Criado nos primeiros anos do século XXI, a formação do grupo se constituiu de acordo com o processo de investigação sobre a temática da escravidão, da diáspora africana e das diferentes representações das culturas afro-brasileiras na Baixada Fluminense.

O grupo se constituiu no âmbito do Departamento de História da extinta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC), com centralidade em temas relacionados à escravidão africana. Contudo, assim como a própria historiografia brasileira, o diálogo com outras áreas do conhecimento provocou uma ampliação do interesse, marcando uma multiplicidade de temas, metodologias e conceitos voltados para uma melhor compreensão

da elaboração de uma história negra na Baixada Fluminense. Do mesmo modo, o grupo de pesquisa também ampliou a sua própria inserção institucional. Inicialmente, o diálogo com outras instituições se deu pela presença de jovens moradores da Baixada Fluminense que faziam, em sua maioria, graduação em História nas "grandes universidades" do Rio de Janeiro, como a UFF, a PUC, a UFRJ, a UERJ, entre outras. Mais adiante, a participação de membros do grupo em seminários, conferências e congressos consolidou esse diálogo em outras instâncias do mundo acadêmico.

O acolhimento de alunos das "grandes universidades" interessados no tema da história da Baixada Negra tornou-se uma constante, mesmo que reconhecessem que seu interesse de estudo não reverberasse em suas próprias instituições. Assim, o grupo de pesquisa tornou-se uma referência coletiva para troca de fontes, debates de leituras, apresentações de comunicações em eventos e, sobretudo, encaminhamento das pesquisas em outros níveis de formação acadêmica. Ao longo dos anos, alguns membros seguiram com estudos sobre a temática, somando mais de vinte anos de incentivos às pesquisas sobre a presença africana no Recôncavo Guanabarino e a história negra na Baixada Fluminense. Todavia, pode se dizer que o projeto "Patrimônio Memória e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense", aprovado junto à FAPERJ, em 2013, representou um marco para as atividades do grupo, uma vez que o financiamento e as bolsas de pesquisas foram fundamentais para ampliar o grupo, tornando-o uma referência não apenas no campo da pesquisa, mas também na extensão cultural.

Associado a isso, é importante destacar os impactos que a publicação do livro *A Cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara*, por Nielson Bezerra (APPH-CLIO/INEPAC, 2012) representou para estudiosos, militantes e agentes culturais interessados nas temáticas que envolviam a ampliação do conhecimento sobre a "Baixada Negra". Assim, os diálogos com outras áreas de conhecimento também se ampliaram com a chegada de pesquisadores de Geografia, Educação, Filosofia e Literatura. Porém, a tônica do grupo de pesquisa se manteve, isto é, moradores da Baixada Fluminense que, independentemente da área de atuação ou da filiação institucional, se aproximavam pelo interesse em suas próprias histórias. Em 2015, o Grupo de Pesquisa, através de seu coordenador, foi institucionalizado junto à Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) através de sua inserção no Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação nas Periferias (PPGECC/UERJ). Desde então, o Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural A Cor da Baixada mantém uma dinâmica contínua de produção acadêmica e de iniciativas culturais para a comunicação dos resultados dessas pesquisas com o público não acadêmico da Baixada Fluminense. Com isso, contam-se

inúmeros seminários, oficinas, exposições, memoriais, peças de teatros, documentários, entre outros, realizados em parceria com escolas, associações, casas de candomblé, igrejas e museus comunitários. Nesse sentido, destaca-se a longa parceria com o Museu Vivo do São Bento que, junto com o PPGECC-UERJ, constitui-se no principal ponto de apoio institucional para a existência do grupo de pesquisa.

Podemos acrescentar que os interesses dos estudos sobre escravidão na Baixada Fluminense, a partir dos anos 2000, foi impactado e impactou as demandas políticas de reflexão sobre as questões identitárias no território (LAURENTINO, 2016). Isso implica em desdobramentos de pesquisas e temáticas que impactam nas produções sobre a história local.

Júnia Sales Pereira (2014) destaca que o registro identitário no Brasil contemporâneo tem voltado suas ações de memória para a superação do racismo por um movimento de revisão do passado histórico, assim reconfigurando as narrativas, motivadas pelo presente. Assim, a autora apresenta como os usos públicos do passado histórico estão correlacionados com os movimentos negros e com a implementação de políticas de afirmação étnico-racial, que, de acordo com as leis 10639/2008 e 11645/2009, implica na obrigatoriedade de abordagem de temáticas como a história africana, afro-brasileira e a educação étnico-racial, temas silenciados nos currículos escolares. Isso implica na mobilização de algumas categorias como conhecimento histórico, tempo, esquecimento e memória. Pereira destaca que:

> O conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais corretas à Lei nº10.639/2008 está orientado por uma agenda antirracismo, pela legítima positivação de memórias e da ascendência africana, e pela intenção em conferir visibilização de registros e imagens negras, abordando dores e ressentimentos históricos advindos de séculos de escravização com vistas ao agendamento da reparação histórica (...) (PEREIRA, 2014 posição Kindle 4033)

No entanto, Junia Sales Pereira destaca que no ensino de História existe uma oscilação entre a positivação das memórias, que objetivam uma agenda afirmativa, e o receio de reabertura de feridas. Assim, para ela, "há, no momento, uma alteração da relação entre conteúdos de ensino e ciência de referência, com visível redução da narrativa sobre o passado escravista e seus processos (...) (PEREIRA, 2014 posição kindle 4033). Consideramos, como a autora, que a abordagem focada apenas na positivação pode gerar efeitos de elevação da autoestima dos estudantes negros, mas também pode resultar em abordagens mitificadas da história afro-brasileira e africana. Não podemos esquecer a perversidade da escravização e os desdobramentos como o racismo.

O que se observa no quadro a seguir é que os estudos sobre a temática foram mantidos no âmbito dos projetos historiográficos e políticos engajados na Baixada Fluminense. Assim, considerando que a historiografia da Baixada Fluminense possui uma produção marcadamente preocupada com os usos públicos do passado, destacamos, ainda, como os agentes na região operam e são impactados pela experiência de tempo, como define Fernando Nicolazzi:

> [...] um regime historiográfico, sem perder de vista a operação que lhe dá sentido, direciona o olhar analítico a seu entorno, às expectativas projetadas a ela e as suas formas de recepção; remete ainda à experiência de tempo que torna possível definir as relações entre passado, presente e futuro.

Diante de um reconhecido engajamento dos pesquisadores na região sobre as demandas locais e regionais e seus investimentos de escritas sobre a história, percebe-se que as pesquisas sobre a escravidão estão em diálogo com os regimes historiográficos vigentes, no qual se observa maiores investimentos sobre a relação com o pós-abolição e as implicações sociais e culturais. No entanto, na perspectiva local, destaca-se o investimento em não perder seu diálogo com a necessidade de pesquisas com registros sobre as dores e as memórias da escravização, considerando que muitos estudos ainda precisam ser desenvolvidos.

A partir dos autores dos trabalhos realizados até 2015, conforme o quadro 1, é possível identificar os que continuaram as pesquisas em outros níveis e permaneceram com a temática direcionada ao território e em diálogo direto com a escravidão[12], o que se verifica na análise do quadro 2. Importante destacar que a mobilização no ano de 2015 repercutiu no interesse de mais de 150 inscritos para o I Seminário de Estudos da Escravidão na Baixada Fluminense, com três dias de evento, 26, 27 e 28 de junho de 2015. Foram apresentados os pesquisadores de diferentes instituições, como UFF, UFRJ, UNICAMP e FEUDUC, e também aconteceram oficinas sobre organização de banco de dados, digitalização e organização de acervos, guia de fontes da escravidão da Baixada Fluminense, inventário da cultura afro-brasileira em Duque de Caxias e Africanos Livres da Baixada Fluminense - Anúncios de jornais. No último dia do evento, a programação indicava o estudo de campo "Lugares de memória da escravidão na Baixada Fluminense"[13].

A partir de 2015, o Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural inicia uma etapa de sua produção com fortes influências da teoria da decolonialidade e seus atravessamentos com os estudos da Educação (aproximando-nos ainda mais

12 A busca foi realizada a partir da plataforma Lattes: https://lattes.cnpq.br/ Acesso em:10/2023.

13 Disponível em:<http://www.museuvivodosaobento.com.br/novidades/i-seminario-de-estudos-da-escravidaona-baixada-fluminense/ > Acesso em:02/10/2023.

da Educação Básica). Muitos pesquisadores interessados em temas sobre Candomblé, Identidades de Mulheres Negras, Ancestralidades, Tambores, Cultura, entre outros, desenvolveram pesquisas na perspectiva da longa duração. As referências desses pesquisadores eram os estudos da escravidão, os impactos pedagógicos, culturais e sociais que as pesquisas sobre o tema poderiam reverberar em abordagens que, do ponto de vista acadêmico, seriam completamente díspares. Contudo, as pesquisas em Educação apresentaram forte influência e diálogo com sobre temas contemporâneos relacionados com o passado escravista da Baixada Fluminense[14].

Entretanto, para além de um movimento ampliado do diálogo dos estudos da História com a Educação, a perenidade dos estudos sobre a história da escravidão na Baixada Fluminense não intimidaram. Com isso, interessou-nos recentemente pensar um novo levantamento do tema para o território, permitindo a organização do quadro abaixo.

Quadro 2

Tese e Dissertações sobre a escravidão na Baixada Fluminense (2015-2023)

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2019	Juliana Lima	O protagonismo dos africanos livres em anúncios de jornais: uma janela para o tráfico ilegal de escravos no Brasil (1818-1864)	Dissertação	UFF
2019	Vitor Franco	Escravos da Religião: família e comunidade nas propriedades beneditinas no Recôncavo da Guanabara, 1817-1884	Dissertação	UFF
2019	Moisés Peixoto	Como se fossem brancos? comportamento social e moral religiosa de forros e descendentes de escravos (Iguaçu e Jacutinga, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850)	Tese	UFRJ
2020	Daniela Carvalho Cavalheiro	Da liberdade para a emancipação: trabalho, gênero e identidades de africanos livres no Rio de Janeiro oitocentista	Tese	UNICAMP
2020	Ana Paula Souza Rodrigues	O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara (Século XVIII)	Tese	UFRRJ

14 Trabalhos como de Bruna Almeida *É devagar, é devagarinho: Pai Joaquim da Calunga e as desconstruções de correntes sociais e educacionais da colonial idade*, que destaca a relação das referências da escravidão com os saberes ancestrais; Carina Ferreira Batista. *Os pretos que não chegaram a velho: morte, sepultamento e religiosidade na cidade do Rio de Janeiro*, sobre as práticas pedagógicas a partir do Instituo dos Pretos Novos, entre outros, como: Priscila Duarte dos Reis. *Criaad Nova Iguaçu: relações históricas de poder e jovens em conflito com a lei*; e Jeusamir Alves da Silva (Tata Anangue). *Patrimônio e candomblé: perspectivas das identidades banto na religiosidade afro-brasileira de Nova Iguaçu*.

2021	Max Fabiano Rodrigues de Oliveira	Dos filhos de João e Theodora aos filhos de Iguaçu: Família, trajetórias, futebol e associativismo negro na Baixada Fluminense (1854-1950)	Tese	UFRRJ
2022	Juliana Delphino Garcia da Silva	Entre nobres, engenhos e o Atlântico: o tráfico ilegal de africanos para a freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (1830-1870)	Dissertação	UFRRJ
2022	Sabrina Machado Campos	Trabalhadores da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar na segunda metade do século XIX.	Dissertação	UFF

Fonte: Banco de fontes e bibliografias *A Cor da Baixada*.

Identifica-se que tanto Ubiratan, Alinnie, Ivonete, Nelson Henrique, Marcelo Inácio de Oliveira Alves e Aline Fernandes não realizaram teses. Gilciano Menezes, ainda na UFF, realizou um debate com foco no território, mas não centrada na escravidão. Sua tese, intitulada *Imprensa e História Local: os jornais de Itaboraí e as lutas políticas no período imperial,* defendida em 2022; Julia Ribeiro Aguiar está com o doutorado em andamento, de acordo com publicações recentes indica que permanece com a temática sobre a escravidão; e Vitor Cabral Braga está com a pesquisa de tese em andamento, com o título *As mortes e os mortos da Guerra do Paraguai (1864-1889).*

Assim, desse grupo analisado, podemos identificar a continuidade em outros níveis de formação, de forma direta, apenas com Moisés Peixoto, Daniela Cavalheiro e Ana Paula Souza, conforme quadro 2. Tanto Moisés Peixoto, quanto Daniela Cavalheiro são do grupo de pesquisa e extensão cultural *A cor da Baixada*. Seguindo os registros dos membros do grupo, podemos indicar além da continuidade dos trabalhos, um desdobramento com outros membros, Juliana Lima e Vitor Monteiro.

Considerações finais

Na Baixada Fluminense, o tema da escravidão tem percorrido caminhos historiográficos variados, desde o início da tradição de escrita da história do território. Para além dos movimentos da historiografia central do Brasil, aqui representado pela programação dos simpósios nacionais de História, na Baixada Fluminense, o debate sobre o tema da escravidão ainda está em pleno desenvolvimento, restando ainda demandas no campo da pesquisa, do ensino e da extensão cultural. Nas duas últimas décadas, dezenas de dissertações e teses foram defendidas e passaram a ser necessárias para as demandas para se compreender as dinâmicas sociais que se desdobraram, tanto no campo acadêmico e no ensino, quanto nos espaços culturais.

As pesquisas históricas, sobretudo em sua dimensão regional e local, não estão deslocadas das demandas sociais. Com a franca proeminência de pessoas negras na sua formação demográfica, a Baixada Fluminense tem demandado pesquisas e abordagens da história voltadas para temáticas que possam reverberar nas narrativas que sua população tem construído sobre si mesma. A escrita da história é fundamental no processo de construção das identidades coletivas. Assim, as tradições históricas da Baixada Fluminense, mesmo que tardiamente, foram demandadas para as histórias que conectam o presente de luta contra o racismo a um olhar crítico sobre o seu passado escravista. Contudo, ainda é muito interessante perceber que as demandas historiográficas ultrapassaram os limites acadêmicos, espraiando-se sobre o cidadão interessado em suas origens sociais e culturais, de forma que seja possível transformar o tema da escravidão em narrativas de liberdade, buscando referências no passado para as lutas e os processos de transformação do tempo presente.

Recebido em 02/10/2023
Aprovado em 20/10/2023

HISTÓRIA DO TERRITÓRIO DA FAZENDA DO IGUAÇU

Marlucia Santos de Souza[1]

Resumo

O texto apresenta uma breve história da antiga Fazenda Iguaçu como propriedade, localizada na região do Rio Iguaçu, na atual Baixada Fluminense, cuja história se relaciona com a afirmação da dominação colonial lusitana no Recôncavo da Guanabara. A propriedade, controlada a maior parte do tempo pela Ordem de São Bento no Rio de Janeiro, e que passou ao controle da União em 1922, se tornou um eixo da construção social do território, cuja memória é atualmente objeto do trabalho do Museu Vivo de São Bento, criado em 2008.

Palavras-chave: Território; Baixada Fluminense; Fazenda do Iguaçu; Museu Vivo de São Bento

Abstract

The paper presents a brief history of the old Iguaçu Farm as a property, located in the Iguaçu River region, in the current Baixada Fluminense, whose history is related to the affirmation of Portuguese colonial domination in the Guanabara Bay area. The property, controlled most of the time by the Benedictine Order of Rio de Janeiro, and which came under the control of the Union in 1922, and became an axis of the social construction of the territory, whose memory is today the subject of the Living Museum of São Bento, created in 2008.

Keywords: Territory; Baixada Fluminense; Duque de Caxias; Iguaçu Farm.

O território da antiga Fazenda do Iguaçu está situado a oeste da Baía da Guanabara, na atual bacia hidrográfica do Iguaçu, circundado pelo maciço da Serra do Mar, que recebe atualmente denominações de Serra do Tinguá, Serra de Petrópolis ou da Estrela e Serra da Taquara. A sede da fazenda estava assentada entre os rios Iguaçu, Sarapuí e Pilar. Ao fundo da propriedade encontra-se a foz dos rios Iguaçu e Sarapuí, o manguezal e águas da baía da Guanabara. Portanto, um território sensível às águas, sujeito às frequentes inundações, provocadas pelas flutuações das marés e pela volumosa quantidade de água advinda das serras com mais de 1.600 m de altitude, nos períodos de chuvas mais rigorosas. Os primeiros habitantes foram os povos das conchas, os povos Una e Tupis. A partir da conquista portuguesa, afirmou-se a propriedade de colonizadores e da Ordem do São Bento do Rio de Janeiro. No período colonial, a Fazenda do Iguaçu atravessou as fronteiras das freguesias situadas a oeste da Baía da Guanabara: Santo Antônio da Jacutinga, Nossa Senhora do Pilar do Aguassú e Nossa Senhora da Piedade de Igoassú.

1 Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, com especialização em Museologia Social pela Universidade Lusófona e UNIRIO. Diretora do Museu Vivo do São Bento e do Centro de Referência Patrimonial de Duque de Caxias. Uma das fundadoras da Associação de Professores Pesquisadores de História (APPH/Clio) e da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias (ASAMIH).

Memórias ancestrais do oeste da Baia da Guanabara

Os primeiros habitantes das cercanias da Baía de Guanabara foram os povos das conchas ou sambaquianos. Foram eles que imprimiram as primeiras paisagens humanas no lugar. No interior da área da Fazenda do Iguaçu, estão localizados cinco sítios arqueológicos registrados pelo IPHAN: Sambaqui São Bento I e II; Sambaqui do Iguaçu; Sambaqui do Sarapuí ou da Marquesa de Santos; e Sambaqui do Amapá. A presença em terras fluminenses de povos sambaquianos é reconhecida pelo erguimento de montes de conchas em áreas praieiras ou em planícies. No recôncavo guanabarino, ocuparam encostas situadas nas proximidades dos rios e da baía, como pescadores, caçadores e coletores de frutos do mar, além de ceramistas e trançadores de fibras vegetais. A sua arte era lítica, o que pressupõe longo tempo de trabalho nas moldagens e alisamentos de pedras. Utilizavam adornos (enfeites) de ossos de animais, trançados de fios vegetais, etc. Os povos das conchas foram nomeados de sambaquianos pelos tupis que chegaram no Rio de Janeiro entre 3 a 2 mil anos A. P.[2]

A arqueóloga Jeane Cordeiro, do Laboratório de Arqueologia Brasileira, identificou a existência de um sítio arqueológico do povo Una no interior da Fazenda do Iguaçu, nas proximidades das nascentes do Rio Iguaçu. Consta, assim, que levas de população dos Una experimentaram deslocamentos do Amazonas pelos sertões brasileiros (Tocantins, Goiás e Mato Grosso) e seguiram em direção ao sudeste, ocupando terras do planalto mineiro e do Vale do Paraíba, assim como do litoral do Rio de Janeiro, alcançando a Região dos Lagos, principalmente a região de Cabo Frio, onde conviveram com os povos sambaquianos. Seguindo Jeane Cordeiro, os Una estabeleceram relações de conquista, subordinando os povos das conchas. Com eles aperfeiçoaram as habilidades de pesca em águas praieiras e oceânicas (CORDEIRO, 2009).[3]

2 Um desses sítios arqueológicos foi escavado em 2010 e transformado em Sítio Escola pelo Museu Vivo do São Bento, situado no oeste da Baía de Guanabara, no interior do município de Duque de Caxias. Este museu de território também é um museu de percurso e conta a história do território da Fazenda do Iguaçu. em longa duração.

3 Sobre o Sambaqui do Iguaçu, ver ainda: OLIVEIRA, 2022; e CORREA, 1940.

Visitas de estudantes das escolas públicas e universidades, de grupos culturais variados e comunidades ao Sítio Escola. Escavação do Sítio Sambaqui São Bento I e instalação do Sítio Escola em 2010. Autores: Marlucia Santos e Filipo Tardim. Fotografia, 2010 - 2013. Fonte: Museu Vivo do São Bento.

Por volta de 3 a 2 mil anos A.P. o território foi ocupado por populações tupis advindas do Amazonas e de um longo processo de ocupação do litoral brasileiro. No território da Fazenda do Iguaçu foram identificados vários aldeamentos tupis. O francês protestante e cronista, Jean Léry, visitou pelo menos 35 aldeamentos tupis nas cercanias da Guanabara e Rio de Janeiro na segunda metade do século XVI. Em seu mapeamento, registrou a presença das aldeias Sarapuí e Jacutinga, no oeste das cercanias da Baía de Guanabara (LÉRY, 1961). O geógrafo Maurício de Abreu identificou em cartas de sesmarias outros aldeamentos e taperas indígenas instituídas no oeste da Baia: os Tucanos, na Serra do Tinguá; os Jaguaraé ou Jaguaré, onde atualmente está assentada a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), os bairros de Campos Elíseos e Jardim Primavera; a aldeia Marambaia, nas margens e nas nascentes do Rio Iguaçu e sopé da Serra do Tinguá; a Aldeia Guatiguaba e Tucuruçu, nas margens do Rio Iguaçu (ABREU, 2010).

A chegada dos europeus e a conquista lusitana o governo beneditino da Fazenda do Iguaçu

Em 1555, os franceses se instalaram em uma das ilhas da Baía da Guanabara e intensificaram as suas relações comerciais com os tupinambás, baseada no escambo, ou seja, troca de bens. Vieram católicos e reformados franceses, mas essa presença quantitativa ainda era tímida por conta das tensões existentes entre nativos e europeus. Os franceses eram dependentes dos tupinambás, principalmente para o reconhecimento do território, para a extração de madeira, o fornecimento de alimentos, de escravizados nativos e até para a sua defesa. Restringiram a sua ocupação à uma ilha que tinha capacidade de defesa e fuga para o caso de conflitos com os mais antigos do lugar ou para enfrentar um possível ataque português. Segundo Léry, vinte franceses passaram a viver com os tupinambás em suas aldeias para aprender a língua, os costumes, melhorar a relação comercial e a comunicação. O projeto colonial da França Antártica divulgado pelo padre André Thévet se situava em um território de domínio tupinambá ou tamoio, caracterizado pelo seu caráter antilusitano (THEVET, 1978).

Após dez anos de convívio com os franceses, os tupinambás enfrentaram a invasão de seu território. Portugueses conquistadores de São Vicente, nativos catequisados pela Companhia de Jesus e as forças da Coroa portuguesa mobilizadas pelo Governo Geral do Brasil avançaram e derrotaram os mais antigos do lugar. Morte, fuga para os sertões e escravidão dos chamados negros da terra compunham o cenário da Guanabara em tempos de guerra.

Para consolidar a conquista colonial era necessário ocupar as terras indígenas, nas cercanias da Baía de Guanabara. As primeiras ocupações colonizadoras foram realizadas ao sul da Baia da Guanabara e a partir de 1567, para o oeste, o norte, o leste e para os sertões carioca. Era um contexto de constante estado de alerta, já que quanto mais distante da Cidade de São Sebastião, maior era o perigo de enfrentar as ciladas da resistência indígena. Maurício de Abreu identificou em cartas de doação de sesmaria registros de uma cilada promovida por uma tapera dos indígenas jacutingas em Taquaruçu, nas margens dos Rios de Saracuruna e Inhomirim, conhecido hoje como balneário de Ana Clara, além de outro conflito em Macacu, que resultou na morte de colonizadores. Os conflitos permaneceram com a intensificação das frentes de campanha de extermínio dos nativos do Recôncavo da Guanabara, empreendidas pelos primeiros governadores da nova capitania real (ABREU, 2010).

Após dois anos, em 1567, o processo de afirmação do domínio do território carioca e das cercanias da Guanabara avança com a instalação de propriedades assentadas por colonos portugueses. Vale pontuar que a Fazenda do Iguaçu foi originalmente território indígena expropriado pelos portugueses após a

guerra contra os tamoios. Ainda em 1565, essas terras indígenas de tupis foram doadas como sesmaria pela Coroa portuguesa ao desbravador lusitano e vicentino, Cristóvão Monteiro. A doação era uma espécie de pagamento de dádiva pelos préstimos deste português à Coroa devido a sua participação no desbravamento da colonização em São Vicente/São Paulo e pela conquista do Rio de Janeiro.

A presença estratégica desses homens com experiências anteriores no enfrentamento e escravização indígena, com poderio econômico e experiência na defesa do território colonial, era fundamental para a consolidação do domínio lusitano no norte e oeste das cercanias da Baía de Guanabara. A leste, os colonizadores puderam contar com o Aldeamento indígena de São Lourenço, localizado em terras atualmente da cidade de Niterói e, ao noroeste, com a Aldeia de São Bernabé, em Itambi. Os dois aldeamentos atuavam como muralha humana protetora dos colonizadores, asseguravam o abastecimento de alimentos agrícolas e de mão-obra para as lavouras, para as construções das edificações jesuíticas e obras públicas. A norte, atualmente Magé e Guapimirim, destaca-se a atuação dos colonizadores Simão da Mota e Cristóvão de Barros.[4] Já a oeste, destaca-se a atuação das famílias Monteiro e Ferreira.

Cristóvão Monteiro era um rico cavaleiro da Casa Real Portuguesa e Ouvidor-mor da Câmara do Rio de Janeiro, entre 1568 e 1572. Na hierarquia de mando colonial sua posição estava somente abaixo do Governador. O Ouvidor-mor do Rio passava a ser a instância judicial imediata superior aos demais ouvidores e juízes ordinários das capitanias integrantes da Repartição Sul.[5] Vale lembrar que Cristóvão Monteiro era casado com a Marquesa Ferreira, neta do náufrago e agente colonial português João Ramalho e da índia Bartira, filha do cacique tupiniquim Tibiriça, aliado dos portugueses em São Vicente, com grande prestígio junto à Coroa lusitana. Os Monteiros tiveram quatro filhos e, assim como a família Ferreira, fixaram-se a oeste da Baía de Guanabara. Na capitania de São Vicente, estas famílias já atuavam na produção açucareira e na criação de gado, tendo a mão-de-obra de negros da terra como base. Monteiro estabeleceu, em

4 Maurício de Abreu pontuou que cinco sesmeiros receberam suas doações de terras ainda quando estavam em São Vicente/SP e que as proporções destas sesmarias eram as maiores do que as demais. Os cinco homens estavam desde o início vinculados a conquista do Rio de Janeiro, gozavam de prestígios junto a coroa, possuíam avultados bens, estavam vinculados a administração civil e militar da América portuguesa. Entre eles estavam Cristóvão de Barros, filho do capitão donatário Antônio Cardoso de Barros. A armada comandada por Mem de Sá chegou no Rio de Janeiro em 1567, e era formada por núcleos de navios vindos de Portugal, sob o comando de Cristóvão de Barros. A chegada desse reforço representou a consolidação do processo de conquista. Barros atuou também no combate aos índios resistentes a colonização lusitana na capitania de Sergipe e tornou-se governante do Rio de Janeiro entre 1573-1575 (ABREU, 2010).

5 Ao lado do governo-geral do Estado do Brasil, estabelecido na cidade de Salvador, na capitania da Bahia, desde 1549, a administração colonial da América portuguesa estabeleceu o governo-geral da Repartição Sul, sediado na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1572 a 1577, 1608 a 1612 e 1658 a 1662.

terras a oeste da Baía de Guanabara, a Fazenda do Iguaçu e na região dos sertões carioca, a Fazenda Santa Cruz (BELCHIOR, 1965; SILVA, 2009; SOUZA, 2011).

Na Fazenda do Iguaçu foi erguida uma casa de vivenda, uma edificação de grande porte, térrea com telha. É possível que os Monteiros tenham erguido uma capela, ou um oratório, no interior do casarão, como era costumeiro. Além da produção desenvolvida pelos tupis, Monteiro instalou roças, engenho açucareiro e alambique na propriedade.

O governo beneditino na Fazenda do Iguaçu

Em 1574, Cristóvão Monteiro faleceu, mas a viúva e os familiares continuaram movimentando a Fazenda do Iguaçu. Em 1591, a viúva e seu pai, Jorge Ferreira, doaram e venderam terras em Iguaçu para a Ordem do São Bento, que acabara de se instalar no Rio de Janeiro. Fizeram outras doações e permutas das terras nos sertões cariocas para os jesuítas, conhecida como Fazenda Santa Cruz, na atual Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

> Entre doadores de terras para o mosteiro destaca-se Jorge Ferreira, conquistador do Rio de Janeiro ao lado de Estácio de Sá, cavaleiro fidalgo da Casa Real e capitão-mor de São Vicente. Em 1591, Jorge Ferreira doou aos beneditinos uma ilha no rio Iguaçu e mais 300 braças sertão adentro. Sua filha, a marquesa Ferreira, esposa de Cristóvão Monteiro, ouvidor da cidade entre 1568 e 1572, cavaleiro fidalgo da Casa Real e também um dos conquistadores do Rio de Janeiro, doou, em 1596, meia légua de terras em Iguaçu com fazenda, roças, pomares e casas de telhas. (SOUZA, 2011, p. 72)

No arquivo do Mosteiro de São Bento foi possível identificar registros das benfeitorias, produções, presença dos escravos, das devoções e até da cultura material existente na propriedade durante a gestão da ordem. Os registros podem ser encontrados nos: Estados, ou seja, nos Relatórios dos Governos Abaciais enviados ao Capítulo Geral da Congregação a cada três anos; Livros de Tombo publicados onde foram registrados toda a movimentação do Mosteiro daquela circunscrição da ordem; álbuns de fotografias e de cartografias elaborados pelos monges.

Nos registros das propriedades do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, em fins do século XVI, foi encontrar os seguintes bens: Sesmaria de Manoel de Brito (1590); Fazenda do Iguaçu (1591); Fazenda Campo Grande (1591); Terras na barra de Inhomirim/Saracuruna; Ilha das Cobras (1593); Ermida de Nossa Senhora da Conceição. Desse modo, os monges receberam uma sesmaria antes da instalação d Mosteiro do Rio de Janeiro. As primeiras propriedades com benfeitoria e fazendas instituídas foram a do Iguaçu e a de Campo Grande. Nos séculos seguintes, os monges ampliaram os seus domínios para Angra dos Reis, Niterói, Maricá, Cabo Frio, Campos de Goitacazes, Ilha do Governador e Angra

dos Reis. As propriedades foram adquiridas através de doações, compra e permuta como ocorrera anteriormente com a Fazenda do Iguaçu (ROCHA, 1991, p. 32 e 34).

Isenções tributárias, recebimento de tributos governamentais, de esmolas e doações dos fiéis, cobranças pela prestação de serviços eclesiásticos; aluguéis de casas urbanas, arrendamentos de terras e de portos situados em suas propriedades, comercialização de africanos escravizados e uma larga comercialização da produção agrícola de suas propriedades rurais. É preciso considerar a vasta experiência dos monges na administração exploração das propriedades rurais, pela longa existência da Ordem do São Bento, desde o período medieval na Europa. Os rendimentos mantinham o funcionamento das propriedades rurais e do Mosteiro, o que garantia a sobrevivência e a prosperidade da ordem (ROCHA, 1991).

Vale destacar a relação das terras e fazendas do Mosteiro do são Bento no oeste da Baía da Guanabara, no ano de 1772: *Inhomirim* (uma ilha na barra do Rio Inhomirim e Saracuruna e outra que se encontram os navegantes quando saem pela barra da cidade do Rio de Janeiro); *Iguassú* (mil braças de terras de testada com mil e quinhentas de sertão no lugar do Iguassú onde chamam Baby as quais compraram a André Afonso por cento e quarenta e oito mil réis. Escritura de 8 de setembro de 1646; duzentos e cinquenta braças de terra pela testada e mil e cem de cumprimento, citas no Rio Iguassú de Fernam Cabral de Mello, em troca de trezentos e cinquenta braças de testada com mil de cumprimento que lhe cederam no mesmo Rio Iguassú das datas que possuíam os religiosos. Escritura de 7 de junho de 1676; *Sarapuy* (uma data de terras entre o Rio Sarapuy e o Iguassú compradas de Leonor Fonseca, viúva de João Teixeira de Araújo e seu filhos por trezentos e cinquenta e sessenta e nove. Nota do tabelião em 16 de abril de 1669).[6]

Como é possível perceber nos registros acima as fronteiras da Fazenda do Iguaçu e das propriedades situadas a oeste da Baía de Guanabara foram se movimentando ao longo do período colonial e em todo o século XIX. Nelas os monges desenvolveram várias atividades produtivas: pesca e coleta de frutos do mar; produção de açúcar, aguardente, garapa e farinha; criação de gado, fabrico de queijo, comércio de leite e de couro; criação de aves, porcos e mulas; produção de telhas, de tijolos e utensílios de cerâmicas; comercialização de madeira; instalação de açougue, taberna, boticas, ferrarias e sapataria; empréstimos a juros; lavoura de mandioca, milho, feijão, arroz e hortaliças; fabrico e comercialização de anil; produção caieira e de sabão; lavanderia de roupas. No

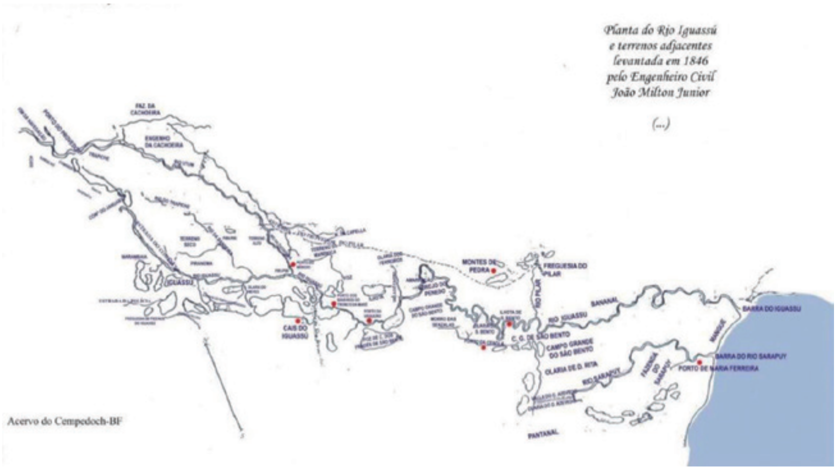
6 Mosteiro do São Bento. VI Livro de Tombo 1924/1943. Rio de Janeiro: Edições Lumen Chisthi, 1984. p. 254-257.

século XIX, intensificou-se a fabricação de carvão, acelerando assim o desmatamento das áreas de reserva.

Vale destacar que as atividades referidas se efetivam com mais ou menor intensidade ao longo da gestão da ordem. No século XV e XVII, há um destaque para a produção açucareira, de aguardente, garapa, farinha e cal. No século XVIII, a movimentação do engenho é praticamente interrompido. Neste período, intensifica-se a criação de gado, de farinha, de tijolos e telhas. No século XIX, destaca-se a produção de alimentos, criação de gado, fabrico de carvão, de telhas e tijolos.

Monges beneditinos e trabalhadores na Fazenda do Iguaçu. Fotografia, 1918.
Fonte: Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Sede da Fazenda do Iguaçu. Fotografia, 1918.
Fonte: Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.



Planta do Rio Iguassu e terrenos adjacentes levantados, em 1846, pelo Engenheiro Civil João Milton Junior.
Fonte: Cempedoch-BF / CRPH.

Africanos e indígenas escravizados ou servis constituíram a força de trabalho que movimentou toda a produção e a circulação da Fazenda de Iguaçu. Segundo Vitor Hugo Monteiro Franco, a Fazenda do Iguaçu nunca teve menos que duzentos africanos escravizados, caracterizando-a como uma propriedade de grande porte (FRANCO, 2019). Pelas vias fluviais circulava toda a produção rural até o Mosteiro de São Bento, na ermida da Conceição, com destinação tanto para a exportação, quanto para o abastecimento da cidade portuária do Rio de Janeiro. Africanos escravizados eram denominados de escravos do Senhor ou da religião. Foram inseridos na Irmandade do Rosário, viviam em cabanas quando convertidos e de confiabilidade dos monges ou em senzalas. Atuaram como lavradores, criadores de gado barqueiros, cortadores de madeiras e nas fabricações mencionadas anteriormente. Alguns atuaram inclusive na administração de propriedades.

No século XIX, frente aos conflitos estabelecidos entre a ordem e o estado imperial ficaram impedidos de receber religiosos da Europa, ampliando assim, a utilização de seus escravizados em atividades variadas no Mosteiro e nas propriedades rurais. Era possível identificar a presença de escravizados celibatários no interior do mosteiro, atuando no hospital, na biblioteca, na encadernação dos livros, nas escolas como professores, nos canteiros, etc. Outros envolvidos no armazenamento das produções advindas das propriedades rurais, no corte e na circulação do gado, etc.

Há farta documentação e notícias da presença de vários quilombos no interior da Fazenda do Iguaçu, durante o século XIX. Vale destacar a presença dos

quilombos situados nas margens do Rio Iguaçu, do Sarapuí e do Rio Pilar, como o Quilombo do Bomba (atuam campo do Bomba), o Quilombo do Amapá (nas nascentes do rio Iguaçu) e o do Gabriel (atual Pilar). Situados nas nascentes do Rio Iguaçu e em áreas de inundação e de manguezal, onde as comunidades quilombolas viviam da pesca, da cata do caranguejo, da caça e da produção de carvão. Como era costumeiro na época, os quilombolas cobravam tributos pela passagem em seu território e recebiam acoitamento dos escravizados da Fazenda do Iguaçu (GOMES, 2006; REIS & GOMES, 1996).

Em 1825, o governo imperial empreendeu uma das maiores expedições fluminense com vistas a destruição dos quilombos iguaçuanos. Mais de 160 homens foram trazidos de São Paulo e outros vieram da corte imperial para atuar na destruição dos mocambos. Além deles, foram utilizados um contingente de homens disponibilizados pelos proprietários rurais que circundavam o território. Ataques por terra e por mar envolvendo estratégias detalhadas foram planejados. Era de conhecimento das autoridades imperiais a capacidade de fuga dos quilombolas. Quando atacados pela foz dos rios Iguaçu e Sarapuí, fugiam para as nascentes do Rio Iguaçu e Serra do Tinguá. Flavio Gomes denominou este território de Campo Grande do São Bento, situado nas margens da Estrada das Escravas. Portanto, em um processo de interiorização do rio, instituíram o chamado Quilombo do Amapá. Quando o ataque vinha por terra firme, a fuga era realizada pela foz dos rios em direção às águas da Baía da Guanabara. Poderiam ser ainda acoitados pelos escravizados dos beneditinos e informados pelos taberneiros locais com os quais negociavam a troca de suas mercadorias (SOUZA, 2014).

Em 1876, o Ministro da Justiça do Império denominou estes quilombos de Hidra de Iguaçu, haja vista o insucesso dos variados ataques sobre eles durante todo o século XIX. Assim como o monstro do Rio Peloponeso, os quilombos iguaçuanos possuíam muitas cabeças e eram indestrutíveis, cortava-se uma e outra reaparecia nos pântanos. Os mocambos recebiam diferentes nomes e eram protegidos pela rede de solidariedade local, favorecidos ainda pelas condições ambientais e as possibilidades de fuga. Embora sempre com a liberdade por um fio, a rebeldia abriu caminho para vivências em condição de liberdade até a abolição da escravatura (GOMES, 2006).

Em 1871, o Abade Geral da Ordem de São Bento deliberou a alforria de todos os escravizados da Ordem. Foi a saída encontrada pela ordem para assegurar a manutenção de sua força de trabalho nas propriedades. Frequentemente o estado imperial convocava os escravizados dos beneditinos para a guerra, para obras públicas, etc. Essa interferência na casa beneditina se intensificou na segunda metade do século XIX, após a proibição do tráfico de africanos escravizados e o advento da guerra contra o Paraguai. Os escravizados da Fazenda do

Iguaçu foram alforriados pelos monges, contudo, mantiveram-se trabalhando para efetivar o pagamento da carta de liberdade. Após anos de trabalho visando ao pagamento da alforria, tornaram-se jornaleiros, meeiros, arrendatários.

Em 1886, a fazenda foi recortada pela ferrovia Leopoldina Railway. O desmatamento acelerado para o abastecimento de madeira para a ferrovia e o crescimento das carvoarias provocaram um desequilíbrio ambiental, agravando situações de inundações e endemias rurais. Nas primeiras décadas do século XX, o território foi impactado pelas ações da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense e consequentemente, pela retificação dos rios, aterramentos de lagoas, dos criadores naturais de peixes e até de açudes.

Caminhos e descaminhos republicanos do território da Fazenda do Iguaçu

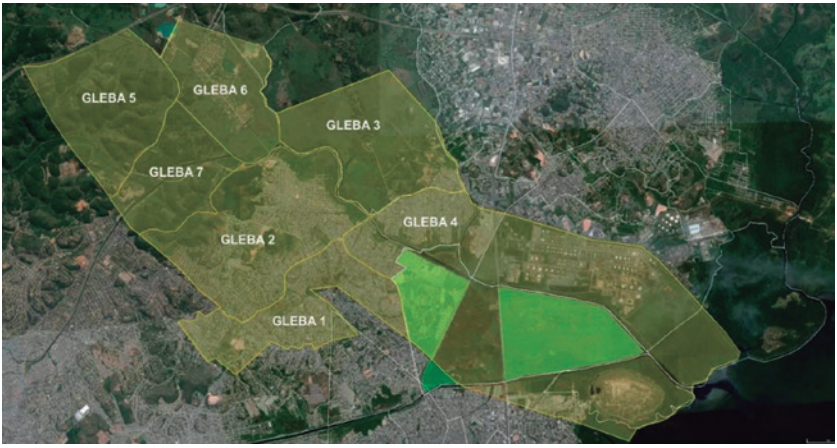
Segundo o *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, de 20 de novembro de 1918, os beneditinos criaram neste ano a Companhia Lavouras e Indústrias do Iguassu, através do Decreto n. 13.276, sendo a Ordem do São Bento sua maior acionária. Para capitalizar o empreendimento, os religiosos hipotecaram toda a fazenda. Uma Comissão Federal foi criada para realizar um inventário detalhado da propriedade. O endividamento não quitado transformou o território em terras devolutas. Em 1922, a Fazenda do Iguaçu foi entregue à União.

Fazenda do Iguaçu. Fotografia, 1918.
Fonte: Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

No período de 1922 a 1931, a propriedade foi administrada e colonizada pela Empresa Pró-Melhoramento a serviço do Estado brasileiro. Esta empresa foi a responsável pela realização do saneamento da Baixada Fluminense, pelas políticas de revalorização fundiária e agrícola destas terras, no período de 1922 a 1931. Assim, em 1922, findara a gestão da Ordem do São Bento sobre a Fazenda do Iguaçu. Quando o presidente Getúlio Vargas chegou ao poder e iniciou seu governo, os acordos com a Empresa Pró-Melhoramentos foram desfeitos.

Em 1931, a Fazenda do Iguaçu passou a ser a administrada pelo Ministério da Agricultura. Em 1926, o território da Fazenda do Iguaçu foi recortado pela primeira rodovia de integração do Rio a Petrópolis, aberta pela iniciativa privada do Automóvel Clube e, em 1928, pela rodovia federal Rio-Petrópolis.

Em 1932, o Ministério da Agricultura instituiu na propriedade o Núcleo Colonial São Bento. Dividiu a propriedade em sete glebas, tendo ainda uma sede administrativa. Cada gleba foi retalhada em lotes rurais distribuídos para colonos estrangeiros e nacionais. Além deste núcleo, o Ministério da Agricultura instituiu na primeira Era Vargas (1930-1945) outros núcleos coloniais em terras da União na Baixada Fluminense e Zona Oeste do Rio de Janeiro, além de um Campo de Multiplicação de Sementes a saber: Núcleo Colonial de Santa Cruz, Núcleo Colonial do Tinguá, Núcleo Colonial de Duque de Caxias e o Campo de Multiplicação de Sementes em Parada Angélica (SOUZA, 2002; GONZAGA & SOUZA, 2011).



Descrição de algumas glebas do Núcleo Colonial São Bento, produções e bairros instituídos:

1ª Gleba: laranja. (atual Parque Fluminense);

2ª Gleba: mandioca, banana, criava-se aves. (Wona);

3ª Gleba: cana-de-açúcar e banana (Cidade dos Meninos);

4ª Gleba: destaque para a cana e banana. (Praça da Boa Esperança e Lote XV);

5ª Gleba: couve, alface, tomates, quiabo, etc. (Babi);

6ª Gleba: criação de gado, porcos, galinhas e abelhas. (Amapá);

7ª Gleba: fábrica de pólvora onde explorava-se minerais.

Acervo: CRPH/DC

Mapa do Núcleo Colonial São Bento, 1932.
Fonte: CRPH / Museu Vivo do São Bento.

Em 1933, o governo federal criou uma nova Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense exclusivamente pública e, mais uma vez, a Fazenda do Iguaçu é um dos pontos de abrigo e apoio das ações da comissão. Em 1938, o Estado brasileiro instalou no interior do Núcleo Colonial São Bento a Estação Fitossanitária para investir em um campo de pesquisa voltado para assegurar a melhoria da produção vegetal e para combater as endemias rurais, principalmente a malária. Ainda no referido ano, o ministério instituiu a pedido dos colonos o Esporte Clube São Bento e uma colônia japonesa com mais de 80 famílias. Em 1939, o governo federal construiu casas para os colonos e para o administrador do núcleo; instituiu o Parque São Bento, conhecido também como sede administrativa do núcleo; reflorestou os morros degradado pela pecuária, atualmente conhecido como Morro do Céu ou da Marinha, empreendeu atividades mineradoras e construiu no interior da sede Gleba uma escola agrícola para os filhos dos colonos, que recebeu a denominação de Escola Odilon Braga. Posteriormente, essas instalações foram cedidas para abrigar o Patronato São Bento nos anos de 1950. Concomitantemente uma nova escola foi instalada na sede Gleba, a Escola Nísia Villela Fernandes.

Em 1942, após o governo federal instituir uma cessão de terras da gleba 3 do Núcleo Colonial São Bento para a Fundação Darcy Vargas, foi a vez da instalação da Cidade dos Meninos para acolher crianças desvalidas. Doações advindas do lançamento promovido por Walt Disney da animação Fantasia, nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo em agosto de 1941, e da Fundação Rockefeller garantiram a construção de um complexo arquitetônico formado por portal de entrada e de controle, residências para trabalhadores, institutos educativos, escolas, oficinas, panificadora, prédios para alojamentos e administração. Após o término do Estado Novo, a Cidade dos Meninos passou a ser gerenciada pela Fundação Cristo Redentor.[7]

Em 1946, o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Agricultura, instituiu no interior da Cidade dos Meninos o Instituto de Malariologia com vistas a investir em laboratórios de pesquisas dedicados ao combate da malária e outras endemias rurais. O instituto estabeleceu na Cidade dos Meninos um hospital para a assistência aos doentes, uma Vila Malária, laboratórios de pesquisa e, em 1950, construiu uma Fábrica de Profilaxia para produzir medicamentos e pesticida (BHC) para a realização de dedetização domiciliar. A Cidade dos Meninos passou a abrigar vários mundos: o das crianças da produção rural e dos funcionários residentes; e o mundo do Instituto de Malariologia com os seus trabalhadores fabris e a fábrica; os pesquisadores, os laboratórios e os cam-

7 *Relatório da atuação do Ministério da Saúde no caso de contaminação ambiental por pesticida organoclorados, na Cidade dos Meninos, município de Duque de Caxias, RJ*. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de políticas de Saúde/Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde, 2003.

pos de experimentações; os servidores da saúde e os pacientes (SANTOS, 2003). Nos anos de 1950, a malária estava sob controle após intenso trabalho de dedetização. Por sua vez, a Fábrica de Profilaxia foi fechada por conta da Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhecer que o BHC era altamente agressivo à vida humana. O Instituto de Malariologia se retirou da Cidade dos Meninos, mas, deixou pesticida nas instalações da fábrica e anos depois a cidade e seus moradores estavam expostos a uma contaminação crônica até hoje insolúvel.

Ainda nos anos de 1950, em seu segundo governo, Getúlio Vargas cedeu as instalações da Estação Fitossanitária do São Bento para abrigar o Centro Panamericano de Febre Aftosa e transferiu a antiga estação para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As pesquisas agora estavam voltadas para as doenças da pecuária brasileira. Além disso, um novo corredor rodoviário atravessou as fronteiras da Fazenda do Iguaçu, a chamada Variante da Rodovia Rio-Petrópolis (BR-040). A partir desse corredor rodoviário foi se instalando um polo madeireiro, moteleiro, de novos empreendimentos imobiliários e industriais.

Em 1957, o complexo da Fazenda do Iguaçu (casa de vivenda, capela e tulha 3 Farmácia e Posto de Profilaxias) foi tombada como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No mesmo ano, em plena Era Juscelino Kubitscheck, em parcelas de terras do Núcleo Colonial, cedidas para a Petrobrás, foram iniciadas as obras de instalação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). No início de 1961, a refinaria foi inaugurada e no mesmo ano, o Núcleo Colonial São Bento foi extinto. Vale ressaltar ainda quem em 1972, uma parte da sede Gleba, do Núcleo Colonial, foi cedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a instalação da primeira faculdade de licenciatura da cidade de Duque de Caxias, a Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC). Na mesma década, foi instalado nas margens do Rio Sarapuí e Baía da Guanabara, em terras da antiga Fazenda do Iguaçu, o Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho. Aqueles que viviam da pesca e da cata de caranguejo começaram a ser impactados cada vez mais com a degradação ambiental, impedindo-os de manter seu trabalho de pesca tradicional.

Após a extinção do Núcleo Colonial São Bento, antigos sítios rurais ocupados pelos colonos foram sendo retalhados e loteados por eles ou por empresas imobiliárias. Bairros foram surgindo e mudando a paisagem do lugar: Pilar, Cidade dos Meninos, Esperança, Lote XV, Wona, Parque Fluminense, Vila Rosário, Babi, Amapá, etc. Atualmente, esses bairros fazem parte dos seguintes municípios da Baixada Fluminense: Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu.

A partir dos anos de 1990, a grilagem de terras públicas, a extração ilegal de areia nas proximidades das nascentes, o desmatamento das reservas da Mata Atlântica e a extração de saibro configuram outras injustiças ambientais. A ausência de fiscalização e/ou de destinação com fins sociais das terras da União produziram contrastes entre a presença do Estado no passado e a ausência ou permissão para processos de exploração e expropriações violentas. A Baixada Fluminense que se constituiu nos anos de 1930 a 1960 como cinturão verde e produtor de alimentos para o abastecimento da capital federal, a serviço do modelo de desenvolvimento urbano industrial, também foi um lugar de experimentações científicas para o combate de endemias rurais, para o desenvolvimento da agricultura brasileira e para o estabelecimento de ações de saneamento da Baixada Fluminense. A região se caracterizou ainda como um lugar de abrigo, acolhimento ou depósito de crianças desvalidas em situação de vigilância. Após a instalação da ferrovia Leopoldina, os corredores rodoviários do Automóvel Clube (1926), da Rio-Petrópolis (1928) e da variante da Rio-Petrópolis ou BR-040, em 1950, também se caracterizou como um lugar de passagem e de assentamento de trabalhadores rurais sem terra migrados para as periferias da capital federal da República. Nordestinos, capixabas, mineiros e migrados das áreas rurais do Norte fluminense compõem as novas levas de populações que se instalaram na Baixada Fluminense.

Considerações finais

O presente ensaio apresentou um caleidoscópio da história da Fazenda do Iguaçu, situada a oeste da Baía da Guanabara, na longa duração. Identificou a movimentação humana no tempo em um território ocupado pelo menos há 5.000 anos e que guarda ainda hoje vestígios das ocupações ancestrais dos povos das conchas, dos povos Una e Tupinambás. Após a guerra da conquista lusitana, o território indígena foi expropriado e transformado em uma fazenda do fidalgo português Cristóvão Monteiro. Duas famílias vicentinas se tornaram senhores dessas terras até 1591. Desta data até 1922, a Fazenda do Iguaçu foi transformada em propriedade da Ordem do São Bento do Rio de Janeiro. Após endividamento no século XX, as terras da fazenda se tornaram terras devolutas e passaram para a administração da União.

Em 1932, o Ministério da Agricultura instituiu um processo de colonização com a criação do Núcleo Colonial São Bento com vista a assegurar o abastecimento de alimentos da capital federal. Além do estabelecimento de um cinturão verde o Estado estabeleceu no território um conjunto de políticas públicas voltadas para a pesquisa, para o combate as endemias rurais e para a instalação de abrigo de desvalidos que incomodavam a capital federal. Algumas das iniciativas governamentais produziram injustiças ambientais severas como a poluição do ar e acidentes ampliados provocados pela instalação do polo petrolí-

fero; a contaminação crônica da Cidade dos Meninos operada pelas atividades da Fábrica de Profilaxia; e a instalação de um aterro metropolitano do Jardim Gramacho, em pleno período da ditadura militar. Outras injustiças foram sendo operadas pelas ações ilícitas de grupos armados, como os areais e a grilagem de terras, caracterizando esse território como uma zona de conflito da atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Após o término do Núcleo Colonial São Bento, os antigos colonos ficaram sem qualquer apoio governamental para manter as suas atividades agrícolas. Assim, iniciaram processos de retalhamentos de seus lotes rurais, criando vários loteamentos e bairros, que atualmente encontram-se nas fronteiras de três municípios da Baixada Fluminense: Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu. Boa parte desses retalhamentos e comercialização de lotes não passaram por qualquer fiscalização governamental.

Olhar esse processo é um exercício de identificação dos resultados da ação de uma ordem religiosa e do Estado brasileiro nesse território situado nas cercanias da Baía de Guanabara e nas margens do Rio Iguaçu. É igualmente provocar o aprofundamento da análise sobre o projeto de expansão do modelo urbano industrial na Baixada Fluminense, assim como pensar as cidades da Baixada a partir de suas heranças herdadas e das incorporações do passado no presente, outras possibilidades do vir a ser e, talvez, pensar outros projetos de urbanidade que considerem efetivamente os que atualmente vivem neste território.

Atualmente o território da Fazenda do Iguaçu é o território de atuação do Museu Vivo do São Bento, criado por lei municipal em 2008, que trata a história ação humana neste território, valorizando o reconhecimento das ruínas encontradas para estabelecer coletivamente projetos de outras urbanidades, com o objetivo de promovera reparação histórica e de recuperação de áreas degradas. Assim, afirma-se o território como lugar carregado de memórias e histórias, vozes do passado e do presente nem sempre ouvidas. Essas vozes se constituem como pedras no caminho do leitor atento, convidado a pensar as heranças que também se quer deixar.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. 2v.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana, 1965.

BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888*. Niterói: EDUFF, 2008.

CORDEIRO, Jeanne. *Ocupação pré-história da região dos Lagos*. Rio de Janeiro: Laboratório de Arqueologia Brasileira, 2009.

CORREA, Magalhães. Baixada e montes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 de março de 1940, p. 6.

FRANCO, Vitor Hugo Monteiro. *Escravos da religião: família e comunidade nas propriedades beneditinas no Recôncavo da Guanabara (1817-1857)*; Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH-UFF, 2019.

GOMES, Flavio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZAGA, Marisa & SOUZA, Marlucia Santos de. As políticas ruralistas instituídas na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, ano 10, n. 12, p. 58-70, dez. 2011.

LISANTI, Luís. Estratégia de gestão: um exemplo, Rio de Janeiro 1620/1793. *Estudos Econômicos*, n. 13, p. 763-769, 1983.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1975.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

NIGRA, Dom Clemente da Silva. A antiga fazenda do São Bento em Iguaçu. *Revista do IPHAN*, n. 7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

OLIVEIRA, R. *A. Memórias da ocupação indígena no Estado do Rio de Janeiro: Um estudo de caso do Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba*; Dissertação de Mestrado em Memória Social. Rio de Janeiro: PPGMS-Unirio, 2011.

OLIVERA HERNÁNDEZ, Maria Hermínia. *A administração dos bens temporais do mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PACHECO, Paulo Henrique Silva. *Fazenda São Bento do Aguassu: novas abordagens*. Rio de Janeiro: 2008. (Material de Apoio ao Grupo de Estudos História da Baixada Fluminense, promovido pelo CRPH/SME – DC.)

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio; história dos quilombos no Brasil*. SP: Cia das Letras, 1996.

Relatório da atuação do Ministério da Saúde no caso de contaminação ambiental por pesticida organoclorados, na Cidade Dos Meninos, município de Duque de Caxias, RJ. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde, 2003.

ROCHA, Mateus Ramalho. *O mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590/1990*. Rio de Janeiro: Ed. Studio HMF, 1991.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Inovação em saúde e desenvolvimento nacional: origens, criação e atuação do Instituto de Malariologia (1943-1956). *Revista Rio de Janeiro*, n. 1, p. 87-115, set-dez, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História de São Paulo*. SP: UNESP, 2009.

SOARES, Mariza de Carvalho e BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVIII e XIX)*. Niterói: EDUFF, 2011.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. *Monges negros: trajetórias, cotidiano e sociabilidade dos beneditinos no Rio de Janeiro – Século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2007.

SOUZA, Jorge Vitor de Araújo. *Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa. 1580/1690*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2014.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Poder local entre *ora et labora*: a casa beneditina nas tramas do Rio de Janeiro seiscentista. Tempo; Revista do Departamento de História da UFF, n. 32, 2011.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: APPH/Clio, 2014.

____. *Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. Niterói*, 2005; texto de comunicação apresentado em Simpósio sobre Políticas Públicas, 2006.

THEVET, André. *As Singularidades da França Antártica*. Rio de Janeiro: APGIQ, 1978.

Recebido em 10/10/2023
Aprovado em 04/11/2023

SINGULARIDADES DA ARTE SACRA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: ANÁLISE FORMAL E ESTILÍSTICA DOS BENS INTEGRADOS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO IGUASSU

Elaine Gusmão[1]

Resumo

A igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar do Iguassu, localizada no bairro do Pilar, no hoje município de Duque de Caxias (RJ), apresenta em sua arquitetura interna, um grande conjunto de bens integrados, dentre eles, cinco retábulos de grande apuro artístico. No século XX, após a década de 50 a igreja foi alvo de vários furtos e atos de vandalismo, fazendo que a mesma perdesse quase todo o seu patrimônio. A fim de compreender todo esplendor dos bens integrados, realizamos a morfologia dos retábulos, para garantir a qualidade e a compreensão de sua a leitura, assim compreender visualmente como eram os retábulos em sua magnitude, com indicativos dos elementos que compõem a talha, tendo sempre como referência analítica o olhar do observador.

Palavras-chave: Nossa Senhora do Pilar; Arte Sacra; Bens Integrados; Retábulos.

Abstract

The main church of Our Lady of Pilar of Iguassu, located in the neighborhood of Pilar, in what is now the municipality of Duque de Caxias (RJ), presents in its internal architecture, a large set of integrated assets, among them, five altarpieces of great artistic refinement . In the 20th century, after the 1950s, the church was the target of several thefts and acts of vandalism, causing it to lose almost all of its assets. In order to understand all the splendor of the integrated assets, we carried out the morphology of the altarpieces, to guarantee the quality and understanding of their reading, thus visually understanding what the altarpieces were like in their magnitude, with indications of the elements that make up the carving, always having the observer's gaze as an analytical reference.

Keywords: Our Lady of Pilar; Religious art; Integrated Goods; Altarpieces.

Localizada atualmente na Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, no Bairro do Pilar, no 2º Distrito do município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, a fundação da Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Iguassu teve início com a construção do templo atual em 1697, a partir de contribuição financeira dos fregueses, paroquianos, viajantes, côngrua do vigário e da Fazenda Real. Com esses recursos, foi que o templo começou a apresentar a suntuosidade exigida para uma igreja matriz de grande importância para região. O novo templo foi construído em pedra e cal e no seu interior foram erguidos os cinco

1 Mestra em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS/ GEPAfro/ UFRRJ), Pós-graduada em Conservação e Restauro (Faculdade Única de Ipatinga), Pós-graduada em História da Arte Sacra(Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, FSB-RJ, Brasil), Graduação em História (UNIGRANRIO); Conservadora e restauradora de obras de artes. Membro da Comissão para os Bens Culturais e Artes Sacras da Diocese de Duque de Caxias.

retábulos no estilo barroco, apresentando características da segunda fase, o barroco joanino, com exceção do retábulo de Nossa Senhora da Conceição, que apresenta características do rococó e do neoclássico. Conforme José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo:

> Levantado o Templo com materiaes pouco duráveis, não tardou, que as paredes externas precisassem de reparo; e premeditando o Povo construir nova Igreja, fabricada com paredes de pedra e cal, nas margens do Rio Pilar, concorreu para a obra com as suas esmolas. e o Paroco ajudou a despeza, contribuindo com a sua Congrua: mas, naõ podendo progressar o trabalho pela falta de mais avultado auxilio; por Ord. de 26 de Janeiro de 1717 contribuiu a Fazenda Real com a quantia de 400.000 réis, em effeitos, por cada um de quatro annos successivos, para se fazer a Capella mor; e requerendo o Paroco Padre Joaõ Alvares de Barros a protecçaõ de ElRei, para se ultimar a obra do corpo da Igreja, foi Mandado, que dos effeitos mais promptos que houvessem da Fazenda Real, se dessem 250.000 réis por anno, pelo tempo de quatro, mostrando-se. que com effeito se achava acabada a Capella mór, e Sacristia, e posta em sua última perfeiçaõ, como consta da Provisaõ de 3 de Julho de 1727 registrada nos Livros da Provedoria. Concluído o edificio com o comprimento de 81 ½ palmos, desde a porta principal até o arco cruzeiro, e largura de 41 ½, d'alli, ao fundo da Capella mór, com 54 palmos de comprido, e 34 de largo. acccomadou n'esse espaço cinco altares, e no maior d'elles se colocou o Sacrario, onde he perpetuamente adorado o Santissímo Sacramento. (ARAUJO, 1820, p. 125; 126)

Segundo Monsenhor Pizarro, na publicação intitulada "Memórias históricas do Rio de Janeiro e das Províncias annexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI", de 1820, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Iguassu possuía quatro irmandades: do Santíssimo, de Nossa Senhora do Pilar, de São Miguel e Almas e de Nossa Senhora do Rosário, esta que mais tarde foi anexada à confraria de São Benedito. Essas irmandades cuidavam da preservação, manutenção e decoração dos retábulos com os seus santos de devoção, além de manter os paramentos e objetos litúrgicos sempre bem asseados.

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Iguassu foi construída em um terreno um pouco acima da Guarda do Pilar e media aproximadamente 814 palmos (aproximadamente 186,08 metros), que se estendiam da porta principal até o arco do retábulo-mor, 54 palmos (aproximadamente 12,44 metros) de comprimento e 34 palmos (aproximadamente 7,77 metros) de largura. A igreja apresenta uma orientação geral leste-oeste e sua fachada está posicionada para oeste, com maior comprimento no sentido ântero-posterior. A arquitetura externa da igreja é simples, o templo foi constituído de um único corpo, composto por capela do Santíssimo (originalmente usada como batistério), nártex, presbitério e sacristia construída com o teto um pouco mais baixo que a nave,

a cobertura construída em formato de gamela, em madeira com tirantes. O telhado é feito em telha em duas águas. A planta baixa (Figura 1) é composta por dois blocos quadrangulares, sendo o primeiro composto pelo nártex, capela e a nave, enquanto o segundo é composto pelo presbitério e a sacristia. Na torre, o acesso é externo, não havendo ligação interna.

Figura 1. Planta Baixa da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Duque de Caxias/RJ. Fonte: arquiteto urbanista Fernando Cordeiro Barbosa Gonçalves, desenvolvido nos programas AutoCad2021 e Photoshop, 2021.

A fim de tornar um modelo explicativo da fachada oeste da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (Figura 2), iremos analisá-la a partir do seccionamento dividido em três faixas horizontais: coroamento, corpo e base. Vejamos, a seguir, cada um desses segmentos:

1º segmento – coroamento: contempla a primeira faixa acima da grande cimalha. A torre única é quadrangular, composta por um imponente coruchéu bulboso octogonal arrematado por um pináculo em sua superfície. Nas suas laterais, encontram-se um conjunto de mais quatro pináculos. Adita-se ao campanário, oito janelas sineiras das quais é possível ver um quarteto de sinos confeccionados em bronze. Separando a torre, é possível identificar um frontão recortado em voltas laterais, encimado por uma cruz que paira sobre um acrotério de formato retangular. No campo central do tímpano, tem-se um óculo de formato circular envidraçado.

2º segmento - corpo: corresponde às duas janelas do coro, dispostas em simetria entre a base e o coroamento. As ventanas foram estruturadas em arco abatido compostas por vergas, ombreiras e contravergas, lavradas em pedra de

cantaria. Soma-se a essas aberturas um par de sobrevergas argamassadas. As janelas seguem o modelo guilhotina, com vidraças em caixilhos.

3º segmento - corpo: compõem-se, inicialmente, por uma soleira em cantaria até a altura da sobreverga da porta de entrada. A porta central também foi estruturada em arco abatido, composta por sobreverga, verga com chave central, ombreiras e soleira. A porta é dividida em duas bandas e pode ser enquadrada na tipologia de calha. Arremata a seção, três socos/emassamentos laterais.

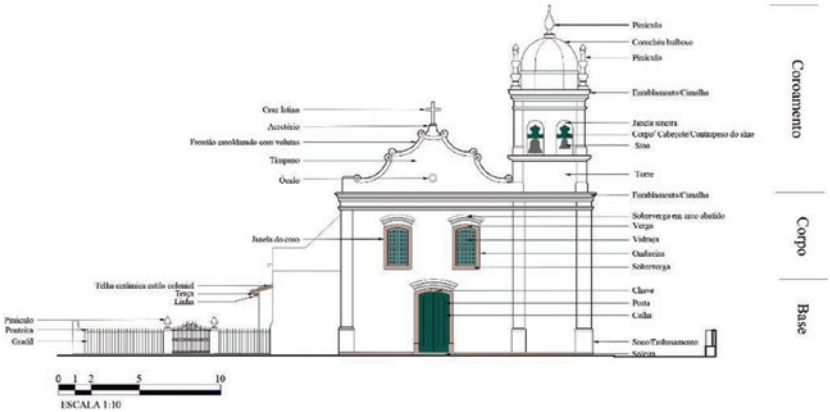


Figura 2. Fachada oeste da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Duque de Caxias/RJ.
Fonte: arquiteto urbanista Fernando Cordeiro Barbosa Gonçalves,
desenvolvido nos programas AutoCad2021 e Photoshop, 2021.

Bens Integrados

Os bens integrados são objetos vinculados ou fixados à superfície construída, seja interna ou externa. As peças que, mesmo podendo ser removidas, encontram-se integrados à estrutura arquitetônica. Nesta categoria, incluem-se os altares, retábulos, arco-cruzeiros, tarja do arco-cruzeiro, painéis de talha, pinturas parietais, painéis fixos, arcazes fixos, balaustrada de coro, mesa de comunhão, pia batismal, pia de água benta, para-vento, pinturas e talhas de forros, nichos e oratório fixos, relógios de torre e de sol, portas, janelas, decoração de capitéis, cunhais, sobrevergas decoradas, esculturas heráldicas, azulejaria, sinos, entre outros. Não devem ser retirados, pois alteram radicalmente o espaço e a forma, rompendo com a unidade da obra arquitetônica.

Na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, existe um conjunto de bens integrados que necessitam de preservação, devido a sua estética e relevância histórica. Abaixo relacionaremos os principais objetos:

Sinos

A torre sineira da igreja possui um quarteto de sinos em bronze que compõe seu conjunto musical. Formado pelos bordões, o sino (Figura 3) maior, apresenta 480 quilos, com de diâmetro 91 centímetros e altura de 82 centímetros, nota musical G# (sol sustenido), gravado o nome de seu fundidor, F G Coelho & Filhos, não possuindo data. O segundo sino, de porte médio, possui 230 quilos, diâmetro 67 centímetros e altura 62 centímetros, nota musical C (dó), possui inscrições na base da coroa, datado de 1800. Seguindo seus respectivos repiques, o terceiro sino pesa 50 quilos, 43 centímetros de diâmetro e 40 centímetros de altura, nota musical F# (Fá sustenido); e o menor sino possui 40 quilos, diâmetro de 40 centímetros e altura de 38 centímetros, nota musical A (lá), gravados com esfinge de uma cruz, não possui data. As informações relatadas anteriormente, só foram possíveis, após exame organoléptico e sonoro, com o auxílio do profissional conservador-restaurador, Manoel Cosme dos Santos[2], especialista em restauro de sinos e carrilhões.

Figura 3. Sino em bronze, Fundição FGC & Filhos, Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Duque de Caxias/RJ. Fonte: Elaine Gusmão, 2022.

Pia de água benta

No nártex da igreja, há um conjunto de três pias de água benta em rocha de lioz rosa, em forma de concha, do século XVIII, de origem portuguesa. Devemos lembrar que as pias servem para os fiéis purificar-se antes do início da missa. Por esse motivo, elas estão dispostas próximas às portas de entrada da igreja.

2 Formado pela Royal Eijsbolts, Asten, Holanda.

A primeira pia (Figura 4) que detalharemos, está disposta ao lado da porta esquerda da lateral da igreja, medindo 23 centímetros de altura, 68 centímetros de largura e 53 centímetros de profundidade. Todas as demais pias apresentam as mesmas dimensões e características estilísticas e estão dispostas, uma ao lado esquerdo da porta principal e a outra ao lado da porta direita, na lateral do bem. As pias apresentam boas condições de conservação, mas necessitando de algumas intervenções, pois apresentam sujidades, perdas de suporte, sinais de vandalismo, inserção de material inadequado (argamassa) e respingos de tinta branca de parede.

Figura 4. Pia de água benta, Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Duque de Caxias/RJ.
Fonte: Elaine Gusmão, 2022.

Lavabo

O lavabo (Figura 5) é um recipiente colocado na sacristia e utilizado para as abluções do presbítero antes e depois da celebração da missa, para escoar a água da purificação e os resíduos das substâncias bentas depois de reduzidas a cinza. Pode ter associado, sobre a bacia, um reservatório com torneira. A peça em questão está instalada na sacristia, na parede direita entre duas janelas. Confeccionada em rocha de lioz branco, do século XVIII, é formada por duas peças, um respaldar, medindo 28 centímetros de altura, 27 centímetros de largura e 5 centímetros de profundidade. Em sua decoração, ao centro, identificamos um mascarão[3], ladeada por cinco conchas abertas. Ainda formando o conjunto do lavabo, encontramos a bacia, que se encontra fragmentada e a parte faltante está desaparecida.

3 Mascarão, que também pode ser denominado de carranca, cabeça ou quimera. Uma escultura de um o imaginário fantástico, esculpida em pedra, madeira ou metal, colocada como motivo decorativo em cimalhas, frisos, áticos, fontes, chafarizes, lavabos e outros. (ALBERNAZ e LIMA, 1998, p. 374)

Figura 5. Lavabo, Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Duque de Caxias/RJ.
Fonte: Elaine Gusmão, 2022.

Ainda, na decoração interna, existem cinco retábulos, sendo o retábulo-mor de devoção a Nossa Senhora do Pilar. Os retábulos laterais estão dispostos a partir da entrada: do lado da Epístola (direita), o primeiro de devoção à Sant'Ana Mestra e o segundo de São Miguel Arcanjo; no lado do Evangelho (esquerda), o primeiro de devoção a Nossa Senhora da Conceição e o segundo de Nossa Senhora do Rosário. Tanto o retábulo-mor quanto os retábulos laterais são trabalhados em talha e são completamente diferentes entre si e apresentam características perfeitas do barroco joanino, com exceção do retábulo de Nossa Senhora da Conceição, que apresenta características do rococó e do neoclássico. Mais à frente, realizaremos toda análise formal e estilística dos retábulos.

Morfologia dos retábulos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar

Parte da decoração interna, os retábulos presentes nas igrejas católicas representam muita mais que decoração, são destinados ao culto e devoção e cresceram em dimensão e invocação espiritual, ocupando espaço no interior dos templos. Sua elaboração e construção envolvem profissionais de arquitetura, escultura e pintores. Segundo Fabrino (2012, p. 13), "o termo retábulo

tem origem no latim, *retro*: o que está atrás, e *tabulum*, que se refere ao altar que, originalmente, era uma mesa de madeira". É a construção assente sobre ou atrás do altar, normalmente fixada à parede. Integrado ao altar, que é o centro do espaço celebrativo, o retábulo se insere na liturgia católica e atrai para si a atenção de fiéis contemplativos na oração particular ou comunitária, através de elementos que o compõe, como o tabernáculo, pinturas ou esculturas de santos ou cenas bíblicas e relíquias.

Influenciados pelos dípticos e trípticos presentes nas Catedrais da Idade Média, o retábulo começou a surgir nas igrejas do Renascimento em forma de mármore e pedra, na Itália, e madeira, na Espanha. No Brasil, os primeiros retábulos foram feitos de pedra, mas com a chegada dos jesuítas, introduziram os retábulos em madeira em seus templos. Os retábulos são compostos por três partes: base, corpo e coroamento.

> A estrutura retabular é composta por três partes bem definidas: base, corpo e coroamento. A base fica por trás da mesa do altar imagens. O coroamento e sustenta o corpo onde estão inseridas as pilastras e colunas que ladeiam o camarim, podendo também conter nichos laterais para colocação de outras é a parte estrutural que confere dignidade ao retábulo, por isso concentra a ênfase ornamental da estrutura. (FABRINO, 2012, P. 13)

Em 25 de maio de 1938, foi realizado o tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, sendo assinado pelo então diretor do IPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade e a inscrição assinada por Carlos Drummond de Andrade, inscrita sob o nº 76, folha 14, do livro 3 de Belas Artes, processo legal de nº 160-T-38. Após o tombamento, boa parte da rotina da igreja está registrada no arquivo central do IPHAN, Arquivo Noronha Santos e no arquivo da superintendência, 6ª Coordenação Regional do IPHAN. A partir de telegramas, ofícios, boletins internos, reportagens, inquéritos policiais e orçamentos, podemos analisar as obras de restaurações, furtos e loteamentos do terreno do entorno da igreja. A partir desses documentos, foi possível identificar que, entre a década de 60 e final dos anos de 2001, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar passou por uma série de furtos, roubos e atos de vandalismo, além do descaso e da ausência de manutenção, fazendo com que 100% de seu acervo de bens móveis tenha desaparecido e os bens integrados gravemente afetados e quase dilapidados.

Nosso intento é realizar uma descrição iconográfica dos retábulos, favorecendo uma leitura, compreensão e uma descrição mais integral do objeto de estudo. De acordo com Panofsky, a "iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma" (PANOFSKY, 2014, p. 47). Portanto, a análise iconográfica é o estudo descritivo de uma criação, seja ela pintura ou escultura, doravante a representação exe-

cutada pelo artífice, buscando identificar o tema, os personagens, símbolos, atributos, o momento representado e o contexto no qual ocorre o episódio.

A fim de compreender morfologia e características das talhas, bens integrados e os bens móveis do retábulo-mor e laterais, usamos como fonte de pesquisa, fotos, ofícios, descrições históricas e arquitetônicas de inventários realizados pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), entre 1938 a 1979, e o acervo que ainda se mantem na igreja, para elaborarmos desenho técnico em perspectiva, de caráter arquitetônico, desenvolvido nos softwares "AutoCad 2021" e "Photoshop", em parceria com o arquiteto urbanista Fernando Cordeiro Barbosa Gonçalves[4], a fim de garantir a qualidade e a compreensão da leitura dos retábulos com análise formal e estilística, e também de compreendermos visualmente como eram os retábulos em sua magnitude, com indicativos dos elementos que compõem a talha, tendo sempre como referência analítica o olhar do observador.

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar, apesar de sua construção do templo ter sido iniciada provavelmente em 1696, teve a sua decoração interna realizada ao longo do século XVIII e finalizada, possivelmente, no início do século XIX. A origem e autoria das obras são desconhecidas, tanto dos retábulos quanto dos bens móveis, pois não existem identificações ou documentações que comprovem a autoria ou origem das obras.

O retábulo-mor, em devoção a Nossa Senhora do Pilar, apresenta características da talha do barroco joanino, assim como os retábulos de Sant'Ana Mestra e de Nossa Senhora do Rosário. O retábulo de São Miguel, além de manifestar características do barroco joanino, contém, igualmente, elementos típicos e influências do estilo rococó. O retábulo de Nossa Senhora da Conceição, por sua vez, é o mais diferente de todos, apresentando um misto de elementos da talha rococó e neoclássica.

Retábulo-mor de Nossa Senhora do Pilar

Ao adentramos na igreja, ao fundo da capela-mor, após o arco-cruzeiro, encontra-se o retábulo-mor em devoção a Nossa Senhora do Pilar. Para garantir a qualidade e a compreensão da leitura dos retábulos com análise formal e estilística, foi elaborado um desenho técnico em perspectiva do retábulo-mor (Figura 6), a fim de compreender os elementos que compõem a talha e sua policromia.

4 Pós-Graduado em Conservação e Restauro pela Faculdade Única de Ipatinga. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Medicina e Reabilitação - IBMR. Profissional Conservador e restaurador de bens culturais.

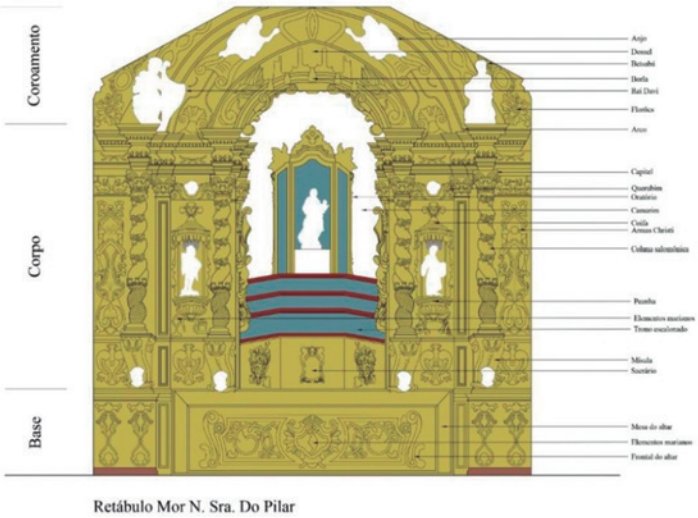


Figura 6. Análise formal e estilística do Retábulo-mor de Nossa Senhora do Pilar. Fonte: arquiteto urbanista Fernando Cordeiro Barbosa Gonçalves, desenvolvido nos programas AutoCad2021 e Photoshop, 2021.

Análise formal e estilística (iconográfica):

O retábulo apresenta características do barroco joanino, constituído por madeira entalhada e douramento; com 893 centímetros de altura, 772 centímetros de largura, 480 centímetros de comprimento e com profundidade de 65 centímetros. O retábulo possui um douramento em revestimento completo (na imagem acima o uso do tom em amarelo refere-se ao douramento), policromia existente somente no trono escalonado com uso das cores verde e vinho.

O coroamento, em dossel com franjas e borlas, é composto por dois anjos e quatro querubins. Na parte superior do lado esquerdo, encontra-se a imagem de Betsabá, de 120 centímetros, bastante peculiar, pois se apresenta com o seio esquerdo desnudo. Na parte superior do lado direito, a imagem de Rei Davi, de 120 centímetros, tocando uma harpa. A ornamentação era formada por volutas e elementos fitomórficos (florões).

O corpo do retábulo é composto por quatro colunas salomônicas de 280 centímetros, sustentadas por quatro mísulas com entalhes de querubins de 58 centímetros cada e encimadas por capitéis compósitos. Acima das colunas, encontra-se o entablamento. O camarim exibe uma abertura em arco abatido,

com as bordas decoradas com elementos em volutas e, ao centro, um oratório com a imagem da padroeira do templo, Nossa Senhora do Pilar, de 152 centímetros de altura, 67 centímetros de largura, 67 centímetros de comprimento lateral, 45 centímetros de diâmetro e 38 centímetros de profundidade, segurando o Menino Jesus de aproximadamente 46 centímetros, sustentado por um trono escalonado.

O nicho esquerdo (composto por peanha e coifa em dossel) era decorado com a imagem de São Francisco de Assis, de 70 centímetros de altura e no nicho direito (composto por peanha e coifa em dossel), a imagem de São João Batista de 70 centímetros de altura. Existiam dois querubins acima dos nichos, um sacrário com entalhes de dois querubins e uma figura antropomórfica (humana) com o cálice nas mãos, na porta. Ainda no corpo do retábulo, encontramos a presença de símbolos marianos: poço e espelho; símbolos angélicos (instrumentos musicais): alaúde, trombeta e harpa e símbolos da *Arma Christ*: cálice (usado na última Ceia), escada (usada na deposição da cruz), tenaz, coluna da flagelação, cana (que foi dada a Cristo como um cetro), três cravos, martelo, coroa de espinhos, esponja e lança. A ornamentação é formada por volutas e elementos fitomórficos. A decoração era completada por dezessete tocheiros (no inventário são nomeados como castiçais), seis jarros com palmas douradas e um crucifixo de 70 centímetros.

Na base do retábulo, ao centro, a mesa do altar elaborado em linhas retas e em formato retangular, com 110 centímetros de altura, 355 centímetros de largura, com decorações de elementos fitomórficos, volutas, curvas e contracurvas, além de dois símbolos marianos, o sol e a lua. Nas laterais, apresentavam-se frisos em linhas retas e elementos decorativos em volutas, curvas e contracurvas.

Atualmente, o retábulo-mor encontra-se totalmente descaracterizado após sucessivos furtos, vandalismo e ausência de conservação preventiva. Restando apenas a estrutura, com poucas talhas e elementos decorativos. Algumas partes de sua talha já foram recuperadas em leilões e antiquários. As peças recuperadas encontram-se acondicionadas em reserva técnica, aguardando projeto de restauração artístico que englobe a consolidação estrutural, reintegração das talhas originais, feituras de peças e lacunas existentes ou desaparecidas e reintegração do douramento.

Retábulo de São Miguel Arcanjo

Na nave da igreja, no lado da Epístola (direita) próximo ao presbitério, encontra-se o retábulo em devoção a São Miguel Arcanjo. Prepararmos um desenho técnico em perspectiva do retábulo de São Miguel Arcanjo (Figura 7), a fim de assimilar os elementos que compõem a talha e sua composição cromática.

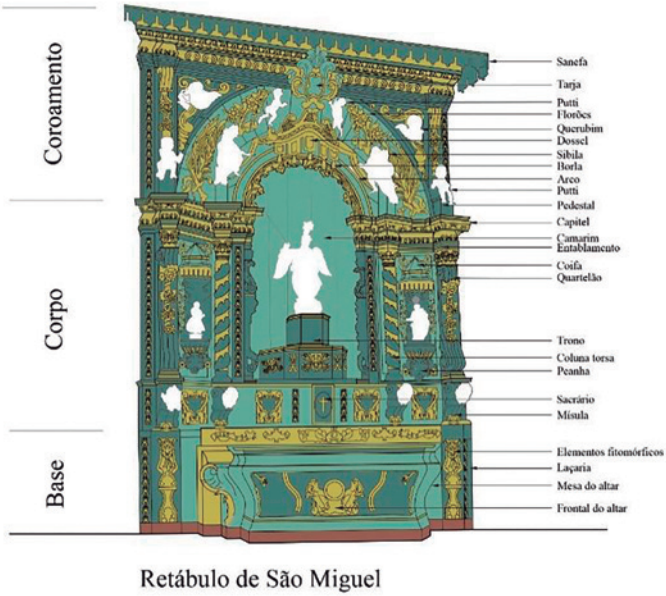


Figura 7. Análise formal e estilística do Retábulo de São Miguel Arcanjo.
Fonte: arquiteto urbanista Fernando Cordeiro Barbosa Gonçalves, desenvolvido nos programas AutoCad2021 e Photoshop, 2021.

Análise formal e estilística (iconográfica):

O retábulo expõe características do barroco joanino e a mesa do altar com características do rococó, constituído por madeira entalhada com policromia e douramento. Possui 604 centímetros de altura, 482 centímetros de largura e com profundidade de 55 centímetros. O retábulo possui uma policromia com uso de tons verdes claros e escuros (na imagem acima os elementos representados no tom em amarelo são os objetos com douramento). O coroamento em sanefa reta com franjas e borlas, tendo ao centro, uma tarja (brasão ou escudo) em dossel com franjas e borlas. Há também dois *putti* sobre pedestais, dois *putti* ladeando a tarja (brasão ou escudo), dois querubins e duas sibilas. Ornamentação com elementos fitomórficos (de ornamentos florais e ramos de oliveira/palmeta), laçarias e volutas.

O corpo sendo composto por duas colunas torsas de 165 centímetros, sustentadas por duas mísulas, com entalhes de querubins e encimadas por capitéis compósitos, dois quartelões em canelura com elementos fitomórficos de 165 centímetros de altura, além de ser sustentada por duas mísulas com entalhes de querubins e encimadas por capitéis compósitos. Acima das colunas, encontra-se o entablamento. O camarim exibe uma abertura em arco abatido, com as bordas decoradas com elementos em volutas e querubins e ao centro a imagem do padroeiro São Miguel, de 150 centímetros de altura, sobre um trono.

No nicho esquerdo (composto por peanha e coifa em dossel) decorado com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, de 60 centímetros, e, no nicho direito (composto por peanha e coifa em dossel), a imagem do Menino Deus, de 50 centímetros; também composto por um sacrário com um crucifixo entalhado. A ornamentação é formada por volutas, elementos fitomórficos e laçarias. A decoração completada por dois tocheiros, dois jarros com palmas prateadas e um crucifixo de 150 centímetros.

Na base do retábulo, ao centro, encontra-se mesa do altar elaborado características do rococó, com curvas e contracurvas e presença das ***rocailles*** (desenho assimétrico, formados por conchas estilizadas associadas a laços, flores, folhagens) com 117 centímetros de altura e 278 centímetros de largura. A ornamentação composta por elementos fitomórficos, laçarias e volutas.

O retábulo de São Miguel, que segundo Monsenhor Pizarro em suas visitas pastorais, realizadas em 1794, apresenta-se sem o douramento e policromia. Contudo, no inventário do DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), realizadas entre 1974 e 1979 e a sua apresentação atual, podemos afirmar que esse douramento aconteceu após a passagem de Monsenhor Pizarro pela freguesia.

Na atualidade, o retábulo encontra-se bastante descaracterizado após sucessivos furtos, vandalismo e ausência de conservação preventiva. Várias partes de sua talha já foram recuperadas em leilões e antiquários, restando apenas as colunas torsas serem localizadas. As peças recuperadas encontram-se acondicionadas em reserva técnica, aguardando projeto de restauração artístico que englobe a consolidação estrutural, reintegração das talhas originais, feituras de peças e lacunas existentes ou desaparecidas e reintegração pictórica e do douramento.

Retábulo de Sant'Ana Mestra

Na nave da igreja, no lado da Epístola (direita) próximo ao nártex, encontra-se o retábulo em devoção à Sant'Ana Mestra. Para assegurar a qualidade e a

compreensão da leitura dos retábulos, com análise formal e estilística, foi criado um desenho técnico em perspectiva do retábulo de Sant'Ana Mestra (Figura 8), a fim de visualizar os elementos que formam a talha e sua policromia.

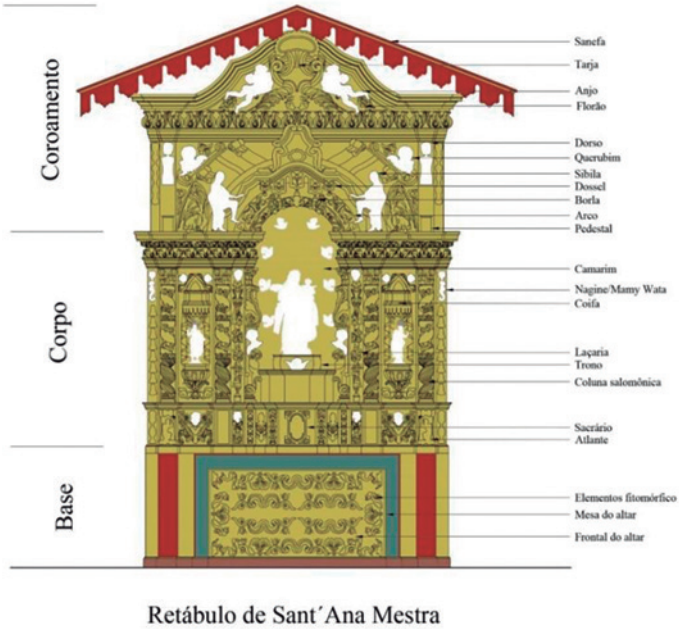


Figura 8. Análise formal e estilística do Retábulo de Sant'Ana Mestra. Fonte: arquiteto urbanista Fernando Cordeiro Barbosa Gonçalves, desenvolvido nos programas AutoCad2021 e Photoshop, 2021.

Análise formal e estilística (iconográfica):

O retábulo ostenta características do barroco joanino, constituído por madeira entalhada com policromia e douramento; com 705 centímetros de altura, 430 centímetros de largura e com profundidade de 62 centímetros. O retábulo possui um douramento em quase sua totalidade (na imagem acima o uso tom em amarelo refere-se ao douramento), policromia pontual com uso das cores verde e vinho.

O coroamento sendo dividido em duas partes por entablamento e encimado por uma sanefa triangular com franjas e borlas, ao centro a presença da tarja (brasão ou escudo) ladeada por dois *putti*. Ainda no coroamento, vemos a presença de mais dois *putti* sobre pedestais, dois querubins, dois dorsos de figuras humanas e duas sibilas e dossel com franjas e borlas. A ornamentação

composta por elementos fitomórficos (de ornamentos ramos de oliveira/palmeta), laçarias e volutas.

O corpo sendo composto por quatro colunas salomônicas de 165 centímetros, sustentadas por quatro mísulas, duas com entalhes de atlantes e duas com entalhes de querubins e encimada por quatro capitéis compósitos; acima das colunas, encontra-se o entablamento. O camarim exibe uma abertura em arco abatido, com as bordas decoradas com elementos em volutas, querubins e com entalhes de laçarias; ao centro encontrava-se a imagem da padroeira do retábulo Sant'Ana Mestra, de 140 centímetros de altura, sobre o trono; oito querubins decoram o fundo do camarim. A representação iconográfica da padroeira presente nesse retábulo se dá em uma das formas mais raras, pois a imagem é retratada de pé com Maria ao colo, quando em sua grande maioria Sant'Ana é retratada sentada.

O nicho esquerdo (composto por peanha e coifa em dossel) estava decorado com a imagem de São José, de 60 centímetros de altura, e, o nicho direito (composto por peanha e coifa em dossel) com a imagem de São Joaquim de 68 centímetros de altura, além do sacrário com um crucifixo entalhado na porta. A ornamentação composta por volutas, elementos fitomórficos e laçarias. A decoração completada por dois castiçais, dois jarros e um crucifixo de 150 centímetros. Ainda no corpo do retábulo, verificamos a presença de dois entalhes no canto superior (esquerda e direita) de uma figura antropozoomórfica com dorso feminino e calda de peixe bipartida, podendo estar representando a figura lendária da sereia. A decoração arrematada por cinco jarros com palmas douradas, quatro tocheiros e um crucifixo de madeira de aproximadamente 90 centímetros.

Na base do retábulo, ao centro, verificamos a presença da mesa do altar, elaborado em linhas retas e em formato retangular com 132 centímetros de altura, 275 centímetros de largura com decorações de elementos fitomórficos (folhas de acanto), conchas, laçarias, volutas, curvas e contracurvas, presente na mesa do altar e nas laterais.

Atualmente, o retábulo encontra-se bastante desfigurado, por conta de inúmeros furtos e vandalismo, além da ausência de ações conservativas. Alguns elementos decorativos foram recuperados em leilões e antiquários e encontram-se acondicionada em reserva técnica. No momento presente, aguarda-se a elaboração e execução de projeto de restauração artístico que contemple a consolidação estrutural, feituras de peças e lacunas existentes ou desaparecidas, reintegração das talhas originais e reintegração do douramento e da camada pictórica.

Retábulo de Nossa Senhora do Rosário

Na nave da igreja, no lado do Evangelho (esquerdo) próximo ao presbitério, encontra-se o retábulo em devoção a Nossa Senhora do Rosário. Com o objetivo de compreender os elementos que compõem a talha e a composição cromática, elaboramos um desenho técnico em perspectiva do retábulo de Nossa Senhora do Rosário (Figura 9), com a análise formal e estilística.

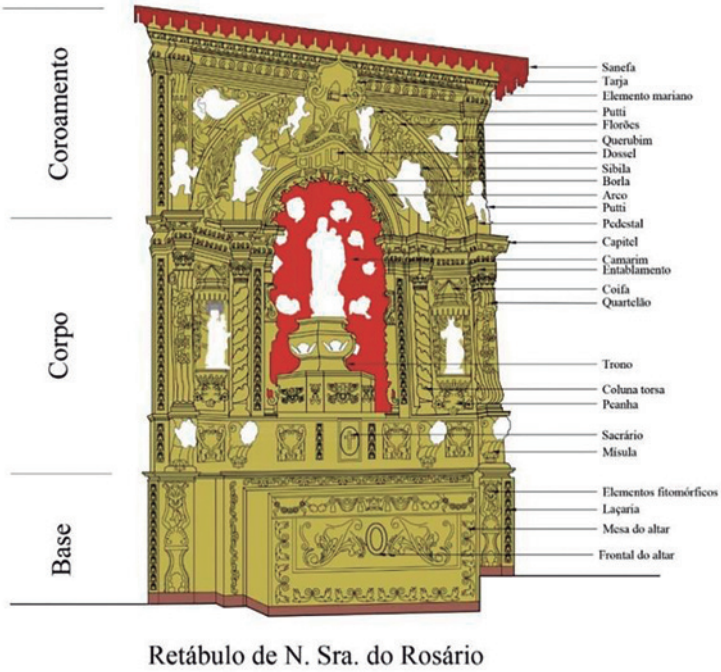


Figura 9. Análise formal e estilística do Retábulo de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: arquiteto urbanista Fernando Cordeiro Barbosa Gonçalves,
desenvolvido nos programas AutoCad2021 e Photoshop, 2021.

Análise formal e estilística (iconográfica):

Exibe características do barroco joanino, constituído por madeira entalhada com policromia e douramento, com 604 centímetros de altura, 482 centímetros de largura e 55 centímetros de profundidade. O retábulo possui um douramento em quase sua totalidade (na imagem acima o uso tom em amarelo refere-se ao douramento), policromia existente somente no fundo do camarim e na sanefa, com uso da cor vermelha.

O coroamento em sanefa reta com franjas e borlas, ao centro presença da tarja (brasão ou escudo), em dossel com franjas e borlas, no centro da tarja veri-

ficamos presença de entalhe de uma torre; dois *putti* sobre pedestais, dois *putti* ladeando a tarja (brasão ou escudo), dois querubins e duas sibilas. Ornamentação com elementos fitomórficos (de ornamentos florais e ramos de oliveira/palmeta), laçarias e volutas.

O corpo sendo composto por duas colunas torsas de 165 centímetros, sustentadas por duas mísulas, com entalhes de querubins e encimadas por capitéis compósitos; possuindo dois quartelões em canelura com elementos fitomórficos de 165 centímetros; também sustentadas por duas mísulas com entalhes de querubins e encimadas por capitéis compósitos; acima das colunas, encontra-se o entablamento. O camarim exibe uma abertura em arco abatido com as bordas decoradas com elementos em volutas e querubins; ao centro, sobre o trono apresentava-se a imagem de Nossa Senhora do Rosário de 125 centímetros de altura.

O nicho (composto por peanha e coifa em dossel) da esquerda decorado com a imagem de São Benedito aproximadamente de 75 centímetros de altura e no nicho (composto por peanha e coifa em dossel) direto com a imagem de Santo Antônio de 75 centímetros de altura; um sacrário ladeado por laçaria e com entalhe de uma cruz envolta a flores, na porta; oito querubins decorando o fundo do camarim. A ornamentação formada por volutas, elementos fitomórficos e laçarias. A decoração era completada por quatro tocheiros e dois jarros com palmas prateadas.

Na base do retábulo, ao centro apresentava-se a mesa do altar elaborado em linhas retas e em formato retangular com 127 centímetros de altura, 282 centímetros de largura com decorações de elementos fitomórficos (folhas de acanto), conchas, laçarias, borlas, volutas, curvas e contracurvas, presente na mesa do altar e nas laterais.

No ano de 2004, antes da realização de obras emergenciais, o retábulo de Nossa Senhora do Rosário desprendeu-se totalmente da parede e encontrava-se em fragmentos; eles foram acomodados sem nenhum tratamento, segurança ou manutenção. Os principais danos inerentes ao retábulo foram às infiltrações provenientes da cobertura, a umidade ascendente e descendente, o ataque das térmitas, o vandalismo, desgaste natural do material ao longo do tempo (intempéries) e a falta de conservação. Várias destas patologias contribuíram para a deterioração dos seus pilares de sustentação que foram muito danificados.

Em outubro de 2018, a Comissão para os Bens Culturais e Artes Sacras da Diocese de Duque de Caxias elaborou e realizou o projeto de separação, catalogação, translado e acondicionamento das partes fragmentadas do retábulo, atualmente armazenadas em uma reserva técnica, aguardando projeto de res-

tauração artístico que englobe a montagem e consolidação estrutural, reintegração das talhas originais, feituras de peças e lacunas existentes ou desaparecidas, reintegração pictórica e do douramento.

Retábulo de Nossa Senhora da Conceição

Na nave da igreja, no lado do Evangelho (esquerdo) próximo ao nártex, encontra-se o retábulo em devoção a Nossa Senhora da Conceição. Para garantir a compreensão da visualização dos retábulos, foi elaborado um desenho técnico em perspectiva do retábulo de Nossa Senhora da Conceição (Figura 10), com a finalidade de compreender a estruturação cromática, bem como sua talha.

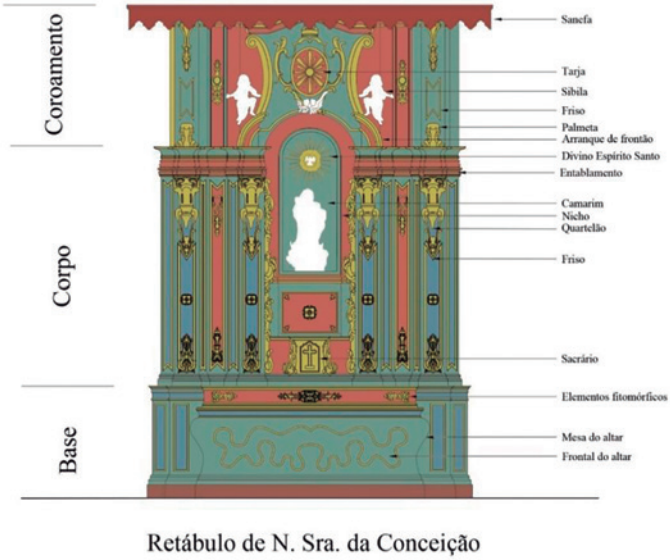


Figura 10. Análise formal e estilística do Retábulo de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: arquiteto urbanista Fernando Cordeiro Barbosa Gonçalves,
desenvolvido nos programas AutoCad2021 e Photoshop, 2021.

Análise formal e estilística (iconográfica):

O retábulo de Nossa Senhora da Conceição é o que mais se destaca por sua diferença sobre os demais, pois apresenta elementos do estilo rococó e do neoclássico, com verticalidade acentuada, sem muitos ornamentos, bens móveis e integrados. Constituído em madeira entalhada com policromia e douramento com 604 centímetros de altura, 482 centímetros de largura e 55 centímetros de profundidade. O retábulo possui uma policromia com uso das cores verde, azul e rosa/terroso (na imagem acima o uso tom em amarelo refere-se ao douramento).

O coroamento em sanefa reta com franjas, ao centro é possível identificar a presença da tarja (brasão ou escudo) com um entalhe da hóstia consagrada raiada, ladeada por duas sibilas e na parte inferior da tarja vemos a presença de dois querubins. A ornamentação mostra frisos, palmetas, arranque de frontão e elementos fitomórficos, volutas e *rocaille***.**

O corpo composto por quatro quartelões de 70 centímetros (o elemento decorativo foi usado em substituição de colunas) com elementos em volutas. Abaixo dos quartelões, a decoração é formada por frisos como efeito de continuidade decorativa. Entre eles, foram inseridos oito frisos de espessuras diferenciadas. O camarim exibe uma abertura em arco abatido, com as bordas decoradas com elementos em volutas e ao centro a imagem da padroeira do retábulo, Nossa Senhora da Conceição, de 98 centímetros de altura, acima da imagem da padroeira é possível identificar uma talha representando o símbolo do Espírito Santo, com uma pomba envolta a um círculo raiado de aproximadamente 55 centímetros de altura. Verificamos a presença de um sacrário, com a borda decorada com elementos em volutas e *rocaille* e com uma cruz entalhada na porta. A decoração concluída por quatro tocheiros, dois jarros com palma dourada e um crucifixo de 130 centímetros.

Na base do retábulo, vemos ao centro a mesa do altar elaborado com características do rococó, com curvas e contracurvas e presença das *rocailles* com 137 centímetros de altura, 219 centímetros de largura. A ornamentação com o uso de elementos fitomórficos, frisos, laçarias e volutas.

Atualmente, o retábulo encontra-se descaracterizado, devidos os furtos, processos de vandalismo e ausência de procedimentos de conservação preventiva. O retábulo necessita de um projeto de restauração artístico que inclua uma consolidação estrutural, restituição das talhas originais, fazimentos de peças e lacunas existentes ou desaparecidas e reintegração da camada pictórica e do douramento.

Tendo em vista a importância da produção artística da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, fez-se necessário compreender toda forma construtiva e morfológica dos retábulos que a integram, além de identificar as talhas. Que podem contribuir nas buscas e na identificação das talhas ou fragmentos retabulares, facilitando a leitura, e contribuindo na identificação de semelhanças das características iconográficas. Além de fornecer subsídios para a elaboração de projeto executivo, referente a restauração artística dos retábulos.

Consideramos a necessidade de se preservar o Patrimônio da Igreja Católica, em sua rica tradição cultural de herança devocional e artística, afirmando que a preservação e reconhecimento desse patrimônio devem ser estimulados

para que as futuras gerações tenham consciência de suas origens e identidades.

Referências Bibliográficas

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário ilustrado de arquitetura.* 1ª ed. São Paulo: Pro Editores, 1998.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das Provincias annexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI.* Tomo II. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez e latino.* Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

FABRINO, Raphael João Hallack. *Guia de identificação de arte sacra.* Rio de Janeiro: PEP/MP/IPHAN, 2012.

NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro, (coordenação). *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário da arte sacra.* Rio de Janeiro: INEPAC/SESC, 2008. v.1.

PANOFSKY, Erwin. *O significado nas artes visuais.* São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª edição, 2014.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da Ccdade: história política da cidade de Duque de Caxias.* Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2014.

Fontes

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ)

Arquivo Eclesiástico da Diocese de Petrópolis (AEDP)

Biblioteca Nacional - Projeto Resgate Biblioteca Luso Brasileira (Arquivo Histórico Ultramarino)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - Arquivo Central - GEDAB / COPEDOC. ANS - Arquivo Noronha Santos

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio De Janeiro.

Recebido em 28 /09/ 2023.
Aprovado em 20 /10/2023.

SANEAMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE A COMISSÃO DE SANEAMENTO DE 1933[1]

Adriana Branco Correia Souto[2]

Resumo

O artigo aborda a história do saneamento na Baixada Fluminense, região do estado do Rio de Janeiro. Indica como a percepção da área como alagadiça e insalubre, influenciou as ações de saneamento, que foram responsáveis, ao longo do século XX, por dessecar os terrenos utilizados para agricultura. Tais melhoramentos reconfiguram o território pela ocupação urbana, lançando as bases sociais para o processo de emancipação dos municípios que formaram o contexto contemporâneo da Baixada Fluminense.

Palavras-chave: História urbana; História da Baixada Fluminense; História da engenharia; História do saneamento.

Abstract

The paper addresses the history of sanitation in the Baixada Fluminense, a region of the state of Rio de Janeiro. It points out how the perception of the area as swampy and unhealthy influenced sanitation efforts, which, throughout the 20th century, involved draining the lands used for agriculture. These improvements reshaped the territory through urban occupation, establishing the social groundwork for the emancipation process of the municipalities that constitute the contemporary context of Baixada Fluminense.

Keywords: Urban history; History of the Baixada Fluminense; Engineering history; Sanitation history.

A Baixada Fluminense é descrita de forma recorrente nos documentos oficiais, relatórios e projetos de obras de engenharia das primeiras décadas do século XX como região alagadiça e insalubre. Tributários dos estudos realizados a partir de 1894 pela Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro (CESBERJ), engenheiros e auxiliares técnicos repetiram diversas vezes essa descrição.

A CESBERJ foi uma repartição pública que atuou na planície do Estado do Rio de Janeiro de 1894 a 1900. A importância dessa comissão para a Baixada Fluminense está na realização de um conjunto de estudos topográficos em duas regiões: aquela próxima à capital federal, denominada 1ª seção, e em Campos de Goytacazes, identificada pelos engenheiros como 2ª seção. Na 1ª seção os estudos resultaram na elaboração de 76 plantas em escala 1:2000, já na 2ª seção foram 92 mapas (BRASIL, 1911; GÓES, 1934). Por ocasião dos levantamentos posteriores, primeiro passo na organização de todas as comissões

1 Este artigo está baseado no capítulo 3 da dissertação de mestrado (Souto, 2016).

2 Licenciada em História (UFRRJ); Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT- UFRRJ); Doutora em História da Ciência e da Saúde (Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ). Professora da Rede Municipal de Mangaratiba e Professora do curso de História da AFVA-Unigranrio.

que se seguiram à de 1894, somente as plantas da 1ª seção foram localizadas. A 1ª seção corresponde à então denominada Baixada da Guanabara e, de acordo com o relatório apresentado em 1934, boa parte das plantas encontradas se referem às bacias hidrográficas que recortam o município de Iguassú.

Desta forma os documentos oficiais mesclam dois tipos de informações sobre a Baixada Fluminense: uma geográfica que invoca o termo "baixada" para descrever a faixa de terra entre a serra e o oceano e outra histórica, que expressa a antiguidade da ocupação remetendo à colonização. Geograficamente esses relatos identificam a baixa declividade e a existência de extensas bacias hidrográficas, com suas enchentes e inundações e problemas sanitários. Essa caracterização é pertinente a toda a planície do Estado do Rio de Janeiro. Para descrever os motivos de sua condição de insalubridade no início do século XX, a documentação associava a expulsão dos jesuítas e a abolição da escravatura ao abandono das antigas obras de controle das inundações.[3] Essa explicação só cabe para a Baixada da Guanabara, para a qual desde a divulgação dos trabalhos da Comissão de 1894, existiam informações mais especificas, principalmente relacionadas às bacias hidrográficas que recortavam o município de Iguassu.

Além dos aspectos topográficos e históricos, o desmatamento resultante da extração de madeira ocasionou a continuidade do alagamento das áreas afetadas pelo extravasamento dos rios. A retirada da proteção oferecida pela vegetação original diminuía a absorção das águas das chuvas, encharcando o solo e impedindo a fixação de nutrientes essenciais às lavouras, favorecendo assim a constante busca por novas áreas de plantio. Além disso, tanto a prática da coivara,[4] assimilada dos indígenas, demandava grandes porções de terra que eram abandonadas após a perda da produtividade como a mentalidade de 'terras infinitas'[5] dos europeus provocaram a longa duração deste sistema de uso.

Associados a todos estes fatores, deve ser incluída a implantação das estradas de ferro, iniciada em 1854. O engenheiro Marcelino Ramos da Silva, da CESBERJ, em 1898 destacou que a construção das estradas de ferro agravou os problemas sanitários da Baixada Fluminense. O engenheiro enfatiza em seu

3 No Congresso de Engenharia de 1900, Paes Leme descreveu as obras de engenharia dos loyolistas e seu projeto de canalização de parte do rio Guandu até Belém, como exemplo de obras que, abandonadas, prejudicaram a salubridade da região (LEME, 1900, p. 189).

4 Coivara é basicamente um método rudimentar de rotação de áreas cultivadas, através de ciclos de queima, abertura, plantio e repouso de sucessivos lotes de terras originalmente cobertas por florestas primárias ou secundárias.

5 "Acostumados a um pequeno país já carente de fronteiras geoeconômicas e, depois, à descoberta de pequenas ilhas e arquipélagos, o gigantismo das terras brasileiras teve nos portugueses o efeito de estimular o uso imprevidente da terra" (DRUMMOND, 1997, p. 63).

relatório a existência de pontos nos rios que foram totalmente bloqueados pela construção da Estrada de Ferro Leopoldina: "O rio Saraphuy (...) 800 m de sua barra na baía do Rio de Janeiro é atravessado por uma ponte de ferro da estrada de ferro do Norte (Leopoldina) não permitindo a passagem de embarcações" (Rio de Janeiro, 1898, p. 25)**.** Em outro trecho do mesmo documento, encontramos a descrição de um pântano artificial entre as estradas de rodagem e de ferro.

> A estrada de rodagem que vae da estação de Inhomerim (estrada de ferro de Mauá) em direção a Suruhy, atravessando com seus aterros e pontes os rios Cayoaba e Bonga, forma uma formidável barreira de escoamento regular das águas desses rios. Nota-se perfeitamente que nos campos das antigas freguesias de Inhomerim, o rio Bonga (Inhomerim) foi forçado no seu curso natural pela construção da estrada de rodagem, que constantemente é destruída pela impetuosidade das águas. Depois da juncção dos rios Cayoaba e Bonga nota-se a mesma dificuldade de escoamento nas pontes da estrada de ferro que com seus aterros formam uma segunda barreira, represando as águas a grande distância, transformando todo o terreno superior em um impenetrável pantanal, coberto de mato, peri-peris e outras vegetações aquáticas (Rio de Janeiro, 1898, p. 28-29).

Para a geógrafa Maria Therezinha Segadas Soares (1962), a forma como as estradas de ferro foram construídas demonstrou o desinteresse na região (SOARES, 1962, p 176). Como lugar de passagem, o agravamento de suas condições sanitárias não foi considerado pelo menos não o suficente para gerar estudos pormenorizados antes da implantação das ferrovias.

Assim, as formas de utilização da região da Baixada Fluminense foram transmutadas a partir do que poderia proporcionar o maior lucro: extração de madeira, cana de açúcar, café, pouso e alimentação para os viajantes da rota do ouro mineiro, agricultura de subsistência, estradas de ferro ou de rodagem, ora com muito dinamismo, ora menos intenso.

Iguassú e a Citricultura

Em fins do século XIX, com o aprofundamento da crise econômica no Estado do Rio foram elaboradas políticas que promovessem o investimento na diversificação agrícola. O governo estadual financiou a aquisição de equipamentos agrícolas, doou mudas e sementes, além da implantação de um imposto de importação de produtos similares aos produzidos no Estado fluminense. Essas medidas incentivaram a agricultura no município de Iguassú. De acordo com Adriano Rodrigues (2006), com o declínio da cafeicultura e o incentivo público, a citricultura, presente na região desde o Oitocentos, alcançou a escala comercial.

> Inicialmente, a laranja foi plantada em São Gonçalo e foi trazida para Nova Iguaçu no último quartel do século XIX. Os locais utilizados para o plantio da laranja em Iguaçu foram os mesmos utilizados para o café, pois, quando este entrou em decadência fez com que as fazendas que abrigavam as plantações substituíssem essas culturas por outras de subsistência, como o feijão, a mandioca e o milho, ou até mesmo fossem abandonadas. Fatores logísticos como a proximidade com os grandes mercados consumidores, como o de São Paulo, bem como a proximidade com a estrada de ferro, que possibilitava o escoamento da produção e o apoio governamental tanto à produção como à exportação, fez com que a região de Iguaçu fosse considerada ideal para o cultivo da laranja. Esses fatores de ordem geográfica, infra estrutural, natural e, sobretudo, de política econômica que fizeram da área de Nova Iguaçu um lugar atrativo para o desenvolvimento da citricultura (RODRIGUES, 2006: 39).

O plantio da laranja ao exigir desde a fabricação de caixas, o transporte até o tratamento e acondicionamento, gerou empregos especializados na região. Nova Iguaçu se tornou então o "novo eldorado" atraindo gente de todo país (RODRIGUES, op.cit., p. 41). Com a citricultura, o município teve sua densidade populacional aumentada em 423% em pouco mais de duas décadas, indo "de 33.396 habitantes em 1920 para 140.606 habitantes em 1940" (idem, p. 42).

Desta maneira, a região chamava a atenção do governo por sua possibilidade de cooperação na recuperação econômica. Com as mudanças políticas, administrativas e econômicas viabilizadas pelo contexto de centralização e reorganização do Estado inaugurados no governo Vargas, a capacidade subaproveitada da Baixada Fluminense foi ressaltada e novas políticas de intervenção foram pensadas para a região.

> As transformações socioespaciais ocorridas na Baixada Fluminense na segunda metade do século XX tiveram como ponto de partida todo o processo de mudança ambiental engendrado por obras de saneamento realizadas na década de 1930, a partir da reestruturação do aparelho do Estado empreendida pelo novo grupo político que chegou ao poder com a Revolução de 1930. Não se tratou de um ponto de partida a partir do zero, mas de uma reorganização das estruturas governamentais envolvidas com o controle e ordenamento dos espaços ambientais. (FERNANDES, 2001, p. 1185).

No bojo desta "reorganização das estruturas governamentais", citadas por Fernandes (2001), foi criado um órgão público federal que seria responsável pelo projeto de engenharia voltado ao saneamento não apenas em Iguassu, mas de toda a planície, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (CSBF).

A Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense

Criada em 5 de julho de 1933, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (CSBF), foi um marco importante em mais de um século de comissões e estudos que intentaram atuar em Iguassú (de 1833[6] a 1933; de 1933 a 1991). A partir de seus estudos e orientações foi criada a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (DSBF) em 1936 e, posteriormente, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) em 1940.

A CSBF descreveu o Estado do Rio de Janeiro como uma grande planície dividida em quatro zonas: a Baixada da Guanabara; a Baixada dos Goitacazes; a Baixada de Araruama e a Baixada de Sepetiba. Dessas quatro, a Baixada Guanabara foi apontada como a mais importante devida à proximidade com a capital federal. Podemos identificar ali a relevância do município de Iguassú pois, da Baixada mais importante para os engenheiros, Iguassú ocupava mais de 1/3 da área.[7]

Essa divisão em Baixadas não foi uma novidade apresentada pela Comissão e sim uma renomeação da divisão realizada em 1895 pelos engenheiros da CESBERJ a partir da identificação das bacias hidrográficas em cada região. No quadro abaixo segue uma comparação entre as divisões das duas Comissões com as nomenclaturas utilizadas nos relatórios.

6 A historiografia que versa sobre a região se refere a 1883 como o primeiro trabalho, encomendado ao major Rangel de Vasconcellos, para a região. No entanto, em relação a esta comissão parece haver um equívoco nas datas acionadas pela historiografia. A principal fonte que trata das comissões de saneamento é o relatório do engenheiro Hildebrando de Góes, produzido em 1934, com o intuito de aglutinar todos os projetos de intervenção ambiental, desde o período Imperial, que intervieram na planície fluminense. Desta forma as informações foram compiladas de relatórios de trabalhos anteriores. Nestes relatórios consta a informação de que o comissionamento do Major Rangel de Vasconcellos ocorreu em 1883 e o relatório foi apresentado logo após sua finalização ao médico higienista Cruz Jobim. Ocorre que o dito higienista que teria dado o parecer faleceu em 1876, portanto não poderia tê-lo feito em 1883. No índice da seção do dia 1 de setembro de 1837 da Academia Imperial de Medicina, da qual Cruz Jobim era vice-presidente, encontramos a seguinte descrição: "parecer seu sobre uma Memória do Sr. Major Antônio João Rangel de Vasconcellos, sobre o dessecamento dos pântanos desta Província e conclui a leitura pedindo se agradeça ao Sr. Rangel e que o seu trabalho seja publicado no Jornal da Academia" (Revista Médica Fluminense, 1838, p. 42). Assim é provável que o trabalho atribuído ao ano de 1883 tenha ocorrido em 1833 e, portanto, havido um erro na compilação dos relatórios.

7 A Baixada da Guanabara ocupava 3.800 km^2 enquanto o município de Iguassu no início do século XX possuía 1.347 km^2 (GOÉS, 1934, pp. 13 e 322; MENDES, 1950, p.26).

Quadro 1: Subdivisão da Baixada Fluminense por bacias hídricas de influência de acordo com a Comissão Estadual (1895) e a Comissão de 1933.

CESBERJ – 1895	CSBF – 1933
1ª seção (Macacu, Iguassú, Estrela, Sarapuí, Meriti, Magé, Surui e Guaxindiba) 3.730 km²	Baixada da Guanabara (todos os rios que desaguam na Baía do Rio de Janeiro) 3.800 km²
2ª seção (rios Paraíba, Macaé, São Pedro, Ururaí, Macabu e da lagoa Feia e de Cima) 8.680 km²	Baixada dos Goytacazes (rios Paraíba, Macaé e da Lagoa Feia) 8.300 km²
3ª seção (rios São João, Bacaxá, Capivari, Una, Trapiche e a zona lagunar de Cabo Frio aos limites capital federal) 3.970 km²	Baixada de Araruama (rios São João, Bacaxá, Capivari, Una, Trapiche e a zona lagunar de Cabo Frio aos limites capital federal) 4.000 km²
4ª seção (do rio Guandu) 1.500 km²	Baixada de Sepetiba (rio Guandu) 1.500 km²

Fonte: RIO DE JANEIRO (1898; 1901, p. 19); GÓES (1934, pp. 13 e 322)

Como disposto no quadro acima, o espaço que hoje reconhecemos como Baixada Fluminense estava inserido na 1ª seção (CESBERJ, 1895) e na Baixada da Guanabara (CSBF, 1933).

Para assumir o cargo de engenheiro-chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense foi nomeado Hildebrando de Araújo Góes (1899-1980). Hildebrando Araújo de Góes ingressou no Ministério de Viação e Obras Públicas, órgão responsável pela Comissão, como auxiliar técnico na década de 1920. Era um baiano diplomado engenheiro civil e engenheiro geógrafo em 1918 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Antes, em 1914, ano em que iniciou seu curso na Escola Politécnica, foi nomeado auxiliar técnico da Prefeitura do Distrito Federal. De acordo com sua biografia, além de professor de matemática no Externato Maurell em Petrópolis, foi engenheiro-chefe do 8º Distrito de Obras Públicas (SP); engenheiro-chefe das minas de carvão em São Gerônimo (RS). Em 1923 foi nomeado para a Inspetoria de Portos, Rios e Canais (jornal O PAIZ, 13 de dezembro de 1923, p. 4). Foi nessa gestão que se instaurou a comissão de Fiscalização da Baixada Fluminense sobre as irregularidades nas desapropriações ocorridas. O chefe desse serviço era João Baptista de Moraes Rego, filho de Fábio Rostilho de Moraes Rego (1870-1916), que foi afastado e substituído por Alfredo Conrado Niemeyer (1873-1953). Hildebrando de Góes deixou esse cargo em 1930, retornando em 1933 (periódico O RADICAL, 12 de dezembro de 1933, p. 7). Em 14 de dezembro de 1933 foi nomeado chefe da CSBF, após a saída de Alfredo Conrado de Niemeyer.

Hildebrando de Góes permaneceu na chefia de todos os órgãos criados a partir da CSBF. Em 1936 foi nomeado engenheiro-chefe e diretor da Diretoria

de Obras de Saneamento da Baixada Fluminense (DSBF) e, em 1940, do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

A CSBF foi formada com o objetivo de elaborar um Relatório que inventariasse todos os estudos, concessões e comissões anteriores que se ocuparam da planície fluminense. A partir da sua conclusão, os engenheiros deveriam propor um plano de ação. O Relatório Final foi apresentado ao Ministro de Viação e obras Públicas, José Américo de Almeida (1887-1980) em 1934 e está dividido em 12 capítulos totalizando 538 páginas. A execução do Relatório resultou dos esforços de um grupo de engenheiros nomeados que completaram a tarefa em três meses de trabalho.

O primeiro capítulo do relatório traz uma visão panorâmica de seus objetivos. O primeiro deles era o de centralizar todas as informações existentes até aquele momento sobre a planície do Estado para facilitar o acesso e a consulta aos dados aos engenheiros e auxiliares técnicos envolvidos nos futuros projetos. Eram estudos, plantas e projetos de execução realizados desde fins do século XIX. Outras metas relacionavam-se à tarefa de inspeção de obras indicadas como executadas; elaboração de um levantamento do potencial econômico de todas as localidades com vistas à organização de um programa de saneamento; preparação de um orçamento voltado à reparação e aquisição de maquinários para a realização das obras. A Comissão deveria também planejar o aproveitamento das terras e orientar o saneamento da região que "oferecesse as possibilidades mais amplas de progresso, um programa de trabalho ordenado e sistemático" (Brasil, 1934, p. 10).

Após o levantamento inicial e a aprovação do ministro da Viação e Obras Públicas, a CSBF passou a se responsabilizar por todas as intervenções, estudos ou contratos nos quais as "Quatro Baixadas" estivessem inseridas. Desta forma a CSBF ficou incumbida de projetar, fiscalizar e executar todas as obras de saneamento na planície do Estado. Este é um ponto muito destacado no relatório por Hildebrando de Góes, pois para ele a falta de continuidade de políticas públicas de intervenção no Estado associada à pulverização dos projetos eram as principais responsáveis pelo pouco avanço alcançado pelas comissões anteriores, o que justificaria seu formato centralizador.

> Os insucessos, verificados nos trabalhos da Baixada Fluminense, resultam, além da falta de unidade na direção, da descontinuidade administrativa.
>
> O governo mudava, constantemente, a orientação dos trabalhos, ora criando comissões ora extinguindo-as ou fundindo-as, para criar novas e separá-las em seguida.

> As verbas, na maioria das vezes, reduzidas e dispersas, teriam melhor aproveitamento se fossem aplicadas, globalmente por uma única comissão, incumbida do saneamento de toda a baixada (GÓES, 1934, p.25).

São marcantes as inovações promovidas pela CSBF: primeiramente, ao determinar como Baixada Fluminense todas as quatro seções, essa se tornou jurisdição federal e assim anularam-se os contratos em vigor na região.[8] Em segundo lugar, a CSBF se propôs a não somente organizar os projetos como também executar as obras. As Comissões anteriores, ao contrário, após um levantamento inicial, haviam aberto uma licitação para escolher uma empresa, nacional ou estrangeira para executar as obras, obras estas fiscalizadas pelas Comissões. No caso da CSBF, caberia tanto o projeto como a execução, exercendo o controle federal em toda a região, o que encerraria com as altercações constantes em trabalhos anteriores.

Outro diferencial da CSBF foi a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico. Se nas comissões anteriores o engenheiro fazia uma sugestão para o uso da terra dessecada, a partir da CSBF deveria haver um plano completo de uso e desenvolvimento para cada região da planície do Estado, com destaque para a Baixada da Guanabara.

Era na Baixada da Guanabara que se localizava o município de Iguassu, a essa altura (1934/35) já transmutado em Nova Iguaçu, contribuindo com parte significativa da receita de exportação do Estado com a citricultura. A proeminência de Nova Iguaçu na exportação de laranjas e seu modelo de pequenas propriedades provavelmente foram fatores considerados pelos engenheiros.

> Em 1931 foram exportadas pelo porto do Rio de Janeiro 1.281.461 caixas de laranjas, das quais 700.181 foram procedentes das seguintes zonas de Iguassú: Nova Iguassú, 319.641; Morro Agudo, 159.137; Mesquita, 93.456; Cabussú, 70.623; Austin, 57.324. A contribuição de Iguassú foi de cerca de 55% da exportação (FORTE, 1933, p.125).

O segundo capítulo do Relatório é um memorial histórico-geográfico da planície fluminense. O engenheiro chefe intitulou-o "Descrição Sumária da Baixada". Esta descrição inclui a topografia e os seus rios; um pequeno histórico das fazendas de grande produção no século XVIII; as causas das inundações; as diversas comissões que intervieram na região e o fracasso das mesmas.

---

8 Quando foi instituída a Comissão de 1934 encontravam-se em andamento três obras na Baixada: em Santa Cruz pela Comissão de Saneamento e Dragagem subordinada ao Ministério de Educação e Saúde Pública; no Núcleo Colonial de São Bento por parte do Ministério do Trabalho, e a da Comissão de Saneamento Nacional de Portos e Navegação (Góes, 1934, p. 26). Após a aprovação do Relatório desta Comissão, esses contratos foram cancelados e os trabalhos unificados na Diretoria de Saneamento.

Quanto à geografia a planície está identificada no documento como se estendendo por todo o litoral oriental e a parte do meridional do Estado do Rio de Janeiro, entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, com aproximadamente 17.000 km^2, "estando cerca da metade afogados em brejos e lagoas, onde impera a malária" (GÓES, 1934, p. 13).

A história é narrada a partir do momento de pujança econômica fazendo várias referências a antigas fazendas e portos, onde uma longa rede fluvial comandava os transportes e deslocamentos. Para construir o discurso do abandono, o engenheiro recorreu às epidemias de cólera e tifo, ocorridas respectivamente em 1854 e 1878, e acrescentou que o impaludismo foi resultado do abandono dos cursos de água após a expulsão dos jesuítas e da abolição da escravatura.

Ao discorrer sobre as 'Causas das Inundações', o autor apresenta as estradas de ferro como elementos que propiciaram o abandono, pois possibilitaram o deslocamento para outras áreas tanto da agricultura, do pastoreio e como da população. Para ele foi a transferência da dinâmica do entorno dos rios para as adjacências das estações do trem que provocaram a decadência de antigas vilas.

Com a exaustão das terras, a abolição e a construção das linhas férreas, não havia mais sentido em permanecer nos antigos centros. O deslocamento para outras áreas, mais secas, parecia mais simples, diz o engenheiro. Essa explicação serve apenas para a região do entorno da capital federal e mais ainda para o município de Iguaçu recortado pelas Estradas de Ferro D. Pedro II / Central do Brasil e Leopoldina.

Outro apontamento dos engenheiros que elaboraram o Relatório é a falta de continuidade administrativa e a burocracia enfrentada na liberação de verbas para as obras públicas. Para eles, o sistema de votação todos os anos sobre as verbas necessárias às obras não era eficiente, ao sujeitar a realização e a continuidade dos trabalhos às articulações políticas e econômicas de cada mandato. A sugestão apresentada era de uma verba única e permanente para a solução completa do problema e a unificação de todos os contratos para atuar na planície fluminense. Concluímos que tal sugestão foi aceita, pois no documento de 1939 com o título "Saneamento da Baixada Fluminense" encontramos a definição de que somente a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, herdeira direta da CSBF, atuaria em todo o Estado.

Como proposta para dirimir os problemas relativos à falta de estudos, estava a realização de um projeto conjunto entre o Ministério de Viação e Obras Públicas e o Ministério da Guerra a fim de utilizar a tecnologia militar para "os estudos foto-topográficos da Baixada Fluminense" (GÓES, 1934, p. 26). Estariam

incluídas ainda a observação, o estudo permanente e limpeza constante dos rios da planície, a construção de diques e a abertura de canais secundários para facilitar o exaguamento dos rios e aterramento.

Sob o título de "Geologia das Baixadas" está descrita no Relatório sua formação desde separação entre os continentes Americano e Africano. A Baixada Guanabara é retratada como permeada de extensos brejais que circundam a baía de Guanabara, "uma planície arenosa, coberta de argila sedimentada, mostrando, em alguns pontos, morros de barros, isolados, parecendo terem sido antigas ilhas, quando o mar chegava até raiz da serra" (GÓES, 1934, p. 51) e com grande quantidade de sambaquis.

No momento da escrita do Relatório a discussão sobre a formação dos sambaquis[9] ainda não havia consenso quanto à sua origem (se era fruto do recuo do mar ou como traço de permanência de comunidades pré-históricas). O autor do capítulo se utiliza de uma citação de Everardo Backheuser, engenheiro, geólogo e geógrafo, em conferência realizada na Escola Politécnica em outubro de 1915 e transcrita para a revista *Didática da Escola Politécnica* em 1918. Afirma que os sambaquis eram de formação natural "só espíritos obcecados por teorias preconcebidas poderiam admitir ser ele (sambaqui) trabalho de indígenas. Esse mesmo sambaqui da Pedra passou a ser para nós, depois de conveniente estudo, uma excelente prova do recuo do mar" (GÓES, 1934, p. 54).

O Relatório também faz considerações sobre o clima, uma vez que as chuvas, ventos, pressão atmosférica, temperatura, umidade absoluta e relativa e evaporação à sombra e ao sol seriam elementos relevantes na construção de um projeto de saneamento. A análise desses fatores que influenciam diretamente no volume de chuva é essencial para definir a vazão mínima e máxima necessárias a cada rio ou canal. A forma compartimentada das comissões anteriores também aparece como um problema em relação ao conhecimento das condições atmosféricas da planície do Estado, que contava com 15 estações para a coleta de dados pluviométricos em uma área total de 17.000 km^2. Com as informações retiradas destas estações (entre 1909 e 1932), a CSBF apresentou um quadro com a média mensal de chuva naquelas bacias. A conclusão deste estudo preliminar foi a de que as chuvas ocorriam basicamente no verão. A relevância da coleta está na formulação do projeto de desenvolvimento que mais tarde vai considerar tais informações para definir o espaço como ideal para a instalação de colônias agrícolas.

9 Sambaqui é uma palavra de origem Tupi que significa *tamba*: conchas e *ki*: amontoado. Tem como principal característica ser uma elevação de forma arredondada, que pode ter mais de 30 metros de altura, com compostos de restos faunísticos como conchas, ossos de peixes e mamíferos, sementes, frutos com áreas dedicadas ao ritual funerário, demonstrando assim uma construção humana (GASPAR, 2004).

Outro tema abordado no relatório é a malária.[10] Mario Eloy da Costa, o engenheiro que escreveu esta parte do relatório, relata que o "mal de Laveran"[11] teria sido domado na planície do Estado, principalmente na Baixada da Guanabara, pelos padres jesuítas na Fazenda de Santa Cruz durante o período colonial. O engenheiro identificou os religiosos como autores de obras hidráulicas sanitárias que visavam a profilaxia da malária.

> Os benefícios trazidos pelo esgotamento das águas foram imensos, localizando-se, nessa região, cerca de 430 famílias de escravos que dedicaram à cultura de cereais e pecuária.
>
> Expulsos os jesuítas, abandonadas as culturas, a conservação das obras tornou-se precária, donde a reincidência de impaludismo, invadindo, novamente a região (GOÉS, 1934, p. 509).

Em relação às intervenções realizadas pelos jesuítas na Fazenda de Santa Cruz, Almeida (2019) destaca que

> Do litoral às franjas da Serra do Mar, as terras da fazenda ocupavam uma planície pantanosa, transformada pelos jesuítas em áreas produtivas por meio do primeiro projeto de hidráulica agrícola do Brasil que, baseado em técnicas holandesas, envolveu a abertura de quilômetros de canais centrais e secundários que drenavam a baixada entre Santa Cruz, Itaguaí e Piranema, interligando os principais rios da região (ALMEIDA, 2019, p.2).

O engenheiro continua seu relato defendendo a fórmula de infestação da malária na Baixada da Guanabara: abolição + cansaço das terras + abandono = febres palustres. No entanto, acrescenta que outros fatores fazem parte desta equação como a abertura das estradas de ferro e rodovias, o desmatamento, o assoreamento dos rios e, principalmente, a falta de interesse do poder público pela região.

> De ano em ano, os surtos da malária sucediam-se as inundações causadas pelas enchentes dos rios da Baixada, que produziam consideráveis prejuízos materiais e morais ao país...
>
> Instalada no Brasil, a Comissão Rockefeller veio em auxílio dos que se realizavam, e, em inspeções feitas em várias localidades da Baixada Fluminense, co-

10 Identificada no século XVIII como "mal aire", hoje sabemos se tratar de doença endêmica, resultado de uma ação do protozoário do gênero *Plasmodium*, transmitida de uma pessoa para outra pela fêmea do mosquito *Anopheles* de hábitos noturnos e que se desenvolve tanto na água doce (*Anopheles darlingi*), quanto na água salobra (*Anopheles aquasalis*) (DORO, 2011).

11 Charles-Louis-Alphonse Laveran, médico francês, patologista e parasitologista que descobriu o parasita que infecta humanos com a malária. Recebeu, por esse e outros trabalhos posteriores sobre as doenças causadas por protozoários, o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1907 (Encyclopedia Britannica Online).

> lhendo dados e fazendo observações sobre o grão de endemicidade malárica naquela região... (GÓES, 1934, p. 510).

A Fundação Rockefeller apoiou a formação de serviços permanentes de higiene, não somente na planície do Estado, onde mantinha postos de combate à malária, como também em outras unidades federativas do país. A atuação da Fundação Rockefeller caminhou junto ao Estado e colaborou para "preencher os espaços vazios de autoridade e repletos de doenças" em seu interior (HOCHMANN; MELLO, 2002, p.243).

Assim como nas obras de saneamento, dragagem e dessecamento, o trabalho de profilaxia de doenças tinha uma fase inicial que deveria ser realizada de forma direta e sem auxílio de nenhum equipamento (maquinário), com o objetivo de "Obstar que o homem infecte o mosquito; Impedir o mosquito de infectar o homem" (GÓES, 1934, p. 510).

O penúltimo capitulo do Relatório de Hildebrando trata da Colonização. Buscando realizar um memorial da história do Brasil desde seus primórdios, o autor identifica os principais grupos estrangeiros que vieram ao país como imigrantes: de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, dos Balcãs e da Síria, os dois últimos após a Grande Guerra. De acordo com o autor, a corrente migratória seria necessária para suprir a mão de obra na agricultura, não havendo incentivos para a povoar as pequenas áreas de ocupação urbana, onde os "nativos" que vinham do interior já teriam se fixado, gerando grandes problemas de habitação e saúde pública.

No caso da Baixada da Guanabara a colonização era vista como ação seguinte ao saneamento. Com a realização dos trabalhos, avançando por pequenos trechos, haveria a ocupação permanente no espaço das intervenções. Para isso era dada a máxima importância ao cadastro imobiliário para definição do território pertencente ao Estado "até agora mais ou menos incerto e povoado de 'grileiros', sem título legal" (GÓES, 1934, p. 524).

A colonização na planície, principalmente na Baixada da Guanabara, deveria seguir o seguinte esquema: limpeza e dessecamento priorizando as porções de terrenos próximos às estações ferroviárias. A principal característica destes lotes de terra definidos como pertencentes ao espaço 'urbano' era sua localização a menos de 1 km da linha de trem e serem divididos, caso ainda não estivessem repartidos, em lotes de, no máximo, 20 por 50 metros. O restante do território era denominado rural (distância maior que 1 km da estação de trem) e uma vez beneficiados pelas obras deveriam ser parcelados em porções, com no máximo, 10 hectares (0,1 km^2), com o objetivo de formar colônias agrícolas organizadas no sistema de cooperativas. Para o autor do Relatório, haveria incentivo para a colonização das terras saneadas, principalmente na Baixada da

Guanabara, pois sua proximidade ao Distrito Federal seria atraente à policultura além de permitir a formação de um grande 'celeiro' para o abastecimento do Distrito Federal e a ampliação das exportações.

Com a vantagem de não ter de atuar imediatamente na região, a CSBF ao encerrar o Relatório, pode elaborar um plano de ação que foi posto em prática. Após a análise e aprovação do relatório completo foi determinada a seguinte ordem dos trabalhos: restauração dos cursos d'agua (obras hidráulicas), estabelecimento de rede de transportes e de legislação especial para incrementar a colonização (GÓES, 1939, p.19).

Dada a absorção do conhecimento empreendido pelas comissões anteriores, a conclusão do Relatório dizia ser imprescindível iniciar os trabalhos abordando as questões de vazão dos rios, com limpeza das margens, reconstituição e construção de valetas de saneamento, e a manutenção dos cursos dos rios. Desta forma, os estudos necessários à elaboração do plano completo de saneamento e dessecamento só foi realizado depois da limpeza dos rios com a liberação dos cursos d'água quando se poderia identificar a margem original.

Foram dragados 7 km no rio Iguassu, 3 no rio Pilar, 3 no rio Capivari, 17 km no Babi e Botas, 4 km no rio das Velhas e 3 km no Maxambomba, totalizando 37 km na bacia do rio Iguassu. Na bacia do rio Sarapuí foram 10 km e na bacia do rio Estrela mais 6 km. Em toda a planície do Estado ficaram limpos e desobstruídos, no início manualmente e depois com auxílio de dragas do tipo ***drag-lines***, cerca de 3.800 km de rios, que consumiram em torno de 2 anos para serem realizados (1936/1938).[12] O rio Meriti recebeu onze quilômetros de diques e canais, através dos quais foram liberados 6 km^2. Além dos diques de concreto, outras "obras de arte" surgiram na região. Ao todo até 1939 estavam prontos 43 pontes, bueiros e pontilhões em diversos pontos, aumentando a vazão das águas estagnadas devido a aterros de estradas de ferro e rodovias. Havia outras obras em andamento (em estágio adiantado) e considerando as como efetivadas somariam 27% da área total da baixada do estado (17.000 km^2) já saneadas em 1939. A previsão era de que seriam necessários mais 6 anos para cumprir o programa estabelecido.

Quando a limpeza preliminar dos rios e canais foi dada como finalizada, os terrenos dessecados já estariam sendo aproveitados. A maior parte das obras de saneamento foi realizada na área mais próxima do Distrito Federal. O documento elaborado por Hildebrando de Góes em 1939, reconhece a preferência por estes locais em detrimento de outros devido à sua posição geográfica, aspecto já apontado anteriormente. Liberados novos espaços, a Baixada foi sendo ocupada de maneira legal ou irregular. O governo federal apoiava a inicia-

12 GÓES, 1939, p.5.

tiva de povoamento, como diz o engenheiro: "A colonização, feita diretamente pelo Governo ou por meio de companhias particulares, completa o objetivo e facilita consideravelmente a sua conservação posterior" (GÓES, 1939, p. 58.). Partilhada legal ou irregularmente, vendida em pequenas ou grande frações, ao que parece tudo era válido para ocupar definitivamente a região.

Para contribuir com a ocupação, a Diretoria de Saneamento abriu estradas de rodagem a partir de 1936. A ligação entre a avenida Automóvel Club e a estrada Rio-Petrópolis, por exemplo, é desse período. Estavam previstas ainda a ligação da cidade do Rio de Janeiro a Niterói circundando a baía de Guanabara, uma estrada de Niterói a Campos e a comunicação do Rio de Janeiro com Belém (PA). Havia também por parte do governo federal uma pretensão de restabelecer o transporte via navegação, principalmente pelos rios Meriti, Iguassú, Estrela e Macabu, visto que no rio Paraíba do Sul entre Campos e São João da Barra esse tipo de deslocamento ocorria.

Assim, a CSBF como precursora da Diretoria de Saneamento e do Departamento Nacional foi um importante facilitador da ocupação urbana da atual Baixada Fluminense, sendo objeto de um paulatino e constante movimento de transformação. As áreas dessecadas para agricultura foram conformando um novo território, não tomado pela agricultura, mas pela ocupação urbana, consolidada nas emancipações dos municípios que formaram a Baixada Fluminense que conhecemos hoje.[13]

Com o dessecamento de terras e o declínio da indústria citrícola, o grande município Iguassu passou a dispor de uma reserva de terras incultas em quase todos seus distritos. Nos locais que passavam por processos de ocupação urbana, e a liberação de terras foi apropriada para promover o parcelamento e venda de terrenos de baixo custo e de precária infraestrutura. Segundo a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), esse processo de fragmentação foi ampliado por diversos fatores, dos quais se destacam o saneamento que "devolveu ao município uma grande área anteriormente insalubre" e ao "alto custo da habitação no Rio de Janeiro, obrigando a grande massa de trabalhadores a optar por soluções mais econômicas" (RIO DE JANEIRO, 1979, p.27).

13 A liberação de terras, que resultou do dessecamento, propiciou a fragmentação de Iguassu em oito municípios independentes: Nova Iguaçu com 520,581 km^2, Duque de Caxias, emancipado em 1943, com 467,319 km^2, São João de Meriti, em 1947, com 35,216 km^2, Nilópolis, em 1947, com 19,393 km^2, Belford Roxo, em 1990, com 78,985 km^2, Queimados, em 1990, com 75,927 km^2, Japeri, em 1991, com 81,697 km^2 e Mesquita, em 1999, com 41,169 km^2.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Soraya. Ponte dos Jesuítas, Rio de Janeiro (RJ): uma análise de seus elementos com base na integração de registros textuais, iconográficos e petrográficos. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 27, 2019, pp. 1-44.

A POSSE do novo inspetor de portos. *O Paiz*, 8 dez. de 1923, p. 4.

BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=58&s=0&cv=516&r=0&xywh=-1227%2C-1%2C4421%2C3119>. Acesso em 23 jul. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.847, de 24 de janeiro de 1946. *Reorganiza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e dá outras providências.* Disponível em:http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8847--24-janeiro-1946-416657-publicacaooriginal-1-pe.html, acesso janeiro de 2016.

BACKHEUSER, Everado. Os sambaquis do Distrito Federal. *Revista Didática da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.* 1918. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v3_n32_nov.pdf, acesso 19 outubro de 2015.

DORO, Mariana Ratti. *Uma visão geral da Malária: ocorrência, manifestação, prevenção e principais tratamentos.* Instituto de Química, UNICAMP, 2011. Disponível em: http://gpquae.iqm.unicamp.br/textos/T6.pdf.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA ONLINE. *Alphonse Laveran,* 2014. Disponível em:http://global.britannica.com/biography/Alphonse-Laveran, acesso 01 Março de 2016.

FADEL, Simone. *Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense*. Tese (doutorado em geografia), Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Leonardo Jefferson. *O remédio amargo: saneamento da Baixada Fluminense*. Seropédica: UFRRJ, 1998. (Dissertação de mestrado CPDA).

FORTE, José Matoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio; Rodrigues & Comp., 1933.

GÓES, Hildebrando Araújo de. *Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: S/E, 1934.

____. *Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: S/E, 1939.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (Org.) (1994). *A invenção do Brasil moderno*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Tereza Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 9,* 2002, pp. 233–273

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945.

LEME, Pedro Dias Paes. Congresso de engenharia e indústria. *Revista de Engenharia,* série IV, nº 1, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

MENDES, Renato da Silveira. *Paisagens culturais da Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado USP, 1950.

NOVAMENTE NA INSPETORIA. *O Radical*. Rio de Janeiro, p. 7, 12 dez de 1933.

PORTO, Hélio Ricardo Leite. *Saneamento e cidadania: Trajetórias e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense.* Dissertação de Mestrado, IPPUR - UFRJ, 2001.

RIO DE JANEIRO. *Mensagens dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro de 1892 a 1930.* Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-estados-brasileiros/720488>. Acesso em: 20 jan. 2015.

RIO DE JANEIRO. *Plano diretor da Unidades Urbanas Integradas de Oeste da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro* (FUNDREM). 1975 a 1979.

RIO DE JANEIRO. *Relatório apresentado ao presidente de Estado pelo secretário de Obras Públicas e Indústrias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Jeronimo Silva & Comp., 1895.

RIO DE JANEIRO. *Relatório apresentado ao presidente de Estado pelo secretário de Obras Públicas e Indústrias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Jeronimo Silva & Comp., 1898.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *Baixada Fluminense: inovações e permanências*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2014.

___. *De Maxambomba a Nova Iguaçu: economia e território em processo*. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na baixada fluminense.* Mesquita: ed. Entorno, 2007.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, vol. 2, n. 24, 1962.

SOUTO, Adriana Branco Correia. *As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense: (1910/1933).* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2016.

TAVARES, Felipe Rangel. O cinza que se expande pelo verde que se vende: geração de estratégias através de condições de conflitos na Baixada Fluminense. *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos,* Porto Alegre, 2010.

Recebido em 02/10/2023
Aprovado em 04/11/2023

UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO URBANA EM DUQUE DE CAXIAS VILA EMA E JARDIM GRAMACHO

Lúcia Silva[1]

Resumo

O texto tem por objetivo analisar dois empreendimentos imobiliários que se transformaram em bairros no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, quando estava ocorrendo sua emancipação de Nova Iguaçu (1943). Os loteamentos podem ser pensados a partir de um modelo que se tornaria dominante na forma de ocupação urbana na região, em função de suas características (falta de infraestrutura, violência e ausência de Estado), típicos de periferia. Os dois empreendimentos serão analisados a partir do impacto do saneamento na região, dos personagens envolvidos e das dinâmicas construídas, trazendo à tona os processos, que ao fim e ao cabo transformaram aquelas localidades em periferia.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; Ocupação Urbana; Saneamento; Imbariê; Gramacho.

Abstract

The text aims to analyze two real estate developments that became neighborhoods in the municipality of Duque de Caxias, in the Baixada Fluminense, when it was being emancipated from Nova Iguaçu (1943). The allotments can be thought of as part of a model that would become dominant in the form of urban occupation in the region, due to its characteristics (lack of infrastructure, violence, and absence of the state), typical of the periphery. The two developments will be analyzed from the point of view of the impact of sanitation in the region, the characters involved, and the dynamics constructed, bringing to light the processes which, in the end, transformed those places into peripheries.

Keywords: Baixada Fluminense Region; Urban Occupation; Sanitation; Imbariê; Gramacho.

Introdução

Atualmente Imbariê (inicialmente denominada de Vila Ema) e Jardim Gramacho são dois bairros de Duque de Caxias, município que faz parte da Baixada Fluminense, sub-região da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de possuírem características diferentes (que discutiremos mais adiante), são exemplos de um modelo de ocupação que se tornaria hegemônico com a "febre dos loteamentos" seguindo as linhas férreas (Souza,1992). A escolha dos dois loteamentos-bairros se deve aos elementos que seriam replicados *ad nauseam* aos demais empreendimentos imobiliários da Baixada e ambos podem ser considerados precursores da forma de ocupação das terras saneadas que se tornaria dominante.

1 PPGDT/UFRRJ. lrentesilva@gmail.com. https://orcid.org/0000-0001-8692-0198.

Os dois bairros surgiram a partir de loteamentos, que só foram possíveis em função da drenagem das terras realizada pelo governo federal através da Diretoria de Saneamento chefiado por Hildebrando de Góes entre os anos 1936 e 1945. O enxugamento de vastas áreas no antigo município de Nova Iguaçu, projetado inicialmente para potencializar a expansão da citricultura, acabou por permitir a chegada e a fixação de milhares de novos moradores. A dessecação garantiu que quase ¼ das terras antes pantanosas pudessem ser apropriadas para uso urbano (Souto, 2016).

Algumas observações devem ser feitas acerca dessa apropriação. A primeira gira em torno da constatação de que esse movimento de ocupação urbana em um município eminentemente rural foi um dos fatores que garantiram a emancipação de Duque de Caxias durante o Estado Novo, e esta fragmentação teria diminuído a força do grupo político local. O novo município, Duque de Caxias, foi instituído em 31 de dezembro de 1943 quando estavam se constituindo os dois grandes empreendimentos imobiliários. A desestabilização política da região pode também ser atribuída à incorporação de extensas áreas como periferia à cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Os novos municípios não tinham a mesma força política do antigo município-região[2] comandado pelos citricultores.

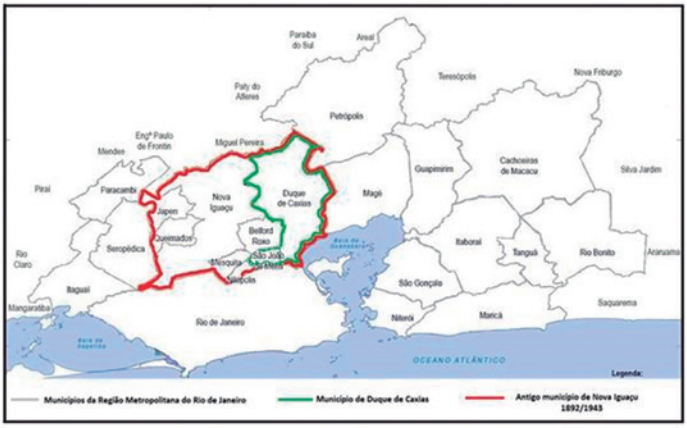


Fig. 1. Localização de Duque de Caxias na Região Metropolitana e no antigo município de Nova Iguaçu. Fonte: Decreto Estadual 641 de 15 de dezembro de 1938 e Lei complementar 184/2018.

A segunda observação gira em torno da análise da expansão urbana do Rio de Janeiro para a periferia. Ribeiro (2015), quando examina as formas de produção de moradia na cidade carioca (1870/1989), constata que na década

2 Município-região porque consideramos a atual Baixada Fluminense composta apenas pelos oito municípios que fizeram parte do antigo Iguassu.

de 1920 surgiram grandes empresas imobiliárias (nomeando-as, inclusive) que, mesmo atuando de forma pontual e isolada, expandiram a malha urbana. Ao lado dessa atuação, o autor identifica a passagem do capital rentista para o imobiliário, no caso ligado aos grandes estabelecimentos industriais em período anterior ao estudado aqui. Ficam as perguntas: será que no município-região ocorreu o mesmo processo? as características apresentadas pelo autor podem ser encontradas nas áreas contiguas à cidade do Rio? A importância em entender esse processo está em revelar as formas que o capital, conjugado à atuação do Estado, assumiu ao longo do tempo na região. E explica a estrutura urbana existente, especialmente no que se refere à produção de moradia e sua relação com a expansão da malha urbana local que constituiu a região como periferia.

Para dar conta destas questões este texto está dividido em duas partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira parte tem o objetivo de apresentar o contexto político e social que possibilitou a emergência dos loteamentos e a emancipação do antigo distrito de Caxias/Merity. A segunda trata especificamente da história dos dois empreendimentos, ressaltando os personagens envolvidos e as dinâmicas de sua construção, trazendo à tona o processo de periferização das áreas contíguas à metrópole ao longo do tempo.

Caxias de Nova Iguaçu: localidade urbana de um município rural

Caxias (sem o Duque ainda) era um distrito de Nova Iguaçu que, desde 1938, buscava sua emancipação (Correio da Lavoura de 13/01/1938). Isto significa dizer que no distrito havia um grupo social de composição heterogênea - os citricultores - que pleiteava a separação do município-região ao questionar os interesses e o conjunto de leis que garantiam o domínio de bens e de pessoas daquele território pela elite política municipal.

Era um distrito pequeno (se comparado ao município que se tornaria), pois grande parte de seu território estava "debaixo d'água". O conjunto de obras do Plano de Melhoramentos de 1942, planejado pelo Departamento das Municipalidades do Estado do Rio de Janeiro com a autoria de Lincoln Continentino, restringia-se ao entorno das estações. O Plano contemplava as seguintes localidades no grande município de Nova Iguaçu: centro do Distrito-Sede, Nilópolis, centro de São João de Meriti, São Matheus, Queimados e Caxias. Para esse último foram desapropriados 15.000 m^2 viabilizando a construção da atual praça da Emancipação, juntando-a com a da Pacificação.

> Deliberações
>
> N. 3 de 15 de junho de 1939

> Considerando que a prefeitura Municipal de Nova Iguassu, no plano de melhoramentos de várias localidades do município, atendendo ao desenvolvimento cada vez mais rápido que se vem observando, incluiu a criação de praças e outros logradouros públicos que permitam atender as necessidades do progresso observado:
>
> Considerando que esse plano inclui uma grande praça em Caxias, sede do 8o distrito;
>
> Considerando que a área de terra, medindo 15.000 m2, aproximadamente entre a estrada Rio Petrópolis, Av. Nilo Peçanha, estrada Engenho do Porto e Avenida Assis Brasil, no distrito em questão, encontra-se devoluta, até hoje
>
> Considerando tratar-se de uma vasta área de terra, situada no coração de Caxias, na Zona de seu maior movimento e que pelo abandono em que se encontra, tem sido o maior fator para entravar o desenvolvimento daquela prospera localidade
>
> Resolve:
>
> Art. 1. Desapropriar, para utilidade pública, a área de terra medindo 15.000 m2, aproximadamente entre a estrada Rio Petrópolis, Av. Nilo Peçanha, estrada Engenho do Porto e Avenida Assis Brasil, no 8o distrito deste município
>
> Art. 2. Ficam abertos os necessários créditos
>
> Art. 3. Revogam-se as disposições em contrário (Correio da Lavoura de 06/07/1939, p 2, grifo meu)

Com os novos horários dos trens da linha férrea Leopoldina, a ocupação da antiga Merity se intensificou: em 1940 o distrito contava com 24.711 habitantes. Em torno da estação foi conformado um núcleo urbano com comércio e serviços variados voltados ao atendimento da população que obrigatoriamente ali tinha que fazer baldeação para apanhar os ônibus em direção aos distantes loteamentos (mais tarde se tornariam bairros). De uma maneira geral, o binômio ônibus-trem garantia o deslocamento para o trabalho e, no entorno da estação de Caxias, o florescimento do comércio dando conta das necessidades cotidianas. Os terrenos ali localizados até a década de 1940 eram extensos comportando além da moradia, horta e a criação de pequenos animais como porcos e galinhas, servindo de complemento ao salário e viabilizando a ocupação. Faltavam escolas e hospitais no distrito Caxias quando começava a se tornar periferia da cidade do Rio de Janeiro, por estar mais próxima da cidade do Rio do que da sede do município ao qual pertencia. Assim, a população do distrito tinha maior ligação com a capital federal do que com a sede de seu próprio município.

Em 1940, Nova Iguaçu aparecia nos jornais cariocas decorrente tanto da crise da laranja causada pela interrupção das exportações em função da Segunda

Guerra, como pela propaganda de loteamentos e das obras de saneamento realizadas pelo governo federal. O jornal local, *Correio da Lavoura*, dava visibilidade à atuação da Prefeitura para conter a crise da citricultura - em suas páginas não havia propaganda de loteamentos, apenas poucas informações de venda de terrenos no Distrito-Sede. O *Correio da Lavoura* era o canal de comunicação dos citricultores e isto explica a forma como as notícias apareciam. A imprensa local não informava o retalhamento das terras, privilegiando a gestão da Prefeitura como executora das obras do Plano de Melhoramentos em localidades de ocupação urbana consolidada. Os jornais da capital faziam propaganda das "terras vazias" onde seriam construídas "verdadeiras cidades" a partir da atuação de empresas com o auxílio dos governos estadual e municipais.

A leitura da imprensa nos dois municípios aponta para duas posturas em embate. No Distrito Federal, as notícias do saneamento aliadas à liberação de grandes glebas para loteamentos eram acompanhadas pela divulgação da Lei de Loteamento (promulgada em 1938) e da atuação do interventor do Estado do Rio de Janeiro na região. A emancipação do distrito de Caxias não pode ser separada do saneamento, nem da atuação do interventor estadual sob os auspícios da ditadura do Estado Novo. Por outro lado, em Nova Iguaçu, o jornal local dava conta que a municipalidade era comandada por um representante da citricultura, cuja riqueza garantia parte dos recursos do próprio Estado. Como os fundos advindos da exportação da laranja garantiam à Nova Iguaçu um papel de destaque na economia estadual, não foi à toa que recebeu o Plano de Melhoramentos urbanísticos do governo estadual em 1942. O xadrez político da região envolvia não apenas diferentes visões sobre o desenvolvimento econômico (industrialização ou agricultura para exportação) como também a atuação de grupos com interesses heterogêneos.

Como já explicitado, a drenagem de vastas áreas, principalmente aquelas às margens dos rios e próximas à Baía de Guanabara – no início para manter o município essencialmente agrícola, seja como grande exportador de laranjas, ou como cinturão verde do Distrito Federal – acabou por serem utilizadas para outras atividades. Várias ações do próprio governo federal durante o Estado Novo inviabilizaram a ideia inicial, principalmente no território que se tornaria o novo município.

A "Cidade dos Motores", estrategicamente localizada em Xerém, entre Volta Redonda (CSN)[3] e o Distrito Federal, foi idealizada para ser uma cidade industrial com 25 mil habitantes (Ackel, 2007). Planejada para abrigar diversas indústrias, sua construção foi iniciada em 1939, e logo se tornou fábrica de motores de aviões, depois de automotores (Fábrica Nacional de Motores, a FNM). A "Cidade

3 O plano era estar articulada à Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda/RJ, projeto do mesmo autor, Atílio Correia Lima.

dos Meninos" era um complexo educativo que tinha a capacidade de abrigar 2.000 jovens em 40 pavilhões, em uma área de 20 milhões de m^2. Erguida com apoio da Fundação Rockefeller, possuía escolas agrícola e industrial, além de toda infraestrutura para manter os internos e profissionais ali instalados (Brasil, 2002). Estas duas "cidades" e ações do governo federal atraíram muitos trabalhadores para a região e são exemplos de ocupação que impossibilitaram a existência na região de um cinturão agrícola para a capital federal. Ao fim e ao cabo, a nova dinâmica territorial tornou possível sua separação do município rural, comandado por citricultores.

O grande município, que se transformaria em Baixada Fluminense com a fragmentação político-administrativa advinda das emancipações, foi palco de três dinâmicas de intervenção do Estado: uma voltada aos projetos de desenvolvimento do governo federal patrocinados pela Ditadura Vargas; outra realizada pelo interventor (genro de Vargas, mas com interesses políticos próprios) sob os auspícios do governo estadual; e aquela do governo municipal que defendia os interesses dos citricultores. Foi neste campo de forças políticas heterogêneas que ocorreram os loteamentos e a emancipação.

A região que seria emancipada de Nova Iguaçu teve parte de seu território advindo do enxugamento das águas e da implantação de projetos de grande porte com perfil urbano que atraíam contingente populacional, no mesmo momento em que os jornais cariocas faziam propaganda de inúmeros loteamentos. Até a realização de Vila Ema/Imbariê não estava claro o vínculo entre a atuação do governo do Estado e os loteamentos, daí a importância de resgatá-lo. Se Imbariê foi o primeiro caso em que essa associação ficou explícita, o exemplo do Jardim Gramacho revela a magnitude do empreendimento, afinal foram postos à venda 7 mil lotes!

Com perfis diferentes, ambos revelam características que seriam reproduzidas anos mais tarde naquilo que a historiografia denominou de "febre dos loteamentos", com grandes glebas de terras sendo parceladas e vendidas, atraindo milhares de moradores que passaram a exigir recursos e atuação dos governos municipais para resolver os problemas de infraestrutura. Vejamos a história dos dois loteamentos-bairros.

Vila Ema e Jardim Gramacho: periferização como empreendimento

O Plano de Melhoramentos de 1942 não contemplou todas as estações existentes no município de Nova Iguaçu (eram mais de 60)[4], somente aquelas que possuíam um núcleo urbano consolidado. Como a passagem do trem não havia dinamizado a área onde seria construída a Vila Ema/Imbariê (a estação foi

4 O grande município de Nova Iguaçu era cortado pelas ferrovias Central do Brasil (com a Linha Auxiliar), Rio d'Ouro (ramais Tinguá e São Pedro) e Leopoldina.

inaugurada com o nome de Estrela em 1888), a localidade ficou praticamente vazia, principalmente por ser área de alagamento do rio Imbariê, não sendo agraciada com o plano de Continentino. A primeira notícia que se tem da área é de 1924 quando 2 milhões de m^2 foram negociados em frente à linha férrea, portanto antes do saneamento de Hildebrando de Góes (1934/45). O anúncio de venda informava que os terrenos "se prestam para ser divididos em lotes, porque além de serem enxutos, tem rio navegável que se comunica com a baía de Guanabara" (Jornal Estado de São Paulo, edição de 10/05/1924) e a 50 minutos por trem do centro do Rio de Janeiro.

Com o valor da transação de 100 mil contos de réis, quatro elementos chamam atenção no anúncio de 1924. A primeira era a propaganda das terras enxutas; a segunda, a informação da existência da estação e da linha férrea, destacando a articulação com o rio quando toda a ocupação se dava em torno das estações. Talvez seja por este motivo que as terras tenham ficado ociosas por quase 20 anos, mesmo com a mudança do nome da estação em 1931 para Joaquim Távora. Pelo mapa da Comissão de Saneamento de 1934, a área do rio Imbariê ainda era inundável, então faz sentido o loteamento de Vila Ema ocorrer somente depois da Segunda Comissão de Saneamento de 1934, afinal as terras ali não eram totalmente secas. O último item que chamou a atenção foi o anúncio de venda da grande gleba ter saído em um jornal de São Paulo, o que poderia indicar o investimento de industriais paulistas no setor imobiliário do Rio de Janeiro.

Alguns anos após essa transação, o *Jornal do Brasil* (29/03/1929, p. 8) informava que no local seria criado um "futuro subúrbio de verão" por um grupo de capitalistas cuja principal atração era a ligação ao centro do Rio através do transporte marítimo com a construção de um pequeno cais no rio. O problema estava exatamente na localização, o loteamento não ficava próximo à estação, mas distante 1 km da mesma. Em 1929, Maia Forte (Jornal do Comércio,10/02/1929, p.4), cronista local, ao relatar seu passeio pela Avenida Automóvel Clube informava que a região de Saracuruna próxima ao rio Imbariê era alagadiça, embora algumas áreas tivessem sido dessecadas pela Comissão de Nilo Peçanha em 1910 (Souto, 2016).

Vila Ema começaria a emergir das águas com a drenagem do Imbariê, no final da década de 1930. O *Correio da Manhã* (11/1/40), informava que a Diretoria de Saneamento passaria a trabalhar na região entre a Avenida Automóvel Clube (antiga Rio-Petrópolis) e a via férrea da Leopoldina, a pedido da municipalidade de Nova Iguaçu. A cada rio dragado, o prefeito agradecia efusivamente ao diretor da Comissão, então transformada em Diretoria de Saneamento. Com as obras em acelerado ritmo, a Empresa Comercial Imobiliária, companhia exis-

tente em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, começaria a fazer a propaganda do empreendimento.

Ao longo dos anos de 1940 e 1941, saía esporadicamente nos jornais mais populares da capital federal uma propaganda da Companhia com um jogo cujo prêmio era um lote em Vila Ema. Somente no início de 1942, o loteamento apareceria de fato, deixando claro o perfil dos novos moradores. Se na década de 1920, a proposta era de chácara e moradia de fim de semana, na década de 1940, a região estava sendo estruturada para receber habitações populares e indústrias. Foi com a inauguração da usina termoelétrica ("casa de força") na localidade que se torna possível perceber, através dos jornais, como os agentes produtores do espaço atuaram na edificação da Vila Ema, que mais tarde se transformaria em Imbariê, um dos bairros mais pobres e violentos do município de Duque de Caxias.

Como foi dito, a primeira transação conhecida foi a da venda de uma grande gleba em 1924, já indicando que serviria ao loteamento, mas como era área rural pensou-se em moradia de fim de semana, o tal "subúrbio de verão". Acredito que o loteamento tenha começado naquele período, mas sem sucesso, com poucos lotes comercializados. Duas razões para esse fracasso inicial podem ser pensadas: a primeira vincula-se ao único horário de parada de trem por dia (em cada direção). Essa situação mudou com o novo nome da estação, revelando a articulação política entre os proprietários do empreendimento imobiliário e a companhia inglesa que administrava a via férrea (Leopoldina Railway Co.). A segunda refere-se às áreas alagadiças existentes ainda no início da década de 1930, apesar de a região ter sido contemplada com a atuação da Primeira Comissão de Saneamento.

A mudança do nome da estação em 1931 e o aumento do número/horários de paradas dos trens na estação, começariam a viabilizar o negócio, mas o que de fato impulsionou a comercialização foi o saneamento. E de duas formas: a primeira, tornando realmente a região apta à ocupação, a segunda gira em torno do surgimento de novas terras que antes não existiam, pois estavam debaixo d'água, um ganho a mais que nesse caso transformou-se em Vila Aracy (Parada Angélica), outro loteamento da mesma companhia. No relatório de Hildebrando de Góes de 1939 consta que a drenagem dos rios Saracuruna e Imbariê não estava no cronograma inicial das obras, mas realizada por demanda da municipalidade.

A Prefeitura atuou materialmente na região, principalmente legitimando a ação da companhia ao apoiar a "urbanização" realizada pela empresa, da mesma forma que o favorecimento do governo estadual, isentando de impostos as indústrias que se transferissem para a região. Até os anos de 1940, os governos

estaduais estiveram pouco presentes na região: havia apenas uma escola, inaugurada em 1928 (Escola estadual n 35, Parque Estrela) e a abertura da avenida Automóvel Club em 1926 (antiga Rio-Petrópolis). O governo federal participou com a Rodovia Washington Luís (BR 040) em 1928 e a Segunda Comissão de Saneamento em 1934.

No início de 1940, com a perspectiva de fazer parte de uma cidade totalmente industrial, a construção da Fábrica Nacional de Motores valorizou a região, pois Vila Ema, assim como Vila Aracy e Chácaras Rio-Petrópolis eram próximas de Xerém (onde se localizava a fábrica). O início da obra da FNM foi coetâneo ao das vendas dos lotes de Vila Ema e o periódico *Diário da Noite* informava que a empresa havia vendido 1.300 lotes naquele ano. A mesma reportagem informava que um dos sócios da Companhia Comercial Imobiliária voltava de São Paulo com o maquinário necessário para a instalação da termoelétrica. Nas palavras do sócio:

> Esse grande melhoramento será aumentado nos primeiros meses de 1941. Simultaneamente, a empresa atacará os serviços de água e esgoto, de maneira que ainda em 1941, os moradores daquela próspera localidade possam desfrutar de todo o conforto que lhe oferece a civilização.
>
> Vila Ema, a nova cidade que surge em plena Baixada Fluminense, já possui telefone público, cartório, delegacia, armazéns etc. A Empresa Comercial Imobiliária que não tem poupado esforços para bem servir aos seus clientes já abriu ali numerosas ruas, praças, levantou pontes e agora está construindo uma farmácia, um consultório médico, um dentário, um grande prédio para escritório da empresa, além de várias outras edificações
>
> O prefeito de Nova Iguaçu, Ricardo Xavier da Silveira, acompanhado de outras autoridades, visitou recentemente Vila Ema, não escondendo a boa impressão que teve dos trabalhos ali executados pela Empresa Comercial Imobiliária, tanto assim que prometeu ajudá-la na construção das pontes, calçamento das ruas, levantamento de escolas e preparação de praças
>
> Deve-se ainda destacar a **clarividência e operosidade do chefe do saneamento** da Baixada Fluminense que estendeu esse serviço até Vila Ema, com incalculável vantagem para essa localidade. (Diário da Noite de 16/12/1940, p. 2, grifo meu)

Armando Genovesi chegava de São Paulo com maquinário para termoelétrica que seria inaugurada em 1942, informando que havia vendido 1.300 lotes de um grande loteamento sem água e luz, mas já com telefone e vários horários de parada de trens e uma delegacia. Previa construção de uma farmácia e contava com a prefeitura para a montagem de uma escola, no entanto,

nada disto seria possível se não fosse a "clarividência e operosidade" do chefe do saneamento que estendeu os trabalhos de drenagem à localidade, que não estavam previstos.

As áreas alagadiças não eram utilizadas pela agricultura, eram terras abandonadas e baratas, visto que estavam permanentemente inundadas. Assim a Prefeitura comandada pelos citricultores, solicitava o enxugamento daquelas áreas, buscando dar novo uso às terras improdutivas do município. Inicialmente visando incorporá-las ao setor agrícola, a municipalidade se reposicionou em função da ação do governo federal com a "Cidade dos Motores". O novo contexto indicava que as terras devolutas poderiam ser utilizadas por núcleos urbanos satélites, complementando a estrutura industrial que estava instalada em Xerém que, a princípio, não interfeririam com os vastos laranjais. Estes encontravam-se no Distrito-Sede, em Mesquita, Queimados (localidades e estações da E.F. Central do Brasil) e Belford Roxo (localidade e estação da Linha Auxiliar).

Acompanhando os primeiros anos de ocupação de Imbariê, alguns eventos nos ajudam a entender os principais fatores que efetivaram sua ocupação. O momento da inauguração da praça da estação e da termoelétrica mostrou como as três gestões (federal, estadual e municipal) tornaram-se agentes privilegiados na apropriação daquele espaço, principalmente porque sintonizados com a reprodução dos capitais (imobiliário e industrial) ali aplicados, garantindo a venda de 1.300 lotes e a instalação de pequenas indústrias. A termoelétrica poderia parecer à primeira vista que fora pensada para a população residente, mas cotejando com os pedidos de construção de outras termoelétricas na mesma área, fica claro que a energia foi pensada para as indústrias de pequeno porte que se instalariam em torno da FNM, e não para as residências.

Observando os demais loteamentos no período, o que se percebe é a formação de pequenos núcleos urbanos satélites nos arredores da FNM, ligados pela ferrovia e rodovia tanto ao centro de Caxias (sede do distrito, depois do município) como da cidade do Rio de Janeiro, sem nenhum tipo de organização formal/espacial da prefeitura. Na prática, essas localidades tiveram a composição morfológica sem o controle do Estado. Vila Ema, futuro bairro Imbariê, assim como Parada Angélica (Vila Aracy), Chácara Rio- Petrópolis, Chácara Arcampo e Vila Leopoldina, emergem das águas como grandes loteamentos. Registrados no cartório de Nova Iguaçu e com projetos aprovados na Prefeitura, sua propaganda nos jornais cariocas relacionava-os a cidades-jardins modernas (mas sem nenhum equipamento urbano).

Tal como se concebe hoje, o Plano de Melhoramentos não era um Plano Diretor, mas para as localidades eleitas significava a alocação de infraestrutu-

ra com alguma racionalidade e controle do Estado. Como os loteamentos em áreas antes alagadas tinham a sua configuração projetada a partir da lógica do capital, os armazéns e farmácias viriam antes de escolas, hospitais, iluminação, água ou esgotamento sanitário. No caso de Vila Ema, a praça construída pela imobiliária teve como contrapartida o calçamento das ruas abertas, a edificação de uma escola e pontes pela Prefeitura. A Prefeitura de Nova Iguaçu pouco fez pela área, e quando fazia era seguindo as demandas da empresa e não da população que ali se instalava.

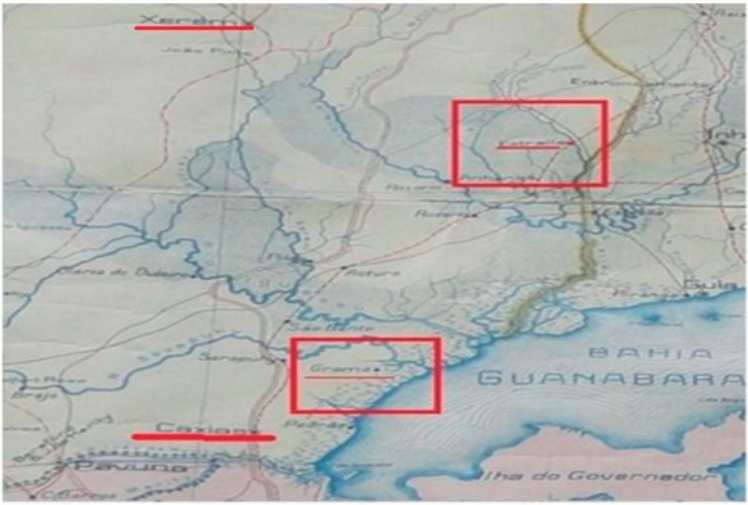


Fig. 2. Mapa de localização de Vila Ema/Imbariê e Jardim Gramacho em relação a Caxias.
Fonte: Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu. Baixada Fluminense com as áreas alagadiças, 1930.

A ocupação de Imbariê está articulada ao saneamento da área alagadiça e da criação da FNM, pelo governo federal, e à abertura das rodovias que ligavam a localidade a Xerém e à cidade do Rio de Janeiro, pelo governo estadual. E, principalmente, ao movimento dos trens urbanos, visto que ao garantir a ligação direta com o Distrito Federal acentuou a importância da estação de Duque de Caxias, apesar das demais estações possuírem um pequeno comércio. Aquelas que se transformaram em lugares de baldeação, como o caso da antiga Caxias, passaram a receber um público maior e esse fluxo potencializou o aumento dos serviços e do comércio local, ratificando sua centralidade e a formação de um grupo social que apoiaria a emancipação.

Cerca de 25 quilômetros distante do centro de Duque de Caxias, Vila Ema se transformou no bairro de Imbariê que, atualmente, com 33 mil habitantes e dispondo de poucos equipamentos urbanos, pode ser denominada como periferia da periferia. Se as informações sobre Vila Ema remontam à inauguração

da parada/estação Estrela ainda no século XIX, as do bairro Jardim Gramacho, surgem no relatório de saneamento de Hildebrando de Góes como área alagadiça denominada de Grama às margens da Baía de Guanabara. Diferente de Vila Ema, processo com muitas tentativas, o caso do Jardim Gramacho surge nos periódicos já como cidade-jardim. Não há nenhuma notícia sobre os dois empreendimentos no jornal local, o *Correio da Lavoura*, enquanto nos periódicos cariocas é possível acompanhar a venda dos terrenos nos dois loteamentos, que juntos contabilizaram 8.300 lotes.

Entre as informações do relatório de 1934 e as notícias da edificação de uma cidade moderna nos jornais do Rio de Janeiro, ainda no município de Nova Iguaçu foram encontrados poucos dados, já que a Cia. Imobiliária Gramacho S/A faz referência à fazenda Gramacho, conhecida desde o século XVII cujas terras em sua maioria eram pantanosas. Somente depois do saneamento começaram a aparecer notas do empreendimento. Diferente de Vila Ema, os periódicos cariocas informaram a aprovação pelo interventor estadual (genro do presidente) antes das primeiras ações de terraplanagem. Assim, enquanto no primeiro loteamento, a articulação entre as gestões (federal, estadual e municipal) só puderam ser percebidas através das ações, aparentemente desarticuladas, já que realizadas por diferentes órgãos públicos.

No segundo caso a aprovação do negócio veio primeiro e com grande publicidade, apontando para a anuência do governo estadual. Jardim Gramacho emerge da assinatura de um contrato entre a Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro, o Banco Industrial Brasileiro, a Cia. Imobiliária Gramacho S/A e Dahne, Conceição e Cia. O contrato firmado com Dahne, Conceição e Cia. visava à consecução dos serviços de terraplanagem e urbanização da área (abertura de vias, delimitação de áreas para praças, igreja católica, maternidade e escola, além da instalação da rede de água, esgoto, pluvial e iluminação pública e calçamento), tinha o apoio do interventor, que o definia como parte do processo de modernização da região. O discurso vinculava-se ao surgimento de uma cidade-jardim moderna.

Uma das estratégias de visibilidade do empreendimento, assim como ocorreu com a Vila Ema, foi a criação de concursos cujo prêmio era um lote, mas, diferente da Comercial Imobiliária, a Imobiliária Gramacho os realizava em espaços profissionais, como os sindicatos. A imobiliária era uma empresa do grupo Panobra S/A (que também tinha indústria) com 412 acionistas e que, dada sua autonomia financeira e administrativa, acabou por se transformar em Banco Hipotecário em 1946-49.

O bairro Jardim Gramacho, ao contrário dos demais loteamentos, não tinha a via férrea como principal atrativo de mobilidade, mas a atual BR-040 (na épo-

ca denominada de variante da Rio-Petrópolis, visto que Avenida Automóvel Clube era a rodovia que cumpria este papel e cortava o centro de Caxias). A iniciativa compunha-se de 7 mil lotes em 151 quadras e 108 ruas, perfazendo 51 quilômetros de vias e 6 avenidas que juntas somariam 14 km, além de 21 praças ou espaços públicos que deveriam garantir espaços arborizados à população. O bairro foi pensado para abrigar 35 mil moradores, no entanto este projeto não foi totalmente realizado já que as 21 quadras próximas à baía de Guanabara não foram abertas por demandarem retilinização do litoral.

A publicidade do Jardim Gramacho estava centrada na ideia da existência de um bairro totalmente planejado dentro das concepções modernas de cidade-jardim. A modernidade estava atrelada à conquista da natureza pelo saneamento e à industrialização. A publicidade se dirigia aos operários das indústrias (principais sindicatos), valorizando a proximidade de Xerém. As notícias também ressaltavam a atuação da empresa na urbanização planejada. O próprio Estado, na figura do interventor estadual, confirmava a eficiência do capital na promoção de um urbanismo moderno de iniciativa privada, como complementar ao Plano de Melhoramentos que estava sendo executado pela Prefeitura no centro de Caxias e gerenciado pelo Departamento das Municipalidades. Assim, Estado e iniciativa privada atuariam de forma combinada e complementar no desenvolvimento do novo município.

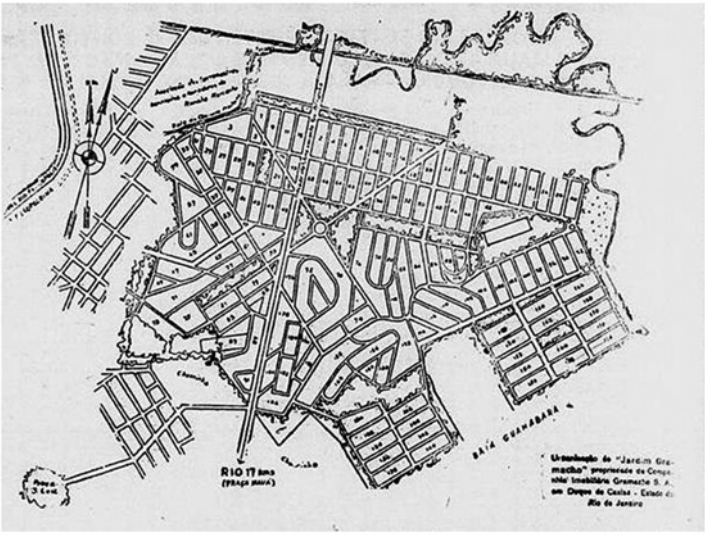


Fig.3. Planta do loteamento Jardim Gramacho.
Fonte: Diário da Noite (27/8/46, p. 9).

Para o que cabe aqui, vale destacar que a área foi concebida como cidade--dormitório articulada à rodovia direcionada ao Rio de Janeiro. O empenho do interventor em garantir todas as facilidades financeiras para a sua viabilidade tinha como argumento a ação sintonizada com a política, preconizada pelo governo federal, de desenvolvimento industrial e de modernização do território. Amaral Peixoto deixava claro que a Prefeitura deveria garantir a execução das obras que constavam do Plano de Melhoramentos em determinadas localidades/estações e que caberia à iniciativa privada promover o desenvolvimento econômico das demais regiões/bairros.

> (...) o surgimento do Jardim Gramacho será a colaboração devotada e valiosa de um grupo de brasileiros para a solução do grandioso programa de construções proletárias a que o governo está decidido a dar maior expansão.
>
> Por todos estes aspectos será obra de larga assistência social as massas trabalhadoras do estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal e por isto mesmo tem merecido as simpatias das altas autoridades, das classes conservadoras e das instituições paraestatais (Diário Carioca,17/06/1942, p.5).

E foi assim que vários bairros surgiram a partir de loteamentos sem infraestrutura, longe da estação de Caxias, essa sim dotada de equipamentos urbanos e reproduzindo a relação centro-periferia. O bairro Jardim Gramacho, que hoje possui 45 mil habitantes, ficou famoso por abrigar o maior lixão (deveria ser aterro sanitário) da América Latina entre os anos de 1976 e 2012.

Conclusão

A população não se posicionou passivamente nesse processo e vários eventos nos dão conta disto, como por exemplo, um ano depois de inauguração da usina termoelétrica de Vila Ema, em 1943, os moradores abandonaram o local em ato de protesto contra as arbitrariedades do subdelegado local. Diante da evasão coletiva, o governo do Estado teve de retirá-lo da localidade (A Noite de 12/06/43, p. 3). Ainda durante o Estado Novo vários compradores entraram na justiça contra a empresa, sob a acusação de crime contra a economia popular (O Jornal de 4/5/43, p.8), mas isto é outra história a ser analisada em outro momento.

Para o que cabe aqui, dois aspectos devem ser destacados no processo descrito. O primeiro está relacionado à total liberdade de atuação dos empreendedores que não dotaram as localidades de infraestrutura, como já previa a Lei de Loteamento de 1938. A promessa de cidades modernas com todos os equipamentos urbanos jamais foi cumprida, o que não impediu que milhares de habitantes se fixassem nas áreas anteriormente alagadas longe do centro do novo município, que ganhava, como contrapartida, obras previstas no Plano

de Melhoramentos. Pela documentação encontrada, fica claro que o processo de expansão urbana na região foi fruto da articulação dos governos estadual e municipal garantindo uma urbanização incipiente nos arredores das principais estações ferroviárias. Essa urbanização mais tarde se refletiria na constituição das centralidades urbanas da Baixada Fluminense. Mesmo com a necessidade de ser melhor investigado, as localidades agraciadas com o Plano viriam a se tornar sedes dos municípios emancipados, passando a atrair grande contingente populacional ao mesmo tempo que reproduziram a relação centro-periferia na região periférica.

Baixada Fluminense é uma região que emerge da fragmentação política do município-região já como periferia do Distrito Federal. Lembremos que o antigo Nova Iguaçu tinha força política em função da riqueza que a citricultura proporcionava e que as emancipações (Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis) na década de 1940 reordenariam o xadrez político local, permitindo que os novos munícipios fossem incorporados à dinâmica urbana da grande metrópole já que não tinham a mesma força política do antigo município.

O processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro, iniciado nos anos 1940, teve como contrapartida a periferização da região da Baixada Fluminense, antes um imenso município rural contiguo à urbe carioca. Essa dinâmica pode ser apreendida por meio de diversas leituras, aqui foi realizada pela ótica que articula emancipação política de um distrito do antigo município à emergência de grandes loteamentos em locais distantes da nova sede. No contexto da ditadura do Estado Novo que patrocinou o saneamento, via governo federal, contou com o apoio do governo estadual, interventor indicado pela presidência da república, através da dotação de equipamentos urbanos no centro de Caxias, de um Plano de Melhoramentos, e do incentivo aos loteamentos imobiliários em Imbariê e Jardim Gramacho.

Falta responder se o capital utilizado nos dois empreendimentos tinha as mesmas características encontradas na cidade do Rio por Ribeiro (2015), quando da passagem do capital rentista ao imobiliário. Nos dois casos estudados em Nova Iguaçu, não há ligação com estabelecimentos industriais no município, até porque a principal atividade econômica estava na agricultura voltada para a exportação. Imbariê e Jardim Gramacho foram realizados longe dos laranjais e distantes dos núcleos urbanos existentes, em áreas antes alagadas que foram saneadas. As imobiliárias que tinham a tarefa de vender os lotes, estavam associadas a capitais industriais, seja o loteamento da Vila Ema (Genovesi com seu sócio Carlos Grandi) ou da Gramacho, subsidiária da Panobra S/A (que tinha no grupo a Itacreto), mas não se pode afirmar que se originaram desses capitais. O que se pode afirmar, neste momento, é que os grupos viram naqueles projetos imobiliários em áreas remotas a possiblidade de auferir ganhos extraordinários,

já que efetivamente só foi realizada a abertura de ruas nos loteamentos. Ainda que não fossem do porte daquele ocorrido em Nilópolis (com 50 mil lotes), atraíram grande contingente populacional que se fixou em áreas sem infraestrutura e que até hoje inundam. Estes loteamentos fizeram parte e caracterizam o processo de periferização.

Referências Bibliográficas

ACKEL, L G M. *Attilio Correa Lima: um urbanista brasileiro (1930/43);* tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo São Paulo: FAU-USP, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Atuação do Ministério da Saúde no caso de contaminação ambiental por pesticidas organoclorados na Cidade dos Meninos, município de Duque de Caxias.* Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

FELDMAN, S. As Comissões de Planos da Era Vargas. In: REZENDE, V. (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras.* Niterói: UFF/Intertexto, 2012.

REZENDE, V (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras.* Niterói: EDUFF/ Intertexto, 2012.

RIBEIRO, L C de Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro,* 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SILVA, L. As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia: o caso de Duque de Caxias. *Revista Mosaico,* suplemento, a. 09, v. 2 Jul/Dez. 2018.

SOUTO, A B C. *As Comissões federais saneamento na Baixada Fluminense (1910/1933);* dissertação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Seropédica: UFRRJ, 2016.

SIMÕES, R M. *Cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense.* Mesquita: ed. Entorno, 2007.

SOUZA, S M de. *Da Laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu;* Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro: PPGAS-Museu Nacional-UFRJ, 1992.

Recebido em 02/10/2023.
Aprovado em 04/11/2023.

SÃO JOÃO DE MERITI, O PLANO DA FUNDREM E O PROGRAMA BAIXADA VIVA/NOVA BAIXADA

Fernando Nicholas dos Santos Dias[1]

Resumo

O presente trabalho trata desde o período da criação do plano da FUNDREM - Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro - até o Programa Baixada Viva/Nova Baixada (1996). Na década de 1970 além do "Milagre Econômico" proporcionado pelos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), ocorreu a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro originando uma nova região metropolitana no país composta por 14 municípios. Entre estes, estavam aqueles que constituem a área denominada Baixada Fluminense. Na Baixada Fluminense está localizado o município de São João de Meriti que, desde os anos de 1950, já era considerado 100% urbanizado. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 vimos o ressurgimento do interesse do poder público em projetar/planejar a Baixada Fluminense através do projeto Baixada Viva /Nova Baixada cujo principal objetivo, em São João de Meriti, era o de (re)urbanizar alguns bairros com problemas crônicos como vias não asfaltadas, falta de saneamento, entre outros, causados por uma urbanização precária anterior. O trabalho apresenta tais planos e realiza uma análise das modificações e pressupostos do planejamento urbano em São João de Meriti.

Palavras-chave: FUNDREM; Baixada Viva/Nova Baixada; São João de Meriti; Políticas Públicas; Baixada Fluminense.

Abstract

This paper covers the period from the creation of the FUNDREM plan - Foundation for the Development of the Metropolitan Region of the State of Rio de Janeiro - to the Baixada Viva/Nova Baixada Program (1996). In the 1970s, in addition to the "Economic Miracle" brought about by the First and Second National Development Plans (PND), the states of Guanabara and Rio de Janeiro merged, creating a new metropolitan region in the country made up of 14 municipalities. These included the area known as Baixada Fluminense. The Baixada Fluminense is home to the municipality of São João de Meriti which, since the 1950s, has been considered 100% urbanized. In the late 1990s and early 2000s we saw a resurgence of interest on the part of the public authorities in designing/planning the Baixada Fluminense through the Baixada Viva/Nova Baixada project, whose main objective in São João de Meriti was to (re)urbanize some neighborhoods with chronic problems such as unpaved roads, lack of sanitation, among others, caused by previous precarious urbanization. The paper presents these plans and analyzes the changes and assumptions of urban planning in São João de Meriti.

Keywords: FUNDREM; Baixada Viva/Nova Baixada; São João de Meriti; Public Policy; Baixada Fluminense.

Introdução

A finalidade do trabalho é examinar o Plano da FUNDREM (1977) e o Programa Baixada Viva/ Nova Baixada (1996) e de que forma eles interferiram na política urbana do município de São João de Meriti. Partindo do estudo das

1 Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (UFRJ), mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). .

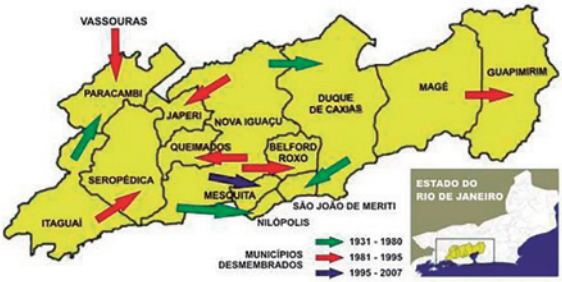
áreas escolhidas pelos projetos, analisar suas intenções, benefícios e limites. Observaremos brevemente a formação histórica e urbana do município de São João de Meriti e da região da Baixada Fluminense e como os governos estadual e federal intervieram através de políticas públicas para remodelar as manchas urbanas criadas a partir da malha ferroviária e as transformações na economia. A metodologia utilizada foi a análise da bibliografia, o levantamento de normas legais além da consulta a jornais de época.

A (trans)formação da Baixada Fluminense e de São João de Meriti

A Baixada Fluminense e o município de São João de Meriti sofreram marcantes alterações até sua incorporação à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Um dos impactos se deu com a Fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. A urbanização da Baixada Fluminense também merece destaque dado que tal processo se intensificou em paralelo à do Sudeste do país. Como Milton Santos afirma:

> No Sul e no Sudeste, onde existe uma rede urbana mais desenvolvida, a interação entre as cidades acelera o processo de divisão territorial do trabalho que lhes deu origem e, por sua vez, vai permitir o avanço dos índices de urbanização, renovando assim, num ciclo virtuoso, os impulsos para um novo patamar na divisão internacional do trabalho (Santos, 1993, pg. 60).

Desde a época colonial, sobretudo no período minerador, a área da atual Baixada Fluminense desempenhava relevante papel por localizar-se no caminho para as Minas e sua produção de alimentos enviada à cidade do Rio de Janeiro. Dando um salto para o começo do século XX, chamada à época de Baixada da Guanabara ou Recôncavo da Guanabara, a região compreendia os então municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé, localidades articuladas com o avanço da malha ferroviária (Silva, 2013).



Mapa de origem dos municípios da Baixada Fluminense.
Fonte: https://bravabaixada.com.br/2022/04/27/de-reconcavo-guanabarino-a-baixada-fluminense/

Já durante o governo de Getúlio Vargas, obras de infraestrutura foram implementadas na região por intervenção do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense, criado em 1936. A realização de grandes trabalhos de drenagem, transformou em terras "aproveitáveis" boa parte dos terrenos. Entretanto, a baixa lucratividade dos empreendimentos agrícolas despertava o interesse por novos usos nas grandes unidades fundiárias. A necessidade de moradia da população ali localizada egressa de outras áreas do Rio de Janeiro e de outros Estados brasileiros, cujo crescimento era significativo, tornou o loteamento o principal "produto" entre as novas iniciativas.

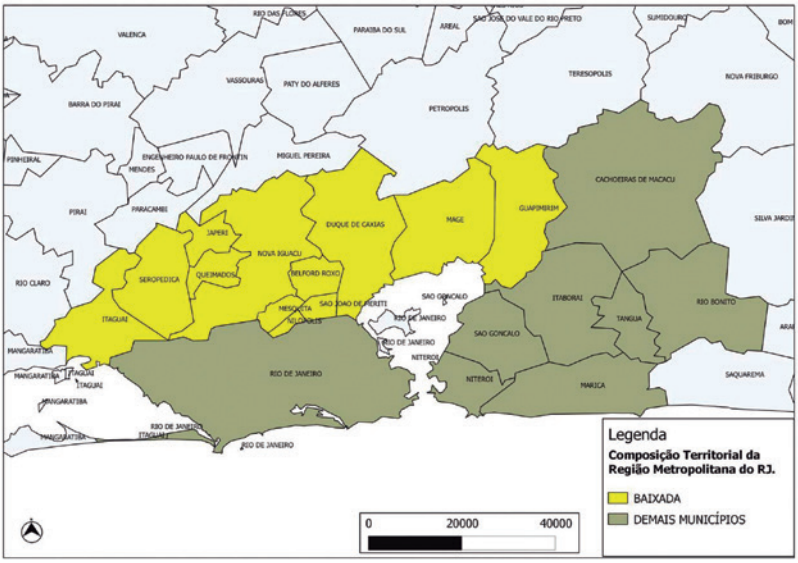
Para o processo de periferização das camadas populares contribuíram as melhorias da eletrificação no transporte ferroviário, diminuindo o tempo de percurso até a cidade do Rio de Janeiro, assim como a instituição da tarifa única nas linhas suburbanas. Tais medidas possibilitaram o estabelecimento, na Baixada, de expressivo contingente populacional que vendia sua força de trabalho no mercado carioca, cujo contato diário com este centro se tornara possível. Desta forma ocorreu um acelerado processo de "urbanização" das localidades da Baixada Fluminense, sobretudo naquelas componentes das Unidades Urbanas Integradas de Oeste (UUIOs), citadas adiante.

Especificamente em relação ao município de São João de Meriti, localizado na Baixada Fluminense e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sua origem está na sesmaria doada a Brás Cubas no século XVI. Este território, denominado São João Batista de Trairaponga, depois São João Batista de Meriti, era banhado pelos rios Miriti e Sarapuí que, até meados do Oitocentos, ao margearem as muitas fazendas existentes, eram as principais vias de transporte. A produção agrícola de milho, mandioca, feijão e açúcar, consumidos na região e na cidade do Rio de Janeiro para onde era transportada por meio dos 14 portos ali existentes.

A partir do final do século XIX (1898), um novo ciclo de prosperidade foi ocasionado pela extensão dos trilhos da Linha Auxiliar da Estrada de Ferro d. Pedro II, depois Central do Brasil, e da Estrada de Ferro Rio D'Ouro. Devem ser citadas as obras de saneamento da Baixada Fluminense, iniciadas pelo governo de Nilo Peçanha (1909-1910) e continuadas por Vargas com a criação do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense (Rocha, 2014; Simões, 2006). São João do Meriti foi ocupado por inúmeros loteamentos, localizados sobretudo às margens das ferrovias, expandindo seu núcleo urbano. A pauta do saneamento sempre permaneceu como uma das principais questões a serem incluídas nas políticas públicas.

Do ponto de vista administrativo, São João de Meriti foi distrito de Iguaçu até 1943. Naquele ano, ao ser instituído o município de Duque de Caxias, São

João de Meriti compôs seu 2º distrito. Quatro anos depois, a nova Carta Constitucional do Estado do Rio de Janeiro confirmou a emancipação de Duque de Caxias, Nilópolis e de São João de Meriti, este com uma área total de 34 km² e uma população de, aproximadamente, 50.000 pessoas (Costa, 2005; Simões, *op.cit.*).



Legenda
Composição Territorial da Região Metropolitana do RJ.
BAIXADA
DEMAIS MUNICÍPIOS
0 20000 40000

Mapa da Região Metropolitana.
Fonte: Rocha, 2015.

Fusão do Rio de Janeiro e da Guanabara. Nasce a FUNDREM

Pela Lei Complementar 14 de 1973, o Governo Federal instituiu as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Curitiba, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte, um dos objetivos previstos no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) visando ao desenvolvimento econômico do país. A Lei também criava mecanismos para beneficiar seus municípios, como a prioridade na obtenção de recursos federais e estaduais. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar número 20 de 1º de Julho 1974, a mesma norma que instituiu a Fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e tornando a cidade carioca seu polo. Tal proposta pressupunha recolocar o Rio de Janeiro em evidência no cenário econômico com a possibilidade de atrair novos investimentos e indústrias. O processo da Fusão foi rápido e, em menos de um mês, a Lei Complementar 20 foi discutida, aprovada e sancionada pelo Congresso Federal. Cabe assinalar duas observações: 1. a Fusão

reuniu realidades antagônicas, a Guanabara um Estado essencialmente urbano e mais desenvolvido, e o Estado do Rio de Janeiro com economia predominantemente agrária; e 2. o fato de não ter havido consulta popular nos Estados que se fundiram (Nascimento, 2010).

Em 1975 o governo federal lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), cujo fundamento, além de fomentar o crescimento econômico do país, preconizava como metas o planejamento urbano e políticas públicas para as regiões onde se localizavam os centros financeiros, industriais e comerciais do país. No contexto do período civil-militar, o II PND visava à criação de novos parques industriais e, ao mesmo tempo, o alargamento da infraestrutura nos seus arredores, as periferias.

O projeto governamental, consubstanciado no II PND, previa consolidar o Rio de Janeiro como um polo de desenvolvimento que passaria, obrigatoriamente, pela criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A legitimidade da decisão estaria, assim, na necessidade da configuração de uma nova institucionalidade que colocasse sob uma mesma unidade da federação um território antes desmembrado. Este intento para a região contido no II PND era considerado como o mais racional diante da contiguidade espacial e das relações de complementaridade entre os dois Estados. O governo federal decidiu por um dirigente considerado menos "político" para conduzir o novo Estado e sua administração. O presidente Ernesto Geisel indicou o almirante Floriano Peixoto Faria Lima,[2] não alinhado aos grupos hegemônicos do novo Estado do Rio de Janeiro (Motta, 2001) com o propósito de garantir a integração da cidade do Rio de Janeiro com o interior, decisão entendida como um importante passo para a inserção do novo ente no quadro federativo.

Com a Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro se consolidaria, ao menos como objetivo do Governo Federal, a Região Metropolitana capaz de sustentar um desenvolvimento industrial tal como o da Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, os desafios eram bem mais complexos. Utilizando como referência as teorias dos "lugares centrais" e dos "polos de desenvolvimento", as microrregiões fluminenses foram definidas a partir de critérios como os aspectos físicos, a distribuição demográfica, a acessibilidade e a organização das atividades econômicas (Biazzo, 2012; Fontes e Araújo, 1996). Para Rocha "o recorte espacial da RMRJ foi pouco debatido à época gerando grandes problemas, de modo que a RMRJ não corresponde à metrópole geográfica da Guanabara" (Rocha, 2009, pg. 7). E com a institucionalização da RMRJ, as políticas públicas para a região permaneceriam dissociadas de uma ação totalizante já que as questões locais (municipais) se destacavam.

2 Faria Lima seria empossado governador em 15 de março de 1975.

A metropolização pode ser entendida como a concentração de produção, consumo e população em torno de alguns lugares no território nacional, processo que tem sido uma característica marcante da história brasileira, em particular, a partir da década de 1950 (Schmidt, 1983). E diferentemente dos modelos metropolitanos norte-americanos ou europeus, o padrão adotado na RMRJ fez com que o núcleo e suas partes adjacentes fossem privilegiadas enquanto a periferia mais afastada com suas mazelas e precariedades permaneceram sem planejamento.

Ainda no segundo semestre de 1974, antes da posse do governador Faria Lima e da criação da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), já estavam sendo articulados os Grupos de Trabalho responsáveis por estruturar institucionalmente o novo Estado do Rio de Janeiro. Os Grupos de Trabalho formariam as Secretarias de governo na formulação do I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (I PLAN RIO).[3] Durante o governo de Faria Lima, o I PLAN RIO orientou a criação ou reformulação de instituições e autarquias estaduais (Abreu, 1997) e reorganizou, através de decretos, a estrutura administrativa do Estado, descolando-a do antigo Estado da Guanabara. Entre elas estavam a FUNDREM e a Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (FIDERJ) que se destacariam no âmbito do planejamento urbano.

Para Motta (2001), a FUNDREM, criada em 1975, teve em sua composição técnicos de diversas áreas do conhecimento responsáveis pela elaboração de políticas e estudos para a RMRJ. O principal ponto abordado pelos técnicos da FUNDREM era a criação de Planos Municipais que atendessem às demandas locais, principalmente aquelas reivindicadas pelas Associações de Moradores e por movimentos sociais (Costa 2005; Simões 2006). O Governo Federal criou diversos fundos para alimentar financeiramente as iniciativas dos órgãos de planejamento metropolitano no país: com a edição da Lei Nº 626 de 1975 foi instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), com o fim de oferecer recursos aos programas formulados pela Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU).[4]

Os principais fundos naquele período foram: o financiamento para urbanização de conjuntos habitacionais pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); o FIMURB (Financiamento para Urbanização); o FINANSA (Financiamento para Saneamento); o FINEC (Financiamento de Equipamentos Comunitários de Conjuntos Habitacionais); o FITURB (Financiamento para Transporte Urbano); o FETRAN (Financiamento para Sistemas Ferroviários de Transporte Urbano de

3 O I PLAN RIO foi oficialmente apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1975.

4 A CNPU, órgão ligado ao Ministério do Interior, foi criado pelo Decreto nº 74.156 de 6 de junho de 1974.

Passageiro) e o próprio FNDU. Com exceção do Fundo da FINEP e do FETRAN, todos os demais integravam os programas de financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH). Além dos Fundos federais disponíveis para a aplicação na RMRJ, outras regras foram definidas para o financiamento: a Lei Complementar Federal 20 de 1974 definiu que o Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM) arrecadado no Rio de Janeiro seria aplicado de maneira decrescente (100%, 90%, 80% e 70%) no quadriênio 1975-1978. Outra norma referia-se à garantia de um crescimento real de 5% na receita transferida do ICM para as localidades integrantes do antigo Estado do Rio de Janeiro. Além dessas regras específicas, a própria legislação federal determinava que pelo menos 55% do Fundo de Participação dos Estados (FPE), 20% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do município-sede metropolitano e 10% do FPM dos componentes das regiões metropolitanas deveriam ser aplicados em projetos definidos pelas entidades metropolitanas e aprovados pelos órgãos estaduais de planejamento (Decreto 75.071 de 1974).

A legislação federal definiu ainda que a liberação dessas cotas ficaria condicionada à aprovação, pelas Secretarias de Planejamento estaduais, dos modelos de aplicação apresentados pelos municípios ao Executivo Estadual. Tais diretrizes serviriam para centralizar a tomada de decisão pelos órgãos de planejamento estaduais. Porém, a prática da FUNDREM no governo Faria Lima (1975-1979) foi de aproximação com as prefeituras da Região Metropolitana, dado seu perfil de "entidade técnica" de assessoria e apoio a projetos municipais.

São João de Meriti e o Plano da FUNDREM (1977)

A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro definiu áreas para realização dos estudos para as Unidades Urbanas Integradas do Oeste (UUIOs). Segundo a classificação da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e da FUNDREM, as UUIOs corresponderiam à malha urbana de São João de Meriti e Nilópolis e parte da malha de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Rio de Janeiro (Silva, 2015).

As unidades administrativas incluídas nas UUIO's foram as seguintes: Nova Iguaçu (distrito sede, Belford Roxo e Mesquita); Duque de Caxias (distrito sede e Campos Elíseos); Nilópolis (distrito sede e Olinda); São João de Meriti (distrito sede, Coelho da Rocha e São Mateus) e Rio de Janeiro (XVIIª e XXIIª Regiões Administrativas, respectivamente Bangu e Anchieta). Os distritos de Imbariê e Xerém, em Duque de Caxias, e Queimados, Cava e Japeri, em Nova Iguaçu, foram classificados como a franja rural da Região Metropolitana. Para a análise do Plano e Projetos para o município de São João de Meriti, seguem algumas considerações.

No período entre 1950 e 1980 observamos que em São João de Meriti ocorreram tanto o crescimento populacional como econômico. Alguns elementos ajudam nestas constatações observando, na tabela abaixo, o desempenho de São João de Meriti frente às demais localidades.

Tabela 1 - Crescimento médio geométrico anual da população, por municípios da Região Metropolitana

Município da Região Metropolitana	1950/1960		1960/1970	
	Taxa geométrica % a.a.	Classificação	Taxa geométrica % a.a.	Classificação
Rio de Janeiro	3,2	9º	2,7	10º
Duque de Caxias	10,2	1º	5,9	3º
Itaboraí	3,3	8º	4,7	6º
Itaguaí	4,7	7º	5,0	5º
Magé	4,8	6º	6,7	2º
Mangaratiba	1,6	12º	0,3	13º
Maricá	0,2	13º	2,0	12º
Nilópolis	7,6	4º	2,9	8º
Niterói	2,8	11º	2,8	9º
Nova Iguaçu	9,5	3º	7,3	1º
Paracambi	3,0	10º	5,0	5º
Petrópolis	3,3	8º	2,3	11º
São Gonçalo	6,9	5º	5,6	4º
São João de Meriti	9,6	2°	4,6	7º
UUIO	9,5	-	5,9	-
Região Metropolitana	4,2	-	3,6	-

Fonte: FUNDREM 1977 V.1 pg.62

Entre os municípios, São João de Meriti foi aquele que apresentou um aumento demográfico vigoroso entre 1950 e 1960, com a taxa geométrica média anual de crescimento de 9,6%, apenas superada nas Unidades Urbanas Integradas do Oeste (UUIO) por Duque de Caxias. Entre 1960 e 1970, São João de Meriti não apresentou um crescimento superior ao das UUIOs, mas em relação à RMRJ ainda continuava relevante. Neste período, ainda que a taxa geométrica tenha caído para 4,6% ao ano, o crescimento absoluto da população se manteve elevado se comparado aos municípios que viriam a integrar a Região Metropolitana.

Em resumo, se entre 1950 e 1960, São João de Meriti abrigou cerca de 21% do total dos habitantes das UUIOs, esse percentual decresceu para 10% em 1970 ainda que em relação à RMRJ sempre mantivesse uma proporção expres-

siva. O maior percentual da população no município estava no distrito sede, mesmo com o aumento do distrito de Coelho da Rocha. A moradia para esta população concentrava-se nos loteamentos, o que pode ser constatado pela tabela abaixo, referida ao período 1950-1977. Portanto, foi o processo de periferização/metropolização que transformaria do município em parte integrante da Região Metropolitana em 1974.

Tabela 2 - Loteamentos aprovados, área loteada e número de lotes por período no município de São João de Meriti

Período	Nº de Loteamentos	%	Área Loteada	%	Nº de Lotes	%
Até 1950	35	33,02	1.206,01	47,35	26.023	51,70
1951 – 1955	26	24,53	807,43	31,70	15.056	29,91
1956 – 1960	17	16,04	263,99	10,36	4.813	9,56
1961 – 1965	16	15,09	103,96	4,08	2.803	5,56
1966 – 1970	9	8,49	32,57	1,28	1.498	2,98
1971 – 1975	2	1,89	4,49	0,18	121	0,24
1976 – 1977	1	0,94	128,73	5,05	23	0,05
Total	106	100%	2.547,18	100%	50.337	100%

Fonte: FUNDREM, 1977, V.5 pg. 142.

São João do Meriti, denominado pela imprensa de "formigueiro das Américas",[5] atingiu a taxa de urbanização de 100% por não possuir uma zona rural de acordo com a FUNDREM. Isso foi verificado pela densidade demográfica e por sua ocupação. Para os especialistas, a afirmação de que um município é "100% urbanizado" passaria pelo fato de não possuir áreas rurais e não pelas condições urbanas da localidade, ou seja, pelas características urbanísticas como vias pavimentadas, casas com cobertura das redes de água e esgotamento sanitário e dos demais equipamentos públicos como iluminação, segurança, escolas e postos de saúde.

O Plano da FUNDREM para São João de Meriti visava à melhoria na sua distribuição espacial e na resolução dos problemas urbanos. Esta ideia partia do princípio de que, através da melhor distribuição do território urbano, poderia haver um movimento de atração de empresas dos setores terciário (serviços) e secundário (indústrias), fortalecendo, assim, o comércio existente na cidade e aumentando a arrecadação municipal e o seu poder de investimento.

No artigo 25 do Capítulo VII do Plano de Organização Territorial está sinalizada a orientação de que os Planos Municipais de organização territorial deveriam estar submetidos aos órgãos estaduais competentes, no caso de São João

5 São João de Meriti possui a maior densidade demográfica da América Latina. Informação disponível em:<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/29/sao-pauloconcentra-maiores-densidades-demograficas-do-pais-menores-estao-no-amazonas.htm>.

de Meriti à FUNDREM e à Secretaria Estadual de Planejamento. De acordo com o artigo 28, foi proposta a divisão do território municipal nas seguintes zonas: Zona Central; Centro Administrativo; Centro de Bairro; Zona Residencial; Zonas Mistas; Zona de uso predominantemente Industrial e Zonas de Preservação. Esse zoneamento ajudaria na melhor distribuição entre os locais de serviços, indústrias e moradias da cidade.

As Zonas de Preservação foram debatidas no Capítulo VI. É preciso lembrar que no período em que o Plano foi elaborado já se destacava a pauta ambiental[6] a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) que, pela primeira vez, tratou da urgência do tema. Para além do planejamento territorial, o Plano da FUNDREM evidenciava uma preocupação com os problemas de alagamento e da falta de saneamento básico, questões que encabeçaram as prioridades, mas que não foram corrigidas e continuam a atordoar a população local até hoje. Em entrevista ao jornal *O Globo*, o prefeito de São João de Meriti à época, Denoziro Afonso (MDB)[7] se pronunciou da seguinte maneira:

> Com a Fusão, as prefeituras deveriam se reestruturar, ganhar mais verbas. Não temos pessoal para limpar as poucas ruas pavimentadas, e o povo também não ajuda, vive jogando lixo nas ruas, nos terrenos e nas valas (O Globo, Suplemento Grande Rio, 8/7/1975, pg.10).

Em 1977 outro prefeito, Celestino Cabral (MDB)[8] se referiu aos mesmos problemas ambientais a partir da questão habitacional do município:

> Há verdadeiros absurdos nos loteamentos de São João de Meriti: o que mais se vê são lotes sem água, esgoto ou calçamento. Em alguns lugares até ribanceiras foram loteadas e, como não podia deixar de ser, ruíram assim que foi feito o desmatamento e construídas as primeiras casas. A erosão acabou com tudo (O Globo, Suplemento Grande Rio, 2/10/1977, pg. 18).

O Plano da FUNDREM pretendia fornecer os mecanismos necessários para a implantação dos melhoramentos urbanos. No entanto, o município apresentava sérias dificuldades – falta de financiamento, de vontade política e de técnicos na administração do Estado – para a realização dos projetos (Queiroz Ribeiro, 2000; Oliveira e Rodrigues, 2009; Maia, 2006). Além das proposições dos técnicos da FUNDREM, houve no período forte pressão popular, principalmen-

6 Como assinalado anteriormente, o saneamento e drenagem dos pântanos, realizados durante o governo de Getúlio Vargas marcaram o início das discussões sobre as questões urbanas na Baixada Fluminense. Os capítulos IV e V do futuro Plano Diretor de 2006 elaborado pela Prefeitura municipal também se debruçaram sobre as questões ambientais de São João de Meriti.

7 Em sua gestão na Prefeitura ocorreu uma processo de intervenção culminando com a sua destituição sob a justificativa de irregularidades nas contas municipais.

8 Em 1977 Celestino dos Santos Cabral era um dos prefeitos mais jovens do país.

te por parte das Associações de Moradores e das Pastorais da Igreja Católica. Por outro, as pautas de melhorias como saneamento, moradia e mobilidade eram utilizadas pelos políticos locais como forma de obtenção de resultados eleitorais favoráveis.

Fim da FUNDREM e o Programa Baixada Viva/Nova Baixada

Como governador do novo Estado em 1979, a gestão Chagas Freitas[9] foi marcada por alterações em várias áreas da administração pública. Uma virada significativa ocorreu na operação da FUNDREM por conta do modelo chaguista de governança intentando o controle eleitoral no Estado do Rio de Janeiro através de uma política clientelista apoiada pela base de prefeitos da Baixada Fluminense. Tais prefeitos vislumbravam nesta política do "toma lá, dá cá" a possibilidade de serem beneficiados com obras e investimentos do governo estadual. Essa composição de "currais eleitorais" foi o método de manutenção do poder de Chagas Freitas no Estado (Dias 2017; Motta 2001; Silva 2013).

Apesar desse quadro, o Plano da FUNDREM foi apresentado em 1979 para as administrações estadual e municipais. Ali estão destacados os seguintes pontos:

1. Reforçar os centros comerciais de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, conforme diretriz estabelecida pelo I Plan Rio;

2. Estimular a criação de uma rede de centros secundários na Baixada, de modo a evitar grandes deslocamentos, por parte da população, na procura de bens e serviços de consumo cotidiano;

3. Propiciar a introdução de modelos de ocupação residencial diferenciados, levando em consideração aspectos como: acessibilidade aos mercados de emprego, existência ou proximidade de equipamentos e infraestrutura e condicionantes naturais, de modo a obter o máximo rendimento de serviços existentes, estimulando o crescimento das áreas efetivamente atendidas;

4. Compatibilizar a distribuição dos usos industriais com a política de localização industrial da Região Metropolitana;

5. Preservar as áreas cultivadas e as que apresentam potencial para atividades agrícolas, evitando o surgimento de novos loteamentos urbanos;

6. Preservar e proteger as áreas florestais e de mananciais, além do potencial turístico-recreativo (Jornal O Globo, Suplemento Grande Rio 02/09/1979, pg. 18).

9 Chagas Freitas foi o último governador do Estado da Guanabara e o primeiro governador do novo Estado do Rio de Janeiro quando foi eleito em 1978 por voto indireto no Colégio Eleitoral.

No entanto, como resultados pode-se afirmar que o Plano da FUNDREM de São João de Meriti serviu apenas de base para futuras leis municipais, como o Código de Posturas de 1989 e o Plano Diretor de 1990, entre outras. Os problemas reconhecidos pelo Plano não foram solucionados e os governos locais continuaram a apresentar alternativas à política urbana. A prática assistencialista de Chagas Freitas não surtiu efeito e na primeira eleição direta para o governo do Estado fluminense, em 1982, Leonel de Moura Brizola (PDT) foi o vencedor do pleito. A crise econômica no país, o planejamento lido como prática tecnocrática e as mudanças na estrutura do governo estadual impactaram o setor de planejamento urbano e regional, quando a FUNDREM foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana (SECDREM) perdendo suas funções. Seus quadros técnicos foram encaminhados aos demais órgãos estaduais. A Fundação teve seus trabalhos encerrados por meio do Decreto 13.110 de 27 de Junho de 1989 já durante o governo de Moreira Franco (PMDB) que, mesmo pressionado a dar respostas à população, via algumas instituições e secretarias como "obsoletas".

> A situação da FUNDREM era muito precária. O Governo Moreira Franco manteve o órgão sem função, mantendo sua subordinação à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDUR), sucedânea da SECDREM, logo afastada de seu berço original. Desde Brizola, as informações sobre a FUNDREM desapareceram em documentos oficiais e mesmo na imprensa. As últimas informações que são encontradas referem-se a casos de corrupção que expuseram a FUNDREM nas páginas policiais e que obrigaram o Governo Moreira Franco a realizar mudanças no órgão. O resultado foi sua extinção meses depois. Mas tal decisão foi apenas formal, pois a FUNDREM já estava completamente abandonada há tempos. Isso se refletiu na própria localização do órgão na cidade (Dias, 2017, pg. 148).

Com a extinção da FUNDREM ocorreu um hiato na prática de planejamento urbano em São João de Meriti. Este é um exemplo de como o fim de um órgão especializado na elaboração de políticas territoriais no Estado do Rio de Janeiro prejudicou municípios, principalmente os da Baixada Fluminense, carentes de atenção especial do governo estadual. Essa situação só foi ultrapassada com a criação do Programa Baixada Viva (1996) cuja finalidade seria urbanizar bairros de algumas municipalidades. O Programa foi uma resposta do governo fluminense ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti e Mesquita.[10] O Baixada Viva partia de uma visão integrada em que

10 No início do Programa, o município de Mesquita ainda era um distrito de Nova Iguaçu, sua emancipação foi efetivada em 1999. O BID também financiou o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Para os técnicos, o tratamento a longo prazo dos esgotos que saíam da Baixada Fluminense ajudaria na despoluição da Baía. Mas isto não funcionou já que a maioria das obras dos dois Programas não foi concluída e, assim, os dois Programas não cumpriram seus principais objetivos.

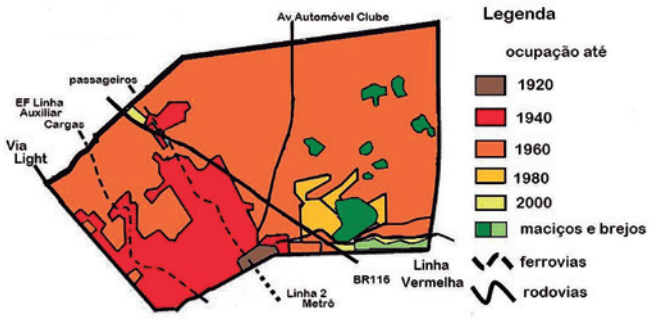
estavam previstas ações para o "resgate da cidadania de seus moradores" nas áreas social e de infraestrutura. São João de Meriti foi escolhido não só pelos problemas apresentados, mas sobretudo por sua pequena extensão territorial com relevante população. Podemos observar na tabela abaixo a evolução do quantitativo da população meritiense ao longo dos anos.

Tabela 4 - Crescimento populacional no município de São João de Meriti

Ano	População	Densidade Demográfica (hab/km²)
1950	76.462	2.185
1960	191.734	5.478
1970	302.394	8.640
1980	398.826	11.395
1991	425.772	12.165
2000	449.229	12.835

Fonte: Da Silva e Silva (2015) adaptado pelo autor.

Os locais que foram escolhidos para receber as obras do Programa Baixada Viva eram aqueles carentes de melhorias urbanas e que apresentaram expressiva participação comunitária. Atente-se para o fato de que o BID exigia a criação de Comitês Gestores de Bairro do Programa. Para o Banco, as obras deveriam se vincular a projetos sociais e ao desenvolvimento de atividades de mobilização e conscientização da população local a ser beneficiada, através de debates em torno de temas relacionados à questão ambiental, saneamento, saúde, educação, geração de trabalho e renda, segurança e à cidadania. Para a análise do impacto das ações do Programa, cabe a observação do mapa abaixo apresentando graficamente a evolução urbana do município.



Mapa Evolução Urbana São João de Meriti 1920 - 2010.
Fonte: Fundação CIDE 2002.

Entre 1995 e 1997 foram elaborados os Planos Diretores de Urbanização Integrada dos Bairros que estabeleceram as diretrizes para o Projeto de Ur-

banização Integrada da Baixada Fluminense. Os estudos ambientais, sociais e econômicos constataram as características comuns aos bairros selecionados e sua adequação aos critérios pré-fixados. O Programa Baixada Viva previa a promoção da melhoria da qualidade de vida da população da Baixada Fluminense por meio da realização de uma série de intervenções. Pelo contrato, acordado em setembro de 1997, era exigida que a participação popular fosse assegurada e que os Comitês, com a função de acompanhar o andamento do Programa, seriam o elo de ligação entre a população e o poder público.

> Assim, pelo seu papel e pela sua representatividade, os Comitês Gestores deveriam funcionar como um verdadeiro centro de convergência das ações cidadãs de toda a população dos bairros, realizando a integração dos diversos agentes sociais, de forma a gerir as demandas da população local e concentrar as iniciativas de co-gestão do bairro após as intervenções do Programa Baixada Viva. Para isso, deveriam atuar criando um comprometimento da população beneficiada com a implantação dos sistemas instalados e na manutenção das obras e serviços executados pelo programa, introduzindo mecanismos calcados na participação e envolvimento nos encontros informativos, reuniões e eventos educativos (Maia, 2006, pg. 69).

Em 1997 o governo de Marcello Alencar (PSDB), que buscava a reeleição, destinou R$ 225 milhões para o Programa Baixada Viva de um total R$ 400 milhões para obras do Estado.[11] Mesmo com a estratégia de melhorar a sua imagem em várias regiões fluminenses, o então governador perdeu a eleição de 1998, mais uma vez, para Antony Garotinho.[12] Em 1999 este mandatário trocou o nome do Programa de Baixada Viva para Nova Baixada que, em 2003, foi transferido para a recém criada Secretaria Estadual de Integração Governamental (SEIG) pela nova governadora.[13] Esta Secretaria pretendia integrar os programas do Governo e melhorar sua implementação.

O Programa Baixada Viva/Nova Baixada tencionava (re)urbanizar alguns bairros em São João de Meriti que apresentassem problemas crônicos como, por exemplo, vias não asfaltadas, falta de saneamento, ou seja, o que era considerado como os problemas causados pela "urbanização". Os bairros que obtiveram as intervenções, nos governos de Marcelo Alencar (1996-1998), Garotinho (1999-2002) e Rosinha Garotinho (2003-2004) foram o Jardim Metrópole (1ª Fase), Coelho da Rocha (2ª Fase) e Éden (3ª Fase). De acordo com o Programa, esses bairros deveriam receber equipamentos públicos como Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas

11 Alencar pretendia melhorar seu desempenho eleitoral na Baixada Fluminense já que nesta região teria perdido no segundo turno em 1994 por 100 mil votos para Anthony Garotinho (PDT).

12 Foi a volta do PDT ao Palácio Guanabara (1982-1986; 1990-1994; 1998-2000).

13 Rosinha Garotinho (PSB), esposa de Anthony Garotinho.

de Violência e postos de saúde, além da pavimentação de ruas, entre outras melhorias.

Apesar de algumas ações terem sido concluídas – como a DEAM, as obras de saneamento no Jardim Metrópole e de pavimentação de vias em Coelho da Rocha – o Programa apresentou problemas no cumprimento de prazos e/ou a não realização de projetos. Em 22 de junho de 1999 o Jornal *O Globo* denunciava o pagamento de R$ 1,08 milhão em obras fantasmas, uma das quais seria um posto de apoio à limpeza pública no Jardim Metrópole em São João de Meriti que nunca foi construído.[14] Em 22 de dezembro de 1999, o mesmo jornal publicou nova matéria sobre o caso, referindo-se a uma decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro de aplicação de sanções às empreiteiras dos empreendimentos. No entanto, em 2004, cinco anos após as denúncias de não cumprimento das obras, o governo estadual ainda insistia em iniciar a terceira fase do Programa com a pretensão de tornar alguns bairros exemplos de urbanização e de aproveitamento de equipamentos públicos.

O Programa Baixada Viva/Nova Baixada foi para alguns pesquisadores (Maia, 2006; Rocha, 2012; Silva, 2012) um avanço das políticas públicas na Baixada Fluminense. Neste sentido, verifica-se que mesmo com a criação de mecanismos de controle como os Comitês Gestores, houve questões relativas à gestão, como a não realização de obras e atraso de cronogramas. Sem dúvida, mesmo com os problemas relatados, a grande novidade foi a criação desses Comitês Gestores. No entanto, apesar do avanço representado por eles, os Comitês receberam duras críticas da população (Rocha, 2013; Silva, 2012; Guaraná e Fleury, 2008) em vista da forte hierarquia existente e da falta de maior participação dos moradores. Outra crítica ainda quanto aos Comitês eram as práticas eleitoreiras de alguns de seus componentes, ao se lançarem como candidatos às eleições por meio dos projetos. Este quadro representava um ponto negativo à ideia de democratização dos Comitês, já que na maioria das vezes, quem tinha intenções eleitorais controlava os Comitês como forma de se projetar politicamente na região.

O Programa foi encerrado em 2006 com algumas obras finalizadas e outras realocadas para instâncias do governo estadual. A primeira fase do Programa, no bairro do Jardim Metrópoles, foi concluída com a pavimentação de vias, edificação de um posto de saúde e a reforma da praça. O único equipamento não entregue à época foi o posto de apoio à limpeza pública. Já a segunda e a terceira fases não foram terminadas, restando a pavimentação de ruas e a construção e/ou reforma de equipamentos públicos.

14 Jornal *O Globo* Caderno Rio de 22 de Junho de 1999, pg. 13.

Conclusão

Existe uma diferença entre Plano e Programa. O primeiro "é o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade" (Teixeira, 2009, pg.4). O Programa é definido como "o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública" (Teixeira, op.cit., pg.4). Podemos constatar as diferenças ao compararmos o Plano da FUNDREM com o Programa Baixada Viva/Nova Baixada. Enquanto o Plano desenhava uma política de longo prazo, o Programa vislumbrava a realização de políticas públicas pontuais no curto e médio prazos como asfaltamento de vias, realização de obras de saneamento ou construção de equipamentos públicos.

Podemos afirmar que a proposta do Plano da FUNDREM relativa ao zoneamento urbano para São João de Meriti foi uma tentativa de reorganização espacial do município e de elaboração de um planejamento territorial de longo prazo. Devemos apontar também que o Plano tratava de diferentes temáticas como infraestrutura, educação, habitação, cultura, lazer além da questão ambiental de maneira integrada. O Plano traçava zonas de preservação e outros instrumentos urbanísticos que só seriam incorporados às legislações a partir da década de 1990. E em São João de Meriti só iremos verificar a adesão a esta legislação no Plano Diretor de 2006.

O Plano da FUNDREM, entidade de planejamento desenhada após a institucionalização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, enfrentou dificuldades para ser implementado na gestão de Chagas Freitas dada a perspectiva do governador em aumentar seu poder local através de políticas clientelistas, lógica de governo distinta daquela do órgão em 1975. Apesar das determinações dos Planos submeterem-se à lógica de centralização do governo federal e a seu "domínio" sobre a política local, a FUNDREM procurou estabelecer maior participação da sociedade na elaboração das políticas públicas, o que pode significar um avanço no contexto de fechamento político em que se vivia.

Em 1982, quando a população do Estado do Rio de Janeiro pode eleger diretamente seu governador (Brizola-PDT), passou a valer a política voltada às demandas sociais consolidando o antagonismo ao governo federal e a visão distinta à dos governos de Chagas Freitas e Faria Lima. No entanto, mesmo realizando um governo considerado bom, ele não conseguiu eleger o seu sucessor. Com a eleição de Moreira Franco (PMDB) em 1986, presenciamos, mais

uma vez, a mudança da política do Estado quando foi decretada a extinção da FUNDREM, na época já despossuída de seus propósitos.

Após a dissolução da FUNDREM em 1989, órgão de planejamento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, houve um longo período sem políticas urbanas. A Prefeitura municipal de São João de Meriti não conseguiu responder às demandas e os governos estadual e federal não desenvolveram projetos dirigidos a esta área. O período 1982-1996 representou momentos difíceis para a RMRJ. Deixada de lado pelos governantes, a população procurou soluções imediatas para resolver os obstáculos da urbanização precária e sem planejamento. São João de Meriti viveu naqueles anos um misto de ascensão e decadência ao ser considerada a "capital do jeans nacional". No entanto, ao conservar a mesma infraestrutura, continuou enfrentando os problemas como a falta de vias asfaltadas, de transporte de massa, de equipamentos públicos como postos de saúde e de segurança. Entre meados dos anos 1980 e 2000, o país experimentou diversas crises que dificultavam a realização de planos de longo prazo como aqueles da FUNDREM que priorizavam políticas para reerguer a economia local e minorar os problemas urbanos. Estes fatores foram fundamentais para a sua decadência. Em 1994 com a eleição de Marcelo Alencar (PSDB) como governador fluminense começa a ser vislumbrada a elaboração do Programa Baixada Viva, financiado a partir de 1996 através de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Programa Baixada Viva/Nova Baixada possuía a intenção de urbanizar três bairros de São João de Meriti, com maior ênfase na questão de saneamento básico, e com a inovação de serem constituídos Comitês Gestores. Mesmo com foco em poucas localidades e atuações pontuais, o Programa enfrentou dificuldades para sua conclusão. Ainda assim, reconhecemos que as poucas obras realizadas impactaram na vida dos habitantes com a melhoria da mobilidade e da saúde com a queda dos índices de contaminação depois das obras de saneamento básico.

Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO-Zahar, 1997.

BIAZZO, Pedro Paulo. Trajetórias institucionais e as regionalizações oficiais do Estado do Rio de Janeiro. *Ensaios de Geografia*, v.1, n.1, 2012.

COSTA, Marcelo Cardoso da. *Orçamento público e democracia local: entre o real e o mito. Um estudo de caso sobre o município de São João de Meriti;* Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2005.

DA SILVA, Cristina Maria Alves; SILVA, Marlene Sousa. São João de Meriti e sua questão demográfica. *Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina,* 2015.

DIAS, Robson Santos. Um estado sem planejamento urbano e regional: A saga da FUNDREM no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 6, n. 1, 2017.

FONTES, Angela M. M.; ARAÚJO, Valdemar F. de. Gestão metropolitana, fragmentação política e processo de sub-regionalização: as tendências político-institucionais da questão metropolitana do Rio de Janeiro. *Anais do Encontro Nacional da ANPUR,* 1996.

FUNDREM. *Unidades Integradas de Oeste: plano diretor de São João de Meriti.* Rio de Janeiro, v. 1, 1977.

FUNDREM. *Unidades Integradas de Oeste: plano diretor de São João de Meriti.* Rio de Janeiro, v. 5, 1977.

GUARANÁ, Juliana; FLEURY, Sonia. Gestão participativa como instrumento de inclusão democrática: o caso dos Comitês Gestores de Bairro do Programa Nova Baixada. *Revista de Administração de Empresas,* v. 48, n. 3, 2008.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise.* Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ; FASE, 2000.

MAIA, Juliana Guaraná Vieira. *A importância do componente cívico para o funcionamento efetivo de canais participativos como instrumentos de inclusão democrática;* um estudo de caso dos comitês gestores de bairro do Programa Nova Baixada; Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: Freire; Sarmento; Motta (orgs.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A Lei Complementar n° 20 de 1° de julho de 1974 e a criação de um Estado: a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. *Outros Tempos–Pesquisa em Foco-História,* v. 7, n. 10, 2010.

OLIVEIRA, Alberto; RODRIGUES, Adrianno. Industrialização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. *Semestre Económico* [en linea] 12, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=165013125007>. Acesso em: 27/09/2019.

PREFEITURA de São João de Meriti. *História de São João de Meriti.* Disponível em: < http://www.meriti.rj.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 30/09/2019.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar. *Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ROCHA, André Santos da. Entre representações e regionalizações. Caminhos na legitimidade territorial da Baixada Fluminense. *Anais 12º Encuentro de Geógrafos de Latino America,* v. 1. Montevideo: EasyPlanners, 2009.

ROCHA, André Santos da. Seletividade Espacial das Políticas Públicas e o Território Urbano. Algumas reflexões. *Revista Geo UERJ,* v. 1, n. 23, 2012.

ROCHA, André Santos da. Nós não temos nada a ver com a Baixada! Problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU,* v. 3, n. 4, 2013.

ROCHA, André Santos da. Projetos e intervenções de saneamento na Baixada Fluminense do século XIX e início do XX. *Revista Continentes*, n. 5, 2014.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SCHMIDT, Benício V. *O estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: Ed.UFRGS; L&PM, 1983.

SILVA, Hélio R. S. O técnico, o político e o morador; bastidores e cena pública do Programa Nova Baixada. *Periferia*, v. 2, n. 1, 2012.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. *Recôncavo Revista de História da UNIABEU*, v. 3, n. 5, 2013.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. A invenção da Baixada Fluminense: UUIO da FUNDREM (1975/89) e a representação de uma região. *Anais do XVI ENANPUR*. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: Reestruturação econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*; tese de doutorado em Geografia. Niterói: PPGG-UFF, 2006.

TCE-RJ. *Estudo socioeconômico São João de Meriti*. Rio de Janeiro, 2003.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (org.). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasilia: CFESS; ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/523>. Acesso em: 30/09/2019.

Recebido em 02/10/2023
Aprovado em 04/11/2023

ENCONTRO COM A HISTÓRIA DA CIDADE: RELAÇÕES DE PODER NA DINÂMICA POLÍTICA DE DUQUE DE CAXIAS (1943-1985)

Tania Amaro[1]

Resumo

O objetivo deste artigo é pensar a história política do município de Duque de Caxias, analisando perfis biográficos dos integrantes do poder executivo local. O estudo se concentra nos anos de fundação do município e de emancipação do antigo distrito de Merity, de Nova Iguaçu, até o contexto de redemocratização do Brasil da década de 1980, época em que o cargo de prefeito municipal foi exercido de modo predominante por interventores ou substitutos. Trata-se, assim, de compreender a historicidade da política local, evidenciando a falta de participação popular na política.

Palavras-chave: Duque de Caxias; Baixada Fluminense; Poder Executivo; Interventores; Prefeitos.

Abstract

The goal of this article is to think about political history in the city of Duque de Caxias, analyzing biographical profiles of members of the local executive branch. The study is concentrade in the years of the municipality foundation and emancipation of the old county of Merity, Nova Iguaçu, until the Brazilian redemocratization context, when the position of city mayor was mainly exercised by interveners or substitutes. It is, therefore, about understanding the historicity of local politics, highlighting the lack of popular participation in politics.

Keywords: Duque de Caxias; Baixada Fluminense; Executive Branch; Interveners; Mayors.

Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense, limítrofe à cidade do Rio de Janeiro, faz parte de uma densa área metropolitana periférica a um polo central, , repetindo o contexto de outras grandes cidades brasileiras. De modo análogo a outros casos, a precária integração urbana resulta é acompanhada de problemas sociais e ambientais baixas condições de vida da maioria de sua população, somadas a altos níveis de violência e graves problemas de saúde pública.

A estreita relação da cidade do Rio de Janeiro com a Baixada Fluminense se desde l591, quando as terras da sesmaria de Cristóvão Monteiro se tornaram propriedade da ordem religiosa de São Bento e se juntaram a novas porções, estendendo-se ao longo do rio Iguaçu e arredores (REVISTA do IPHAN, nº 07,

1 Doutora em Humanidades, Culturas e Artes (Unigranrio), com Pós-doutora em História (UFRRJ). Mestre em Letras e Ciências Humanas (Unigranrio). Docente da rede estadual de ensino. Integra como historiadora/pesquisadora a Comissão para os Bens Culturais e Artes Sacras da Diocese de Duque de Caxias. Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (IHCMDC) e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Membro associada da APPH-Clio.

1943, p. 263). Formava-se, a partir daí, a mais antiga e importante fazenda localizada na região que, atualmente, constitui o município de Duque de Caxias.

No século XVIII, a relação da urbe carioca com a região da Baixada se estreitou ainda mais, através dos caminhos abertos que ligavam à região das minas, quando o o ouro se tornou o eixo da economia colonial da América portuguesa. . Já no século XIX, as freguesias da região intensificaram suas relações com o Rio de Janeiro, pela economia de abastecimento e a indústria da madeira, além de escoar a produção de café do Vale do Paraíba, levando a investimentos na abertura de estradas e na construção da ferrovia. Ao longo dos séculos, a Baixada se constituiu como região estratégica de ligação entre o interior e o litoral, contribuindo decisivamente para transformações regionais e da cidade do Rio de Janeiro pela sua interdependência plural.

Vizinho do polo central - o Rio de Janeiro capital -, o município de Nova Iguaçu abrigaria em seus distritos, Merity particularmente (hoje Duque de Caxias), um contingente populacional vindo do campo, atraído pelas oportunidades de trabalho no centro metropolitano. A expansão da malha ferroviária pela região e a criação das estações de trem participou não apenas do escoamento da produção agrícola e contribuiu para a criação de núcleos de povoamento, que deram origem a muitas das cidades atuais. Quando, a partir de 1886, o tráfego ferroviário foi aberto entre São Francisco Xavier e o vale do rio Meriti, a região atual de Duque de Caxias passou a sofrer os efeitos da expansão urbana do Rio de Janeiro.

No início do século XX, as terras da Baixada serviram para aliviar as pressões demográficas da cidade do Rio de Janeiro, já prenunciadas no "Bota Abaixo" da época do Prefeito Pereira Passos. Os dados estatísticos revelam que, em 1910, a população da área central de Merity – parte do território que integraria o município nos anos 1940 – era de 800 pessoas, passando, em 1920, para 2.920, e 28.756 habitantes, em 1930 (LUSTOSA, 1958. p. 84; BELOCH, 1986, p. 22). O rápido crescimento populacional provocou o loteamento das antigas propriedades rurais, naquele momento, improdutivas. Contribuiu para esse quadro a abertura, em 1928, da antiga Estrada Rio-Petrópolis[2],que passava pelo centro de Merity e de Saraphuí, com forte impacto especulativo pela valorização das terras de sítios e fazendas O novo eixo de ocupação territorial fez surgir loteamentos que atraíram, uma massa de migrantes, que disputavam moradias e condições de sobrevivência, dando progressivamente à região uma nova dinâ-

2 Atual Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, anteriormente Avenida Presidente Kennedy, que partindo do Rio Meriti na divisa do município com o bairro de Vigário Geral no Rio de Janeiro, corta o centro do atual município de Duque de Caxias, até se encontrar, após o bairro Pilar, com a atual Rio-Juiz de Fora (BR-040) - Rodovia Washington Luís.

mica social. Tenório Cavalcanti, um desses migrantes, deixou registrado em suas memórias um retrato do quadro de violência e insegurança que ali se instalou.

> Caxias naquele tempo era um lugarejo inexpressivo, onde uns poucos milhares de aventureiros tentavam fazer fortuna a qualquer custo. Muitos bandoleiros haviam sido importados das plagas sertanejas para 'trabalhar' para políticos e donos das terras. Matar era simples questão de acionar o gatilho do revólver ou do rifle, sem que os criminosos se preocupassem com as consequências... (SILVA, 1954, p. 20)

A partir dos anos de 1930, o território do atual município de Duque de Caxias experimentou intenso processo de reconfiguração, incorporando-se ao modelo urbano-industrial e as transformações econômicas e espaciais iriam então contribuir para que o distrito de Merity se desenvolvesse cada vez mais, levando o Deputado Federal Manoel Reis a propor a criação do distrito de Caxias. Dessa forma, através do Decreto Estadual nº 2.559, de 14 de março de 1931, o Interventor Federal Plínio Casado elevou o local a 8º Distrito de Nova Iguaçu, que posteriormente seria emancipado pelo Decreto Lei nº 1.055, de 31 de dezembro de 1943, dando origem ao atual município de Duque de Caxias. Na década de 1940, o crescimento populacional nos bairros periféricos acompanharia o crescimento econômico, aumentando as diferenças entre o centro do município e os bairros, quase totalmente desprovidos de infraestrutura. Nas décadas seguintes, contudo, o desenvolvimento econômico do município seria marcado pela instalação de indústrias e um ativo comércio, sendo significativo ressaltar a instalação da Refinaria Duque de Caxias, em 1961.

A partir dos anos de 1950, Duque de Caxias cresceu muito, em nada lembrando o quarto distrito de Nova Iguaçu, Merity do início do século XX. Hoje, localizado estrategicamente junto às principais rodovias do país, Presidente Dutra (BR-116), Washington Luís (BR-040), Avenida Brasil (BR-101), Linha Vermelha (RJ-071) e, mais recentemente, sendo recortado pelo Arco Metropolitano (RJ-109/ BR- 493), o município de Duque de Caxias, segundo dados do IBGE[3], possui uma população estimada de 808.152 habitantes, distribuídos nos seus 467,319 km^2. Ocupando o segundo lugar no *ranking* de arrecadação de ICMS do estado do Rio de Janeiro, de acordo com os dados oficiais[4]. A receita orçamentária bruta estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é,

3 Os dados são referentes ao Censo de 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de--caxias/panorama. Acesso em: 13 de junho de 2023.

4 Os dados encontram-se na planilha "Arrecadação Geral de ICMS- Distribuição por Região e Município--Exercício 2022". Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC42000028488 Acesso em: 25 de maio de 2023.

conforme a legislação tributária [5], de R$ 4.706.890.113,95, sendo um dos cinco municípios com maiores participações no *ranking* do PIB no estado[6].

A cidade na Baixada

Apesar da criação do município de Duque de Caxias em 1943, somente em 1947 foi eleito por voto popular o primeiro Prefeito, tendo a Câmara Municipal sido instalada no mesmo ano. Contudo, no contexto histórico local que se desdobrou, desde a emancipação até o ano de 1985, dos 23 mandatos de Prefeito, 15 foram exercidos por interventores nomeados pelo governo estadual ou, pela vacância do cargo, por presidentes do poder legislativo. Além disso, na década de 1960, o município de Duque de Caxias, pela Lei Federal nº 5.449/68, foi declarado "Área de Segurança Nacional", perdendo sua autonomia política, consequentemente, passando a ter prefeitos nomeados. Dos 21 nomes de ocupantes do cargo no período de 1944 a 1985, apenas em seis ocasiões os prefeitos foram eleitos pelo voto popular.

De acordo com as informações existentes no acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (IHCMDQ) foi possível montar um quadro cronológico dos prefeitos municipais (Anexo I) e caracterizar o seu perfil biográfico (Anexo II), reunindo dados para uma análise proposográfica genérica. A respeito dos 21 prefeitos de Duque de Caxias, que assumiram o posto como interventores, eleitos, nomeados, ou substitutos, entre 1943 e 1985, pode-se observar que quase todos assumiram o cargo de chefe do executivo municipal na quarta década de vida. O Capitão Custódio Rocha Maia ao assumir o cargo aos 37 anos foi o mais jovem entre os prefeitos locais, enquanto o General Carlos Marciano de Medeiros foi o mais velho, ao tomar posse aos 69 anos de idade. Entre 17 prefeitos duquecaxienses sobre os quais se reuniu dados, é possível identificar o predomínio da formação de nível superior, sendo 6 formados em Direito, 3 em Medicina, 1 em Odontologia e outro em Engenharia, além dos 5 oficiais militares, sendo um deles ainda possuía também formação em Direito. Pode-se dizer ainda, pela análise dos dados obtidos, que a maioria dos prefeitos da cidade era natural do estado do Rio de Janeiro, mas ao menos sete deles eram naturais de outros estados brasileiros (Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Bahia, Piauí, Alagoas, Mato Grosso). Por razões óbvias,

5 De acordo com Lei nº 3303, de 29 de dezembro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa do município de Duque de Caxias para o exercício financeiro de 2023. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=7592. Acesso em: 13 de junho de 2023.

6 Planilha atualizada em 12 de janeiro de 2023 sobre a "Posição ocupada pelos 100 maiores municípios em relação ao valor agregado bruto dos Serviços e participações percentuais relativas e acumuladas, segundo os municípios e respectivas Unidades da Federação" Disponível em https://www.data.rio/documents/PCRJ::posi%C3%A7%C3%A3o-ocupada-pelos-100-maiores-munic%C3%ADpios-em-rela%C3%A7%C3%A3o-ao--valor-adicionado-bruto-dos-servi%C3%A7os-e-participa%C3%A7%C3%B5es-percentuais-relativa-e-acumulada-segundo-os-munic%C3%ADpios-e-respectivas-unidades-da-federa%C3%A7%C3%A3o-2020/about Acesso em 27 de fevereiro de 2023.

nenhum era nascido no município, mas poucos estabeleceram sua vida no município, antes ou depois de comandarem o executivo municipal. O que chama atenção é que a maioria deles não tinha trajetória política anterior ao posto de Prefeito em Duque de Caxias, havendo apenas 4 que foram vereadores e 2 deputados estaduais, dá a medida de que a atuação política local não era decisiva para alguém se tornar prefeito da cidade. Contudo, entre os 6 prefeitos eleitos pelo voto popular, apenas dois não tiveram mandatos nos legislativos local ou estadual, mas mantiveram atividade como dirigente partidário municipal.

Esse quadro evidencia que o contexto inicial de legitimação do poder político local de Duque de Caxias como um município autônomo, teve como chefes do executivo, nomes indicados pela administração estadual, em muitos momentos, ligados à esfera federal. Em outros momentos, nomes ligados ao legislativo local, ou ainda, servidores do município ocuparam a cadeira de Prefeito. Esse quadro ajuda a entender a cidade como uma vivência política, em um certo contexto histórico, o que evidencia uma época de participação popular restrita na política local duquecaixiense ao não permitir a eleição direta dos gestores do Executivo municipal.

Considerações finais

Na década de 1970, quando Janice Perlman investigou o subúrbio do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, apesar de profundamente integrado à área metropolitana do chamado Grande Rio, localizava-se no antigo Estado do Rio de Janeiro, que tinha sua capital na cidade de Niterói, enquanto a cidade do Rio de Janeiro era a capital do Estado da Guanabara. Segundo a autora, "o conflito de dependência de Niterói ou da Guanabara suscitou graves problemas para [Duque de] Caxias, em particular no que se refere à construção de infraestruturas urbanas" (PERLMAN, 1977, p. 75).

> Dos 600 mil habitantes de Caxias, quase todos são migrantes de primeira ou segunda geração. Existe uma elite reduzida mas crescente, em geral, porém, o ambiente não oferece muita heterogeneidade no que se refere a contatos pessoais, nem muita escolha quanto a estilo de vida ou recreação. Existem poucos serviços urbanos e órgãos governamentais, ainda que esta situação esteja começando a modificar-se.
>
> É ideal a posição de Caxias como um centro industrial para o Rio, sendo como é atravessada pela estrada de ferro Leopoldina, e por duas das mais importantes rodovias da região, Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis. Conta com a maior refinaria de petróleo e a maior fábrica de borracha sintética do Brasil; a Fábrica Nacional de Motores; e várias outras indústrias: farmacêutica, química, metalúrgica e de motores elétricos. [...]

> Caxias vem conhecendo um crescimento espetacular nos últimos dez anos. [...]
>
> A partir de 1943, quando Caxias se separou de Nova Iguaçu, a cidade principiou a espelhar o crescimento do próprio Rio. [...] Caxias está deixando de ser uma cidade-dormitório para o Rio, e transformando-se num polo de crescimento autônomo. (PERLMAN, 1977, pp. 75-77)

Desse modo, na época, a cidade de Duque de Caxias era contextualizada por várias obras identificando sua vocação para o trabalho e progresso, como uma orquestra ordenada, hierárquica e harmoniosa. Outros escritos representam a cidade, a partir da violência, do jogo e da prostituição, descrevendo a paisagem urbana e balizando-a a partir dos pontos de poder que demarcavam o jogo político da cidade. A partir de nossas pesquisas no acervo do Instituto Histórico e dos olhares da literatura local sobre a formação do município, desde sua emancipação, encontramos uma "cidade aberta", sujo desenvolvimento para alguns autores, impulsionava a contravenção e a ilegalidade. Nas obras de Silbert dos Santos Lemos, repórter e delegado que viveu na região entre as décadas de 1950 a 1980, notamos a representação de pessoas, fatos e características de uma Duque de Caxias marcada por desigualdades sociais.

> A terra de Lima e Silva é e sempre foi um pedaço do Nordeste, com 60% de sua população constituída de nordestinos ou deles descendentes, que para a fronteira da então Capital da República se deslocavam em busca de melhores dias. E não vieram para o sul, é justo que se diga, homens cultos, conservadores de bons princípios, de formação moral digna.
>
> Vieram, em sua maioria, exatamente os menos favorecidos pela sorte, pobres, analfabetos, fugidos das terras secas e rachadas, inclusive, muitos deles, da própria Justiça. (LEMOS, 1980, p. 25)

Nos escritos de Santos Lemos, conseguimos destacar como marcas de Duque de Caxias um passado de ausência do Estado. Para o autor, "a cidade crescia graças à iniciativa particular, à falta de fiscalização, ao lenocínio, à contravenção, à liberdade de vender geladeira até nas calçadas das ruas, ou de aumentar o preço do cafezinho" (LEMOS, 1980, p. 26). De acordo com esse olhar, "se o lema de nossa bandeira era ordem e progresso, o de Caxias era desordem e progresso" (LEMOS, 1980, p.26). Nas representações de Santos Lemos sobre a cidade, está claramente a denúncia da contradição miséria e prosperidade. Para ele, nessa cidade todos ganhavam com a jogatina: os funcionários, o comércio, a construção civil e a polícia, que recebia pelo silêncio e pela proteção. As representações dessa cidade estão relacionadas à discriminação racial, miséria e autoritarismo; assassinatos, prisões e torturas; prostituição, jogo do bicho e ausência de um aparato urbano que a retratasse como ordeira. Uma periferia

onde as disputas pelo poder recorriam à coerção e aos desmandos da classe dominante, refletindo-se nos segmentos da população marcada pela miséria e violência. Apesar desse contexto, no seu livro *Os Donos da Cidade***,** publicado em 1980, o então Delegado Santos Lemos concluía identificando uma Duque de Caxias em transformação:

> A cidade, pouco a pouco se modificava. Ainda era a "Caxias City", mas melhorava, se bem que a passos de cágado, mas civilizava-se. Tenório Cavalcanti andava quieto, lá na sua "Fortaleza", rica mansão que lhe custava milhões, a cuja inauguração estivera presente a nata da sociedade carioca, fluminense e paulista. [...] Em frente à "Fortaleza" ainda havia o "Paralelo 38", já menos conhecido por este nome [...]. (LEMOS, 1980, p. 124)

Na esfera política, destaca-se, com frequência, o momento no qual o município passou a ser considerado "Área de Segurança Nacional" a partir da Lei Federal nº 5.449/68, perdendo sua autonomia política e passando a ter, consequentemente, seus prefeitos nomeados. No entanto, cabe a interrogação sobre, afinal, quando a autonomia política municipal foi respeitada? A justificativa para oato autoritário de 1968 repousava na necessidade de se garantir a segurança do Polo Petroquímico. O historiador Israel Beloch (1986, p. 33) comenta que, após o golpe militar de 1964, as instalações da REDUC / FABOR constituíram-se no pretexto para que Duque de Caxias fosse declarado "município de segurança nacional", perdendo o direito de eleger seu prefeito. No entanto, entre 1947 e 1985, apenas seis chefes do Executivo passaram pelo sufrágio popular. Em 1968, sendo a Baixada Fluminense uma área com forte influência da oposição política ao "regime militar", faz algum sentido que os detentores do poder desejassem minimizar, ou mesmo anular, os efeitos de possíveis vitórias de seus adversários. Segundo a historiadora Marlucia Santos de Souza:

> Em 1968, sob a administração de Moacyr, Caxias foi considerada Área de Segurança Nacional. Segundo o relato do vice-prefeito, Ruyter Poubel, ele e um grupo de políticos locais chegaram a organizar uma ida a Brasília, para tentar evitar que Caxias entrasse na lista das áreas de segurança nacional. Para ele, o grupo não tinha ainda noção da gravidade da situação e, ingenuamente, acreditou que poderia reverter o processo. Logo depois, foi detido por dez dias. Em 1971, iniciou-se um longo período de presença dos governos militares na cidade. (SOUZA, 2002, p. 208)

Moacyr Rodrigues do Carmo governaria até o final de seu mandato em31 de janeiro de 1971. Até a nomeação do novo prefeito, o município foi governado por Francisco Estácio da Silva, presidente da Câmara dos Vereadores. De acordo com o historiador Manoel Henrique de Souza Cantalejo,

> O momento inicial em que foi encontrada, juridicamente, a figura da Área de Segurança Nacional se reporta à Constituição de 1946. Ao buscar definir a autonomia municipal, no seu artigo 28, é possível encontrar a origem da área de segurança nacional. No parágrafo segundo eram definidos como de segurança nacional municípios que possuíssem *"bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país". (...)* O primeiro instrumento que facultava ao Governo Federal o poder de intervir diretamente nos municípios foi dado pelo Ato Complementar Número 5 ao Ato Institucional, ainda, em 1965. (CANTALEJO, 2008, p. 94-95)

Cantalejo coloca que as derrotas nas eleições de 1966 em alguns municípios importantes, como os da Baixada Fluminense, foram fatores que trouxeram a necessidade de novos instrumentos que viabilizassem o controle da política local. Quando o presidente Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional a proposta de nova Constituição, os novos meios de intervenção pareciam se estabelecer, entre eles a iniciativa de que algumas cidades fossem consideradas "zona militar" com prefeitos nomeados pelo governador e não mais eleitos. Esse era o caso de Volta Redonda, Nova Friburgo e outras cidades do Rio de Janeiro. Em Duque de Caxias, Moacyr Rodrigues do Carmo, prefeito eleito, também, corria o risco de não ser empossado, pois a ditadura militar já demonstrava a sua intenção de controlar o poder executivo duquecaxiense (CANTALEJO, 2008, pp. 95-96).

É significativo lembrar que, em Duque de Caxias, o controle do executivo municipal, por parte da ditadura militar, significava ter em mãos o controle de uma máquina pública ascendente financeiramente e da própria movimentação eleitoral do município, pois, restringi-la significava o controle político duradouro e inconteste, assim como o favorecimento partidário da ARENA no município. Para Marlucia Santos de Souza, silêncio, fraudes e privatização são marcas deixadas pela ditadura, pois a partir da "impossibilidade de eleger os prefeitos, a ausência de controle e fiscalização da sociedade sobre as ações do Executivo e a falta de autonomia do Legislativo favoreceram o desvio de verbas públicas para os setores privados" (SOUZA, 2014, pp. 251).

Durante os quase seis meses em que Francisco Estácio da Silva esteve à frente da Prefeitura, como presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias, o município viveu sob intensa expectativa. Finalmente, em 19 de julho de 1971, chegava o general Carlos Marciano de Medeiros para exercer um governo que, de acordo com o historiador Stélio Lacerda, teria como "marca registrada", a ineficiência e inércia administrativa com a degradação dos serviços públicos e processo de sucateamento de hospitais e escolas municipais (2001, p. 245).

Segundo o escritor e professor caxiense Rogério Torres [7], o governo de Medeiros traria problemas imensos para o município, mas "a estabilidade política do general era mantida graças ao terror imposto pela ditadura, às suas excelentes relações com Brasília e, em Duque de Caxias, pelo apoio que os arrivistas de sempre, agora agrupados na ARENA lhe prestavam" (2014, 39'). Stélio Lacerda afirma que, em 15 de março de 1975, com a posse de Renato Moreira da Fonseca, a cidade voltou a se recuperar, pois o novo prefeito, apesar de ocupar o cargo sem o processo democrático, anunciou a intenção de sanear as finanças municipais. O jornal *Folha da Cidade*, de 21 de setembro de 1975, noticiou que Moreira conseguiu regularizar o pagamento de servidores, fornecedores e empreiteiros em cerca de sete meses de governo (1975, P. 3).

Em 1979, o prefeito Renato Moreira da Fonseca passou o governo para o também coronel Américo Gomes de Barros. Os tempos eram outros, a ditadura começara a enfraquecer e os militares divididos entre si e pressionados pela "crise do petróleo", viram-se na contingência de passar o poder, "lenta e gradualmente", para os civis. Rogério Torres afirmou, em depoimento, que Américo de Barros tinha consciência desses fatos e, diante disso, teve de conviver e absorver algumas das reivindicações de organizações e associações populares. O último interventor nomeado foi Hydekel Menezes de Freitas Lima, civil e político municipal, tinha a seu favor a popularidade do sogro, Tenório Cavalcanti, e, além de tudo, como empresarial, tinha o apoio da classe patronal local.

Com a volta do pluripartidarismo (1982) e a recuperação de sua autonomia política (1985), os eleitores de Duque de Caxias puderam novamente eleger seu prefeito. Saiu vitorioso, nas eleições de 1985, o professor Juberlan Barros de Oliveira, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido de Leonel Brizola. Rogério Torres comenta que, apesar de eleito por um partido que tinha como bandeira as mais legítimas reivindicações populares, o governo de Juberlan de Oliveira desconheceu-as, promovendo uma administração impopular (TORRES, 2014, 51').

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. *Olhares sobre uma Cidade Refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.

____. *Por 'Trilhas, Roteiros e Legendas de uma Cidade Chamada Duque de Caxias': memórias e representações de Francisco Barboza Leite (1950-1990)*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2019.

7 Depoimento ao Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, em outubro de 2004. Acervo Banco de Oralidade do Instituto Histórico / CMDC.

ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense.* Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BELOCH, Israel. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BEZERRA, Nielson; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do (Orgs.). *De Iguassu à Baixada Fluminense: histórias de um território.* Curitiba: Appris, 2019.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade, para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964-1985;* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS--UFRJ, 2008.

CMDC. *Instituto Histórico – Galeria dos Prefeitos*. Disponível em https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452.

COSTA, Pierre Alves. *A cidade do petróleo*. Guarapuava: Unicentro, 2012.

LACERDA, Stélio. *Uma passagem pela Caxias dos anos 60*. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEMOS, Silbert dos Santos. *Os donos da cidade*. Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980.

LIFSCHITZ, Javier A. Em torno da memória política. *Revista Morpheus,* Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 67-82, 2016. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/ painel/pdf/publ_19.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias.* Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, 1958.

NORA, Pierre. Entre memória e história: o problema dos lugares. *Projeto História.* São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, Jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo. br/ scielo. php?script=sci_arttext&pid =S0102-01882007000100002 &lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

____. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: debates,* 2006(b). Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/1560. Acessado em: 19 de fevereiro de 2021.

Revista do Sphan, número 7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7016. Acesso em 13 de junho de 2021.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

SALES, Jean Rodrigues; Fortes, Alexandre. *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local.* Curitiba: Prismas, 2016.

SILVA, Arlindo. *Memórias de Tenório Cavalcanti.* Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954.

SILVA, Lúcia H. P. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU,* v. 3, n. 5 (2013). Disponível em https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/1280. Acesso em 15 de outubro de 2022.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias.* Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

TORRES, Genêsis. *Em busca da memória.* Rio de Janeiro: WAK, 2003.

TORRES, Rogério. *Caxias de antigamente.* Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2015.

VELHO, Laís Costa. *Caxias, ponto a ponto (1953-1957).* Duque de Caxias: Agora, 1965.

ANEXO I – Quadro de prefeitos do município de Duque de Caxias

PREFEITOS		PERÍODO
HOMERO LARA	Interventor	01/01/1944 a 10/09/1944
HEITOR LUIZ DO AMARAL GURGEL	Interventor	11/09/1944 a 01/08/1945
ANTÔNIO CAVALCANTE RINO	Assunção Interina	02/08/1945 a 02/09/1945
HEITOR LUIZ DO AMARAL GURGEL	Interventor	02/09/1945 a 08/11/1945
JORGE DINIZ DE SANTIAGO	Interventor	10/11/1945 a 22/03/1946
GASTÃO GLICÉRIO DE GOUVÊA REIS	Interventor	25/03/1946 a 18/10/1946
VÍRGILIO DE AZAMBUJA MONTEIRO	Tesoureiro da Prefeitura	Assunção Interina 18/10/1946 a 21/10/1946
JOSÉ DOS CAMPOS MANHÃES FILHO	Interventor	21/10/1946 a 13/03/1947
JOSÉ RANGEL	Interventor	19/03/1947 a 31/03/1947
CUSTÓDIO ROCHA MAIA	Interventor	01/04/1947 a 30/07/1947
TEN. CEL. SCIPIÃO DA SILVA CARVALHO	Interventor	01/08/1947 a 28/09/1947
GASTÃO GLICÉRIO DE GOUVÊA REIS	Eleito	28/09/1947 a 28/12/1950
ADERSON RAMOS	Presidente da Câmara	28/12/1950 a 31/01/1951
ADOLPHO DAVID	Presidente da Câmara	31/01/1951 a 26/09/1952
BRAULINO DE MATOS REIS	Eleito	27/09/1952 a 31/01/1955
FRANCISCO CORRÊA	Eleito	31/01/1955 a 15/01/1959
JOAQUIM TENÓRIO CAVALCANTI	Presidente da Câmara	15/01/1959 a 31/01/1959
ADOLPHO DAVID	Eleito	31/01/1959 a 31/01/1963
EUCLYDES DA FONSECA CHAGAS	Diretor Geral da Câmara (Assunção Interina)	11/09/1962 a 09/10/1962
JOAQUIM TENÓRIO CAVALCANTI	Eleito	31/01/1963 a 31/01/1967
MOACYR RODRIGUES DO CARMO	Eleito	31/01/1967 a 31/01/1971
RUYTER CLEVES VIDAURRE POUBEL	Vice-Prefeito (Assunção Interina)	Assumiu nas licenças solicitadas pelo Prefeito *
FRANCISCO ESTÁCIO DA SILVA	Presidente da Câmara	31/01/1971 **

* Prefeito Interino por 4 vezes, tomando posse em 16 de julho de 1967 por 30 dias, 14 de outubro de 1968 por 17 dias, 01 de setembro de 1969 por 20 dias e 20 de setembro de 1969 por 14 dias.
** Município de Duque de Caxias foi declarado "Área de Segurança Nacional"

GENERAL CARLOS MARCIANO DE MEDEIROS	Interventor	19/07/1971 a 15/03/1975
FRANCISCO GOMES FILGUEIRAS	Diretor do Departamento de Serviços Públicos	Assunção Interina na licença do Prefeito 26/07/1973 a 01/08/1973
CORONEL RENATO MOREIRA DA FONSECA	Interventor	15/03/1975 a 24/04/1979
CORONEL AMÉRICO GOMES DE BARROS FILHO	Interventor	24/04/1979 a 02/05/1982
HYDEKEL MENEZES DE FREITAS LIMA	Interventor	13/05/1982 a 31/12/1985

1986 AOS DIAS ATUAIS

JUBERLAN FRANCISCO DE BARROS OLIVEIRA	Eleito	01/01/1986 a 31/12/ 1988
WILSON GONÇALVES	Vice-Prefeito	Assunção Interina na licença do Prefeito - 1987
HYDEKEL MENEZES DE FREITAS LIMA	Eleito	01/01/1989 a 31/12/1992 *
JOSÉ CARLOS LACERDA	Vice-Prefeito	12/09/1990 a 31/12/1992
DR. MOACYR RODRIGUES DO CARMO	Eleito	01/01/1993 a 31/12/1996
PAULO SÉRGIO DO CARMO SIQUEIRA	Vice- Prefeito	Assunção Interina na licença do Prefeito - maio/abril de 1995
JOSÉ CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO	Eleito	01/01/1997 a 31/12/2000
JOSÉ CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO	Eleito	01/01/2001 a 31/12/2004
WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA	Eleito	01/01/2005 a 31/12/2008
DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	Presidente da Câmara	Assunção Interina nas licenças do Prefeito
JOSÉ CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO	Eleito	01/01/2009 a 31/12/2012
ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO	Eleito	01/01/2013 a 31/12/2016
WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA	Eleito	01/01/2017 a 31/12/2020
WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA	Eleito	01/01/2021 a 01/04/2022 **
WILSON MIGUEL DOS REIS	Vice-Prefeito	01/04/2022 a 31/12/2024

* 1990 - Hydekel de Freitas transfere cargo para Vice-Prefeito para ocupar vaga no Senado.
** 2022 - Washington Reis renuncia para participar das eleições de 2022.

ANEXO II – Perfil Biográfico de Prefeitos de Duque de Caxias

Homero Lara - *Interventor (01/01/1944 a 10/09/1944)*

Homero Lara, filho de Fileto Olinto Peres de Oliveira Lara e Emiliana de Andrade Lara, nasceu em 27 de dezembro de 1904, em Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro. Realizou seus estudos primários no Colégio Maia Vinagre (Barra do Piraí) e no Colégio Alberto Forte (Niterói); o ginasial no Ginásio Pio Americano e graduou-se em Direito pela Universidade Federal Fluminense, em dezembro de 1951. Casou-se com Madalena de Lima Lara, com quem teve cinco filhos. Foi contabilista e advogado. O primeiro cargo que assumiu foi de Chefe de Gabinete de Finanças na Secretaria de Finanças, em Niterói, no governo de Miguel Couto (mandato do governador foi de 1955 a 1958); entre outros cargos, foi Subchefe de Gabinete Civil no governo de Celso Peçanha (mandato entre 1961 e 1962). Atuou como Superintendente dos Serviços de Inspeção de Prefeituras e Diretor do Departamento de Municipalidades, ligados a Secretaria de Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro; mais adiante, também foi Chefe de Gabinete no governo de Francisco Corrêa (prefeito de Duque de Caxias entre 31/01/1955 a 15/01/1959), tendo lançado o Boletim Oficial do município.

Aos 39 anos, foi empossado pelo primeiro magistrado do município, juiz Luiz Miguel Pinaud, como Interventor para assumir o executivo municipal em Duque de Caxias no dia 1º de janeiro de 1944, designado por Resolução do dia 3 de janeiro do mesmo ano. Homero Lara deixou o cargo em 10 de setembro de 1944, para assumir o cargo de oficial de gabinete do Diretor do Departamento de Municipalidades do Estado do Rio de Janeiro.

Heitor Luiz do Amaral Gurgel - *Interventor (11/09/1944 a 01/08/1945 - 02/09/1945 a 08/11/1945 - após licença de trinta dias)*

Heitor Luiz do Amaral Gurgel, filho de Luiz Pedreira do Amaral Gurgel e de Dativa do Amaral Peixoto Gurgel, nasceu em 16 de março de 1901, no bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Nossa Senhora da Estrela (primário); Colégio Paula Freitas (ginásio); graduou-se na Faculdade Fluminense de Medicina, Escola Anexa de Odontologia e Farmácia e Faculdade de Ciências Econômicas Cândido Mendes. De acordo com Tenório Cavalcanti, Heitor Luiz do Amaral Gurgel era primo de Amaral Peixoto, o Interventor Federal no Rio de Janeiro. O primeiro cargo que assumiu foi de escriturário do Departamento de Nacional de Saúde Pública (1925), com o apoio de Bulhões de Carvalho. Foi jornalista (1919-1962) e exerceu a odontologia no Departamento Nacional de Saúde Pública (1932). Oficial de Gabinete no governo do Interventor Federal Amaral Peixoto (1937) e Secretário Geral de Governo do Estado (1939-1943). Aos 43 anos, , assumiu o cargo de Prefeito de Duque de Caxias, que ocupou entre 1944 e 1945, mesmo que o trato fosse para ficar seis meses, de acordo com depoimento datilografado existente no acervo do IHCMDC. Foi removido do cargo do executivo duquecaxiense em 8 de novembro de 1946, em consequência da saída de Getúlio Vargas e de Amaral Peixoto do poder.

Antônio Cavalcante Rino - *Interventor Interino (02/08/1945 a 02/09/1945)*

Antônio Cavalcante Rino foi designado para assumir a prefeitura de Duque de Caxias durante a licença de trinta dias de Heitor Luiz do Amaral Gurgel. O que conseguimos investigar sobre a trajetória de Rino é que era escrevente juramentado da 2ª Vara de Órfãos, no Ministério do Interior, de acordo com publicação no jornal Correio da Manhã[8]. Posteriormente, seu nome aparece em janeiro de 1936, quando já atuava como 2ª Oficial da Secretaria de Estado do Interior e Justiça, sendo substituído durante uma reforma da Polícia Civil nesse mesmo ano[9]. De acordo com o jornal Diário Carioca, de 23 de janeiro de 1936, seu nome aparece como promovido a 1º Oficial, atuando na Diretoria Geral do Arquivo e Biblioteca Universitária, no Departamento de Educação. No ano

8 HEMEROTECA FBN. *Correio da Manhã*, 15/10/1921, p. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=8038

9 HEMEROTECA FBN. *Correio da Manhã*, 8/1/1936, p. 5; O Radical, 1/1/1936, p. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089919_03&pagfis=8091

seguinte, estava designado funcionário para servir na Diretoria do Expediente da Secretaria do Palácio do Ingá - governo do Estado em Niterói.

A partir da deposição de Getúlio Vargas pelas forças militares que compunham seu próprio governo, chefiadas pelo ministro da Guerra, general Góes Monteiro, no dia 29 de outubro de 1945, chegava ao fim o Estado Novo. Interinamente, o ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a presidência da República até a posse do candidato eleito nas eleições de 3 de dezembro do mesmo ano. O general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente da República e, no dia 6 de novembro, foi nomeado como Interventor Federal o Desembargador Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães, que designou para a Prefeitura de Duque de Caxias, Jorge Diniz de Santiago, em 10 de novembro de 1945.

Jorge Diniz de Santiago - *Interventor (10/11/1945 a 22/03/1946)*

Jorge Diniz de Santiago nasceu em 04 de setembro de 1892, no bairro de São Cristóvão, na localidade de Morro da Caixa D´Água. Filho do General Jorge Diniz de Santiago, após o término da educação primária, a família transferiu-se para o Rio Grande do Sul, onde Jorge Diniz de Santiago (filho) concluiu o ginásio e, após, ingressou no Colégio Militar, no Rio de Janeiro. Ingressou, em 1908, na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, graduando-se como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Casou-se com Annita Bottrel de Santiago, que conheceu em Campo Belo (Minas Gerais), onde exercia a função de delegado. Mais tarde, transferido para Aiuruoca (Minas Gerais), com o cargo de Promotor, ali se casou. Dessa união, nasceram duas filhas. Entre 1926 e 1930, atuou como advogado. Após, seguiu para o antigo Distrito Federal, sendo nomeado por ato do Chefe de Polícia desse Distrito, em 1º de novembro de 1930, como Delegado de Polícia do 17º Distrito Policial. Por meio de concurso público, foi nomeado Promotor Público do Estado do Rio de Janeiro, atuando nas comarcas de Cambuci, Teresópolis, São Gonçalo, Niterói e Duque de Caxias; neste último, exerceu funções de Promotor até 09 de novembro de 1945, quando foi nomeado Prefeito de Duque de Caxias pelo então Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, Abel Magalhães.

Como Prefeito de Duque de Caxias, Santiago teve como assessores: Antônio Cordeiro de Amorim e Nicolau Braz. No município, teve como amigos e apoiadores: Gastão Glicério de Gouveia Reis, Baldassarini, Homero Lara, Tupinambá de Castro, Heitor Gurgel, Esmeralda Cândido Pacheco, Alberto Jeremias, Tenório Cavalcanti, Correia Meyer, Miguel Pinaud. Jorge Diniz de Santiago faleceu em 16 de abril de 1972, no Estado da Guanabara.

Com a posse do general Eurico Gaspar Dutra como Presidente, o governo do Estado do Rio de Janeiro passou ao Interventor Comandante Lúcio Martins

Meira, no dia 7 de fevereiro de 1946. Este nomeou para a Prefeitura de Duque de Caxias, Gastão Glycério de Gouvêa Reis.

Gastão Glicério de Gouvêa Reis - *Interventor (25/03/1946 a 18/10/1946)*

Eleito por voto popular (28/09/1947 a 28/12/1950)

Gastão Glycério de Gouvêa Reis nasceu na cidade de São Manoel, Minas Gerais, no dia 22 de outubro de 1889. Filho de João Augusto Corrêa de Gouvêa Reis e de Floricena dos Santos Reis. Casou-se com Irene dos Santos Reis com quem teve sete filhos. Cirurgião dentista formado pela Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil. Desde cedo, Gastão Reis se dedicou a política como adepto do movimento de 1930, quando como oficial integrou a expedição comandada pelo Coronel Agenor Barcellos Feio. O então Governo Provisório instalado no país nomeou Gastão Reis como Prefeito Interino do município de Bom Jardim, no Rio de Janeiro, sendo posteriormente, eleito para o cargo. Concorreu a Deputado Estadual, em 1934, pelo Partido Popular Radical (PPR), assumindo vaga de suplência no parlamento fluminense[10]. Com o fim do mandato, elegeu-se Deputado Estadual, renunciando ao cargo para atender a nomeação de Oficial do Registro Civil de Duque de Caxias. Nesse período, assumiu o cargo de Prefeito Interino, nomeado por ato de 22 de março, sendo empossado para o período de 25 de março a 18 de outubro de 1946. Posteriormente, foi eleito por voto direto prefeito duquecaxiense, para o mandato de 28 de setembro de 1947 a 31 de janeiro de 1951; no entanto, deixou o cargo em 28 de dezembro de 1950. Gastão Reis, após a saída da Prefeitura em 1950, voltou a exerceu suas funções no Cartório do Registro Civil, onde permaneceu até 1958, quando disputou eleições para a Câmara Federal, ficando na suplência. Em 1960, foi nomeado Inspetor de Estatística Fiscal, recebendo a aposentadoria. Faleceu com 71 anos, vítima de infarto.

Ao fim da Interventoria de Gastão Reis, Virgílio de Azambuja Monteiro, Bacharel em Economia, Finanças e Assuntos Fazendários, curso concluído no ano de 1945 na Escola de Comércio e Ciências Econômicas, atuando como Tesoureiro da Prefeitura, respondeu interinamente pelo Executivo duquecaxiense, no período de 18 a 21 de outubro de 1946. Virgílio Monteiro também era Diretor da sucursal da Luta Democrática, na Rua da Matriz, em São João de Meriti (Luta Democrática, 29 de junho de 1954, p. 1) e , nas eleições de 1954, foi candidato a vice-prefeito de São João de Meriti (na chapa de Cristovam Correia Berbereia, da coligação UDN, PRT, PDC .

10 HEMEROTECA FBN. *Diário Carioca*, 02/01/1935, p. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=%22gast%c3%a3o%20glycerio%20de%20gouvea%20reis%22&pagfis=17592).

José dos Campos Manhães Filho - *Interventor (21/10/1946 a 13/03/1947)*

Em 23 de setembro de 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra indicou o Coronel Hugo Silva, comandante do 1º Batalhão de Caçadores de Petrópolis, como substituto do Comandante Lúcio Meira, na Interventoria do Estado do Rio de Janeiro. Hugo Silva designou para o cargo de Prefeito de Duque de Caxias José dos Campos Manhães Filho, médico renomado, substituindo o então Interventor Gastão Reis. Documentos sobre a posse de Manhães são escassos, mas de acordo com notícia do jornal Diário da Noite[11], nota-se que foi "empossado" no dia 18 de outubro, somente assumindo no dia 21. Nesse intervalo, respondeu pela Prefeitura, Vírgilio de Azambuja Monteiro.

Político de Nova Iguaçu e São João de Meriti, Manhães governou Duque de Caxias de 21 de outubro de 1946 a 13 de março de 1947. Também, chefiou o Executivo de São João de Meriti entre 23 de outubro de 1947 a 31 de janeiro de 1951 (TORRES, 2003, p. 53).

Em 5 de fevereiro de 1947, o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, nomeou para o governo do Estado do Rio de Janeiro, o presidente do Conselho Administrativo do Estado, o advogado Álvaro Rocha Pereira da Silva, ex-deputado estadual (1913) e ex-deputado federal (1924-1926), que entregou o cargo de Interventor logo em seguida, a 24 de fevereiro, para o governador eleito, general Edmundo de Macedo Soares da Silva, que havia sido Ministro da Aviação e Obras Públicas do Presidente Dutra. Edmundo Macedo nomeou para o executivo duquecaxiense, três Interventores: José Rangel, de 19 a 31 de março de 1947; Custódio Rocha Maia, de 01 de abril a 30 de julho de 1947; e, Scipião da Silva Carvalho, de 01 de agosto a 28 de setembro de 1947.

José Rangel - *Interventor (19/03/1947 a 31/03/1947)*

José Rangel nasceu no dia 6 de junho de 1900, na cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro, onde concluiu o ensino primário. Filho de Pio Ferreira da Silva e Maria José Rangel. Casou-se com Amália Alves Rangel, com que teve oito filhos. Casou-se novamente com Rizomar Albanez Rangel, com quem tem um filho. Chegou a Duque de Caxias em 1926, para atuar como encarregado da Fazenda São Bento. Iniciou sua carreira política como vereador em 1947, na primeira legislatura, que teve início no dia 23 de outubro desse ano. O primeiro cargo que assumiu foi o de Diretor de Fazenda da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e, posteriormente, chefe das agências arrecadadoras de Campos Elíseos e de Imbariê, Depositário Municipal, Prefeito do município entre 19 de março de 1947 a 31 de março de 1947 e Vice-Prefeito de Duque de Caxias (du-

11 HEMEROTECA FBN. *Diário da Noite*. edição 04230, de 22/10/1946. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pesq=%22manh%C3%A3es%20filho%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=36029

rante o mandato de Adolpho David, entre 1959 e 1963). Faleceu no dia 21 de dezembro de 1972.

Capitão Custódio Rocha Maia - *Interventor (01/04/1947 a 30/07/1947)*

Custódio Rocha Maia nasceu no dia 14 de março de 1910, na cidade do Rio de Janeiro. Filho de Eurico da Rocha Maia e de Luiza de Sá da Rocha Maia. Estudou no Colégio Nilo Peçanha e no Instituto Normal e Preparatório; Escola de Educação Física do Exército; depois, Escola de Sargento de Infantaria (1939); foi promovido a 2° Tenente (1942), a 1° Tenente (1945) e, finalmente, promovido ao posto de Capitão. Casado com Elvira de Araujo Rocha Maia, tiveram dois filhos. De sua família, ainda faziam parte o General Eurico De Sá Rocha Maia, assessor do Superintendente da SUNABE, e o Tenente Coronel Augusto Cesar de Sá da Rocha Maia, Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes. O primeiro cargo que Custódio Rocha Maia assumiu foi o de Instrutor de Tiro de Guerra na Escola de Instrução Militar; dentre outros, atuou como Auxiliar de Instrutor da Escola de Educação Física do Exército; comando de subunidades do Exército no Nordeste entre 1941 e 1945. Inspetor e Diretor da Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro; Professor de Educação Física. Foi designado como Interventor para o Executivo do município de Duque de Caxias entre primeiro de abril e 30 de julho de 1947.

Tenente Coronel Scipião da Silva Carvalho - *Interventor (01/08/1947 a 28/09/1947)*

Nasceu em 28 de setembro de 1899, na cidade de João Pessoa, Paraíba. Era militar e engenheiro arquiteto. Filho do Tenente João Baptista da Silva Carvalho e de Maria do Carmo da Silva Carvalho. Foi casado com Arminda Villela de Carvalho, com quem teve três filhos. Formou-se Engenheiro Arquiteto pela Universidade do Rio de Janeiro. Em 1918, ingressou na Escola Militar de Realengo, após ter cursado o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em 18 de janeiro de 1921, foi declarado como Aspirante. Em 11 de maio de 1921, foi promovido à 2º Tenente; em 30 de dezembro de 1922, à Primeiro Tenente; em 7 de maio de 1932, à Capitão; em 24 de maio de 1940, a Major; logo após, a tenente-coronel e, em 1945, à Coronel, quando passou à Reserva. Como engenheiro-arquiteto, desenvolveu projetos e atuou em inúmeras obras. Foi nomeado Prefeito no dia 1º de agosto de 1947 até 28 de setembro do mesmo ano. Residindo no Rio de Janeiro, faleceu no dia 24 de agosto de 1961.

Após a interventoria de Scipião Carvalho, assumiu Gastão Glycerio de Gouvêa Reis, eleito pelo voto direto, para o mandato de 28 de setembro de 1947 a 31 de janeiro de 1951; no entanto, deixou o cargo em 28 de dezembro de 1950. Com a saída de Gastão Reis, assumiu o Executivo duquecaxiense, o vere-

ador Aderson Ramos, então Presidente da Câmara Municipal, que completou o mandato.

Aderson Ramos de Almeida - *Presidente da Câmara Municipal (28/12/1950 a 31/01/1951)*

Nasceu na cidade de Paraíba, estado do Piauí. Exerceu cargos de funcionário do Banco do Brasil, vereador e presidente do Diretório da União Democrática Nacional (UDN) de Duque de Caxias, presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1950), assumindo o cargo de chefe do Executivo entre 28 de dezembro de 1950 a 1º de janeiro de 1951. Faleceu no dia 19 de janeiro de 1971.

As eleições de 1950 para o cargo de Prefeito de Duque de Caxias foram vencidas por Braulino de Matos Reis, que deveria tomar posse em 31 de janeiro de 1951. No entanto, a oposição entrou com recurso para impugnar o pleito. Braulino Reis assumiu o cargo somente em 27 de setembro de 1952. Interinamente, assumiu o executivo, o Presidente da Câmara Municipal, Adolpho David, durante o período de tramitação do recurso na Justiça, entre 31 de janeiro de 1951 e 26 de setembro de 1952.

Braulino de Matos Reis - *Eleito (27/09/1952 a 31/01/1955)*

Nasceu na cidade de Senhor do Bonfim, Bahia, no dia 19 de outubro de 1919. Filho de Lino José dos Reis e Etelvina de Mattos Reis. Casou-se com Maria do Carmo de Mello Reis, tendo três filhos. Chegou a Caxias, ainda distrito de Nova Iguaçu, em 4 de abril de 1938, indo residir e trabalhar no Núcleo Colonial São Bento. Atuou como escriturário na pensão de Dona Olinda. Foi dono da empresa de loteamentos Comércio Imobiliário Ltda. Mais tarde, trabalhou na Companhia Proprietária Brasileira, na qual exerceu cargo de auxiliar e gerente. Em 1962, foi nomeado Tabelião. Entrou para a política no ano de 1948, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), colaborando na organização do mesmo, sendo eleito, posteriormente, seu presidente. Eleito Prefeito de Duque de Caxias no pleito de 3 de outubro de 1950, só tomou posse em 27 de setembro de 1952. Foi eleito Deputado Estadual para o mandato de 1954 a 1959. Faleceu em 28 de fevereiro de 1978.

Francisco Corrêa - *Eleito (31/01/1955 a 15/01/1959)*

Francisco Corrêa sucedeu Braulino de Matos Reis, sendo eleito no dia 2 de dezembro de 1954 para o mandato de 31 de janeiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959. Francisco Corrêa nasceu no dia 03 de fevereiro de 1914, no estado do Rio de Janeiro. Filho de Manoel Luís Corrêa e Balbina Rosa Corrêa. Casado com Alice da Silva Corrêa, tiveram cinco filhos. O vereador Raymundo Gonçalves Milagres (7ª Legislatura: 01/02/1971 a 31/01/1973) foi seu genro. Em Duque de

Caxias, estudou na antiga escola de Dona Antonica. Foi comerciante, atuando em posto de gasolina e transportes. Faleceu no dia 7 de dezembro de 1972. O primeiro cargo que assumiu foi o de Chefe de Divisão de Fazenda da Prefeitura de Duque de Caxias, atuando no governo de Braulino de Matos Reis. Em 1954, candidatou-se a Prefeito, sendo eleito. Francisco Corrêa entregou o cargo para Joaquim Tenório Cavalcanti, então Presidente da Câmara Municipal, que assumiu entre 15 e 31 de janeiro de 1959, passando depois, a gestão do Executivo duquecaxiense ao novo Prefeito eleito, Adolpho David.

Adolpho David - *Presidente da Câmara Municipal (31/01/1951 a 26/09/1952) - Eleito (31/01/1959 a 31/01/1963)*

Adolpho David foi o vencedor das eleições de 3 de outubro de 1958, assumindo o cargo de Prefeito em 31 de janeiro de 1959 até 31 de janeiro de 1963. Nasceu no dia 19 de fevereiro de 1910, no antigo Distrito Federal, estado da Guanabara. Faleceu em 19 de janeiro de 1990. Filho de Antonio David e Umbelina de Jesus David. Cursou o primário no Colégio Pedro II, o ginásio e científico nos Colégios Santo Inácio e Brasil. Estudou francês e não concluiu o curso de Direito na Universidade de Ensino Livre Brasil. Casou-se com Farid Daier David com quem teve quatro filhos. O primeiro cargo que assumiu foi em Duque de Caxias como Auxiliar de Fiscalização da Prefeitura. Também exerceu as seguintes funções: Fiscal Interino, Fiscal de Distrito, Encarregado do Serviço Interno da Inspetoria de Rendas, Chefe de Gabinete do Prefeito, Fiscal de Tesouraria, Tesoureiro, Chefe da Agência Arrecadadora da Vila Imbariê, Vereador, Presidente da Câmara e Chefe do Executivo. Como vereador, assumiu na 2ª Legislatura, de 01 de fevereiro de 1951 a 31 de janeiro de 1955, já participando da mesa diretora como Presidente. Nesse cargo, assumiu como Prefeito Interino de 31 de janeiro de 1951 a 06 de setembro de 1952. Na sua segunda vez à frente do Executivo, foi eleito pelo voto popular.

Euclydes da Fonseca Chagas - *Diretor Geral da Câmara Municipal (11/09/1962 a 09/10/1962)*

Euclydes da Fonseca Chagas assumiu, interinamente, a gestão do Executivo duquecaxiense, indicado pela Câmara Municipal, na licença do Prefeito Adolpho David. Nasceu no dia 5 de setembro de 1897. Filho de João Francisco das Chagas Pereira e Maria Eugênica da Fonseca Chagas. Casou-se com Julia Del Rio Martins Chagas, com quem teve duas filhas. Faleceu em 20 de janeiro de 1967. Ocupou os seguintes cargos: Diretor da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1947); Secretário do Prefeito Aderson Ramos; Diretor da Empresa Melhoramentos 25 de Agosto, assessorando João Gaspar Correia Meyer no loteamento e construção do bairro Jardim 25 de Agosto.

Joaquim Tenório Cavalcanti - *Presidente da Câmara (15/01/1959 a 31/01/1959) - Eleito (31/01/1963 a 31/01/1967)*

Nasceu no dia 02 de novembro de 1919, no estado de Alagoas. Filho de Pedro Tenório Cavalcanti e Vicentina Gomes da Silva. Estudou nas escolas Colégio Evaristo, Liceu Alagoano e Seminário Ceráfico de Maceió. Casado com Olívia Batlouni Cavalcanti, tiveram uma filha. Parente de Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, o primeiro cargo que assumiu foi de Diretor Administrativo da Prefeitura de Duque de Caxias (1948). Foi Vereador (2ª Legislatura: 01/02/1951 a 31/01/1955 e 3ª Legislatura: 01/02/1955 a 31/01/1959), Presidente da Câmara Municipal (1958-1959) e Prefeito. Foi Diretor Tesoureiro e Diretor Superintendente da Companhia Telefônica de Duque de Caxias. Também foi Diretor de Fazenda da Prefeitura em 1967. Aposentou-se como Avaliador Judicial das Comarcas de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu.

Como Prefeito de Duque de Caxias, assumiu por duas vezes: em 15 de janeiro de 1959 até 31 de dezembro de 1959, quando era Presidente da Câmara Municipal; depois, eleito por voto popular, assumiu de 31 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967.

Moacyr Rodrigues do Carmo – *Eleito (31/01/1967 a 31/01/1971)*

Moacyr Rodrigues do Carmo nasceu no dia 10 de janeiro de 1920, falecendo em Duque de Caxias em 20 de agosto de 1997. Filho de Pedro Rodrigues do Carmo e Joana Glória do Carmo. No início dos anos 1940, matriculou-se na Faculdade Fluminense de Medicina, em Niterói. Foi incorporado como soldado ao 3º Regimento de Infantaria em maio de 1943, sendo transferido, mais tarde, para o Batalhão de Saúde, em Marquês de Valença. No ano de 1944, foi promovido a Cabo, 3º Sargento e 1º Sargento Enfermeiro. A partir da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, ingressou na Força Expedicionária Brasileira, no Batalhão da Saúde, integrando o primeiro escalão que chegou à Itália em 12 de julho de 1947, permanecendo até 18 de julho de 1945. Participou das campanhas da FEB até a rendição dos inimigos, sendo promovido a 1º Tenente Médico da Reserva, concluindo o curso de Medicina em 1947. A partir de 1948, iniciou sua carreira como médico no município de Duque de Caxias. Passou a integrar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), levado pelos amigos Roberto e Badger da Silveira. Após a morte de Roberto da Silveira, foi convidado por seu irmão a assumir a direção do Diretório do PTB em Duque de Caxias, sendo indicado, mais tarde, para ocupar a Secretaria de Transportes no governo de José Carvalho Janotti (07/07/1962 a 18/01/1963). A partir de 1963, inseriu-se na política duquecaxiense, candidatando-se ao cargo do Executivo, sendo eleito para o mandato de 31 de janeiro de 1967 a 31 de janeiro de 1971. Depois deste mandato retornou às atividades cartorárias, como titular no Cartório 7º

Ofício no município. Foi Diretor do Hospital Infantil Ismélia da Silveira por vários anos. Entre 1982 e 1992, foi Secretário de Saúde, no governo Hydekel de Freitas, seguido pelo governo de José Carlos Lacerda. Com o apoio deste e de ampla coligação partidária, foi eleito prefeito pelo PFL, para o mandato de 01/01/1993 a 31/12/1996 entre 01 de janeiro de 1993 até 31 de dezembro de 1996.

Ruyter Cleves Vidaurre Poubel - *Vice-Prefeito (Assumiu nas licenças solicitadas pelo Prefeito Moacyr do Carmo)*

Natural do Estado do Espírito Santo. Filho de Pedro Junger Vidaurre e Otália Poubel Vidaurre, Ruyter mudou com a família para Bom Jesus de Itabapoana onde realizou seus primeiros estudos. Morador de Duque de Caxias desde 1949, sua formação foi no Colégio Duque de Caxias (1° Grau), no Colégio Cardeal Leme (2° Grau), graduando-se na Faculdade de Direito da UFF. Também realizou curso de Direito Administrativo no Instituto Brasileiro de Administração Municipal e Administração Pública na FGV. Suas atividades profissionais foram variadas: junto com seu irmão Zoelzer Poubel, Ruyter fundou o jornal Folha da Cidade, no qual empreendeu grandes campanhas em favor do município. Foi fundador da Associação Beneficente de Menores (ABM), do Rotary Club e membro do Lions Club; Presidente do Clube dos Quinhentos; Conselheiro do Clube Recreativo Caxiense; Procurador Jurídico da Associação Comercial; Presidente do Conselho Deliberativo do centro universitário Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC) e membro fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico municipal. Foi Vice–Prefeito na chapa de Moacyr Rodrigues do Carmo. Prefeito Interino por 4 vezes, tomando posse em 16 de julho de 1967 por 30 dias, 14 de outubro de 1968 por 17 dias, 01 de setembro de 1969 por 20 dias e 20 de setembro de 1969 por 14 dias. Foi Secretário de Governo durante a primeira gestão do Prefeito Moacyr do Carmo; Auditor Geral da Prefeitura no Governo Renato Moreira da Fonseca; Secretário Municipal de Serviços Públicos no Governo Américo de Barros; Secretário Municipal de Ação Social nos Governos José Carlos Lacerda e no segundo mandato de Moacyr do Carmo.

A partir da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, que declara área de segurança nacional vários municípios, incluindo o de Duque de Caxias e, de acordo com o artigo segundo da referida lei, os Prefeitos dos municípios especificados passariam a ser designados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República, os Chefes do Executivo duquecaxiense passaram a ser nomeados.

Inicialmente, o cargo passou às mãos do então Presidente da Câmara Municipal, Vereador Francisco Estácio da Silva, pois de acordo com o Ofício nº 67, de 28 de janeiro de 1971, do Gabinete do Secretário de Interior e Justiça, se até

o dia 31 de mesmo mês, não fosse publicada a nomeação do Prefeito, o cargo deveria ser passado ao Presidente do Legislativo perante o Juiz Eleitoral. Dessa forma, em 31 de janeiro de 1971, assumiu o cargo de chefia do Executivo, o Presidente eleito da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Francisco Estácio da Silva, até a chegada do novo Prefeito Interventor, em 19 de julho de 1971.

General Carlos Marciano de Medeiros - *Interventor (19/07/1971 a 15/03/1975)*

Nasceu no dia 05 de novembro de 1902, em Cuiabá, Mato Grosso. Faleceu em 01 de janeiro de 1986. Sua formação secundária foi no Ginásio São Vicente de Paulo, em Vitoria, no Espírito Santo; na Escola de Engenharia de Juiz de Fora, Minas Gerais; e na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Oficial do Exército, possuindo vários cursos da Escola Militar de Realengo, Escola de Educação Física do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e do Estado Maior. Desempenhou várias funções no Exército, entre as quais, serviu como Chefe de Gabinete da Diretoria Geral do Serviço Militar e da Diretoria de Reserva, Subdiretor de Instrução do Colégio Militar do Rio de Janeiro e de Instrutor da Escola do Estado Maior. No estado do Espírito Santo, foi comandante da Polícia Militar, Diretor do Departamento de Educação Física e Secretário do Interior e Justiça. Elegeu-se Deputado Estadual em 1934, ocupou a presidência da Assembleia Constituinte, em 1935, e da Assembleia Legislativa, em 1936. Como Presidente da Assembleia Legislativa, substituiu o Governador, exerceu interinamente o cargo de chefe do executivo estadual. Foi ainda diretor da Companhia do Vale do Rio Doce, de onde saiu para integrar a representação federal do Espírito Santo na Câmara dos Deputados, em 1947. Assumiu o mandato de Deputado Federal, na 38ª Legislatura, em 31 de março de 1947, em virtude da renúncia do titular. Foi Deputado Federal, pelo Espírito Santo, no Partido Socia-Democrático (PSD), de 31 de março de 1947 a 15 de dezembro de 1949. Foi Chefe de Gabinete do Departamento Federal de Segurança Pública, do antigo Distrito Federal. De 1959 a 1965, foi Presidente do Banco Sete de Setembro de Crédito Cooperativo; de 1968 a 1967, exerceu o cargo de Diretor do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Medeiros assumiu como Prefeito Interventor de Duque de Caxias em 19 de julho de 1971 até 15 de março de 1975, nomeado pelo Governador do Estado, Raymundo Padilha. Durante o mandato, devido a sua licença, entre 26 de julho de 1973 e 01 de agosto de 1973, Francisco Gomes Filgueiras, Diretor do Departamento de Serviços Públicos da Prefeitura, assumiu interinamente o Executivo duquecaxiense.

Coronel Renato Moreira da Fonseca - *Interventor (15/03/1975 a 24/04/1979)*

Nasceu em 24 de agosto de 1921, na cidade do Rio de Janeiro. Filho de Octalicío Martins da Fonseca e Elvira Moreira da Fonseca. Terminou o ginasial no Colégio Nacional do Rio de Janeiro, em 1936. Formado no curso superior pela Escola Militar do Realengo, de 1941 a 1943. Realizou vários cursos de especialização que colaboraram na graduação de suas patentes. Assumiu vários cargos e funções desde como Tenente (1944 a 1949); Capitão (1949 a 1953); Major, Tenente-Coronel e Coronel (1953 a 1973). Foi chefe adjunto e comandante de vários setores e assumiu várias Comissões, Sindicâncias e Inquéritos Policiais Militares. Foi nomeado Prefeito do município de Duque de Caxias, por decreto do Governador Faria Lima, assumindo em 15 de março de 1975 até a posse do Coronel Américo Gomes de Barros Filho, no dia 24 de abril de 1979.

Coronel Américo Gomes de Barros Filho - *Interventor (24/04/1979 a 02/05/1982)*

O Coronel Américo Gomes de Barros Filho foi designado Prefeito Interventor do município de Duque de Caxias pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Antônio de Pádua Chagas Freitas, por meio do Decreto de 20 de abril de 1979. Seu mandato foi de 24 de abril de 1979 a 02 de maio de 1982. Barros Filho foi Diretor de Administração dos Conjuntos Residenciais da Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (1972). Nos anos 1990, foi candidato às eleições, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Rio de Janeiro, como Deputado Estadual, ficando na suplência, com 2336 votos[12]. Coronel Américo Gomes de Barros Filho também foi Diretor Presidente da Associação dos Músicos Militares do Brasil[13] e faleceu no dia 29 de novembro de 2017.

No dia 13 de maio de 1982, o então Deputado Federal Hydekel Menezes de Freitas Lima foi nomeado diretamente pelo Presidente da República João Batista Figueiredo e governou o Executivo duquecaxiense até 31 de dezembro de 1985.

Hydekel Menezes de Freitas Lima - *Interventor (13/05/1982 a 31/12/1985)*

Hydekel nasceu em Porciúncula, no dia 03 de janeiro de 1939. Filho de Francisco Faleiros de Freitas Lima e Laura Meneses de Freitas Lima, Hydekel viveu toda a infância em Duque de Caxias, chegando junto com os pais que eram comerciantes. Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Gama Filho, realizando cursos de extensão na área de Direito. Casou-

12 Disponível em https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1990/resource/e9d370d6-1eb5-4e52--bb6c-dde91d6cae7c . Acesso em 21 de setembro de 2022.

13 Disponível em https://www.ambra.org.br/nota-de-falecimento/ Acesso em 21 de setembro de 2022.

-se com Natalícia Sandra Cavalcanti de Freitas Lima, filha de Tenório Cavalcanti, político influente em Duque de Caxias, e fundador do jornal *Luta Democrática*. Do casamento, nasceram dois filhos. Iniciou sua carreira política em outubro de 1962, quando se elegeu deputado estadual na legenda do Partido Republicano (PR), ocupando sua cadeira em fevereiro do ano seguinte, tornando-se líder da bancada do partido na Assembleia Legislativa (Deputado Estadual - 1963 a 1967 e 1971 a 1975). Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, Hydekel participou da fundação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), no estado do Rio de Janeiro, partido de sustentação do regime militar, instaurado no país em abril de 1964, tornando-se presidente de seu diretório em Duque de Caxias. Candidato a prefeito do município em outubro de 1966, obteve 17 mil votos, sendo derrotado por seu oponente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Moacyr Rodrigues do Carmo, que obteve 40 mil votos. No pleito de novembro de 1970, reelegeu-se deputado estadual na legenda da Arena. Aos 43 anos de idade, foi Prefeito de Duque de Caxias "*pro-tempore*" (pelo Decreto Presidencial de 8 de maio de 1985). Prefeito eleito de Duque de Caixas (1988). Eleito Senador (1991-1999).

Recebido em 20/8/2023
Aprovado em 15/10/2023

ARTIGOS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 30 • Número 30 • 2023

O PLANETÁRIO CRUZEIRO DO SUL NO ALTO DO PALÁCIO DO SILOGEU

Nelson de Castro Senra[1]

Resumo

Nos anos 1930, a cidade do Rio de Janeiro, ainda capital federal, teve a chance de ter tido o primeiro planetário do Brasil (e mesmo da américa do sul). Ele seria feito pela empresa Carl Zeiss, a mais famoso àquela altura, e estaria instalado no alto do palácio do Silogeu Brasileiro, cujas démarches de construção se iniciava. Vencida aquela década e a seguinte ambos os sonhos se desfizeram por várias razões..

Palavras-chave: Planetário; Silogeu; Rio de Janeiro.

Abstract

In the 1930's, the city of Rio de Janeiro, still the federal capital, had the chance of having the first planetarium in Brazil (and even south america). It would be built by the company Carl Zeiss, the most famous at the time, and it would be installed at the top of the palace of the Silogeu Brasileiro, whose construction progress was beginning. During that decade and the following both dreams broke for various reasons.

Keywords: Planetarium; Silogeu; Rio de Janeiro.

> Quanto o dia morre e a noite nos envolve com o seu negro manto, quão poucos volverão os olhos para o firmamento crivado de astros. Nos grandes e populosos centros, onde a orgia das luzes artificiais e o tumulto das ruas ofusca e atordoa, ninguém se lembra das maravilhas que existem sobre nossas cabeças. Em verdade tal desinteresse do homem pelos fenômenos astronômicos fata de há muito. De nada nos adianta que na antiguidade muito se tenha estudado e procurado aprender acerca dos fenômenos celestes, quando em nossos dias a criança após ter cursado uma escola ou ginásio pouco ou nada sabe acerca de nosso próprio sistema solar.
>
> Teixeira de Freitas (1931)[2]

Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956) foi um dos mais notáveis pensadores brasileiros, embora o Brasil ainda não lhe preste as honras devidas. Foi um pensador múltiplo, a um só tempo singular, pela forma densa como focava suas percepções das realidades, não raro indo além do presente, mas também plural, pelos muitos olhares que lançava sobre as realidades, vendo-as sempre

1 Doutor em Ciência da Informação (UFRJ / Eco). Mestre em Economia (FGV-RJ / EPGE). Economista (UCAM). Pesquisador e Professor no IBGE (Aposentado). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ (Cadeira nº 38, patrono Noronha Santos).

2 Não há como garantir que esse texto seja inteiramente da lavra de Teixeira de Freitas. Ele bem pode ter se baseado em comunicados da empresa Carl Zeiss, a maior produtora de planetários à época existente.

sob vários prismas. Não obstante, focado que estava numa medida comum que lhe permitisse comparar suas muitas temáticas, centrava especial atenção na produção das informações estatísticas, e bem as sabia mais que simples números, tendo plena noção de que já saiam das mãos dos produtores como informações, o que lhes dava um caráter muito especial, para tanto buscando instruir seus futuros usuários. Talvez por isso mesmo, por essa concentração, ao ter tido sua grande criação, o IBGE, tornado um sucesso absoluto, todas as suas outras lutas tenham sido ofuscadas.[3] Assim, caberia ao Instituto recuperar e divulgar sua múltipla grandeza, o que só em parte foi feito.

Antes de seguir no que aqui, neste texto, queremos considerar, será justo dizer que a idealização do IBGE, trazida por Teixeira de Freitas tem muito das reflexões teóricas e das tentativas práticas de José Luis Sayão de Bulhões Carvalho (1866-1944), que dirigiu a Diretoria Geral de Estatística, no governo Afonso Pena, e a essa direção retornou no governo Wenceslau Braz, nela seguindo até o final da Primeira República. Suas lutas foram muitas, tendo que terçar armas com a terrível federação vigente à época, que em nada favorecia a necessária cooperação federativa (unindo as esferas federal, estadual e municipal) em prol da produção estatística, quase sempre saindo chamuscado. Contudo, quando da realização do Censo de 1920, tendo enviado Teixeira de Freitas como Delegado Censitário a Minas Gerais, e ele tendo lá permanecido por toda aquela década (os anos 1920), então Bulhões Carvalho pôde ver suas teorias sendo postas em prática e tendo sucesso. Mais que tudo, sendo praticadas e avançadas, tudo pela habilidade inventiva de Teixeira de Freitas, de modo que ao voltar à Capital Federal no início dos anos 1930, e tendo tido a chance de propor a criação de uma instituição nacional de estatística, logo o fez, e teve sucesso. Não foi uma luta simples, mas lutou o bom combate, e o IBGE surgiria.

O IBGE seria a gloria de seu nome, mas também seria o ofuscar de suas outras inúmeras iniciativas. Algumas ficaram e até ganharam repercussão internacional, já outras nem no âmbito nacional ecoaram. Veremos uma dessas, sua ideia de criação daquele que seria o primeiro Planetário da América do Sul, ao qual chamava de Planetário do Cruzeiro do Sul, e que seria instalado no alto do edifício por ele nomeado de Palácio do Silogeu Brasileiro, mas ao qual Gustavo Capanema (1900-1985) chamou de Palácio da Educação e Cultura, talvez já tendo em mente a ulterior construção do Palácio hoje denominado Palácio Gustavo Capanema[4], e que foi sede do Ministério da Educação e Cultura antes da Capital Federal mudar-se para Brasília. Ou não o tivesse em mente, e de fato tivesse ajudado com sinceridade a Teixeira de Freitas em seu sonho de constru-

3 Este ano, 2023, em 29 de maio, o IBGE completa 87 anos de atividade ininterrupta.

4 Início da construção 1939 (em que Teixeira de Freitas ainda lutava pela construção do Palácio do Silogeu Brasileiro); inaugurado em 1943; com 16 andares. Teve por arquitetos: Affonso Eduardo Reidy, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Le Corbusier. Sendo engenheiro responsável: Emílio Henrique Baumgart

ção do Palácio do Silogeu Brasileiro, só lhe tendo ocorrido passar a essa outra alternativa quando dada a mudança do plano urbanística da cidade, deu-se conta de que aquele edifício não mais sairia do papel.

Destarte, será preciso dissertar sobre o sonhado Palácio do Silogeu Brasileiro em cujo topo estaria o Planetário do Cruzeiro do Sul, para então podermos dissertar sobre as negociações de Teixeira de Freitas com a empresa alemã Carl Zeiss, de fama internacional, e responsável pela construção de inúmeros planetários em várias cidades de vários países do mundo, desde 1913. Sigamos.

O Palácio do Silogeu Brasileiro (em breve narrativa)

Palácio do Silogeu Brasileiro, em projeto aprovado em concurso pelo arquiteto Sérgio Bernardo (sic)

As tratativas de construção do Palácio do Silogeu Brasileiro começam na primeira metade da década de 1930, e têm início no âmbito da Associação Brasileira de Educação – criada em 15out1924 sob inspiração de Heitor Lyra da

Silva.[5] O empenho, então, era dar-lhe uma sede que até então não tivera, não obstante os inegáveis serviços que prestava à educação nacional, mas o grandioso edifício não lhe seria exclusivo. Teixeira de Freitas imaginava ali aglutinar inúmeras instituições de cultura – vendo cultura de uma forma algo lato sensu, a julgar pelas relacionadas (em resolução da Junta Executiva Central, do Conselho Nacional de Estatística)[6]:

> Além da própria Associação Brasileira de Educação, que dera origem a todo esse movimento, e, claro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que acabara tomando a frente do processo, no novo edifício teriam espaço o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Academia Carioca de Letras, a Academia Nacional de Medicina, da Academia Brasileira de Ciências, o Instituto da Ordem dos Advogados (talvez ele quisesse dizer Ordem dos Advogados do Brasil, já que o tal Instituto não mais existia), a Federação das Academias de Letras do Brasil, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Estatística (da qual já não mais se fala), da Liga Esperantista Brasileira (da qual também pouco ou nada se fala), da Sociedade Brasileira de Economia Política (também esquecida), da Sociedade Brasileira de Cultura, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Liga da Defesa Nacional (todas três hoje nas calendas gregas), de Institutos de Alta Cultura, tais como o Ítalo-Brasileiro e o Luso-Brasileiro, afora outros, afora outras instituições que se candidatem, sob escrutínio do IBGE.

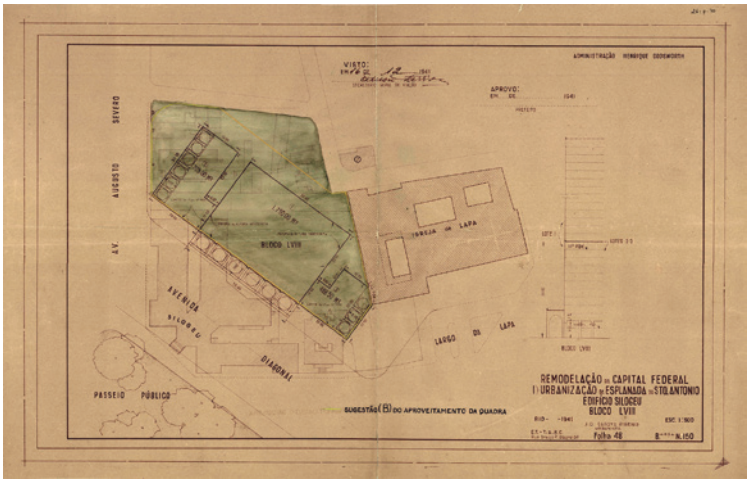
Teixeira de Freitas seguiria enfrentando a burocracia, conseguindo apoio de autoridades, obtendo recursos financeiros, buscando as devidas licenças da prefeitura do Distrito Federal, e abrindo concurso para definição arquitetônica e da planta do edifício. O contexto de então era a administração (1937-1945) Henrique Dodsworth, e o sonho daquele prédio majestoso a ser construído onde estava o antigo (pequeno) Palácio do Silogeu (afeto ao Ministério da Justiça) junto a Av. Augusto Severo, tendo à frente uma Av. Diagonal a ser criada, em tal dimensão (numa área de mais ou menos dois mil m^2) que se uniria à Igreja da Lapa, ficando quase junto ao Passeio Público, seria de fato grandioso. Mas não tardaria para que a urbanização daquele espaço fosse modificada e o sonho de Teixeira de Freitas caísse por terra, só lhe restando mesmo ter seu nome na rua que margeia a Igreja da Lapa, a lateral do atual prédio do IHGB[7] e

5 Teixeira de Freitas ocupou sua presidência entre 1935 e 1938, e em boa parte de sua gestão aplicou esforços à construção do Palácio do Silogeu Brasileiro.

6 A essa altura o então presidente da ABE, Fernando de Azevedo, que sucedera a Teixeira de Freitas em início de 1939 enviara ofício ao Embaixador Macedo Soares, presidente do IBGE, sugerindo passar a incumbência de construção do Palácio do Silogeu Brasileiro ao IBGE, o que é aceito. Aliás, Teixeira de Freitas, que já estava à frente dessa iniciativa, ocupava a Secretaria Geral do IBGE (sua maior função executiva).

7 O Embaixador Macedo Soares deixaria a presidência do IBGE ao final do governo Gaspar Dutra, mas voltaria com Nereu Ramos, e como seguia na presidência do IHGB, nessa dupla posição resolve transferir a este Instituto a posse do terreno que até então estava em direito do IBGE, e é onde está a sede do IHGB. (Vale dizer que o terreno então transferido, pela mudança urbanística daquele espaço era muito menor do que o espaço antes objeto do

faz esquina com a Av. Augusto Severo, mas sem que seja dito nas placas que ele é ele, ficando um vazio imerecido. Trapaça da história, em amplo sentido.

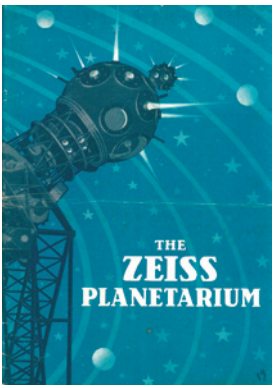


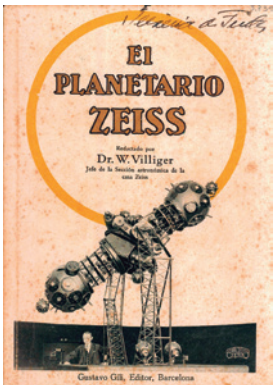
Plantas baixas do edifício [na sugestão A, a linha azul acresce o espaço da construção conforme definido na sugestão B, que é menor]

Pois sem o Palácio do Silogeu não houve o terraço para se instalar o Planetário Cruzeiro do Sul, mas, paralelamente, as negociações para sua criação já estavam em curso, aliás, até bem antes das démarches da construção do Palácio.

concurso público pensado para o grandioso Palácio do Silogeu Brasileiro.) Isso se deu em 1955. A partir de 1961 começou a subir o Edifício Pedro Calmon, finalmente inaugurado em 1972.

O Planetário Cruzeiro do Sul





Folha de rosto do Folheto da Empresa Zeiss em inglês.

Folha de rosto do Folheto da Empresa Zeiss em espanhol (com a assinatura de Teixeira de Freitas no topo)

Folha de rosto do Folheto da Empresa Zeiss em italiano

Voltemos à epígrafe que abriu este texto. Sendo aquela a realidade, tornava-se então imperativo oferecer à sociedade um Planetário, e nenhuma empresa estaria mais apta para tanto do que a empresa de instrumentos ópticos Carl Zeiss, fundada em 1846, com sede em Jena, cidade da Alemanha, localizada na Turíngia, e a tanto Teixeira de Freitas, focado na educação e na cultura, se voltou, e suas primeiras démarches tiveram início nos anos 1931, portanto, antes mesmo – ou ao mesmo tempo – em que começava a pensar na edificação do Palácio do Silogeu Brasileiro, ainda que não lhe tomasse nenhuma iniciativa de construção.

Em seu acervo pessoal[8] (hoje compondo o Fundo Documental Teixeira de Freitas) há folhetos e outros papéis vindos da empresa Zeiss, em vários idiomas: alemão, francês, inglês, italiano e espanhol (nada em português). Os folhetos são bem diversificados, e os há até apresentando o planetário através de contos, mas sobretudo através de textos científicos. Há ainda descrições técnicas detalhadas, e há fotografias dos planetários já instalados em várias grandes cidades ao redor do mundo. E sempre se vende a ideia de que em o Brasil fazendo a instalação do Planetário Cruzeiro do Sul ele seria o primeiro a ter um planetário em toda a América do Sul (talvez mesmo quisessem dizer América Latina).

8 Hoje compondo o Fundo Teixeira de Freitas, no Arquivo Nacional, 90% digitalizado pelo IBGE (cerca de 13 mil documentos), em cooperação com o NA, disponível on-line em ambas as instituições, há uma vasta documentação alusiva aos planetários Zeiss, muitos em forma de folhetos, alguns bastante técnicos. (Os 10% restante da documentação que completaria o acervo deixado por Teixeira de Freitas não foram digitalizado pelo IBGE por falta de máquinas capazes de fazê-lo, ficando a cargo do AN completar a digitalização, o que até hoje não foi feito).

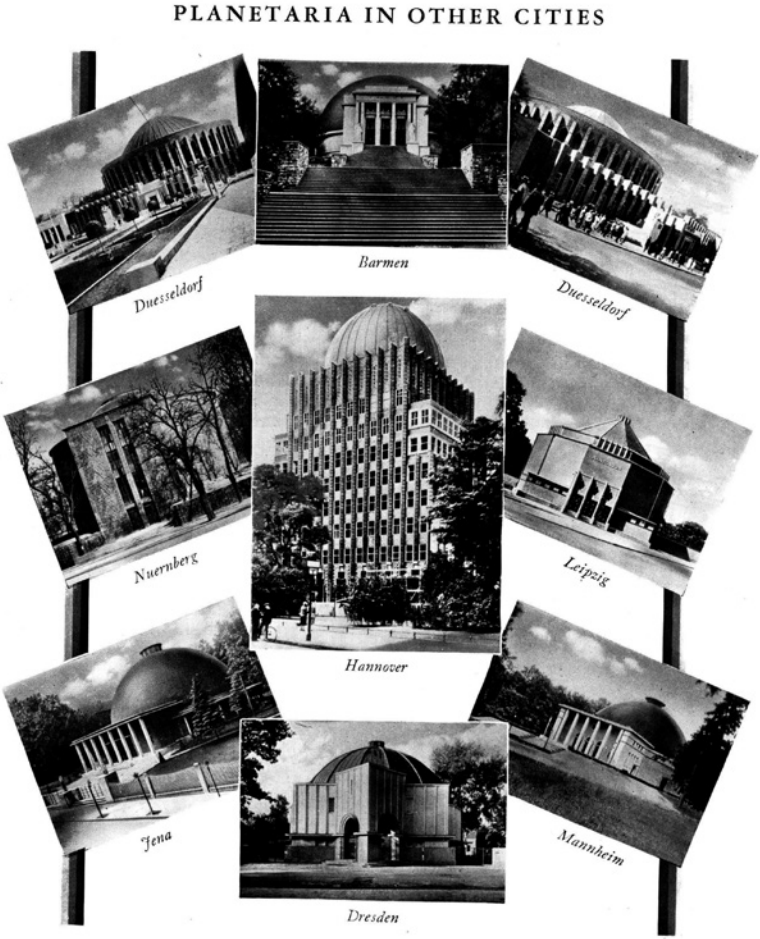
Entre vários pontos, pode-se fazer alguns destaques motivadores, ora explicando sua criação, ora explicando seu funcionamento ou operacionalidade, ora explicando sua significação educativa e cultural:

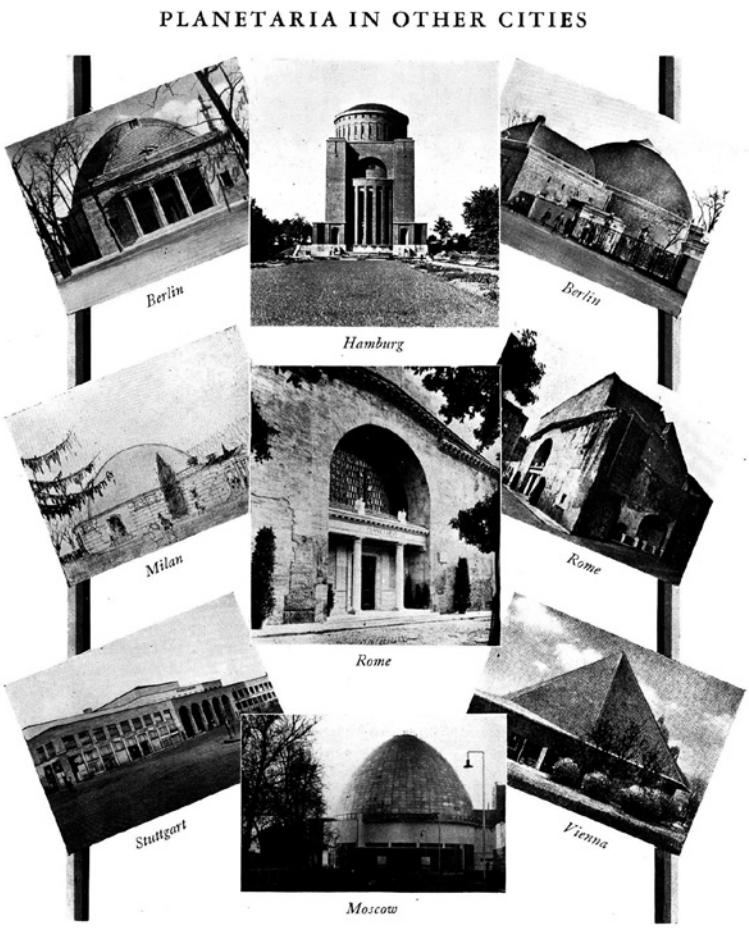
> As primeiras tentativas da fábrica Zeiss para a construção do planetário datam de 1913 e foram feitas para atender a uma encomenda do Dr. Von Mueller, diretor do Museu Alemão de Munich. Várias foram as concepções para a realização dessa obra monumental, mas todas elas fracassaram, até que o Dr. Eng. Bauerafeld teve uma ideia muito feliz, logrando obter o "eureka" tão ansiosamente esperado. Do projeto à construção do planetário, cinco longos anos de duro trabalho se passaram.
>
> [...]
>
> O planetário nada mais é que um conjunto maravilhoso onde se congregam mais de 100 projetores, engrenagens diversas, rodas dentadas, dispositivos de fina mecânica e eletromotores. [...] O aparelho é colocado no meio de uma vasta sala em forma circular cujo teto deve ser uma cúpula semiesférica forrada de tela branca. Nesse ambiente, com pouca luz e posto em funcionamento o planetário, ter-se-á a ilusão completa de que se observa o próprio firmamento.
>
> [...]
>
> O planetário é um verdadeiro teatro que tem como cenário o espaço infinito e como artistas os próprios astros. É sem dúvida uma obra prima e grandiosa de ótica, mecânica e eletricidade. [...] A duração dos fenômenos celestes no céu artificial será em tempo diminuto em comparação com a duração dos mesmos na natureza. No céu artificial podem-se apreciar pormenorizadamente certas porções do céu que o homem não saindo de seu país jamais poderia conhecer. E não é tudo: quem observar o céu artificial do planetário tem o seu guia, tem quem lhe explique com clareza tudo quanto vê. Eis porque precisamos do céu artificial, isto é do Planetário Zeiss. Além de tudo o planetário é uma diversão, é uma casa de espetáculos onde o povo se deleita e se instrui. A instalação do planetário em uma cidade será reflexo do grau de cultura a que já atingiu um povo. [1931]

Ainda em 1931, em sua posição de Diretor-Geral da Diretoria Geral de Informações, Estatísticas e Divulgação[9], do ainda Ministério da Educação e Saúde Pública, recém-criado, e sob o comando de Francisco Campos – a quem conhecera em Minas Gerais, em sua década mineira, os anos 1920 – Teixeira de

9 Essa Diretoria se veria reduzida em sua amplitude na atividade de "Divulgação" (que, sorrateiramente, Teixeira de Freitas, incluía também "Propaganda"), quando em 1939, fosse criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, sob o comando de Lourival Fontes. Contudo, Teixeira de Freitas seguiria em sua ampla atividade ainda que reduzindo-a ao âmbito da educação e cultura (e também saúde pública, enquanto o Ministério tivesse essa função).

Freitas envia memorando advogando, com veemência a construção do Planetário Cruzeiro do Sul (mas ainda sem apontar onde o localizaria). Em 1932 ele receberia correspondência da Empresa Carl Zeiss (que tinha representação em São Paulo e no Rio de Janeiro) sob o pretexto de lhe informar que um novo planetário fora instalado em Haia, na Holanda, e o fora naquela época "tão difícil como a que atravessamos", o que demonstraria que a edificação de um planetário não teria valor apenas "para uma quadra certa e determinada, mas para uso e gozo de muitas gerações representando além disso o valor espiritual e ideal de um povo" (Zeiss, mar.1932).





[27]

As negociações de Teixeira de Freitas a propósito da construção do Planetário Cruzeiro do Sul encontravam boa receptividade junto ao Ministro Francisco Campos, contudo já em setembro de 1932 ele deixaria o Ministério, indo para a pasta da Justiça e Negócios Interiores. Após uma interinidade de Washington Pires (até julho de 1934), finalmente começaria o longo reinado de Gustavo Capanema, que só teria término em outubro de 1945. E com ele Teixeira de Freitas seguiria em suas funções (aliás, não sairia do ministério até se aposentar, e era de lá que exercia a Secretaria Geral do IBGE, o que à época, dado o modelo funcional da instituição, era possível) e se relacionaria bastante bem, não sem

alguns eventuais atritos. O certo é que já em meados dos anos 1930 começou a conversar sobre o Palácio do Silogeu Brasileiro, tendo em seu alto o Planetário do Cruzeiro do Sul. A recepção foi ótima, até que, como já dissemos, com a mudança do urbanismo da cidade, tudo deu em nada, e o sonho de Teixeira de Freitas se desfez, vindo a surgir o hoje chamado Palácio Capanema.

O Planetário Cruzeiro do Sul, tão acalentado por Teixeira de Freitas, cuidadosamente negociado com a Empresa Zeiss, acabou nas calendas gregas, e o Rio de Janeiro, ainda a Capital Federal, não o teve àquele tempo, e naquele espaço que ele via como um dos mais belos cidade, somando o Passeio Público, de longa tradição (1783); a Lapa, com seus arcos (1718), e sua igreja (1780); a Cinelândia, de grande atração ao público, por seus cinemas e teatros, afora o Palácio da Justiça Federal; o Palácio Monroe, em sua exuberância, com seus leões majestosos (1906); o Relógio da Mesbla, a marcar o tempo da cidade (1934), etc. etc. Não registrou seus lamentos, mas por certo ficou com a alma dilacerada.

L'opinion exprimée par Monsieur WOLF, Directeur de l'Observatoire de HEIDELBERG, sur le Planétaire ZEISS.

Monsieur WOLF, le célèbre Directeur de l'observatoire de Heidelberg, s'exprime en ces termes sur le planétaire ZEISS dans le No 173 du „Neue Mannheimer Zeitung" année 1927:

Souvent des personnes qui ne le connaissent pas reprochent au planétaire ZEISS de ne pas rendre compte des mouvements réels ni de les expliquer, mais de ne constituer qu'un essai de reproduire l'aspect apparent „bien connu" du ciel. Le planétaire ZEISS n'est, en effet, pas destiné à présenter le système du monde de Copernic. Nous avons même l'impression qu'on n'apprend pas grand chose par la présentation d'un modèle du système de Copernic qui ne peut être qu'une grossière imitation rebutant l'esprit. Comme jeune garçon je haïssais déjà tous ces rouages grossiers qui offusquent la fantaisie et le sentiment de la nature et je crois que quelque pour cent des hommes ont la même impression. Mais, sans tenir compte de cette impression, que sert une explication lorsqu'on ne connait pas ce qui doit être expliqué, c'est-à-dire le phénomène qu'on aurait dû observer? On n'en retire aucun bénéfice.

Parmi les millions de personnes de toutes conditions qui viennent visiter notre observatoire, il n'y en a que très, très peu qui ont une idée du mouvement nocturne des étoiles fixes, pour ne pas parler des planètes et de la lune. Bien souvent j'ai constaté que la plupart d'entre elles ne sont pas capables de mettre le ciel en relation avec les orbites des planètes, ni même avec la rotation de la terre.

Opinião científica de M. Wolf, Diretor do Observatório de Heidelberg, sobre o planetário Zeiss (início)

Extrait du „Jenaer Volksblatt", No 145, 1925

La planétaire Zeiss dans le jardin des Princesses à Iéna

Le planétaire au ciel

conte de Madame G. Petersen.

Une grande agitation régnait au ciel.

Elle avait commencé dans un tout petit groupe d'anges, les anges gardiens de la ville d'Iéna et de là s'étoit lentement propagée aux alentours. Déjà les anges des communes voisines commençaient à chuchoter tout bas et c'était miracle que Dieu le Père n'eût pas encore remarqué cette excitation inusitée. Après l'agitation des dernières années, un léger somme s'était emparé de lui au rythme inaltérable de la musique des sphères.

Mais qu'arrivait-il donc à Iéna?

On avait commencé à y élever des bâtiments surmontés de vas tescoupoles. Des mosquées? L'Islam fasait-il son entrée à Iéna? Renseignements pris chez les anges gardiens de Stamboul, cette

Conto de Madame G. Petersen sobre o encanto do planetário (apenas o início).

Palavras finais

Hoje, no Brasil, há 73 planetários, a maioria nas regiões Sudeste e Sul. O do Rio de Janeiro, objeto deste texto só seria implantado, e seria um Zeiss, em novembro de 1970, cerca de 40 anos após o sonho de Teixeira de Freitas. No Rio de Janeiro ainda há outros planetários, e todos foram feitos pela empresa Zeiss. Mas, veja-se bem, o mais antigo do Brasil, foi instalado em São Paulo, no Ibirapuera, em janeiro de 1957, também tendo sido feito pela empresa Zeiss, portanto cerca de 25 anos após as tratativas de Teixeira de Freitas para a então Capital Federal.

No Nordeste há planetários em Alagoas, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco (dois), em Sergipe, e na Bahia. No Centro-Oeste só Goiás (dois) o tem. No Sudeste, o estado de São Paulo tem oito, a cidade do Rio de Janeiro tem três, Minas Gerais tem dois, e o Espírito Santo tem um. No Sul, o Paraná tem quatro, o Rio Grande do Sul tem três, e Santa Catarina tem

um. Na região Norte só Belém, no Pará, tem um. Do total, quase vinte são da empresa Zeiss, a maior, se não a única, ao tempo de Teixeira de Freitas. Mas, seu sonho de que o Rio de Janeiro tivesse o primeiro planetário não se concretizou, donde que o bom exemplo que viesse da capital, ao ter seu planetário, viesse a se espalhar para todas as capitais dos estados também não se realizou, já que até hoje, várias ainda não têm um planetário, valendo marcar que nem o atual Distrito Federal o tem. Sonhou por demais...

Referências bibliográficas

SANTOS, Marco Aurélio Martins. O Palácio do Silogeu Brasileiro. Casa das Estatísticas, História, Geografia, Ciência e da Observação das Estrelas. In: SENRA, Nelson de Castro Senra (Org.). *As estatísticas nas comemorações da Independência do Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE, 2022. p. 160-161.

SENRA, Nelson de Castro (Org). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: Correspondência de um homem singular e plural.* Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

SENRA, Nelson de Castro. Macedo Soares reúne IBGE e IHGB. Em busca do Palácio do Silogeu Brasileiro. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* a. 169 (440), p. 243-257, jul./set. 2008.

SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira, sua atualidade intelectual. Rio de Janeiro:* IBGE, 2008.

SENRA, Nelson de Castro (Org.) *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: O pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier.* Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SENRA, Nelson de Castro (Org.) *Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira.* Rio de Janeiro: IBGE, 2007

Fontes

Arquivo Nacional, Fundo Teixeira de Freitas**:**

Folhetos da empresa Zeiss (alemão, inglês, francês, espanhol, italiano) / Textos: "Os planetários e a sua frequência" / "Planetários em funcionamento" / "Proposta para um Planetário Zeiss" / "Exposição de motivos" / "Iniciação astronômica e as maravilhas do planetário" [Data provável: 1931]. BR_AN_RIO_RR_0_IBGE_EPR3 [EPR = Estudos e Projetos].

Carta do escritório da empresa Zeiss no Rio de Janeiro dirigida a Teixeira de Freitas dando ciência da recente implantação de um novo planetário, agora em Haia, na Holanda [Datada de 3mar1932]. BR_AN_RIO_RR_O_ENT_ABE10_2 [ABE = Associação Brasileira de Educação].

Ministério da Educação e Saúde Pública / Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação: Carta de Teixeira de Freitas ao Ministro Gustavo Capanema

(17set1935) / Resposta de Gustavo Capanema (12nov1935) // Carta de Teixeira de Freitas a Luiz Simões Lopes (26set1935) [Assunto: apoio à construção do Palácio do Silogeu Brasileiro]. BR_AN_RIO_RR_O_ENT_ABE10_1 [ABE = Associação Brasileira de Educação].

Associação Brasileira de Educação – ABE: Projeto de Lei sobre a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro e dá outras providências (elaboração de Teixeira de Freitas) [Datado de nov1935] / Projeto de Decreto-Lei que inclui o Ministério da Educação e Saúde Pública ao lado da Associação Brasileira de Educação como responsáveis pela construção do Palácio do Silogeu Brasileiro [Datado de jan1937]. BR_AN_RIO_RR_O_ENT_ABE12 [ABE = Associação Brasileira de Educação].

Consultas às esferas federal e municipal sobre a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro / A responsabilidade pela construção passa a ser apenas do IBGE / Definem-se as regras do concurso para definição do projeto arquitetônico / Definição de valores e prazos para a construção / Planta baixa da edificação [Datação: 1939 e 1940].BR_AN_RIO_RR_0_IBGE_EPR4 [EPR = Estudos e Projetos].

Nota:

Há várias Resoluções da Junta Executiva Central (JEC) e da Assembleia Central (AC), do Conselho Nacional de Estatística (CNE) abordando a construção do Palácio do Silogeu que aqui não citamos, mas que são citados no texto que publicamos na Revista do IHGB.

Recebido em 14/05/2023
Aprovado em 25/07/2023

DE UM RECANTO PROLETÁRIO AO ELEGANTE JARDIM BOTÂNICO: MEMÓRIAS VIVIDAS

Luciene Carris[1]

Resumo

O presente artigo propõe abordar a dinâmica das fábricas têxteis Corcovado e Carioca, situadas na região atualmente conhecida como bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, durante o final do século XIX. A instalação dessas empresas transformou a paisagem urbana, atraindo uma grande população de trabalhadores, incluindo migrantes e imigrantes, que passaram a habitar vilas operárias e favelas nas proximidades, contribuindo para um aumento populacional significativo. Este estudo ressalta a importância de um passado muitas vezes negligenciado na história do bairro e do Rio de Janeiro, mas que desempenhou um papel fundamental na formação da identidade local e nas lutas sociais da região.

Palavras-chave: indústria têxtil; mundo do trabalho; Jardim Botânico.

Abstract

This article proposes to look at the dynamics of the Corcovado and Carioca textile factories, located in the area now known as the Jardim Botânico neighborhood, in Rio de Janeiro, during the late 19th century. The establishment of these companies transformed the urban landscape, attracting a large population of workers, including migrants and immigrants, who began to inhabit nearby workers' villages and favelas, contributing to a significant population increase. This study highlights the importance of a past that is often overlooked in the history of the neighborhood and of Rio de Janeiro, but which played a fundamental role in shaping local identity and social struggles in the region.

Keywords: textile industry; world of work; Botanical Garden.

O presente texto representa uma adaptação de uma exposição realizada durante uma sessão promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. O tema central abordado refere-se à história de um bairro que evoca profundas reminiscências pessoais, que se converteu em objeto de uma pesquisa acadêmica desenvolvida no contexto do estágio de pós-doutorado realizado no âmbito da PUC-Rio, sob a supervisão do professor Antonio Edmilson Martins Rodrigues, que originou o livro *Histórias do Jardim Botânico: um recanto proletário na zona sul carioca (1884-1962)* publicado em 2021. É importante ressaltar que a pesquisa não se encerrou com a conclusão deste estágio; ao con-

1 Historiadora, Doutora em História Política (UERJ) com estágios pós-doutorais pela USP (2013) e PUC-Rio (2019). É uma das idealizadoras dos projetos de divulgação histórica "Sarau da Casa Azul Podcast" e do Blog de "História Box Digital de Humanidades", que recebeu o Selo "Saberes Históricos da ANPUH". Atualmente, integra o projeto "Januário da Cunha Barbosa: pensamento e ação política no processo de Independência do Brasil (1808-1831)", desenvolvido no âmbito da UERJ, em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional. .

trário, ela continua a gerar desdobramentos significativos, incluindo pesquisas atualmente em andamento.

Independentemente dessas considerações, é importante constatar como um bairro pode se perpetuar como um campo fértil para investigações contínuas. Nesse contexto, o bairro emerge como uma entidade espacial, que oferece uma visão aprofundada da complexidade de uma cidade específica e das mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Como Ana Fani Carlos tão bem enfatizou, o bairro guarda semelhanças com o conceito geográfico de "lugar", uma vez que os habitantes de uma cidade não experimentam integralmente todo o seu território, mas sim um fragmento específico desse espaço. Nas suas palavras:

> (...) a metrópole não é "lugar" ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria a discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança o ir as compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso (CARLOS, 1996, p. 18).

Por sua vez, Maria Therezinha de Segadas Soares, ao examinar o conceito de bairro em seu livro *Rio de Janeiro: cidade e região,* ressaltou a ideia de que "um bairro teria uma vida particular, uma alma". Além disso, destacou que essa noção se fundamenta em um sentimento coletivo compartilhado por seus habitantes, indicando que cada bairro é uma manifestação resultante de influências do passado e de fatores do presente, ao mesmo tempo em que projeta características do futuro (BERNARDES; SOARES, 1990, p. 105-106).

Minha tarefa de historiadora e de moradora da antiga Chácara do Algodão, no bairro do Jardim Botânico, aproxima-se de um exercício desafiador de ego-história. O gênero historiográfico, proposto pelos historiadores franceses da chamada Nova História, envolve uma relação entre objetividade e subjetividade no "fazer história". Não se trata, entretanto, de um mero ensaio autobiográfico, como definiu Pierre Nora:

> (...) consiste em esclarecer a sua própria história como se fosse a história de um outro, em tentar explicar a si próprio, cada um no seu estilo e com os métodos que lhe são caros, o olhar frio, englobante, explicativo, como historiador, o elo entre a história que se fez e a história que vos fez (NORA, 1989, p.11).

Para construir a narrativa abrangente do bairro do Jardim Botânico, é imperativo considerar que a sociedade é essencialmente composta por intrincadas redes de relações sociais entre indivíduos interconectados. A grande maioria dessas relações une pessoas que, embora possam ser estranhas entre si, estão ligadas por vínculos invisíveis, que podem derivar de questões de trabalho, propriedade ou mesmo de sentimentos afetivos, como ressaltou Norbert Elias (ELIAS, 1994, p. 22).

Nesse sentido, a cidade emerge como um campo repleto de narrativas confluentes, nas quais cada indivíduo carrega consigo uma memória específica. Essa rede de narrativas entrelaçadas é o que confere densidade histórica à cidade, conforme destacado por François Dosse (2013, p. 88). Para o autor:

> À cidade visível, as artes de "fazer com" acrescentam que Calvino chamou de "cidades invisíveis", este imaginário da cidade que a torna credível: Morar, é narrar. Fomentar ou restaurar esta narratividade, é também uma tarefa de reabilitação. A cidade é o campo fechado de uma verdadeira guerra de narrativas, das quais cada um de nós é o portador de uma memória específica e cuja tessitura constitui a densidade histórica de cada cidade (DOSSE, 2013, p. 88).

Ao abordar o Jardim Botânico, é fundamental, assim, reconhecer a tessitura complexa dessas narrativas individuais, que, em conjunto, moldam a história do bairro e contribuem para a uma rica "tapeçaria histórica". A metáfora da tapeçaria, nesse caso, é empregada para ilustrar como as narrativas individuais, experiências, relações e contextos combinam-se para criar uma representação detalhada e multifacetada da história de um local, privilegiando as experiências e as memórias individuais na construção da história do Rio de Janeiro.

Embora minha pesquisa tenha se iniciado em 2015, quando ingressei no estágio pós-doutoral, a semente da motivação para explorar essa temática foi plantada em minha vida desde tenra idade, mais precisamente quando me mudei para o bairro, em 1981, e, ao lado de meu pai, percorria as ruas da região, que até inspirou um dos capítulos do livro intitulado "Pelas ruas do bairro". À medida que o tempo passou, comecei a frequentar as escolas públicas locais e a ouvir relatos sobre a existência de uma imensa fábrica têxtil na rua Pacheco Leão. Mais tarde, estreitei laços familiares com um descendente de uma família italiana que havia se estabelecido no bairro no final do século XIX.

Figura 1: Rua Jardim Botânico, 1885, Marc Ferrez.
Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.

Foi através dessa conexão que, posteriormente, descobri uma interessante pesquisa realizada pelos estudiosos Cleia Schiavo e pelo saudoso amigo Aniello Avella, que revelaram a rica presença da comunidade italiana no bairro, bem como a presença de outros estrangeiros. muitos deles ligados às fábricas ou ao atual instituto Jardim Botânico. Dessa forma, o propósito central da minha pesquisa consistia em evidenciar a presença de um passado de natureza proletária, intrinsecamente ligado às antigas fábricas, que havia sido obscurecido pelas narrativas que costumeiramente glorificavam e continuam a enaltecer o passado aristocrático e/ou a aura glamorosa do bairro ligado às produções televisivas e novelas.

O recorte temporal adotado na pesquisa, que resultou no livro e no presente artigo, abordou o período 1884 e 1964. A primeira data contempla a criação da Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, criada em 2 de maio de 1884 como uma firma comandita pela Bandeira Steele & Cia, que se converteu em uma sociedade anônima em 1886, quando suas ações passaram a ser compradas e vendidas no mercado de bolsa de valores. De acordo com Maria Bárbara Levy, a fábrica Carioca era uma fábrica de tecidos organizadas por comerciantes ligados à importação e ao comércio atacadista de tecidos, vinculados ao capital inglês, que investiu também em outras indústrias do ramo (LEVY, 1994, p. 03).

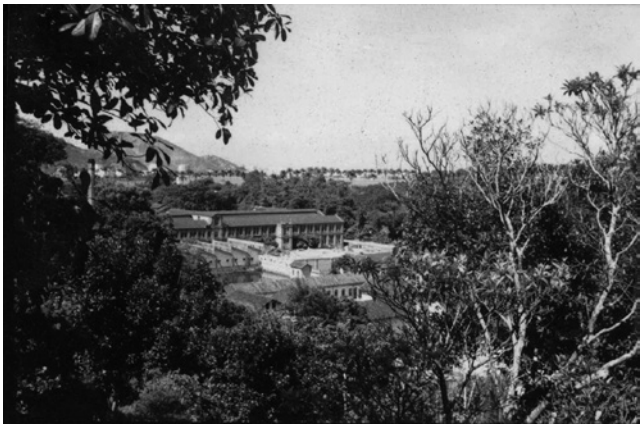


Figura 2: Fábrica de tecidos, Jardim Botânico, Ponte de Tábuas.
Fonte: Acervo digital da Biblioteca do IBGE, fotógrafo Tomas Somlo, ID 17115.

Em relação à segunda data mencionada, ela está relacionada ao momento no qual a Companhia América Fabril adquiriu a Carioca, em 1920, sendo esta última desativada em 1962. Nesse período, muitos operários foram realocados para a fábrica Cruzeiro, localizada na Tijuca, que até então era considerada a maior fábrica do grupo. Em 1968, entretanto, a fábrica Cruzeiro foi encerrada e seu patrimônio foi dividido entre seus credores, que incluíam o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Habitação e a Caixa Econômica Federal. Aliás, a década de 1960 correspondeu a uma fase de dificuldades e de crise para indústria. Além disso, os maquinários de muitas das unidades da Companhia encontravam-se já obsoletos, e os terrenos, onde estavam instaladas, valiam muito mais do que as fábricas, a exemplo dos terrenos da fábrica no Jardim Botânico.

A INDUSTRIA NO BRAZIL

O EDIFICIO E ALGUNS OPERARIOS DA FABRICA DA COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM CARIOCA: — Este importante estabelecimento está situado na rua D. Castorina Pires, ao lado do nosso jardim botanico. Fundado em 1887 possue actualmente mil teares e occupa 1700 operarios de ambos os sexos. Produz tecidos de algodão de todas as qualidades cru e de côres, lisos e trançados, e meetins. A directoria da companhia compõe-se dos Srs. Frederico Burrowdes, Geo Casey e Henry F. Tyler. Mestre geral, o Sr. John F. Taylor.

Figura 3 Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca.
O Malho, ed. 231, ano VI, 16/02/1907, p. 27.
Fonte: Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional.

Durante a década de 1960, quando a América Fabril, finalmente, vendeu seu terreno, a área foi subdividida para dar espaço à construção de casas e edifícios. Além disso, atraiu uma rede de televisão, o que viria a alterar significativamente a dinâmica do bairro nos anos subsequentes. No entanto, a vila operária conseguiu preservar sua existência, mesmo após um longo litígio judicial, e foi finalmente tombada, em 1986, por meio de um decreto municipal. No entanto, atualmente, a vila operária tem passado por um processo de descaracterização em relação à sua função original como local de habitação para operários. Na área, é possível encontrar diversos restaurantes, bares, escritórios e até mesmo uma galeria de arte, indicando uma transformação de sua utilização e finalidade, o que denota, por um outro lado, um processo de gentrificação do bairro.

Dessa maneira, é possível constatar que as transformações ocorridas refletem a evolução histórica não apenas do bairro em foco, mas também do próprio Rio de Janeiro e do Brasil como um todo. Iniciando sua existência como um espaço rural, o bairro passou por uma transformação significativa, tornando-se um polo fabril e operário em um determinado momento de sua trajetória. Posteriormente, ele se distinguiu ao ser reconhecido ao longo de uma extensa época como o "bairro dos artistas", caracterizando-se por abrigar a comunidade de artistas da emissora de televisão.

A história do bairro, entretanto, transcende essas fases conhecidas. Ela ainda abriga inúmeras narrativas ocultas, aguardando para serem reveladas e acrescentadas à complexa tapeçaria da história local e nacional. Por meio da análise da transformação do bairro, podemos vislumbrar a história em constante mutação do Rio de Janeiro e do Brasil, evidenciando as múltiplas camadas de experiências, identidades e mudanças sociais que se entrelaçam na construção da história coletiva.

O estabelecimento de fábricas têxteis, como a Companhia Carioca, na chácara do Algodão, e a Fábrica de Tecidos Corcovado, em 1889, instalada na área de uma chácara perto do Rio Cabeça e do Parque Lage na rua Jardim Botânico, no sopé do Corcovado, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas deveu-se à abundância de água e de transportes, que facilitou o surgimento de fábricas têxteis na Freguesia da Gávea, assim como ocorreu na Tijuca e em Laranjeiras.

O MALHO

UM GRUPO DE OPERARIOS DA FABRICA DE FIAÇÃO E TECELAGEM CARIOCA, NA HORA DA SAHIDA

Já nos referimos, ha dias, a este importante estabelecimento fabril, de 1000 teares, que tanto trabalho proporciona a grande parte da população do bairro do Jardim Botânico.

O que resalta neste quadro é a quantidade de meninos, desses pequenos e tão uteis operarios. E a julgar pelo aspecto que apresentam, parece que vivem satisfeitissimos.

Figura 4: Um grupo de operários da fábrica de fiação e tecelagem Carioca na hora da saída.
Fonte: *O Malho*, ed. 235, ano VI, 16/03/1907, p. 34,
disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O estabelecimento dessas empresas modificou a paisagem urbana, atraindo uma massa de trabalhadores, migrantes e imigrantes, que passou a habitar nas vilas operárias, e outras habitações populares como estalagens, avenidas e cortiços e, posteriormente, nas favelas próximas localizadas na Lagoa Rodrigo de Freitas, contribuindo para aumentar o contingente populacional. Um grande número espalhava-se no seu entorno, a exemplo da Favela da Catacumba, a de Macedo Sobrinho (Morro da Saudade), da Ilha do Guarda (atualmente Parque das Taboas), da Ilha das Dragas (ao lado dos Caiçaras), além da Cidade Maravilhosa, da Praia do Pinto, do Largo da Memória, que formavam um complexo próximo ao Clube de Regatas do Flamengo.

A região da Gávea, especialmente o atual bairro do Jardim Botânico, objeto desse artigo, foi palco de grandes transformações no movimento operário. Por intermédio da pesquisa na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional foi possível observar a atuação política dos operários por meio das greves, dos comícios, dos *meetings* e das reuniões políticas que eram noticiadas em diversos periódicos. As reivindicações estavam principalmente voltadas para a luta contra as injustiças e a busca por melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, que chegou a reunir, em suas manifestações na rua Lopes Quintas, centenas de operários têxteis brasileiros, muitos nacionais e imigrantes.

Figura 5: Atual Vila Operária Arthur Sauer. Rua Pacheco Leão, Horto, 2023.
Fonte: Acervo Particular.

Sobre as fontes documentais essenciais utilizadas na pesquisa, identificamos que a Fundação Biblioteca Nacional oferece acesso à sua vasta Hemeroteca Digital, que abrange uma ampla variedade de periódicos, jornais e revistas. Essa rica coleção revela-se como uma fonte inestimável para a exploração da História do Brasil. É importante destacar que os recursos tecnológicos contemporâneos disponíveis em bibliotecas e arquivos desempenham um papel significativo no avanço da pesquisa histórica. Ademais, a disponibilização de recursos digitais, como obras e documentos raros, também desempenha um papel crucial na preservação do patrimônio histórico. A divulgação desses materiais em plataformas digitais não somente amplia o acesso à informação, mas também contribui para a salvaguarda e a conservação desses elementos valiosos do passado.

No processo de pesquisa, foi realizado um levantamento de jornais, almanaques e de revistas ilustradas que pudessem elucidar esse passado proletário, tais como: *A Lanterna; A Manhã; A notícia; A União, Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro (1845); Beira-mar; Correio da Manhã; Diário Carioca; Diário do Commercio; Diário de Minas; Diário de Notícias; Diário Oficial; Fon-Fon; Gazeta de Notícias; Jornal do Brasil; Jornal do Commercio; O Cearense; O Combate; O Globo; O Malho; O Século; Rodriguésia – Revista do Instituto de Biolo-*

gia Vegetal; Tribuna Popular; Imprensa Popular; Última Hora; Vida Doméstica; Voz Operária; Cine-Repórter.

Dessa maneira, imergi na construção de uma narrativa que pudesse explorar a memória proletária do bairro. Fundamentei essa empreitada nos noticiários de jornais, assim como em fontes documentais que tratavam das fábricas e das moradias operárias, encontradas no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. No Arquivo Público Mineiro, deparei-me com registros que lançavam luz sobre as origens italianas da Família Carris. O Instituto Pereira Passos ofereceu uma gama de documentos relacionados ao tombamento da vila operária na Chácara do Algodão. Além disso, adicionei fontes provenientes do Acervo da Família Carris.

Reitero que, com o estabelecimento das fábricas, indivíduos de outras nacionalidades aportaram e fincaram raízes, como os italianos da "rua Baixa Itália" na vila operária; personagens negligenciados e esquecidos da história, como o jardineiro ítalo-brasileiro Basílio Carris e a sua família Carria, que migraram, em 1897, do interior de uma cidadezinha medieval na região da Toscana e se estabeleceram na região do Horto Florestal. No local, Basílio Carris casou-se com Maria Lopes, operária da fábrica Carioca e criou uma extensa família, aliás, seus descendentes ainda habitam a região onde se situa a Comunidade do Horto Florestal.

Para conferir profundidade, também coletei depoimentos de antigos moradores do bairro. Todo esse arcabouço foi enriquecido por meio de uma abrangente pesquisa bibliográfica, que proporcionou um contexto histórico mais amplo e uma compreensão mais completa das transformações vivenciadas pelo bairro ao longo do recorte temporal pretendido. A história oral desempenha um papel de extrema importância no cenário da compreensão e preservação da memória coletiva, assim como nas vivências individuais, e serviu para trazer à luz algumas histórias que foram esquecidas, negligenciadas ou suprimidas. Definida como uma "arte da escuta", segundo Alessandro Portelli, a memória é seletiva, esbarra, portanto, em filtros, sendo sempre ressignificada. Por outro lado, Maurício Abreu acrescenta que "a memória de um lugar, a memória de uma cidade, é, portanto, uma memória coletiva" (ABREU, 1998 p. 10). Ao analisar a dualidade entre a memória individual e memória coletiva, o geógrafo compreende que a cidade é um lugar de memória. No seu entendimento:

> É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente,

> e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade (ABREU, 1998, p. 11).

Como ilustração, dentre as várias entrevistas conduzidas, transcritas e empregadas no livro, destacam-se três em particular. A primeira delas envolveu Davi Pinheiro, um talentoso artista residente na localidade. A história de sua família remonta ao início do século XX, quando seus componentes se estabeleceram em uma das vilas situadas na rua Lopes Quintas. Durante sua entrevista, o artista discutiu de maneira aprofundada os elementos notáveis do associativismo entre os trabalhadores, com especial enfoque aos blocos que surgiram nas ruas e no influente Clube Musical Recreativo Carioca da região.

A segunda entrevista teve como protagonista Roberto Santos, que compartilhou suas vivências como antigo operário da fábrica e morador da vila operária. Suas contribuições foram especialmente relevantes para compreender o encerramento das atividades na fábrica. Roberto e seus colegas de trabalho costumavam realizar jornadas até a fábrica Cruzeiro, utilizando um ônibus fretado exclusivamente para esse fim. Além disso, suas observações enriqueceram a compreensão da evolução da ocupação urbana, culminando na formação do Alto Jardim Botânico.

Por fim, a terceira entrevista foi conduzida com Vanda Carris, que delineou a trajetória de sua família, com ênfase especial em seu pai, Basílio Carris. Basílio ingressou no Serviço Florestal do Horto Florestal Jardim Botânico aos onze anos de idade, participando de um programa de aprendizado em jardinagem. Ele permaneceu dedicado a esse trabalho até 1958, deixando, assim, um legado significativo para a Comunidade do Horto.

Figura 6: Basílio Carris em viagem.
Fonte: Acervo Particular da Família Carris, s.d.

É importante, contudo, ainda tecer uma consideração sobre o apagamento de determinadas figuras da história do bairro, a exemplo do compositor Harol-

do Lobo, recuperada no depoimento do pesquisador Carlos Monte sobre suas recentes investigações. Em que pese o bairro ter ganho a fama de reunir muitos artistas, a sua trajetória foi menos lembrada, assim como outras figuras consideradas "heroicas" no bairro. Bem que ele merecia um monumento em sua homenagem. Nascido em 1910, no seio de uma família de músicos, ele realizou seus primeiros estudos musicais no clube recreativo operário da fábrica Carioca, e teve a sua primeira composição consagrada com o samba "Juro", escrita com o seu parceiro de várias músicas, Milton de Oliveira, sendo premiada, pelo Distrito Federal, no carnaval de 1937.

Como outros membros de sua família, aliás, ele foi operário da fábrica Carioca, antes de ingressar na carreira pública como oficial de vigilância, lotado na Polícia Executiva. Além disso, envolveu-se com o carnaval do bairro. Em 1939, o músico fundou o Bloco do Bicharada, em 1939, escrevendo marchinhas com temáticas de animais que se tornariam grandes sucessos, sendo essas lembranças carinhosamente preservadas nas memórias de Vanda Carris, que participou do bloco quando era muito jovem. Uma dessas composições foi "O Passo do Canguru", lançada em 1940, que veio a ser cantada por Carmen Miranda dois anos depois, nos Estados Unidos, com o nome de *Brazilian Willy*.

De acordo com a geógrafa Maria Therezinha de Segadas Soares, coabitavam na região a "classe operária", a "classe média" e a "classe rica" em determinados locais. Lembrando que o texto em questão foi publicado na década de 1960, quando a fábrica foi desativada, é possível observar que sua análise nos fornece pistas para compreender a desigualdade da ocupação socioespacial da época e suas consequências, como a segregação de determinados grupos naquela área. Soares constatou a predominância de trabalhadores residindo na rua Jardim Botânico (entre a rua Pacheco Leão e a rua Faro), ao longo da rua Pacheco Leão e da Estrada Dona Castorina, bem como na primeira metade da rua Marquês de São de Vicente e nas transversais que circundavam essa rua. Por sua vez, a chamada classe média habitaria entre a rua Jardim Botânico e a Lagoa Rodrigo de Freitas, e, por último, a classe alta ocuparia os trechos mais altos do bairro. Algo que é interessante observar, pois atualmente temos o chamado Alto Jardim Botânico e uma associação específica (BERNARDES; SOARES, 1990, p. 111-113). Nas palavras da autora:

> (...) a Gávea é um bairro de função predominante residencial, de conteúdo social profundamente heterogêneo, com uma certa concentração de classe em terminados sítios. Na paisagem urbana do bairro persistem lado a lado, como testemunhos das diferentes fases de sua evolução, belas chácaras, instalações industriais, casas e vilas modestas, bangalôs de classe média, belíssimas residências em grandes terrenos, e finalmente, apartamento, cujo número começa a aumentar, demonstrando uma crescente procura do bairro para residên-

> cia, fenômeno esse correlacionado com a enorme atração exercida pela Zona Sul da cidade (BERNARDES; SOARES, 1990, p. 113).

Em relação à Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, vale ainda uma nota: a partir de 1935, ela começou a ser desmontada e seu terreno foi loteado para a construção de casas do Jardim Corcovado. A firma era proprietária de uma fábrica homônima e da fábrica Botafogo na rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Para lá foi transferido o maquinário, bem como passou a ser projetada sua ampliação em um novo terreno destinado à construção de novos prédios, conforme consta no Relatório dos acionistas publicado no periódico *Diário de Notícias* (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, ed. 2535, 24/03/1935, p. 15). A memória da existência da Corcovado no Jardim Botânico, também, foi ofuscada, e o imenso terreno da fábrica deu lugar ao processo urbanístico de verticalização, com a construção de diversos prédios e edifícios.

Figura 7: Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas, com a Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado ao fundo, Marc Ferrez, 1900. Fonte: Instituto Moreira Salles.

A história do bairro do Jardim Botânico é uma história rica e plural, repleta de narrativas e de acontecimentos, que ainda podem e devem ser descortinados e revelados, e que têm se apresentado para mim em novas pesquisas sobre a Comunidade do Horto e sobre Arthur Sauer, que também foi morador da rua Jardim Botânico número 02 e foi destacado no *Almanak Laemmert*, mas cuja história também está associada à história das habitações populares, pois foi o fundador da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, que construiu vilas

operárias no Rio de Janeiro. Com capital estrangeiro, a sua empresa construiu a Vila Rui Barbosa, no Centro; a Vila Maxwell e a Vila Senador Soares, em Vila Isabel, a Vila Sampaio, em Sampaio, e a Vila Arthur Sauer, no Jardim Botânico. Relembrando aqui o historiador francês Marc Bloch: "(...) a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre ele" (BLOCH, 2001, p. 79). De uma maneira geral, alguns acontecimentos sobre o bairro proletário cederam lugar ao esquecimento e ao silêncio, enquanto muitas novas histórias aguardam para serem desvendadas.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de. *A Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

___. Sobre a memória das cidades. *Revista Território*, ano III, n. 4, jan./jun. 1998. Disponível em: https://mauricioabreu.com.br/files/artigos/ Sobre%20a%20memoria%20 das%20cidades.pdf Acesso em: 10 set. 2023.

BERNARDES, Lysia Maria C.; SOARES, Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura; Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1990.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Histórias do Jardim Botânico: um recanto proletário na zona sul carioca (1884-1962)*. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michael de Certeau. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 27, jul./dez. 2013.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EL-KAREH, Almir Chaiban. "Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX". In: OLIVEIRA, Márcio Pinõn; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (Orgs.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina, EDUFF, 2010.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de uma história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

NORA, Pierre. *Ensaios de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p.13-49, abr. 1997.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; OAKIM, Juliana. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. v. 28 n. 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, jan./jun. 2015. p. 41.

WEID, Elisabeth Von der. BASTOS, Ana Maria Rodrigues. *O Fio da Meada: Estratégia de expansão de uma indústria têxtil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Deus abençoe esta bagunça: imigrantes italianos na cidade do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora Comunità, 2009.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Fontes

"Companhia de Fiação", *Diário de Notícias,* ed. 2535, 24/03/1935, p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/22440 Acesso em: 10 mai. 2023.

FERREZ, Marc. *Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas, com a Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado ao fundo*, 1900, Instituto Moreira Salles. Disponível em: https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/75734 Acesso em: 10 mai. 2023.

FERREZ, Marc. *Rua Jardim Botânico, 1885,* Instituto Moreira Salles. Disponível em: https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/66463 Acesso em: 10 mai. 2023.

"Um grupo de operários da Fábrica de Fiação e Tecelagem Carioca na hora da saída", O Malho, ed. 235, ano VI, 16/03/1907, p. 34. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/116300/8976 Acesso em: 10 mai. 2023.

SOMLO, Tomas. *Fábrica de tecidos: Jardim Botânico: ponte de Tábuas (RJ)*, 1958, IBGE, Acervo dos trabalhos geográficos de campo. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=417115 Acesso em: 10 mai. 2023.

Recebido em 14/09/2023
Aprovado em 15/10/2023

TEMAS GERAIS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 30 • Número 30 • 2023

UMBERTO PEREGRINO

Neusa Fernandes[1]

Resumo

O presente artigo trata de forma resumida a trajetória intelectual de Umberto Peregrino, militar, historiador, professor exemplar de História, consagrado intelectual, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), apaixonado pela literatura de cordel, que manteve viva na Casa de Cultura São Saruê, origem da atual Academia Brasileira de Literatura de Cordel..

Palavras-chave: Umberto Peregrino; Casa de Cultura São Saruê; Literatura de Cordel.

Abstract

This paper concerns the figure of Umberto Peregrino, military, historian, exemplary History professor, consecrated intellectual, member of Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), passionate for the literature of cordel, which he kept alive in the House of Culture São Saruê, origin of the current Brazilian Academy of Literatura of Cordel.

Keywords: Umberto Peregrino; Casa de Cultura São Saruê; Literature of Cordel.

Umberto Peregrino.

Militar, escritor, professor, historiador, Umberto Peregrino nasceu na rua Santo Antônio, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, em 1911, e faleceu no Rio de Janeiro, em 2003. Filho de José Peregrino da Rocha Fagundes e Cornélia Seabra Fagundes, estudou as primeiras letras na sua cidade natal: o primeiro grau no Colégio Diocesano Santo Antônio e o ensino secundário no Ateneu Riograndense. Em 1929, ingressou na Escola Militar de Realengo. Fez pós-gra-

1 Pós-doutora em História. Sócia e vice-presidente do IHGRJ.

duação na Escola de Moto-mecanização do Exército, onde, mais tarde, foi instrutor. Atualizou-se em Problemas Brasileiros, no Fórum de Ciência e Cultura, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desde tenente, dedicou-se à produção cultural literária militar no Exército. Destacou-se como ajudante-de-ordem do marechal José Pessoa, que foi comandante da Escola Militar do Realengo, e do marechal Eurico Gaspar Dutra, depois presidente da República. Foi diretor geral do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado, pelo Decreto Lei nº 247, de 5 de agosto de 1940, no momento em que o mundo sofria o desabastecimento de gêneros alimentícios, em consequência da Segunda Guerra Mundial. Tratava-se de um projeto sério, com o objetivo de pesquisar alimento, para o qual trabalhavam médicos, nutricionistas, nutrólogos e químicos. O SAPS era uma continuação aprimorada do primeiro restaurante especializado para alimentação de operários, criado em 1935, que funcionou na rua Pereira Porto, 148, coroando a relação da classe trabalhadora com o governo de Getúlio Vargas.

Localizado em prédio próprio, na Praça da Bandeira, o SAPS funcionou ininterruptamente durante 27 anos. Inicialmente era dirigido por um conselho. Entretanto, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)[2] não concordou com a existência desse conselho e criou três cargos de diretores: exercido pelo doutor Helio Póvoa, pelo doutor Josué de Castro, liderados pelo diretor geral, posto ocupado pelo, então, major Umberto Peregrino. Nessa ocasião, o *Diário de Notícias* publicou:

> Será realizada, hoje, a inauguração do restaurante popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social na Praça da Bandeira, com um almoço que a senhora Darcy Vargas oferece às famílias dos trabalhadores e no qual tomarão parte o presidente da República. Ministros de Estado outras autoridades. (Diário de Notícias, 5 de agosto de 1940, p.3)

Na direção do SAPS, Umberto Peregrino incentivou a criação de um boletim quinzenal, que funcionou como um canal de ligação entre a direção e os frequentadores, sempre atendidos pelo diretor. No boletim, havia ainda uma coluna, escrita por ele, e a Página do Trabalhador. Sua gestão privilegiava alcançar quatro metas: a assistência alimentar, educação, pesquisa científica e formação de técnicos especializados.

Definia o SAPS como uma "iniciativa governamental de proporcionar alimentação especificamente planejada a operários" (PEREGRINO, 1950, p.7). Pontos altos de sua liderança no SAPS foram: a criação de cursos, como Orientação

2 O DASP foi um órgão federal, criado pelo Decreto lei nº 379, de 30 de julho de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, com a incumbência de fornecer elementos para a melhoria do serviço público, dar assessoria técnica ao presidente da República e elaborar a proposta orçamentária.

Nutricional e Educação Alimentar, além da escola de visitadores da alimentação, que preparavam nordestinas para a educação alimentar, sempre visando promover a melhoria da condição de vida do trabalhador. O SAPS, como projeto bem concebido de políticas públicas de alimentação se perdeu com o golpe civil militar de 1964.

Umberto Peregrino exerceu também o magistério: professor de História do Brasil, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, e na antiga Escola de Nutrição[3], oriunda do SAPS, desde 1940.

No segundo semestre de 1959, Umberto Peregrino iniciou- se como professor do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional[4], substituindo Gustavo Barroso que adoeceu e faleceu em dezembro deste ano. Provavelmente sua indicação partiu do próprio Barroso, colega na Academia Brasileira de Letras do irmão de Umberto Peregrino, o acadêmico Peregrino Júnior. Em um primeiro momento, 1959-68, ele ofereceu disciplinas das Matrizes Curriculares de 1944 e de 1968. Num segundo momento, 1970, ele foi convidado, no contexto das Reformas Curriculares Experimentais, acionadas na gestão do Comandante Leo, da Fonseca e Silva, (1967-1970) que marcaram o Curso na primeira metade da década. A principal proposta deste processo de reformulação era atualizar o Curso de Museus em relação aos avanços ocorridos no campo da Museologia. Após muitos embates e discussões, a matriz curricular consolidou-se na reforma de 1975, quatro anos após a saída do diretor Comandante. Cabe assinalar que na gestão do diretor Leo da Fonseca e Silva foi efêmera a atuação do professor Umberto Peregrino, tendo ele oferecido disciplinas que não tiveram continuidade e exercido a direção do Departamento de História.

As disciplinas ministradas pelo professor Umberto Peregrino no Curso de Museus do MHN, atual Escola de Museologia da UINRIO, foram:

- Matrizes Curriculares - 1944-1966: História do Brasil Colonial, de 1959 a 1966 (disciplina entregue por ele à professora Neusa Fernandes, bem como a direção do Departamento de História); História do Brasil Independente, de 1959 a 1968 (disciplina entregue por ele à professora

3 Em 1969, a Escola de Nutrição integrou-se à Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara e a partir de 1979, passou a integrar a Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), fazendo parte de seu Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS).

4 O atual curso de Museologia da UNIRIO teve origem na criação do Museu Histórico Nacional, por meio do Decreto 15.596 de 2 de agosto de 1922. O decreto previa a criação de um Curso Técnico que atendesse ao Museu Histórico Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional. Dez anos depois, instituído pelo decreto nº 21.179, de 7 de março de 1932, nasceu o Curso de Museus, inspirado na *École du Louvre*, fundada em 1892, onde se criou o Curso de Museografia, em 1927. O Curso de Museus brasileiro, um dos primeiros do mundo, começou a funcionar imediatamente, em maio do mesmo ano, no MHN. Em 14 de julho de 1934, o Decreto nº 24.735 aprovou novo regulamento para o MHN e, nos artigos 55 e 56, do capítulo 5, enquadrou o Curso de Museus no ensino superior.

Solange de Sampaio Godoy); História Militar e Naval do Brasil – 1959 a 1966.

- Matriz Curricular Experimental – 1970: História Luso-Brasileira; Ciências Auxiliares da História – Noções Gerais; História da Comunicação; Introdução à Ciência Histórica e à Sociologia.

Durante seis anos, de 1954 a 1960, Umberto Peregrino dirigiu ainda a Biblioteca do Exército, no Rio de Janeiro, com a disposição sempre de publicar obras de preferência de autoria dos oficiais e manter uma biblioteca de apoio aos militares do Exército. Estimulou uma geração de escritores militares, através de encomendas de obras e de revisões. Como incentivo, criou os prêmios Tasso Fragoso, Pandiá Calógeras e Franklin Dória, sempre muito concorridos. Durante sua gestão, convidou o historiador Nelson Werneck Sodré para organizar uma antologia de episódios militares brasileiros. Nessa mesma ocasião dirigiu o Instituto Nacional do Livro e dele foi demitido por ter divulgado um artigo de Nelson Werneck Sodré em defesa do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) [5], na revista da instituição.

Umberto Peregrino ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1967, tornou-se sócio benemérito em 1989, integrou a Comissão de Estudos Históricos, foi vice-presidente da casa e deu nome à cadeira 47 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), fundada em 1996.

Atuou também no jornalismo, exercendo a função de redator da Seção Militar do jornal *A Manhã* e do Suplemento das Forças Armadas Foi colaborador efetivo dos seguintes periódicos *Revista da Semana, Revista Militar, Careta* e dos jornais *A Noite* e *Jornal do Brasil*.

Intelectual consagrado, Umberto Peregrino foi membro efetivo do Conselho de Teatro do Departamento de Cultura da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro e membro do Conselho Estadual de Cultura.

Em 30 de janeiro de 1970, o general potiguar apaixonado pela cultura popular, fundou com seus próprios recursos, a Casa de Cultura São Saruê, com razão social Sociedade Educativa e Cultural Umberto Peregrino. A Casa, situada na rua Leopoldo Froes nº 37, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, se tornou um atuante centro de promoção da literatura de cordel. Ocupava um

5 O ISEB- foi um centro de estudos criado 4elo Decreto n. 37.608, de 14 de julho 1955, no governo Café Filho, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Foi inspirado em um projeto do professor Alberto Torres, do início do século, na época dos grandes diagnósticos do Brasil, e esboçado pelo Grupo Itatiaia, que reunia intelectuais do estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, defensores de um nacionalismo menos radical que o nele defendido. Apesar das diferentes convicções filosóficas, pode-se detectar que o nacionalismo e o desenvolvimentismo estavam no centro das metas isebianas. Esses pensadores acreditavam que poderiam formular um projeto ideológico comum para o país.

amplo prédio de dois andares, doado pelo próprio fundador, em 1990. Possuía uma parte reservada à pousada, para universitários e cordelistas nordestinos que visitavam o Rio de Janeiro, sempre cordialmente recebidos pelo fundador Umberto Peregrino e por d. Iris Pereira Bizarro Peregrino Seabra Fagundes, a responsável por tudo.

A entrada da Casa era um caminho verde acolhedor. À frente, resguardando o portão, uma árvore de pau-brasil. Sobre ela, escreveu o cordelista Santa Helena[6].

> aquela árvore é um símbolo cívico de nossa Pátria Aquele homem um símbolo cultural e moral do nosso País tão vilipendiado pelas elites insaciáveis sugando e soprando o sangue sacrossanto do meu povo que não se cansa de esperar e (até quando?)

A origem do nome da Casa foi explicada pelo poeta Manoel Camilo dos Santos, em 32 estrofes e 242 versos, assim iniciando:

> Eu que desde pequenino
> Sempre ouvia falar
> Nesse tal "São Saruê"
> Destinei-me a viajar
> Com ordem do pensamento
> Fui conhecer o lugar.

6 Raimundo Luiz do Nascimento nasceu em 6 de abril de 1926 em Santa Helena, município cearense fundado por seu pai, que morreu, em 1927, combatendo o bando de Lampião. Saiu de casa aos 11 anos, disposto a vingar a morte do pai. Em Fortaleza, no Ceará, trabalhou como trocador de ônibus, garçom, vendedor de bala e engraxate. Em 1943, ingressou na escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Participou da Segunda Guerra Mundial, sendo por duas vezes condecorado pelo presidente da República. Em 1945, publicou seu primeiro cordel, *Fim da guerra*. Em 1983, recebeu juntamente com Gilberto Freyre, Augusto Ruschi e Jorge Amado o Prêmio Porto de São Mateus de Resistência Cultural. Tem cerca de 300 títulos em circulação. Foi criador da Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

O escritor Orígenes Lessa: também explicou a origem do nome da Casa.

O nome São Saruê
Porque foi ele que deu
A sua belíssima casa
Disse que foi porque leu
Um folheto de renome
Que tinha este mesmo nome
E cujo folheto é meu.

O folheto foi traduzido para o francês e publicado pela professora Idelette Muzart Fonseca dos Santos (Santos, 1979, p. 224 / 231).

> Mais adiante uma cidade
> Como nunca vi igual
> Toda coberta de ouro
> E forrada de cristal
> Ali não existe pobre
> È tudo rico em geral.

A Casa de Cultura São Saruê se tornou um movimentado centro de cultura popular. No desenvolvimento de seus trabalhos, realizou convênios com o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, com o Museu de Arte Moderna, com universidades e com a Aliança Francesa do Rio de Janeiro. Realizou cursos de Comunicação e de Administração e promoveu encontros e desafios com repentistas. Muito concorrido foi o evento promovido pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, realizado na Casa, lotada de repentistas famosos e convidados, sempre muito bem recebidos pelos responsáveis que serviam extraordinários mungunzás, canjicas e bolos. Das festas, Umberto Peregrino participava ativamente oferecendo instigantes motes[7] aos repentistas.

Em 1988, Umberto Peregrino fez doação da Casa para ser a sede da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, que, na ocasião, possuía um acervo de mais de 7.000 folhetos. Inaugurada em 7 de setembro de 1988, a Academia materializava o sonho de três cordelistas: Gonçalo Ferreira da Silva, Apolônio Alves dos Santos e Hélio Dutra, que se tornaram diretores da Academia. Nos primeiros tempos, seus membros se reuniam em uma sala cedida, posteriormente em bares, restaurantes e lanchonetes. Em 1990, a Academia passou a ter sede própria, no prédio da Casa de Cultura São Saruê, em Santa Tereza, já abrigando um acervo de cerca de 13 mil folhetos e 1.300 livros sobre temas de cultura popular, nordestina, sertaneja e literatura de cordel, reunido ao longo dos anos pelos seus idealizadores Umberto Peregrino, Isis Seabra Fagundes, contando ainda com doações de muitos poetas repentistas. Regida por um estatuto e regimento interno, a nova instituição se responsabilizou pelo trabalho de valorização da memória da literatura de cordel. Aberta diariamente ao público, de 8h às 18h, é presidida pelo poeta, contista e cordelista Gonçalo Ferreira da Silva.

7 Mote: uma frase de dois versos oferecida por um assistente da apresentação a um dos cantadores do desafio, indicando o assunto a ser versejado.

Em 2012, a Academia foi reconhecida, pela Superintendência de Museus da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro para "modernização e preservação de Museus e Centros de Memória". Da ABLC participaram muitos poetas e os mais famosos cordelistas: Pedro Bandeira, Expedito Sebastião da Silva, Santa Helena, Pedro Dourado Sávio Pinheiro e o poeta Camilo. Os sócios são convocados oficialmente a comparecer às sessões regulares que a mantém viva a Academia, atuante e sempre muito concorrida.

A presidente da ABLC, em 2023, é a médica oncologista e cordelista Paola Torres[8], pernambucana, radicada no Ceará, professora de Medicina da Universidade de Fortaleza e da Universidade Federal do Ceará. Paola é a primeira mulher a ocupar o posto de presidente da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, em 32 anos de história da instituição. Autora de 15 cordéis e de três livros publicados, destacando-se as obras *Leucemia sem segredo – uma cartilha em cordel e Andei por aí – narrativas de uma médica em busca da medicina,* sua tese de doutorado. Assumiu, em 2021, a cadeira, cujo patrono era o poeta Manoel Monteiro, sendo antecedida pelo músico e cordelista Moraes Moreira.

Umberto Peregrino recebeu os prêmios: Paula Brito, em 1959; Estácio de Sá, conferido pelo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, em 1969; a Medalha Machado de Assis, prêmio da Academia Brasileira de Letras, em 1991. Publicou diversos trabalhos, destacando-se os estudos sobre Euclides da Cunha, "cuja obra analisara sob a ótica da história militar e dos desafios de comunicação" (MIRANDA, 2003, p. 287)), da literatura de cordel, da história militar, da história do Brasil, biografias, além de livros infantis, ensaios, poesias e inúmeros romances.

Umberto Peregrino autografando seus livros.

Após o falecimento do idealizador Umberto Peregrino, a coleção particular de obras de arte e tradição popular que ficava exposta na Casa de Cultura São Saruê foi doada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), encontrando-se hoje no Museu do IHGB.

8 Paola descobriu o cordel ainda criança, quando encontrou folhetos pertencentes à sua bisavó, uma portuguesa que vivia em Caruaru, lugar onde esse tipo de literatura sempre foi muito farto. Junto com a mãe e a parceira Renata Arruda, criaram uma glosa que foi transformada em música gravada por Ney Matogrosso no CD "Nordeste in natura", todo de ritmos populares nordestinos.

Referências bibliográficas

CASTRO, Josué. *Alimentação: à luz da Geografia Humana*. Porto Alegre: Globo, 1937.

____. *O Problema fisiológico da alimentação no Brasil*. São Paulo: Companhia Nacional, 1939.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *A arte de comer bem: nutricionistas e visitadores da alimentação no SAPS*. Rio de Janeiro: São José, 1961.

FOGAGNOLI, Marcela Martins. *Almoçar bem é no SAPS: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFF, 2011.

LESSA, Orígenes. *Aventura em São Saruê*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1983.

MIRANDA, Victorino Coutinho Chermont de. Elogio histórico dos sócios falecidos In: *Revista do IHGB,* t. 164, n. 421, p. 275-285, out/dez 2003,

PEREGRINO, Umberto. *A margem do problema alimentar brasileiro. Rio de Janeiro: SAPS, 1950.*

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. La littérature populaire en vers du Nord--est brésilien. *Cause Commune: Les Imaginaires*, n. 1, p. 187-233, 1979.

Recebido em 05/07/2023
Aprovado em 10/09/2023

RACHEL SISSON
PEQUENA HOMENAGEM
AOS QUE NOS FAZEM PENSAR

Margareth da Silva Pereira[1]

Resumo

O texto é dedicado à memória da sócia Rachel Sisson falecida no ano de 2023. Trata-se de uma apresentação geral de sua trajetória pessoal e intelectual, salientando sua contribuição para o estudo do patrimônio cultural e, especialmente, para o estudo da história da cidade do Rio de Janeiro e as bases de sua compreensão sobre as relações entre história e urbanismo.

Palavras-chave: História Urbana; Patrimônio Cultural; Historiografia do Rio de Janeiro; Rachel Sisson.

Abstract

The paper is dedicated to the memory of Rachel Sisson, former member of the Rio de Janeiro Historical and Geographical Institute (IHGRJ), who passed away in 2023. It is a general presentation of her personal and intellectual trajectory, highlighting her contribution to the study of the cultural heritage, and, especially, to the study of the history of the city of Rio de Janeiro, and the bases of her understanding of the relationship between history and urbanism.

Keywords: Urban history; Cultural heritage; Historiography of Rio de Janeiro; Rachel Sisson.

Rachel nasceu no Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1828 e veio a falecer na véspera do seu aniversário de 95 anos, neste ano de 2023. Como arquiteta, urbanista e estudiosa do passado, considerou tanto a memória, quanto a inovação como quase sinônimos de atualizações desejáveis, contínuas e necessárias, buscando, ainda, articulações entre teorias, práticas e gestos que transitam entre diferentes tempos, diferentes campos disciplinares, saberes e culturas e estão, assim, em construção e reconstrução permanente.

Nesse jogo, como arquiteta, urbanista e historiadora, Raquel não se esqueceu que toda ação poética, como a arquitetura, se sabe inserida na dimensão coletiva da *polis* e, portanto, irredutivelmente, mergulhada em uma dimensão pública e cotidiana. Soube, assim, também diluir as fronteiras entre atividade profissional e acadêmica e entre passado, presente e futuro. Ou melhor, entre o quê do passado se deseja que seja levado em consideração no presente e projetado para o futuro, entre aquilo que se vive e se acumula como experiências e experimentos e o que se busca transmitir.

1 Doutora em Estudos Urbanos (EHESS, Paris-França), Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, pesquisadora nível 1A do CNPq, sócia do IHGRJ.

Rachel Esther Figner Sisson assinou**,** com esse nome completo e longo durante muito tempo em suas atividades profissionais. Salvo em um breve período quando recém-casada se escondeu, de certo modo, atrás do quase pseudônimo Rachel Wit, nas páginas da revista *Casa e Jardim*. Entende-se que gostasse de seu nome desse jeito, comprido, abrindo para as diferentes culturas que a formavam, mas igualmente pela importância de sua família para a história da cultura no Brasil.

Seus sobrenomes a ligavam, pelo lado paterno, a Sebastien Auguste Sisson, seu bisavô, nascido na França, mas que imigrara para o Brasil em meados do século XIX e tornando-se brasileiro. Pode-se dizer que o mundo do artista Sébastien A. Sisson foi aquele das imagens – desenho, litografia, caricatura – mas também de um certo compromisso entre a crítica social e a interlocução próxima com a elite do Império, destacando-se na imprensa ilustrada. Com seu álbum *Galeria dos Brasileiros Ilustres – retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na Política, nas Sciencias e nas Letras desde a guerra da Independência aos dias atuais,* publicado em 1861, Sisson contribuíra com a interpretação de aspectos da própria história do Brasil no período e, de certo modo, com a própria autorrepresentação da ideia de Império do Brasil.

Ora, em outras direções, o sobrenome Figner evocava também contribuições mais recentes, mas de não menor relevância voltadas para a cultura popular, e remetia a Frederico, seu avô pelo lado materno, imigrante tcheco que chegara ao Brasil em 1891, de início como pequeno comerciante que vendia os inventos do já famoso Thomas Edison. Rapidamente, Figner se tornará representante da Casa Edison no Brasil e começou a fazer fortuna importando e distribuindo para diversas cidades brasileiras um aparelho considerado quase mágico inventado por Edison: o *gramophone*. Em pouco mais de 10 anos, percebendo a importância do mercado fonográfico e beneficiando-se da expansão econômica e do burburinho cultural do Rio no início do século XX, Figner tornava a Casa Edison, já de sua propriedade, na mais importante gravadora da América do Sul. Em 1902, Frederico seria o responsável pela gravação da primeira música brasileira em disco, o lundu *Isto é bom,* composto por Xisto da Bahia e na voz de Baiano. Em 1917, já com o selo *Odeon***,** ele seria o produtor do registro em disco daquele que é considerado o primeiro samba carioca, *Pelo Telefone*, composto por Donga. Talvez, o sobrenome Figner lembrasse a Rachel não só a trajetória do avô pelos caminhos da valorização e difusão da cultura popular e afro-brasileira, mas também das inovações tecnológicas e do movimento constante de modernização das cidades. Frederico Figner, em sua época, soube perceber o alcance da energia elétrica e dos seus novos produtos culturais, pensados em termos da indústria de entretenimento, popularizando o disco, mas também, mais tarde, se envolvendo com o cinema.

Ora, na breve genealogia de Rachel Sisson – como acabou sendo conhecida e que baliza para nós, hoje, seu percurso profissional – é também importante ressaltar o mundo cosmopolita a que foi introduzida pela família. Nele se sobressai, primeiramente, a figura de Leontina, sua mãe. Educada de forma burguesa e liberal, falando correntemente alemão, inglês e francês, ela era firme em suas convicções e independente para sua época. Leontina foi a responsável direta pela educação de Rachel, aprimorando-lhe a formação e o gosto, conhecedora e colecionadora, que foi, inclusive da escultura religiosa barroca, fazendo com que a filha conhecesse museus e instituições artísticas desde cedo na Europa e nos Estados Unidos. Por sua vez, seu pai, Roberto Henrique Faller Sisson, foi poeta e formou-se em Direito, mas foi como oficial da marinha que, seguindo o interesse pela política dos Sisson, desde o século XIX, mostrou-se atento às questões sociais, envolvendo-se com o movimento tenentista em 1930 e, sucessivamente, com as lutas antifascistas, antinazistas e anti-imperialistas. Foi secretário da Aliança Libertadora Nacional, entidade que encabeçou o levante comunista de 1935, e suas atividades políticas acabaram por levá-lo à prisão, quando Rachel tinha apenas oito anos, contribuindo para afastá-lo do cotidiano familiar.

De todo modo, Rachel cresceria em um ambiente onde a história e a cultura passada e recente do país estavam próximas e se atualizavam de modo complexo e conflitante, pois as visões de mundo se imiscuíam, as posições se confrontavam e exigiam espírito crítico e ponderação.

Não é fácil, como se vê, definir o seu percurso em poucas páginas. Sua trajetória social e intelectual nada têm de linear além de seus interesses e suas contribuições profissionais a revelarem em múltiplos papéis como desenhista, gravurista, arquiteta, cenógrafa, estudiosa e defensora do patrimônio histórico, urbanista, ecologista, diretora de filmes documentários, autora de livros, formuladora de políticas públicas... Em mais de meio século de atividades ininterruptas, afirmou-se como uma profissional cujo currículo se abre em um vasto leque em torno da arquitetura, do urbanismo, do paisagismo, da ecologia e da preservação do patrimônio edificado e natural da cidade e do estado do Rio de Janeiro.

Sua formação profissional se inicia com uma estadia de 4 anos, entre 1946 e 1949, nos Estados Unidos, onde obteve, com menção honrosa, o diploma de *Associate in Arts da University of California, Berkeley*. Viaja para os Estados Unidos com sua mãe incentivada por seu professor, o gravurista, cenógrafo e ilustrador austríaco Axel Lescoschek de quem foi aluna ainda durante o que correspondia ao atual Ensino Médio. Lescoschek viveu, no Brasil, de 1939 a 1948, fugindo das perseguições do regime nazista e deixaria marcas não só na formação da jovem Rachel, em sua visão estética ou em seu comprometimento ético, mas

na própria história da arte e da gravura. No Brasil, foi professor na mesma época de artistas como Edith Behring, Fayga Ostrower, Ivan Serpa, Renina Katz, entre outros. De retorno dos Estados Unidos, Rachel se inscreve, em 1950, no Curso de Arquitetura da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA, desde 1979, FAU--UFRJ), onde obtém o diploma de arquiteta em 1954, já casada com o arquiteto Wit-Olaf Prochnik e mãe do primeiro filho do casal Victor, nascido em 1953. Em seguida viriam Marta, em 1955, e Mauricio, em 1957.

Seu primeiro trabalho publicado, em 1945, não foi dedicado à arquitetura, nem à história. Foi um desenho de Jorge Amado publicado na primeira página da *Tribuna Popular,* jornal vinculado ao movimento sindical e ao Partido Comunista que voltou a ter suas atividades legalizadas pelo governo naquele ano. O periódico reunia intelectuais e colaboradores de peso como Graciliano Ramos, Cândido Portinari, Carlos Scliar, Caio Prado Júnior, Álvaro Moreira, Mário Schenberg, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Artur Ramos, Lúcia Miguel Pereira, Francisco de Assis Barbosa, Álvaro Lins e o próprio Jorge Amado, entre outros.

O interesse de Rachel pelas questões espaciais, pela arquitetura, pela história e pelas cidades viria mais tarde, afirmando-se, cada qual a seu tempo, a partir de seu ingresso como aluna da FNA, no início da década de 1950. Passou a frequentar com o marido o ateliê de Burle Marx, no Leme e o sítio Santo Antônio da Bica, em Guaratiba. Wit-Olaf, que começara a trabalhar no escritório de Burle Marx no fim dos anos 1940, estava à frente de algumas das adaptações arquitetônicas do sítio, onde o paisagista passaria a residir e a formar seu monumental horto.

Entre 1954 e 1962 Rachel assina mais de 40 artigos na revista *Casa e Jardim*, que buscam divulgar a arquitetura moderna, e convive, cada vez mais, com a nebulosa de artistas, arquitetos, gravuristas, pintores e amantes da natureza que se forma em torno de Roberto Burle Marx. Com o paisagista o jovem casal realiza viagens de estudos, inclusive para Recife e João Pessoa, onde Rachel redescobre a arquitetura religiosa barroca.

A década de 1960 é de hesitações para ela quanto ao seu campo de interesse profissional, embora se afirme como arquiteta, contratada pela Superintendência de Saneamento (SURSAN) da Secretaria de Obras Públicas do Estado da Guanabara. Passa a trabalhar no Departamento de Habitação Popular, tendo uma atuação também importante no Departamento de Parques e Jardins (1962-65), continuando de certo modo a acompanhar o grupo envolvido com Burle Marx na criação do Parque do Flamengo.

Como arquiteta na SURSAN, assina seus primeiros e raros projetos de praças e ajardinamentos ou de projetos de equipamentos de pequena escala e em

1963, ganha o prêmio do Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Guanabara pelo projeto de um *playground*. Ao mesmo tempo coleciona diplomas de especialização e aperfeiçoamento em outras áreas, destacando-se os cursos de Estética com Max Bense (1962) e de Filosofia com Emmanuel Carneiro Leão (1967-68), de Sociologia Urbana com José Arthur Rios (1963) e de Planejamento Urbano (1967-68), organizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), sob auspício da Organização das Nações Unidas (ONU).

Seu desempenho na SURSAN faz com que ascenda a postos de importância, assessorando entre 1967 e 1971 a presidência de órgãos como a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB), onde se salienta com a "Pesquisa em Conjuntos Residenciais de Interesse Social no Estado da Guanabara". Também, torna-se assessora da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado da Guanabara (1968), voltando-se diretamente para uma observação ainda mais complexa das relações entre arquitetura e meio ambiente o que a leva a mudanças de escalas em seus estudos, privilegiando, agora, as áreas metropolitanas.

Pode-se dizer, no entanto, que é a partir de 1970, que paralelamente a essas atividades, Rachel passa também a demonstrar com mais clareza seu interesse pela pesquisa histórica. Aprofunda seus conhecimentos sobre os monumentos históricos e artísticos da Guanabara e sobre a arte barroca mineira (SISSON, 1971), sobre a arte portuguesa (SISSON, 1972), sobre a escultura colonial mineira (SISSON, 1973), entre outros assuntos. Entretanto, foi a partir do cinema que, de fato, iria amadurecer esse outro foco de interesse, inaugurando uma nova vertente em sua experiência profissional e envolvendo-se na produção, criação de argumento, roteirização e direção de curtas metragem.

Estreou codirigindo, com seu novo companheiro Renato Neumann, três filmes lançados em 1970 sobre temas que já lhe eram familiares: um sobre o paisagismo e a obra de Roberto Burle Marx; outro sobre a igreja de N. Sra. da Glória situada no outeiro de mesmo nome, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e, o último, sobre a festa e a igreja da Penha, situada na Zona Norte. No ano seguinte, em 1971, ainda em parceria com Neumann dirigiria dois filmes, *A paixão segundo Aleijadinho* sobre a obra do artista em Congonhas do Campo (MG) e *Poluição*, sobre os resíduos urbanos e a poluição da baia de Guanabara. Surpreende não só a diversidade dos temas tratados, mas, às vezes, o próprio vocabulário empregado nos textos, como o uso do termo "ecologia" em *Poluição*.

Em 1972, Rachel produz um curta sobre Alfredo Volpi e dirige, pela primeira vez sozinha, um documentário dedicado a Jean-Baptiste Debret. Para além dos assuntos tratados por Debret, percebe-se que o centro das suas atenções

são o desenho, a aquarela e, de certo modo, a litografia. O documentário, com música do maestro Guerra-Peixe, receberia o Troféu Humberto Mauro, prêmio máximo na categoria curta-metragem do Instituto Nacional de Cinema.

A parceria na direção com Roberto Neumann se repetiria, em 1973, no filme sobre o convento franciscano de Santo Antonio, em João Pessoa (PB), mas, naquele ano, dirige, novamente sozinha um documentário sobre a arte do ciclo do ouro em Minas Gerais. Em 1974, seria lançado o último filme inteiramente criado e dirigido por Rachel Sisson, dedicado às fazendas do café Vale do Paraíba do Sul, quando a realizadora recebeu, mais uma vez, o prêmio máximo dos curtas-metragem do cinema brasileiro, o Troféu Humberto Mauro. Sua participação no cinema ainda se completaria com a criação da cenografia do longa metragem *Fogo morto*, baseado no romance de José Lins do Rego, sob a direção de Mauro Farias, lançado em 1976. Seu processo criativo, nessa experiência, seria registrado no livro *Arquitetura, cinema, tradição: Cenografia e vida em Fogo morto* (SISSON, 1977), premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) em 1976.

Ao longo da década de 1970 é como se Rachel se movesse em duas frentes: uma em torno de suas atividades mais ligadas à administração pública e, outra, que é alimentada por suas inclinações pessoais pela pesquisa histórica e pela criação cinematográfica. Como vimos, o reconhecimento de seu trabalho no cinema veio pela conquista dos troféus Humberto Mauro. Nos dias de hoje, porém, a originalidade da criação cinematográfica de Rachel Sisson chama a atenção pelo documentário *Poluição*, contemporâneo da dedicação da arquiteta-cineasta à preservação do patrimônio natural ao integrar o grupo de trabalho, que organizará a delimitação e implantação do Parque Estadual da Pedra Branca, criado em 1973. O filme é rodado 20 anos antes da II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Eco-92, marcando seu compromisso com o campo da preservação do patrimônio a partir de uma visão antecipadora e ecológica que não separaria natureza e cultura.

Ainda que passasse, em 1976, a ser Diretora da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, do recém criado Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), do Departamento de Cultura é na década de 1980 que deixará suas mais importantes reflexões sobre os vestígios da memória e do patrimônio material da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Em seus escritos, a partir de então, sua abordagem transita entre a fenomenologia e a semiótica, como é a marca da maioria dos estudos do passado feitos por arquitetos nos anos 1960-70, o que pode parecer estranho na atualidade para os historiadores da arquitetura, uma vez que deixa em segundo plano a historicidade, os conflitos interculturais e as condições de possibilidade, elas próprias, dos seus objetos de estudo.

Rachel mostra-se, no entanto, uma leitora cuidadosa de autores que vinham se tornando de importância e que são, hoje, consideradas clássicas pelo que denotam dos estudos historiográficos até os anos 1980. Salienta-se, dentre eles a figura de Martin Heidegger, sobre o qual mantém em sua casa um grupo de estudos. O filósofo havia se voltado, ao longo dos anos 1950, para uma reflexão sobre o gesto de construir e, indiretamente, sobre o significado da arquitetura desde a famosa conferência que realizara, em 1951, para um grupo de arquitetos, engenheiros e filósofos que enfrentavam, na Alemanha, o problema da reconstrução das cidades bombardeadas com a guerra. Contudo, foi a publicação em francês dos textos "O homem habita como poeta", "A questão da técnica" e, sobretudo, "Construir, habitar, pensar", reunidos no livro *Essais et conférences* (HEIDEGGER, 1958), que, vencendo barreiras linguísticas, permitiu que passasse a ser lido nas décadas seguintes, internacionalmente, por uma geração de arquitetos.

Dentre os historiadores da arquitetura que se mostram devedores da visão fenomenológica de Heidegger, Rachel cita também Christian Norberg-Schulz em *Space, existence and architecture* (NORBERG_SCHULZ, 1971), mas leva em consideração, sobretudo, as contribuições de Kevin Lynch, cujo livro *The image of the ciy* (LYNCH, 1977), publicado originalmente em 1960, a instiga a pensar a história dos bairros do Rio de Janeiro a partir das noções de *vias, marcos, nós e limites,* propostas por ele nesse seu estudo sobre Los Angeles, Boston e Jersey. O efeito psicológico do ambiente construído estudado por Lynch seria "a semente bibliográfica mais remota" do trabalho de Rachel, como anota em um de seus textos inéditos intitulado *Espaço e história: Uma reflexão sobre o Rio de Janeiro* (SISSON, 1989). Sente-se sobretudo devedora da ideia de Lynch sobre o "core/coração" da cidade, por sua vez, diretamente inspirado do tema do 8ºCIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em 1951.

Cita também Françoise Choay, que vinha se dedicando a interrogação sobre a construção dos grandes conjuntos habitacionais na França sob uma perspectiva antropológica, sublinhando um sentido cultural ausente nos textos de Heidegger, Norberg-Schulz ou Lynch. Na verdade, Choay havia escrito dois artigos com o mesmo título: "Semiologie et urbanisme". O primeiro, datado de 1966, só foi publicado em 1972, no livro *Le sens de la ville* (CHOAY, 1972), de ampla circulação. Rachel se refere, no entanto, ao artigo publicado um ano antes na revista *Architecture d'Aujourd'hui,* que leu e cita. É curioso, por que, neste segundo artigo, Choay faz não somente uma crítica e atualização do seu próprio texto de 1966, mas comenta os aspectos tanto positivos quanto negativos ou ambíguos na forma como Lynch, a quem admira, vinha tratando a matéria. De todo modo, ambos se dedicavam a pensar as relações entre o significado não

verbal da arquitetura e as relações entre semiologia e história, título de um artigo da própria Rachel datado de 1982 (SISSON, 1982).

Memorialistas, historiadores do Rio de Janeiro e obras de vulgarização como a coleção *Tesouro da Juventude* servem-lhe de fontes para pensar uma história "operativa", o que também é um traço dos estudos da forma construída da cidade realizada por historiadores da arquitetura, arquitetos e urbanistas até então. Dito em outras palavras, suas interpretações interrogam o que guardar do passado das cidades que fosse capaz de servir à arquitetura e ao urbanismo, mantendo no presente e nas obras de concepção um sentido coletivo diante do arruinamento da própria ideia de cidade. Essa operatividade e instrumentalização, às vezes literal do passado e da história, devia-se, assim, à própria destruição e "renovação" dos antigos centros urbanos e à explosão do crescimento das áreas "periféricas" das metrópoles, segundo outras lógicas de vida social.

Método, capacidade de identificação e avaliação: são certamente estas preocupações que guiam Rachel Sisson em sucessivas publicações que dialogam com suas iniciativas junto ao poder público e aos governos do estado e da prefeitura e que se multiplicariam nos anos 1980, dando origem aos seus mais conhecidos textos. Neste sentido vale mencionar os artigos *"Escolas públicas do primeiro grau: inventário, tipologia e história"* (SISSON,1982)**;** "Os três centros do Rio" (SISSON, 1985) este lançado, em 2008, em livro com o título *Espaços de poder, os três centros do Rio de Janeiro* (SISSON, 2008); "Marcos históricos e configurações espaciais" (SISSON, 1986) ou o livro *Patrimônio histórico, uma experiência no Rio de Janeiro: O inventário de bens imóveis de interesse histórico e artístico, objetivos, métodos e resultados* (SISSON,1982).

As igrejas da cidade passam a lhe interessar como fatos urbanos dotados de sentidos que ainda estruturariam a vida social da cidade dentro de uma visão de mundo sensível e universalista, deixando inédito, entre outros, o texto *Arquitetura devocional e paisagem litorânea no Rio de Janeiro Colonial* (SISSON, 1986), mais tarde revisto e ilustrado e com novo título.

Sua produção, auxilia, assim, a criar instrumentos e normas para a identificação e proteção do patrimônio arquitetônico fluminense e, particularmente, o da cidade do Rio de Janeiro, voltando-se para os espaços e outros signos religiosos na cidade defendendo seu reconhecimento como bens comuns locais, como a festa da Penha e o Templo Positivista, ou nacionais, como a estátua do Cristo Redentor. Deixa sobre esse marco histórico da cidade do Rio de Janeiro e do país também um alentado texto inédito *O Cristo Redentor do Rio de Janeiro: Espaço e história,* redigido por volta de 2010, no âmbito dos 80 anos de sua inauguração (SISSON, 2010).

Enfim, em 1983, torna-se sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), tomando parte de sua diretoria em diferentes momentos entre 1985 e 1989 e atuando como sua tesoureira entre 1994-1995.

Alguns adjetivos definem o perfil de *Rachel Esther Figner Sisson:* curiosa, voluntariosa, incansável, dotada de senso de humor e de fina ironia, elegante, discreta. São seus temas de pesquisa, porém, que melhor traduzem a força de seu engajamento em uma vida de cidade e pela cidade, ajudando os que estudam o Rio de Janeiro a lembrar que o tecido urbanístico de uma cidade é um texto complexo e plural.

Referências bibliográficas

CHOAY, Françoise. Semiologie et urbanisme. *Architecture d'Aujourd'hui,* 153 dez 1970/ jan 1971.

___ et alii. Semiologie et urbanisme. In: *Le sens de la ville*. Paris: Le Seuil, 1972.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: *Ensaios e Conferências.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 125-141.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Paula Merlino. Revista Casa e Jardim: a popularização do moderno na arquitetura dos anos 1950; dissertação de mestrado em Arquitetura. Rio de Janeiro: PROARQ-UFRJ, 2006.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Space, existence and architecture,* London: Studio Vista, 1971.

OLIVEIRA, Lucia Lippi e FREIRE, Américo (org.). *Novas memórias do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. p.44-59

PROCHNIK, Marta. Espaço, tempo e imagem na obra de Rachel Sisson. *Revista Arquivo em Cartaz,* p. 17-21, nov. 2021.

Entrevistas realizadas pela autora:

MATTOS, Sonia. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2023.

PINHEIRO, Augusto Ivan Freitas. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2023

PROCHNIK, Marta. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2023.

Publicações, textos inéditos e entrevistas de Rachel Sisson:

SISSON, Rachel. *Cenografia e via em Fogo Morto*. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

____. *Patrimônio histórico, uma experiência no Rio de Janeiro: O inventário de bens imóveis de interesse histórico e artístico, objetivos, métodos e resultados.* Rio de Janeiro: Lidador, 1982.

____. Arquitetura e urbanismo: Semiologia e história. *O Estado do Paraná,* Curitiba, fevereiro de 1982.

____. Os três centros do Rio. *Revista Municipal de Engenharia,* v. XXXIX, out/dez, 1983.

____. Marcos históricos e configurações espaciais. *Arquitetura Revista,* n. 4, p. 56-81, 1986.

____.Escolas públicas do primeiro grau: inventário, tipologia e história. *Arquitetura Revista,* v. 8, p. 63-78, 1990.

____. *Arquitetura Devocional e paisagem litorânea no Rio de Janeiro colonial,* 1986. (inédito, revisto e digitalizado com o título *Arquitetura Devocional e paisagem litorânea no Rio de Janeiro luso-brasileiro*), Arquivo Família Prochnik.

____. *Espaço e história: Uma reflexão sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro,1989**.** (inédito) Arquivo Família Prochnik.

____. Entrevista Rachel Sisson, em 13/7/2006. In: MACHADO, Paula Merlino. *Revista Casa e Jardim: a popularização do moderno na arquitetura dos anos 1950*; Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Rio de Janeiro: PROARQUFRJ, 2006. Anexo VII.

____. Depoimentos ao CPDOC/FGV. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; FREIRE, Américo (org.). *Novas memórias do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p.44-59.

____. Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte portuguesa Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arco, 2008.

____. O Cristo Redentor do Rio de Janeiro - Espaço e História**.** Rio de Janeiro, 2010 Texto inédito Rachel Sisson, Arquivo Família Prochnik.

____. Curriculum Vitae. Rio de Janeiro, s.d (ca. 2002), 35 pag. Arquivo Família Prochnik.

Recebido em 20/10/2023.
Aprovado em 04/11/2023.

RESENHAS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 30 • Número 30 • 2023

ANTES QUE SEJA TARDE

SIQUEIRA, Edmundo. *Antes que seja tarde*; passado e presente: Campos e o Solar dos Airizes. Rio de Janeiro: Autografia, 2022. 112p.

Paulo Knauss[1]

A causa mais do que legítima de defesa do patrimônio cultural de Campos de Goytacazes ganhou seu libelo com a recente publicação do livro *Antes que seja tarde; passado e presente: Campos e o Solar dos Airizes*, de autoria do jornalista Edmundo Siqueira. O conhecido Solar dos Airizes, na cidade do norte-fluminense de Campos dos Goytacazes, é um desses bens de arquitetura antiga que, apesar de seu valor de antiguidade, enfrenta o desafio de sua sobrevivência material. Sua relevância histórica impõe o compromisso com a valorização do monumento, do mesmo modo que a sua importância simbólica permite aprofundar o estudo do documento. Na paisagem atual, o estado precário de sua estrutura é incontornável e clama pela sua preservação.

O título do livro se define como uma advertência, ao mesmo tempo, que denuncia a ameaça de risco iminente sob a qual vive o famoso solar dos Airizes. Em sendo um bem protegido legalmente por tombamento na esfera federal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1940, parece um milagre que o velho casarão ainda não tenha ruído completamente, como anota, no prefácio ao livro, o historiador e professor da Universidade Federa Fluminense Artur Sofiatti. Certo é que a publicação do livro confirma que Edmundo Siqueira tem se destacado como líder da defesa do patrimônio cultural em Campos. Desse modo, o livro deve ser entendido como uma convocação a todos os cidadãos para se engajarem no mesmo movimento, que tem no solar dos Airizes seu foco mais imediato.

Nesse sentido, não seria exagero dizer que o livro retoma a linha do jornalismo de investigação e opinião que se identifica com a obra do jornalista Franklin de Oliveira, autor de *Morte da memória nacional*, publicado em primeira edição em 1967. Com a mesma verve da crônica de reportagem, o livro de Edmundo Siqueira apresenta a biografia de um edifício histórico que luta para se afirmar como monumento. A pesquisa se aprofunda na informação documental, como forma de contextualizar a situação contemporânea do solar oitocentista.

1 Doutor em História, Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sócio do IHGRJ e do IHGB.

Tal como apresentam os resultados reunidos pela pesquisa empreendida, o antigo solar, que resiste ao tempo, se situa em uma parcela da antiga fazenda de Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio, estabelecida em 1648, como propriedade da Companhia de Jesus. Sua formação fez parte da estratégia de controle territorial na região da baixada Campista que foi capitaneada pelo governador da capitania do Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá e Benevides, em meados do século XVII. Com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759, a antiga fazenda conhecida como fazenda do Colégio por sediar o estabelecimento educacional da ordem inaciana, passou a ser administrada diretamente pela Coroa lusitana, até ser leiloada no fim do século XVIII. A propriedade foi adquirida, então, por uma família enriquecida no comércio da antiga colônia de Sacramento, na região do Rio da Prata e terminou sendo controlada por um de seus membros, Joaquim Vicente dos Reis.

Depois do falecimento do proprietário, em 1813, e a partilha de sua herança, a grande propriedade tradicional foi desmembrada em cinco partes e a gleba dos Airizes foi comprada pelo comendador Claudio do Couto e Sousa, que decidiu erguer o solar junto às margens do rio Paraíba do Sul. Desde a sua construção, entre 1825 e 1830, o solar da fazenda dos Airizes se tornou um centro de referência regional que acompanhou a riqueza da indústria açucareira local e a importância política da cidade de Campos dos Goytacazes, traduzindo o prestígio social de seu proprietário e de sua família.

A ordem dos capítulo do livro segue a cronologia histórica e apresenta a memória construída em torno do antigo solar. A visita do imperador d. Pedro II e sua comitiva, em 1883, pode ser considerado o momento de consagração da arquitetura da sede da fazenda, que se impunha não apenas pelas suas proporções fora do comum, mas igualmente por um luxo extraordinário. Na sequência, o autor aborda a lenda de que a conhecida história da *Escrava Isaura*, criada na ficção literária do escritor mineiro Bernardo Guimarães, teria se passado na fazenda dos Airizes, cuja riqueza era produto do trabalho da mão-de-obra escravizada. Segundo o autor, certamente a associação do solar com o enredo literário decorreu da grande visibilidade que o solar alcançou em sua época de fausto. No entanto, não há nada que aponte para que essa associação tenha algum respaldo na realidade. De todo modo, essa lenda sobre a fazenda obrigou a família de proprietários a se empenhar em descolar a imagem da fazenda da ideia de que se tratava de domínio da violência escravocrata radcial. Finalmente, o livro demonstra como o solar passou a ser identificado como um centro de alta cultura a partir do momento que o historiador do Alberto Lamego passou a gerir a propriedade depois de seu casamento com uma das herdeiras do velho comendador. Depois de viverem por anos na Europa e decidirem se instalar no velho solar campista, abrigando aí sua coleção de objetos históricos, obras de

arte e manuscritos raros, além de sua rica biblioteca, o solar dos Airizes passou a ser parada obrigatória de todos os viajantes dedicados à cultura no Brasil, transformando-se, na década de 1920, numa "Meca da cultura e do gosto, em solo campista", para usar a expressão de Edmundo Siqueira.

Se o livro ajuda a explicar a decadência do casarão e seu relativo abandono, nada justifica o ponto em que se chegou e que coloca a antiga edificação diante do impasse da sua própria história envolvida no imbróglio jurídico que expõe a fragilidade do patrimônio cultural. Como diz o autor do livro, não se trata mais de uma questão de escolha, mas de obrigação e que cabe responsabilização. Roguemos que o patrimônio cultural fluminense não perca essa joia da memória da sociedade.

Recebido em 20/07/2023
Aprovado em 15/08/2023

CABO FRIO REVISITADO

BARRETO Jr., Ivo Matos (org.). *Cabo Frio revisitado; a memória regional pelas trilhas do contemporâneo.* Cabo Frio, RJ: Sophia Editora, 2020.

Paulo Knauss[1]

Não há dúvida de que Cabo Frio tem lugar de destaque na memória fluminense. Afinal, trata-se de um município criado no ano de 1615, por decisão do rei espanhol Felipe II, no tempo da União Ibérica. Foram razões de estratégia militar que justificaram a fundação da cidade, que resultou de um plano para fazer frente às pretensões holandesas de controle do comércio colonial com as terras do Brasil. De lá para cá, Cabo Frio se tornou o centro da vida social na região que ficou conhecida como Costa do Sol e que se confunde igualmente com a Região dos Lagos fluminense.

O novo livro *Cabo Frio revisitado* é uma obra coletiva com 14 capítulos temáticos, que reúne autores conhecidos por suas pesquisas nos campos da Geologia e Biologia, História, Sociologia, além de Arqueologia e Patrimônio Cultural. Os textos reunidos têm como recorte a região histórica do antigo Cabo Frio e, portanto, não se restringem ao espaço social do município atual, muito mais restrito. Como organizador geral do volume, Ivo Barreto, enfatiza na introdução, que o livro tem a intenção de apresentar aspectos distintos da história e da memória regional, buscando abordar os fenômenos locais como expressão de processos ampliados e de contexto alargado, dando atenção a cicatrizes e dores na abordagem da história regional. As relações entre memória e história e a história do patrimônio cultural ganham destaque especial na obra, certamente consequência da liderança intelectual do organizador, profissional do patrimônio cultural conhecido por ter sido chefe do escritório técnico e superintendente estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

De modo geral, pode-se dizer que o livro passa ter posição destacada na bibliografia pelo seu caráter abrangente e por abordar temas pouco tratados na bibliografia, constituindo-se em obra de referência inédita. Sem dúvida, o novo livro atualiza a historiografia sobre Cabo Frio, que como obra geral só tem como antecedente o livro de Guttorm Hanssen, *Cabo Frio dos Tamoios à Alcalis*,

1 Doutor em História, Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sócio do IHGRJ e do IHGB.

editado no fim da década de 1908, quando a crônica da história política e da vida social em Cabo Frio dos vários livros de Hilton Massa ganhou repercussão.

Os temas e abordagens que são explorados em cada capítulo demonstram a originalidade de *Cabo Frio revistado*. Os dois primeiros capítulos caracterizam a geodiversidade regional e a diversidade da vegetação e da flora em Cabo Frio. Na leitura, surpreende o registro de que o sistema lagunar regional carrega a marca da memória geológica da separação continental da África e América do Sul, enquanto a vegetação carrega a memória de tradições culturais dos antigos habitantes do território de diferentes épocas. Na sequência, há um capítulo que aborda as mais antigas formas de vida na região que corresponde a época dos sambaquis, sistematizando assim os muitos dados coletados pelas pesquisas arqueológicas das últimas décadas que renovaram completamente nossa compreensão de uma história antiga do Brasil muito anterior ao colonialismo europeu. Dois capítulos seguintes tratam o contexto da escravidão no Brasil, dedicando atenção especial ao tráfico ilegal de africanos escravizados. Desse modo, esses estudos acompanham a renovação da pesquisa histórica recente, mas evidenciam os vínculos profundos da região de Cabo Frio com a escravidão, na medida em que se tornou um centro da preservação do tráfico negreiro no Brasil mesmo em situação ilegal. Acompanhando igualmente novas tendências da pesquisa histórica, o livro contém um capítulo dedicado a história do aldeamento indígena de São Pedro da Aldeia que permite abordar a história indígena na região cabofriense demonstrando como as identidades étnicas são historicamente configuradas. Na sequência, são reunidos quatro capítulos que estudam a história da atividade salineira na região de Cabo Frio, respectivamente no século XIX e no século XX, bem como tratando sua importância para o desenvolvimento do transporte ferroviário na região e para o desenvolvimento da indústria com a criação da Companhia Nacional Álcalis. Os quatro últimos capítulos interrogam a história contemporânea do patrimônio cultural regional, analisando a política de preservação do conjunto paisagístico de Cabo Frio por tombamento e pela consideração da trajetória da Casa Museu Carlos Scliar e o empenho da instituição em promover a vida cultural local. A cultura popular é tratada, de um lado, pela análise dos "cantos da praia" que são expressão das comunidades de pescadores de Cabo Frio e ressaltam a originalidade do patrimônio imaterial regional. De outro lado, a cultura popular é tematizada ainda pelo tratamento do universo particular de um descendente de escravizados responsável pela criação da conhecida Casa da Flor, obra de arquitetura única pela sua originalidade. Esses últimos capítulos ressaltam, assim, a pluralidade das manifestações culturais e sublinham a diversidade cultural cabofriense.

A rigor, pode-se considerar que revisitar Cabo Frio com a leitura desse livro, tal como o título principal do livro propõe, significa sobretudo rever as imagens correntes sobre cidade que resumem a vida local ao turismo de balneário de verão. Esse capítulo da construção da indústria do turismo na cidade ficou de fora do livro, chamando atenção para um terreno por onde a pesquisa precisa avançar.

Recebido em 25/06/2023
Aprovado em 02/10/2023

CONCEIÇÃO DE MACABU

GOMES, Marcelo Abreu (org.). *Conceição de Macabu: história das origens até a segunda emancipação*. Macaé, RJ: AsM, 2019. 328p.

Paulo Knauss[1]

A bibliografia fluminense se enriquece com a publicação de *Conceição de Macabu: história das origens até a segunda emancipação*, obra coletiva com a organização de Marcelo Abreu Gomes. Trata-se de livro destinado a ter lugar de referência necessária para o estudo da história fluminense, considerando a ausência de estudos sobre a história da ocupação da região do vale do rio Macabu, onde se desenvolveu a vida social que resultou na fundação do atual município de Conceição de Macabu.

O lançamento desse novo livro afirma a liderança intelectual de Marcelo Abreu Gomes na pesquisa da história local. De certo modo, com esse novo título, o historiador atualiza e amplia bastante seu primeiro livro, editado na década de 1990, em co-autoria com Herculano Gomes Silva, sobre a história da região de Macabu antes do século XX, que tinha sentido mais didático. Na mesma linha, publicou ainda outro título sobre a geografia física local. Anos depois, lançou um interessante dicionário de topônimos e curiosidades sobre a história e a geografia local. Anos depois, no ano do centenário da imigração japonesa no Brasil, o autor preparou um livro importante sobre a experiência pioneira de colonização nipônica na fazenda Santo Antonio de Conceição de Macabu, que antecedeu a organização do fluxo contínuo de imigrantes do Japão para o Brasil.

Nesse seu livro mais recente sobre a história de Conceição de Macabu, além de organizador, Marcelo Abreu Gomes é autor de três dos seis capítulos da obra, que são proporcionalmente bem maiores que os textos de outros autores, o que ele mesmo anota no texto de apresentação. De todo modo, vale destacar que o conhecido historiador campista Artur Soffiati é autor de um primeiro capítulo de abertura, cuja originalidade reside no enfoque original da história ambiental e na valorização da presença indígena nos sertões de Macacu, em que predominavam os sacarus, nome que se dava aos guarulhos da região. O jornalista Carlos Marchi, autor do famoso livro *Fera de Macabu*, escreve

1 Doutor em História, Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sócio do IHGRJ e do IHGB.

um breve capítulo sobre a história do crime que marcou a história regional e pelo erro da sentença antecipou o fim da pena de morte no Brasil, ocupando lugar importante na história do Direito nacional. De modo provocativo, o livro conclui com um breve ensaio do historiador Tarcísio Bastos sobre a história do brasão de armas do município, criado em 1968, chamando atenção, assim, para uma expressão local da época da ditadura que marcou a história do Brasil recente e que permite reconhecer como a vida local acompanhou a ordem política nacional.

De todo modo, não há com deixar de reconhecer que o livro *Conceição de Macabu: história das origens até a segunda emancipação* representa uma contribuição relevante que amplia a historiografia sobre a região norte fluminense, em que predominam títulos sobre a história da região açucareira de Campos de Goytacazes e Macaé, que, por consequência, deixam em segundo plano o estudo da região dos sertões do rio Macabu. A nascente do rio se localiza em terras do atual município de Trajano de Morais, a mais de 1.200 m de altitude, estendendo-se por mais de 30 km, serra abaixo, recebendo vários afluentes até alcançar as planícies, atravessando terras de Santa Maria Madalena, Conceição de Macabu, Carapebus, Macaé, Campos do Goytacazes e Quissamã.

Historicamente, a circulação fluvial criou as condições para a conquista e colonização europeia avançar pelos sertões de Macabu, organizando a conexão entre as terras altas de Cantagalo e as terras da baixada campista, que serviu tanto aos antigos caminhos do contrabando do ouro das Minas Gerais, como foi fundamental para o escoamento do café produzido nas fazendas escravocratas da região serrana fluminense. A era dos tropeiros, que foi superada pela concorrência da ferrovia, especialmente depois da construção do ramal da Companhia Estrada de Ferro Barão de Araruama, iniciada no fim de 1877, o que permitiu igualmente a expansão da lavoura canavieira nas terras de Conceição de Macabu e sua afirmação no fim do século XIX e que produziria grandes riquezas depois que entrou em funcionamento a primeira usina de açúcar, em 1914. Os fatos analisados na pesquisa do livro expõem o fato de que o período de crescimento econômico da vida em Conceição de Macabu foi igualmente uma época política conturbada, que fez o município criado em tempos de Império do Brasil fosse extinto pelo governo estadual republicano, em 1892, até sua segunda emancipação em 1952.

Ao final, o novo livro organizado por Marcelo Gomes Silva ressalta que a abordagem da história de Conceição de Macabu evidencia tramas da história fluminense, evidenciando que a história local é um horizonte de pesquisa frutífero para a consideração da história regional e estadual, contribuindo para a compreender como a história nacional se expressa no plano da vida de toda a gente.

Recebido em 20/06/2023
Aprovado em 15/08/2023

O OFÍCIO DA HISTORIADORA

SEDREZ, Lise (Org.). *O ofício da historiadora: homenagem a Marieta de Moraes Ferreira*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2022. 167p.

Surama Conde Sá Pinto[1]

Ofício da historiadora: homenagem a Marieta de Moraes Ferreira, organizado por Lise Sedrez, docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), como o próprio título indica, é um tributo, um exercício de reconhecimento da trajetória profissional e da contribuição de Marieta de Moraes Ferreira para a produção do conhecimento na área de História. Mas a publicação é também uma reflexão coletiva sobre o conjunto da obra de uma das mais importantes historiadoras brasileiras que há décadas tem produzido trabalhos de referência relativos ao ofício do historiador. O livro funciona, assim, duplamente: como homenagem e como um exercício de interpretação de sua obra.

A iniciativa da publicação surgiu a partir do evento que deu título ao livro, realizado pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS) da UFRJ, no Instituto de História, em março de 2019. A cerimônia, que reuniu especialistas e interlocutores para refletir sobre o caráter fundador da obra de Marieta de Moraes Ferreira em diversos campos, teve como desdobramento o encaminhamento da proposta de concessão do título de emerência à homenageada.

Organizado em sete capítulos, o livro reúne textos escritos pelos pesquisadores e professores Carlos Fico (UFRJ), Denise de Oliveira (UFRJ), Lise Sedrez (UFRJ), Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF), Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ), Américo Oscar Guichard Freire (FGV), Antônio Montenegro (UFPE), Cláudia Wasserman (UFRGS), Aryana Costa (UERN) e Temístocles Américo Correa César (UFRGS).

Carlos Fico, no prefácio, faz uma reflexão sobre a formação acadêmica e atuação profissional de Marieta de Moraes Ferreira. O leitor acompanha um caminho iniciado em 1969, quando a homenageada ingressou no curso de graduação em História na UFF, e se desdobrou em uma carreira que compreende a autoria de 35 livros, mais de 60 capítulos escritos em coletâneas, 37 artigos publicados em periódicos, além do trabalho docente na UFRJ e na FGV que

1 Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)...

envolve a orientação de 30 teses de doutorado, 39 dissertações de mestrado e 27 trabalhos de conclusão de graduação. A atuação de Marieta à frente de diferentes instituições e projetos seminais como o ProfHistória também é objeto de análise.

Denise de Oliveira e Lise Sedrez, a exemplo de Carlos Fico, dão destaque à imensa capacidade de trabalho que marca a trajetória da homenageada, na introdução. Além refletirem sobre sua carreira, as autoras tecem as linhas que aproximam as análises que compõem a coletânea.

A contribuição de Marieta para a escrita da história política da Primeira República brasileira (1889-1930) é analisada por Cláudia Viscardi no primeiro capítulo. Nele, a historiadora mineira chama a atenção para a centralidade do debate sobre as oligarquias na obra de Marieta, dividindo em três grandes vertentes as inovações introduzidas pela homenageada nesse âmbito: os trabalhos sobre as elites fluminenses; os estudos sobre a crise dos anos 1920; e, por fim, os trabalhos historiográficos sob forma de balanços que inventariam e analisam a produção acadêmica relativa à Primeira República, escritos em parceria com outras pesquisadoras. Segundo Viscardi, essa produção inovou a historiografia ao problematizar o regime oligárquico, conferindo-lhe maior complexidade, e ao reconhecer um certo grau de autonomia do político em relação aos interesses hegemônicos do período.

No segundo capítulo, Surama Conde Sá Pinto analisa a produção de Marieta relativa à história fluminense. A autora destaca os dois grandes eixos que orientaram a obra da homenageada nesse campo: a análise do processo de institucionalização da República na 'velha' provincia e a reflexão sobre os fatores responsáveis pela perda do status político do Rio de Janeiro no conjunto da federação brasileira na Primeira República. De acordo com Surama Pinto, o privilegiamento dessas temáticas por Marieta foi motivado por diagnósticos, feitos nos anos 1980 e 1990, que sublinhavam uma realidade de crise e esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, atribuídos tanto à postura oposicionista do estado e da cidade (sobretudo nos governos militares) quanto à suposta incapacidade das suas elites de elaborarem estratégias, projetos e se organizarem para defesa dos interesses do estado. Essa agenda de pesquisas não só veio preencher o vazio de estudos de história regional, já que havia uma clara concentração de estudos que privilegiavam os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul na definição das orientações da política nacional, como trouxe novos subsídios para o debate sobre a natureza dos conflitos políticos e o papel do Estado entre 1889-1930.

A proposta do terceiro capítulo é dupla. Américo Freire, o autor, inicialmente, faz uma breve análise da trajetória de Marieta, enfatizando algumas questões

relativas à sua formação e sua atuação como gestora de projetos acadêmicos. Num segundo momento, seu foco passa a ser a contribuição da homenageada para a historiografia relativa à cidade do Rio de Janeiro. Freire reconhece o pioneirismo da historiadora ao chamar a atenção para a necessidade da produção de estudos sobre a dinâmica política do Rio. Em uma série de escritos, Marieta sublinhou que, por sediar a capital da República, até a transferência para Brasília, a história política carioca por muito tempo foi confundida com a história política nacional. Sobre este aspecto, além de orientar uma série de trabalhos na Pós-graduação da UFRJ com essa proposta, Marieta tornou-se referência obrigatória no debate sobre a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida durante a ditadura militar. De acordo com Freire, além de passar em revista as variadas interpretações já construídas, seus textos trouxeram novos subsídios para a compreensão das motivações do evento.

A reflexão sobre experiências acadêmicas, intelectuais e políticas da trajetória da Marieta e a sua atuação na formação e consolidação da metodologia da história oral no Brasil são temas explorados por Antônio Torres Montenegro no quarto capítulo. Para deleite do leitor, o historiador narra uma série de episódios a fim de exemplificar a ação significativa de Marieta na divulgação dessa metodologia e sua atuação à frente de instituições como a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e a International Oral History Association (IOHA). Montenegro retoma ainda uma série de trabalhos escritos pela homenageada e entrevistas concedidas e sublinha seu comprometimento na difusão no país de textos e autores estrangeiros expoentes na área, como Michel Trebitsch e Mercedes Villanova.

No quinto capítulo, Claudia Wassermann debate a contribuição de Marieta no campo do ensino de história na educação básica e a sua iniciativa de estreitar as relações entre esse nível de ensino e a universidade. Na análise de Wassermann ganha evidência as iniciativas de Marieta de valorização das atividades docentes na educação básica que culminou com a criação do ProfHistoria, um projeto de mestrado em ensino da história construído em rede nacional, visando a qualificação de docentes para o desenvolvimento de múltiplas competências. Wasserman defende o papel fundamental de Marieta na mudança de ênfase dos cursos de graduação em História, que passaram a se voltar mais para as licenciaturas, e na redução do preconceito de pesquisadores em relação à educação básica.

Fechando a coletânea, análises sobre a produção de Marieta relativa à memória e à história como ofício e sobre sua contribuição para a história da historiografia no Brasil são realizadas nos capítulos seis e sete por Ariana Costa e Themístocles César, respectivamente. Os dois autores tomam como base a obra homônima da homenageada e exploram suas múltiplas possibilidades.

O ofício da historiadora é um painel do conjunto da obra de Marieta de Moraes Ferreira, que desde 2016 integra o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) na qualidade de social efetiva. O que se vislumbra nas análises desenvolvidas pelos autores é o desenho dos três grandes eixos da produção da homenageada, a saber: a historiografia do Rio de Janeiro (cidade e estado), as reflexões sobre escrita da história (sobretudo no que diz respeito à metodologia da história oral e à história do tempo presente) e a produção relativa à constituição da disciplina ensino da história no Brasil.

Há na coletânea pouco espaço para as críticas formuladas aos inúmeros textos produzidos pela homenageada; fato em certa medida compreensível dado o caráter da publicação. A despeito disso, nas reflexões, predomina o caráter impessoal, com pequenas brechas.

O livro não substitui a leitura da obra de Marieta de Moraes Ferreira, nem consiste em um estímulo a leituras de segunda mão. É antes um interessante ponto de partida para quem deseja conhecer um pouco mais sobre a produção de uma das maiores historiadoras brasileiras.

Fica aqui o convite para a leitura.

Recebido em 28/08/2023
Aprovado em 20/09/2023

O INSTITUTO MÊS A MÊS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 30 • Número 30 • 2023

O INSTITUTO MÊS A MÊS EM 2023

9 DE MARÇO

Sessão ordinária

1 Realização da palestra "*Cores do Rio: a paisagem como monumento*", ministrada pelo Dr. **Paulo Knauss**, Sócio Efetivo do IHGRJ e do IHGB e Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).
2 Café literário, com apresentação das publicações dos sócios durante o período de pandemia (2000-2002).

13 DE ABRIL

Sessão ordinária

1 Realização da palestra "*Fazendas de Miguel Pereira e Paty do Alferes – um recorte na história do vale médio do Paraíba do Sul*", ministrada pelo Dr. **Sebastião Deister**, Sócio Efetivo do Instituto Histórico de Vassouras e Pesquisador do Vale do Café.

12 DE MAIO

Sessão ordinária

1 Realização de palestra "*O Rio de Janeiro e o Atlântico Sul: textos e contextos na conjuntura crítica da Restauração portuguesa (1640-1680)*", ministrada pelo Dr. **Marcello José Gomes Loureiro**, Doutor em História e Civilização pela EHESS/Paris e em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
2 Apresentação de livros.

8 DE JUNHO

Não houve atividades em virtude do feriado de Corpus Christi.

13 DE JULHO

Sessão ordinária

1 Realização da palestra "*O prédio do Real Gabinete como lugar de memória na cidade do Rio de Janeiro: cenário de eventos significativos Brasil-Portugal (1920-1950)*", ministrada pela Dra. **Angela Maria Cunha da Motta Tel-**

les, Diretora da Biblioteca do real Gabinete Português de Leitura e integrante do Polo de Pesquisa Luso-brasileira.

2 Realização da palestra "*O Rio de Janeiro nas crônicas de Corina Coaraci*", ministrada pela Dra. **Eliane Vasconcelos**, ex-diretora do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Atualmente dedica-se ao preparo de edições anotadas de Corina Coaraci.

10 DE AGOSTO DE 2023

Sessão ordinária

1 Realização da palestra "*De um recanto proletário ao elegante Jardim Botânico: experiências vividas*", ministrada pela Dra. **Luciene Carris**, Doutora em História pela UERJ, Pesquisadora independente.

2 Realização da palestra "*Uma análise possível sobre trajetórias de clubes e ligas esportivas: novas fontes e novos olhares*", ministrada pelo Dndo. **Walmer Peres Santana**, Historiador, Mestre e Doutorando em História no PPGH/UERJ, Diretor Cultural do Clube de Regatas Vasco da Gama.

14 DE SETEMBRO

Sessão ordinária

1 Realização da palestra "*História, memória e patrimônio cultural em Itaboraí: 1822,1922 e 2022*", ministrada pelo historiador **Deivid Antunes da Silva Pacheco**, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Itaboraí, e pelo Dr. **Rui Aniceto**, Sócio Efetivo dos Institutos Históricos de Niterói e Itaboraí.

2 Lançamento do livro *Itaboraí e Independência do Brasil,* organizado pelos palestrantes, com a contribuição de vários sócios do IHGI.

16 DE SETEMBRO

1 Sessão Itinerante conjunta com o IHGB na cidade em Vassouras, incluindo reunião com a prefeitura, representada pela Prefeita e pelo anfitrião Dr. **Ronaldo César Coelho**, na qual foram apresentados os projetos em execução na cidade.

2 Visita às dependências do futuro museu da cidade e à Fazenda São Fernando, a convite do proprietário.

12 DE OUTUBRO

Não houve atividades em virtude do feriado da padroeira do Brasil.

9 de NOVEMBRO

Sessão ordinária

1 Mesa em homenagem à decana do IHGRJ, Profa. Dra. **Cybelle de Ipanema**, com a participação das Dras. **Rogéria de Ipanema**, **Neusa Fernandes**, **Vera Cabana Andrade** e **Beatriz Kushnir**, Sócias Efetivas do IHGRJ.

2 Apresentação e lançamento do livro *Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro (FEMUR): uma experiência pioneira de política pública para museus*, de autoria da Dra. **Neusa Fernandes**, Sócia Efetiva do IHGRJ.

7 DE DEZEMBRO

1 Posse da Dra. **Luciene Carris** como Sócia Efetiva do IHGRJ, que ocupará a cadeira nº 7, deixada vaga pelo falecimento do confrade José de Miranda Neto, cujo patrono é Balthasar da Silva Lisboa, recepcionada pelo confrade **Nelson Senra**.

2 Posse do Dr. **Rui Aniceto** como Sócio Efetivo do IHGRJ, que ocupará a cadeira nº 16, deixada vaga pelo falecimento da Dra Rachel Esther Figner Sisson, cujo patrono é Luís Gastão D'Escragnole Dória, recepcionado pela confreira **Vera Cabana Andrade**.

3 Nomeação dos Dr. **Fernando de Sousa**, da Universidade do Porto e do Dr. **Laurent Vidal**, da Universidade de La Rochelle, como Sócios Correspondentes, apresentados pela Presidente do IHGRJ, Lená Medeiros de Menezes.

14 DE DEZEMBRO

Sessão Magna

1 Realização de conferência intitulada *"Intelectuais mediadores e divulgação do conhecimento histórico (1890-1940)"*, ministrada pela Dra. **Angela de Castro Gomes**, Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ, Professora Titular aposentada de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Professora Emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas e Pesquisadora Emérita pela FAPERJ na Universidade na UNIRIO.

2 Homenagem da diretoria aos ex-Presidentes do IHGRJ.

3 Pré-lançamento do livro *Francesas no Rio Imperial: a 'França Antártica no feminino plural*, de autoria da Dra. **Lená Medeiros de Menezes**, Presidente do IHGRJ e Professora Emérita da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

QUADRO SOCIAL

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 30 • Número 30 • 2023

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Fundado em 6 de dezembro de 1957

QUADRO SOCIAL

31 de Dezembro de 2022

FUNDADORES

Afonso Várzea
Antônio Carneiro Leão
Ariosto Berna
Augusto Maurício Queirós Ferreira
Douglas Sidney Amora Levier
Eduardo Tourinho
Henrique Foreis Domingues (Almirante)
João Batista de Matos
Manuel Paulo Teles de Matos Filho
Mario da Veiga Cabral
Nelson Costa
Odorico Pires Pinto
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Silvio Salema Garção Ribeiro

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Américo Jacobina Lacombe (†)
Antônio Pimentel Winz (†)
Arno Wheling
Carlos Wehrs (†)
Cybelle de Ipanema
Francisco de Paula e Azevedo Pondé (†)
Jonas de Morais Correia Filho (†)
José de Azeredo Perdigão (†)
Lafayette Pereira Guimarães (†)
Mario Antônio Barata (†)
Miridan Britto Falci
Vicente Costa Santos Tapajós (†)
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

SÓCIOS EFETIVOS
Cadeiras, patronos e ocupantes

1. **JULIO AFRÂNIO PEIXOTO**
   BRUNO FERREIRA GOMES
   Vera Lucia Bottrel Tostes

2. **ALBERTO FREDERICO DE MORAIS LAMEGO**
   DONATO MELO JÚNIOR
   Victorino Coutinho Chermont de Miranda

3. **MANUEL TOMÁS ALVES NOGUEIRA**
   FRANCISCO GOMES MACIEL PINHEIRO
   MARIA CECÍLIA RIBAS CARNEIRO
   ANTONIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE
   Julio Bandeira

4. **PE. JOSÉ DE ANCHIETA**
   DOM HELDER PASSOS CÂMARA
   MARCIO WERNECK DA CRUZ
   ARY VASCONCELOS
   Ana Maria da Silva Moura

5. **MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE** (BARÃO DE SANTO ÂNGELO)
   MARIO ANTÔNIO BARATA
   PAULO WERNECK DA CRUZ
   AFONSO CARLOS MARQUES DOS SANTOS
   Paulo Knauss de Mendonça

6. **ARIOSTO ESPINHEIRA**
   SILVIO SALEMA GARÇÃO RIBEIRO
   Neusa Fernandes

7. **BALTHASAR DA SILVA LISBOA**
   JOÃO GUIMARÃES
   PAULO BERGER
   PAULO CARNEIRO DA CUNHA
   JOSÉ ANTÔNIO NONATO DUQUE ESTRADA DE BARROS
   JOSÉ DE MIRANDA NETO
   Rui Aniceto Nascimento Fernandes

8. **JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS** (BARÃO DO RIO BRANCO)
   RODRIGO OTÁVIO LANGGARD DE MENEZES FILHO
   FERNANDO MONTEIRO
   DINO WILLY COZZA
   Surama Sá Pinto Conde

9. **JOÃO BARBOSA RODRIGUES**
   OSWALDO ORICO
   ARISTIDES PINTO COELHO
   Roberto Guião de Souza Lima

10. **BASÍLIO DE MAGALHÃES**
    MANUEL VIRIATO CORREIA PAIVA FILHO
    JORACY CAMARGO
    MARCELLO DE IPANEMA
    Rogéria de Ipanema

11. **BATISTA CAETANO DE ALMEIDA NOGUEIRA**
    ALBERTO LIMA
    JOSÉ FORTUNA ANDRÉA DOS SANTOS
    Ney Oscar Souza Ribeiro de Carvalho

12. **ARIOSTO BENEVENUTO BERNA**
    RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO
    JOSÉ INALDO ALVES ALONSO
    Ângela Ancora da Luz

13. **JOÃO CAPISTRANO DE ABREU**
    LUCAS MAYHOFFER
    Cláudio Moreira Bento

14. **JOÃO DA COSTA FERREIRA**
    FREDERICO TROTA
    JOSÉ DE OLIVEIRA REIS
    Eliana Rezende Furtado de Mendonça

15. **D. PEDRO II**
    PEDRO CALMON MONIZ BITTENCOURT
    ANA ELISA LISBOA GREGORI
    JÚLIO CÉSAR MACHADO DA SILVA
    EDMO RODRIGUES LUTTERBACH
    Cínara Maria Bastos Jorge

16. **LUÍS GASTÃO D'ESCRAGNOLE DÓRIA**
    JOÃO BATISTA DE MATOS
    ADAÍLTON SAMPAIO
    RACHEL ESTHER FIGNER SISSON
    Luciene Carris

17. **EVERARDO BACKHEUSER**
    SILVIO FRÓES DE ABREU
    Ondemar Ferreira Dias Júnior

18. AUGUSTO FAUSTO DE SOUZA
DOUGLAS SIDNEY AMORA LEVIER
HELOÍSA HELENA SANTA CLARA DE CASTRO
CARLOS PATRÍCIO FREITAS PEREIRA
Fernando Tasso Fragoso Pires

19. FELISBELLO FIRMO DE OLIVEIRA FREIRE
ORESTES BARBOSA
CARLOS SATOUR
NILO GARCIA
ARIVALDO SILVEIRA FONTES
Fania Fridman

20. FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO
ADIR GUIMARÃES
MÁRIO FERREIRA FRANÇA
Guilherme Andréa Frota

21. FREI VICENTE DO SALVADOR (VICENTE RODRIGUES PALHA)
LUÍS EDMUNDO PEREIRA DA COSTA
FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ
LUCINDA COUTINHO DE MELO COELHO
Jaime Antunes da Silva

22. FREDERICO HERMETO PEREIRA LIMA
ANTENOR NASCENTES
THALITA DE OLIVEIRA CASADEI
FERNANDO CORREIA DE SÁ E BENEVIDES
Lucia Helena Pereira da Silva

23. CÔNEGO JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA
ADOLFO MORALES DE LOS RIOS
DELSO RENAUT
CARLOS WEHRS
Alex Nicolaeff

24. JOÃO BATISTA RIBEIRO DE ANDRADE
ANTÔNIO PIMENTEL WINZ
LUÍS DE CASTRO SOUZA
Lúcia Maria Paschoal Guimarães

25. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO
ODORICO PIRES PINTO
LAFAYETTE GUIMARÃES
PAULO JOSÉ PARDAL
Mary Lucy Murray Del Priore

26. JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA
JONAS CORREIA FILHO
HERCULANO GOMES MATHIAS
STELLA LEONARDOS
Elizabeth Soriano Pletsch

27. JOSÉ CÂNDIDO GUILHOBEL
SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA
TEREZINHA MARIA LAMEGO DE MORAES SARMENTO
Margareth de Silva Pereira

28. LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS
BRASIL GERSON
FRANCISCO RUAS SANTOS
Roberto Schmidt de Almeida

29. ARMANDO MAGALHÃES CORREIA
AUGUSTO MAURÍCIO QUEIROZ FERREIRA
FRIEDA WOLFF
STÉLIO EMMANUEL DE ALENCAR ROXO
João Carlos Nara Júnior

30. MAX FLEUISS
HENRIQUE FLEUISS
MONSENHOR GUILHERME SCHUBERT
Maria de Lourdes Viana Lyra

31. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (PAI)
JOSÉ ANTÔNIO LIMA GUIMARÃES
ODYLO COSTA FILHO
DAHAS CHADE ZARUR
Beatriz Kushnir

32. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (FILHO)
GUSTAVO DODT BARROSO
AMÉRICO LOURENÇO JACOBINA LACOMBE
EGON WOLFF
GABRIEL AUGUSTO DE MELLO BITTENCOURT
OLÍNIO GOMES PASCHOAL COELHO
Denise Maria Couto Gomes Porto

33. CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA
PAULO FERREIRA SANTOS
GERALDO DE MENEZES
RONALDO ROGÉRIO DE FREITAS MOURÃO
Marcos Cotrim de Barcellos

34. MONS. JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO PIZARRO E ARAÚJO
EDUARDO TOURINHO
RAIMUNDO ESTRELA
HUMBERTO FRANCESCHI
Roselene de Cassia Coelho Martins

35. MANUEL DUARTE MOREIRA DE AZEVEDO
ROBERTO MOTTA MACEDO
CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA
ARNALDO MACHADO
Marcus Antônio Monteiro Nogueira

36. ALFREDO MOREIRA PINTO
MARIO DA VEIGA CABRAL
JORGE DOSWORTH MARTINS
PAULO BRAGA DE MENEZES
UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES
JOSÉ HENRIQUE MILLAN
Marco Aurélio Martins Santos

37. PADRE MANUEL DA NÓBREGA
LOURENÇO LUIS LACOMBE
JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
LEVY SCAVARDA
CHRISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JÚNIOR
Antonio Edmilson Martins Rodrigues

38. FRANCISCO ANGENOR DE NORONHA SANTOS
HENRIQUE DOMINGUES (O ALMIRANTE)
DALMO FREIRE BARRETO
JOÃO RIBEIRO DA SILVA
Nelson de Castro Senra

39. OLAVO FREIRE
JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO
SALVADOR MATTA E SILVA
João Eurípedes Franklin Leal

40. MANUEL DE OLIVEIRA LIMA
PLINIO DOYLE
CARLOS DELGADO DE CARVALHO
FRANCISCO SILVA NOBRE
Marieta Moraes Ferreira

41. OTELO DE SOUZA REIS
JÚLIO RÉGIS BITTENCOURT
JOÃO DO PRADO MAIA
ELYSIO CUSTÓDIO GONÇALVES DE OLIVEIRA BELCHIOR
Lená Medeiros de Menezes

42. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS
ANTÔNIO ALVES CÂMARA
LUCIANO LOPES
ÁUREA MARIA DE FREITAS CARVALHO
Maria de Fátima de Moraes Argon da Matta

43. BENJAMIM FRANKLIN DE RAMIZ GALVÃO (BR. DE RAMIZ)
YVOLINO DE VASCONCELLOS
LYGIA DA FONSECA FERNANDES DA CUNHA
Vera Lucia Cabana de Queirós Andrade

44. JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO
MANUEL PAULO FILHO
NELSON FREIRE LAVARNIÈRE-WANDERLEY
ANTÔNIO BUGYA DE SOUZA BRITTO
FRANCISCO DE VASCONCELLOS
Marietinha Leão de Aquino

45. RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA
RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR
MIRIDAN BRITTO KNOX FALCI
Esther Caldas Bertoletti

46. EDGAR ROQUETTE PINTO
GASTÃO CRUZ
VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS
PAULO TAPAJÓS GOMES
SIDNEY GOMES DOS SANTOS
MARIA AUGUSTA MACHADO DA SILVA
Hildete Pereira de Melo

47. TEODORO FERNANDES SAMPAIO
VIRGÍLIO CORREIA FILHO
JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES
MARCOS RIBEIRO CORRÊA
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

48. FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
ANTÔNIO CARNEIRO LEÃO
DEMÓSTENES DE OLIVEIRA DIAS
ALÍPIO MENDES
Arno Wehling

49. JOSÉ VIEIRA FAZENDA
NELSON NUNES COSTA
João Maurício Wanderley de Araújo Pinho

50. VIRGÍLIO DOS REIS VÁRZEA
AFONSO VÁRZEA
AFONSO CELSO VILELA DE CARVALHO
Ismênia de Lima Martins

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Fernando de Sousa – **Portugal** (Universidade do Porto)
Laurent Vidal – **França** (Université de La Rochelle)
Maria Izilda Santos de Matos – **São Paulo**
Marcelo Guimarães – **Minas Gerais**

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS por unidade da Federação

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGHL)
Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGA)
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito santo (IHGES)
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS)
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)
Instituto Histórico e Geográfico d Rondônia (IHGRO)
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

INSTITUTOS HISTÓRICOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Instituto Histórico de Petrópolis
Instituto Histórico de Duque de Caxias
Instituto Histórico e Artístico de Paraty
Instituto Histórico, Geográfico e Ambiental de Iguaba Grande
Instituto Histórico e Geográfico de Campos dos Goytacazes
Instituto Histórico e Geográfico de Itaborahy
Instituto Histórico e Geográfico de Macaé
Instituto Histórico e Geográfico de Niterói
Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu
Instituto Histórico e Geográfico de Parahyba do Sul
Instituto Histórico e Geográfico São João de Meriti
Instituto Histórico e Geográfico de Teresópolis
Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras
Academia Resendense de História
Academia Barramansense de História
Academia Itatiaiense de História

NOTA DE FALECIMENTO

No ano de 2023, registramos, com pesar, o falecimento da querida e inesquecível confreira e escritora renomada **Rachel Esther Figner Sisson**. Com sua perda, a instituição vestiu-se de luto.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

IHGRJ

AUTORES

Adriana Branco Correia Souto
Elaine Gusmão
Eliana Laurentino
Fania Fridman
Fernando Nicholas dos Santos Dias
Lúcia Silva
Luciene Carris
Margareth da Silva Pereira
Marlucia Santos de Souza
Nelson de Castro Senra
Neusa Fernandes
Nielson Bezerra
Paulo Knauss
Surama Conde Sá Pinto
Tania Amaro

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

Eescaneie o QR Code
para fazer uma
doação ao IHGRJ.